



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF				
0281	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.427/92) -	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	150.000
1086	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS -	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1.018
2174	PESQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR -	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	8
2607	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	1.018
3651	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES -	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	36.870
3654	ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PRONAF -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	8
5684	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF -	PROJETO CONTRATADO	UNIDADE	1.018
5695	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL -	PRODUTOR ASSISTIDO	UNIDADE	800.000
5696	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL -	COOPERATIVA ASSISTIDA	UNIDADE	2.250
PROGRAMA: 0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS				
1717	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES OPERADORES DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS -	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	380
1781	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E APOIO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES -	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	5
1787	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES -	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	4
2831	TRANSPORTE, CUSTÓDIA E PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS E PESSOAS SOB GRAVE AMEAÇA -	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	120
4278	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL, ASSISTÊNCIA E APOIO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES -	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	16
PROGRAMA: 0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA				
0565	PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ -	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	UNIDADE	450.000
0575	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - LOAS -	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	924.000
1740	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E AMBIENTAIS -	BARREIRA ELIMINADA	UNIDADE	567
PROGRAMA: 0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA				
1106	ESTUDOS EM BIOTECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	22
1259	IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE BIOLOGIA MOLECULAR -	LABORATÓRIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
1261	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE LABORATÓRIOS DE MAPEAMENTO GENÉTICO - GENOMA -	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
2153	ENRIQUECIMENTO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS -	GERMOPLASMA CONSERVADO	UNIDADE	12.000
3674	FOMENTO A CENTROS DE ENSINO E PESQUISA NA ÁREA DE RECURSOS GENÉTICOS -	CENTRO APOIADO	UNIDADE	8
4416	CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS -	GERMOPLASMA AVALIADO	UNIDADE	10.212
PROGRAMA: 0643 CALHA NORTE				



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
1211	IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES DA REGIÃO DA CALHA NORTE -	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	3
1213	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES MILITARES NA REGIÃO DA CALHA NORTE -	UNIDADE DE FRONTEIRA IMPLANTADA	UNIDADE	1
2442	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE -	RODOVIA CONSERVADA	KM	3.000
2444	APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES NA REGIÃO DA CALHA NORTE -	COMUNIDADE CARENTE	UNIDADE	40
2452	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIÃO DA CALHA NORTE -	PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA	UNIDADE	15
PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER				
7051	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO -	ABRIGO CONSTRUÍDO	UNIDADE	250
PROGRAMA: 0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
2815	REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -	REDE MANTIDA	UNIDADE	25
4446	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL -	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	35.000
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS				
5344 0003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - IMPERATRIZ (MA) - SENADOR CANEDO (GO) - FERROVIA NORTE SUL	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	25
5710 0019	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-414/GO - COCALZINHO - NIQUELÂNDIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	60
5710 0021	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-080/GO - URUACU - SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA - LUIZ ALVES	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
5710 0026	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-158/MT - ENTR. BR-326 - ENTR. BR-242 - DIV. MT/PA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	80
5718 9005	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR 153/PA - SOBRE O RIO ARAGUAIA (LIGAÇÃO XAMBIO/TO - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA)	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
5730 0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-060/GO - DIVISA DF/GO - ENTRONCAMENTO BR-153/GO	TRECHO ADEQUADO	KM	36
5730 0008	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-153/GO - ADEQUAÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO GO-431 - ENTRONCAMENTO BR-060 (CONTORNO DE ANÁPOLIS)	TRECHO ADEQUADO	KM	22
5730 0015	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-060/DF - DISTRITO FEDERAL - DIVISA DF/GO	TRECHO ADEQUADO	KM	10
5730 9015	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-020/DF - BRASÍLIA - DIVISA DF/GO	TRECHO ADEQUADO	KM	35
5741 9003	ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS EM PERÍMETROS URBANOS NO ESTADO DE TOCANTINS	TRECHO ADEQUADO	KM	3

SEÇÃO DE...
Pelo...
Fls. 4133



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
5749	0001	IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - HIDROVIA DO ARAGUAIA - TOCANTINS	HIDROVIA IMPLANTADA	KM 450
5749	0003	IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - HIDROVIA DA ILHA DE MARAJÓ	HIDROVIA IMPLANTADA	KM 50
5749	0005	IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - HIDROVIA DO CAPIM	HIDROVIA IMPLANTADA	KM 300
5750		CONSTRUÇÃO DE ECLUSAS DE TUCURUÍ -	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 20
PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE				
5711	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-156/AP - FERREIRA GOMES - OIAPOQUE (FRONTEIRA GUIANA FRANCESA)	TRECHO PAVIMENTADO	KM 130
5711	0005	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-317/AC - BRASILEIA - ASSIS BRASIL	TRECHO PAVIMENTADO	KM 40
5711	0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-364/AC - SENA MADUREIRA - RIO LIBERDADE	TRECHO PAVIMENTADO	KM 100
5711	9014	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-230 - AM - LÁBREA - DIVISA AM/PA	TRECHO PAVIMENTADO	KM 80
5800	9024	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR-364/AC/RO - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MADEIRA	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	UNIDADE 1
PROGRAMA: 0230 CORREDOR LESTE				
5489	0001	DERROCAGEM NO PORTO DE VITÓRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	DERROCAGEM REALIZADA	M² 6.000
5704	0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-484/ES - ITARANA - AFONSO CLÁUDIO	TRECHO PAVIMENTADO	KM 20
5704	0016	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-342/ES - ENTRONCAMENTO BR-101 - DIVISA ES/MG	TRECHO PAVIMENTADO	KM 50
5704	0026	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-146/MG - PATOS DE MINAS - ARAXÁ - DIVISA MG/SP	TRECHO PAVIMENTADO	KM 100
5704	0029	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-265/MG - DIVISA RJ/MG - ILICINÉIA - DIVISA MG/SP	TRECHO PAVIMENTADO	KM 80
5721	0021	CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - AO PORTO DE SEPETIBA	ACESSO CONSTRUÍDO	KM 8
5725	0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-153/GO - APARECIDA DE GOIÂNIA - ITUMBIARA	TRECHO ADEQUADO	KM 65
5725	0015	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-153/MG - DIVISA GO/MG - ENTRONCAMENTO BR-365 (TREVO)	TRECHO ADEQUADO	KM 15
5725	0019	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-040/MG - BARREIRA DO TRIUNFO (KM 771) - SANTOS DUMONT - VIADUTO VILA RICA - BELO HORIZONTE - TREVO DE CURVELO	TRECHO ADEQUADO	KM 50
5731	0001	ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE - BR-381/MG - EM BELO HORIZONTE	ANEL ADEQUADO	KM 10
5731	0003	ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE - BR-393/116/RJ - EM VOLTA REDONDA	ANEL ADEQUADO	KM 10
5731	9008	ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE - BR-040/356/MG - EM BELO HORIZONTE	TRECHO ADEQUADO	KM 18

SITUAÇÃO DO PROJETO
 1.º APROVAÇÃO
 2.º APROVAÇÃO
 3.º APROVAÇÃO
 4.º APROVAÇÃO
 5.º APROVAÇÃO
 6.º APROVAÇÃO
 7.º APROVAÇÃO
 8.º APROVAÇÃO
 9.º APROVAÇÃO
 10.º APROVAÇÃO
 11.º APROVAÇÃO
 12.º APROVAÇÃO
 13.º APROVAÇÃO
 14.º APROVAÇÃO
 15.º APROVAÇÃO
 16.º APROVAÇÃO
 17.º APROVAÇÃO
 18.º APROVAÇÃO
 19.º APROVAÇÃO
 20.º APROVAÇÃO
 21.º APROVAÇÃO
 22.º APROVAÇÃO
 23.º APROVAÇÃO
 24.º APROVAÇÃO
 25.º APROVAÇÃO
 26.º APROVAÇÃO
 27.º APROVAÇÃO
 28.º APROVAÇÃO
 29.º APROVAÇÃO
 30.º APROVAÇÃO
 31.º APROVAÇÃO
 32.º APROVAÇÃO
 33.º APROVAÇÃO
 34.º APROVAÇÃO
 35.º APROVAÇÃO
 36.º APROVAÇÃO
 37.º APROVAÇÃO
 38.º APROVAÇÃO
 39.º APROVAÇÃO
 40.º APROVAÇÃO
 41.º APROVAÇÃO
 42.º APROVAÇÃO
 43.º APROVAÇÃO
 44.º APROVAÇÃO
 45.º APROVAÇÃO
 46.º APROVAÇÃO
 47.º APROVAÇÃO
 48.º APROVAÇÃO
 49.º APROVAÇÃO
 50.º APROVAÇÃO
 51.º APROVAÇÃO
 52.º APROVAÇÃO
 53.º APROVAÇÃO
 54.º APROVAÇÃO
 55.º APROVAÇÃO
 56.º APROVAÇÃO
 57.º APROVAÇÃO
 58.º APROVAÇÃO
 59.º APROVAÇÃO
 60.º APROVAÇÃO
 61.º APROVAÇÃO
 62.º APROVAÇÃO
 63.º APROVAÇÃO
 64.º APROVAÇÃO
 65.º APROVAÇÃO
 66.º APROVAÇÃO
 67.º APROVAÇÃO
 68.º APROVAÇÃO
 69.º APROVAÇÃO
 70.º APROVAÇÃO
 71.º APROVAÇÃO
 72.º APROVAÇÃO
 73.º APROVAÇÃO
 74.º APROVAÇÃO
 75.º APROVAÇÃO
 76.º APROVAÇÃO
 77.º APROVAÇÃO
 78.º APROVAÇÃO
 79.º APROVAÇÃO
 80.º APROVAÇÃO
 81.º APROVAÇÃO
 82.º APROVAÇÃO
 83.º APROVAÇÃO
 84.º APROVAÇÃO
 85.º APROVAÇÃO
 86.º APROVAÇÃO
 87.º APROVAÇÃO
 88.º APROVAÇÃO
 89.º APROVAÇÃO
 90.º APROVAÇÃO
 91.º APROVAÇÃO
 92.º APROVAÇÃO
 93.º APROVAÇÃO
 94.º APROVAÇÃO
 95.º APROVAÇÃO
 96.º APROVAÇÃO
 97.º APROVAÇÃO
 98.º APROVAÇÃO
 99.º APROVAÇÃO
 100.º APROVAÇÃO



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES				Produto	Unidade de Medida	Meta
5742	0001	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-381/MG - DIVISA SP/MG - BELO HORIZONTE		TRECHO DUPLICADO	KM	30
5756	0002	CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE - INTERLIGAÇÃO DAS BR-452/050/497/365/455/MG - NA REGIÃO DE UBERLÂNDIA		TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5796	0008	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR LESTE - BR-154/MG - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO PARANAÍBA CACHOEIRA DOURADA DE MINAS - CACHOEIRA DOURADA DE GOIÁS		OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
5863	0002	AMPLIAÇÃO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL						
5019		AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO -		OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18
5707	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-476/PR - ADRIANÓPOLIS - BOCAIUVA DO SUL		TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
5707	0003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-487/PR - PORTO CAMARGO - CAMPO MOURAO		TRECHO PAVIMENTADO	KM	58
5707	0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-153/PR - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-376 - ALTO AMPARO - VENTANIA - IMBITUVA		TRECHO PAVIMENTADO	KM	83
5707	0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-158/RS - SANTA MARIA - ROSÁRIO DO SUL		TRECHO PAVIMENTADO	KM	30
5707	0015	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-282/SC - FLORIANÓPOLIS - DIVISA COM ARGENTINA		TRECHO PAVIMENTADO	KM	35
5707	0029	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-158/SC - MARAVILHA - CAMPO ERÊ - SC		TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5707	9036	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-470/RS - LAGOA VERMELHA - ANDRÉ DA ROCHA - NOVA PRATA		TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5727	0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-101/376/SC - DIVISA PR/SC - PALHOÇA		TRECHO ADEQUADO	KM	5
5727	0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-376/PR - CONTORNO SUL DE CURITIBA		TRECHO ADEQUADO	KM	12
5727	0003	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-101/RS - DIVISA SC/RS - OSÓRIO		TRECHO ADEQUADO	KM	40
5727	0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-101/SC - PALHOÇA - DIVISA SC/RS		TRECHO ADEQUADO	KM	50
5727	0007	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-116/PR - DIVISA SP/PR - KM 42,7		TRECHO ADEQUADO	KM	5
5727	9037	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-280/SC - DUPLICAÇÃO DO TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL - PORTO UNIÃO		TRECHO ADEQUADO	KM	130
5737	0001	ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-116/PR - EM CURITIBA (LESTE)		CONTORNO ADEQUADO	KM	5



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
5755	0001	CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR DO MERCOSUL - NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (LESTE E NORTE)	INTERLIGAÇÃO CONSTRUÍDA	
5798	9027	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL - CONSTRUÇÃO DE PONTE INTERNACIONAL BRASIL - ARGENTINA	KM	10
5798	9030	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL - CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ - AÇU - ILHOTA - SC	OBRAS DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA
7270	9031	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA - ITAJAÍ - SANTA CATARINA	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	100
7270	9038	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA - SÃO FRANCISCO DO SUL - SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA
7276		DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR) -	OBRA EXECUTADA	70
7284		MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR) -	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA
7463	0001	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE LAGUNA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	70
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE				
5311		COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE -	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA
5312		COMPLEXO PORTUÁRIO DO PORTO DE PECÉM -	OBRA EXECUTADA	4
5597		CONSTRUÇÃO DE CAIS PARA CONTÊINERES NO PORTO DE MACEIÓ -	CONSTRUÇÃO DE CAIS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA
5708	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-020/PI - SÃO RAIMUNDO NONATO - PICOS	TRECHO PAVIMENTADO	12
5708	9019	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-020 SÃO RAIMUNDO NONATO/PI - BARREIRAS (BA)	METROS LINEARES	420
5728	0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-116/CE - FORTALEZA - PACAJUS	KM	100
5728	0007	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-230/PB - JOÃO PESSOA - CAMPINA GRANDE	TRECHO ADEQUADO	KM
5728	0009	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-232/PE - RECIFE - CARUARU	TRECHO ADEQUADO	25
5728	0017	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-101/RN/PB/PI/AL - NATAL - DIVISA AL/SE	TRECHO ADEQUADO	KM
PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE				
5709	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-163/PA - DIVISA MT/PA - SANTARÉM	KM	50
5709	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-230/PA - DIVISA PA/TO - MARABÁ - ALTAMIRA - ITAITUBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM
5709	0009	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-364/MT - DIAMANTINO - SAPEZAL - COMODORO	TRECHO PAVIMENTADO	250
5709	0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-429/RO - PRESIDENTE MÉDICI - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	KM	60
			TRECHO PAVIMENTADO	96



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade de Medida	Meta
5709	9018	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-317/AM - BOCA DO ACRE - DIVISA AM/AC	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5709	9021	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-319/AM - CONSTRUÇÃO RODOVIAS FEDERAIS, MELHORIAS E PAVIMENTAÇÃO NO ESTADO DE AMAZONAS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5786	0002	CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-364/RO - CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM JI-PARANÁ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10
PROGRAMA: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO					
5703	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-116/BA - EUCLIDES DA CUNHA - IBO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	50
5703	0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-235/BA - BENDENGO - JUAZEIRO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
5703	0017	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-367/MG - MINAS NOVA - ALMENARA - SALTO DA DIVISA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5703	9001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-135/BA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5703	9007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-135/BA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO BARREIRAS/BA - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	15
5795	0004	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-030/BA - CONSTRUÇÃO DE PONTE (MALHADA/CARINHANHA)	PONTE CONSTRUÍDA	UNIDADE	1
5841	0004	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-101/SE - DUPLICAÇÃO DO TRECHO DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA	TRECHO ADEQUADO	KM	10
5841	9012	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-407/BA/PE - RESTAURAÇÃO DA PONTE PRESIDENTE DUTRA	PONTE RECUPERADA	UNIDADE	1
5859	0001	OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO - OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
PROGRAMA: 0232 CORREDOR SUDOESTE					
5706	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - BR-070/MT - CÁCERES - FRONTEIRA COM A BOLÍVIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	18
5706	0009	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - BR-267/MS - JARDIM - PORTO MURTINHO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	22
5797	9009	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SUDOESTE - CONSTRUÇÃO DA SUPER-ESTRUTURA DA PONTE DA DIVISA SP/MS ENTRE PAULICÉIA (SP) E BRASILÂNDIA (MS)	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
5842	0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	TRECHO ADEQUADO	KM	80
PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO					
5350		BR-381/116/SP - CONSTRUÇÃO DO RODOANEL -	TRECHO PAVIMENTADO	KM	9
5705	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO - BR-364/MG - ENTRONCAMENTO BR-153 - ENTRONCAMENTO BR-365	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40

DO FEDERAL
 4137
 101



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade de Medida	Meta
5743	0001	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO - BR-116/SP - SÃO PAULO - DIVISA SP/PR	TRECHO DUPLICADO	KM	10
5743	0003	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO - BR-381/SP - DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116	TRECHO DUPLICADO	KM	3
PROGRAMA: 0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
1797		IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	UNIDADE	10
1800		IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - SIPIA -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
PROGRAMA: 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
3049		INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL -	CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EQUIPADO	UNIDADE	8
3676		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP -	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	8.000
3681		ESTUDOS E PESQUISAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS E DE MODELOS DE GESTÃO - PROEP -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	5
3685		IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP -	PROJETO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	19
3687		IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP -	SUBSISTEMA IMPLEMENTADO	UNIDADE	4
5430		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP/FAT -	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	7.000
5606		IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP/FAT -	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	13
7109		IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP -	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	54
PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA					
1615		MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR -	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADE	1
5399		MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM RECIFE -	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADE	1
PROGRAMA: 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS					
1009		ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	3
7589		ESTRUTURAÇÃO DE NÚCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL -	NÚCLEOS PRODUTIVOS ESTRUTURADOS	UNIDADE	33
PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO					
1409	0001	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS - NO ESTADO DE TOCANTINS	INSTITUIÇÃO IMPLANTADA	UNIDADE	1
4027		APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS -	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	589.000
6438		VETADO			
PROGRAMA: 0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO					
1327		EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR -	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	547
3677		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED -	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	78.180
3679		APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO - PROMED -	CURRÍCULO ATUALIZADO	UNIDADE	3.750
3680		ESTUDOS E PESQUISAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	20

4138 4 01



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
3682	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR - PROMED -	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	1.237
3686	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO - PROMED -	PROJETO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL				
2818 0004	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL	AÇÃO DESENVOLVIDA	UNIDADE	25
7669 0001	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESORREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - NA REGIÃO SUL	AÇÃO DESENVOLVIDA	UNIDADE	220
7669 0002	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESORREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL - REGIÃO SUL - SI	AÇÃO IMPLEMENTADA	UNIDADE	25
PROGRAMA: 0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
2047	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS -	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	785.000
2333	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS -	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	93.896
2335	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	UNIDADE	476.190
3098	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS -	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	34.444
7857	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA -	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	15.403
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES				
1379	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NÃO SUPRIDAS PELA REDE ELÉTRICA CONVENCIONAL -	LOCALIDADE ATENDIDA	UNIDADE	3.300
1380	CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS E DE AGENTES DAS COMUNIDADES NA INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA -	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	5.880
7111	ESTUDOS PARA AVALIAÇÃO DE MICRORREGIÕES COM MERCADO PARA PROJETOS ENERGÉTICOS E PRODUTIVOS INTEGRADOS -	MICRORREGIAO AVALIADA	UNIDADE	50
PROGRAMA: 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS				
3242	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE- RONDÔNIA (1.180 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 1077.6 MVA)TOTALIZANDO 728 MVA) -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	23
3246	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO À UHE TUCURUÍ NO PARÁ (960 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 2.190 MVA) TOTALIZANDO 1.873 MVA) -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
PROGRAMA: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA				
0753	VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS -	ANIMAL VACINADO	UNIDADE	150.000
3650	CAMPANHA EDUCATIVA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA -	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	96
3664	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA -	PROPRIEDADE FISCALIZADA	UNIDADE	500.000
PROGRAMA: 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL				
2060	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA -	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	858.000

Fls. 4139
4
01



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
2569	CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ -	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	783.000
2602	MAPEAMENTO DOS FOCOS DE TRABALHO INFANTIL POR MUNICÍPIO -	MAPEAMENTO REALIZADO	UNIDADE	2
2688	FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL -	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	230
6537	GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES PRODUTIVAS PARA FAMÍLIAS DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	271.000
PROGRAMA: 0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS				
1181	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA -	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	400
3160	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL -	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	3.000
3205	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS -	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	20.625
3697	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE, NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS -	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	1.161
4050	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA -	PROGRAMA VEICULADO	MINUTO	280.080
4088	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM -	ALUNO BENEFICIADO	MILHAR	12
7619	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE APOIO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E AO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO -	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	MILHAR	5.200
PROGRAMA: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO				
1543	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES -	NÚCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	615
2667	FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES -	NÚCLEO MANTIDO	UNIDADE	695
5450	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES -	ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO	UNIDADE	200
PROGRAMA: 0505 FLORESTAR				
2962 0016	FOMENTO A PROJETOS DE REFLORESTAMENTO - REFLORESTAMENTO NA REGIÃO DO CARIRI	ÁREA REFLORESTADA	% DE EXECUÇÃO	100
PROGRAMA: 0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL				
1489	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE OPERAÇÕES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES -	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
3705	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATÉLITE -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
PROGRAMA: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO				
4509	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO -	HOSPITAL DE ENSINO	UNIDADE	30
PROGRAMA: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA				
1920	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA -	PROJETO APOIADO	UNIDADE	650
PROGRAMA: 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL				
3235	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ - 2ª ETAPA DE 4.245 MW PARA 8.370 MW -	USINA AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	29

CONFERÊNCIA GERAL

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM					
1836	0029	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIROS LITORÂNEOS NO ESTADO DO PIAUÍ	ÁREA IRRIGADA	HA	1.000
1836	0031	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PLATOS DE GUADALUPE NO ESTADO DO PIAUÍ	ÁREA IRRIGADA	HA	3.000
1836	0037	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS NO ESTADO DO CEARÁ	ÁREA IRRIGADA	HA	3.355
1836	0047	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO VÁRZEA DE SOUSA NO ESTADO DA PARAÍBA	ÁREA IRRIGADA	HA	1.300
1836	0051	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - ADUTORA SERRA DA BATATEIRA NO ESTADO DA BAHIA	ÁREA IRRIGADA	HA	1.062
1836	0053	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO SALANGO NO ESTADO DO MARANHÃO	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	2.966
1836	0065	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO TRÊS BARRAS NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA IRRIGADA	HA	1.000
1836	0067	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO FLORES DE GOIÁS NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA IRRIGADA	HA	2.485
1836	0071	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO LUIS ALVES DO ARAGUAIA NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA IRRIGADA	HA	2.082
1836	0073	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO JACARÉ-CURITUBA NO ESTADO DE SERGIPE	ÁREA IRRIGADA	HA	2.150
1836	0075	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO PINDORAMA NO ESTADO DE ALAGOAS	ÁREA IRRIGADA	HA	3.200
1836	0077	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO PÃO-DE-AÇÚCAR/OLHO D'ÁGUA DAS FLORES NO ESTADO DE ALAGOAS	ÁREA IRRIGADA	HA	6.287
1836	0087	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MARITUBA NO ESTADO DE ALAGOAS	ÁREA IRRIGADA	HA	294
1836	0088	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E FRUTICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	150
1836	0089	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXIO DE IRECÊ NO ESTADO DA BAHIA	ÁREA IRRIGADA	HA	1.500
1836	0091	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SALTIRE NO ESTADO DA BAHIA	ÁREA IRRIGADA	HA	1.555
1836	0093	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PONTAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO	ÁREA IRRIGADA	HA	2.020
1836	0097	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO VALE DO IUIÚ	ÁREA IRRIGADA	HA	1.641



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta	
1836	0099	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - BREJOS DA BARRA NO ESTADO DA BAHIA	ÁREA CONSTRUÍDA	HÁ	1.000
1836	9010	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - COMPLEXO PROJETO BLOCO CORRENTES/ALTO PARAÍSO NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA IRRIGADA	HA	2.000
1836	9036	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - OBRAS DE USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA NA METADE SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	ÁREA IRRIGADA	HÁ	15.000
1856	0029	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXIO DE IRECÊ NO ESTADO DA BAHIA	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	2
1856	9022	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - BREJOS DA BARRA - BA	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	2
PROGRAMA: 7006 LUZ NO CAMPO					
1329		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL DE ALAGOAS -	SISTEMA IMPLANTADO	%	20
3401		AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL DE BOA VISTA (RR) (222 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E 3 MVA DE TRANSFORMADORES) -	REDE AMPLIADA	%	3
3405		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL EM RONDÔNIA (494 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E TRANSFORMADORES DE 12,54 MVA) -	SISTEMA IMPLANTADO	%	40
PROGRAMA: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL					
2834		RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS -	TRECHO RESTAURADO	KM	3.500
2834	9002	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - BR-135/BA - RESTAURAÇÃO DO TRECHO RIO BRANCO - ENTROCAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	70
PROGRAMA: 0234 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA					
4399		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS -	TRECHO MANTIDO	KM	6.561
PROGRAMA: 0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL					
1778		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PRÓ-AMAZÔNIA) -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
1899		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLICIAMENTO FEDERAL (PROMOTEC) -	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	3.393
3832		INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E DO SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM (PRÓ-AMAZÔNIA) -	SISTEMA INTEGRADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
7079		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL - PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC -	UNIDADE CONSTRUÍDA/ AMPLIADA	UNIDADE	20
7803		REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA -	UNIDADE REFORMADA	UNIDADE	1
PROGRAMA: 0813 MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO					
5538		PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - MONUMENTA -	CONJUNTO HISTÓRICO PRESERVADO	UNIDADE	4
PROGRAMA: 0128 MORAR MELHOR					
3958		MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	128.000



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
3966	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO -	CRIANÇA BENEFICIADA	UNIDADE:	338.142
3969	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE:	250.000
3981	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO -	PROJETO ANALISADO/ACOMPANHADO	UNIDADE:	1
5011	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100
PROGRAMA: 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE				
7299	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO NA BASE DE ALCÂNTARA -	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
PROGRAMA: 0121 NOSSO BAIRRO				
3970	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (PASS/ BID) -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE:	16.357
3979	MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS, DE INFRA-ESTRUTURA E DE SANEAMENTO BÁSICO (HABITAR/ BID) -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE:	6.433
3980	PROJETOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO BÁSICO -	PROJETO ELABORADO	UNIDADE:	15
PROGRAMA: 0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS				
0061	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA -	ÁREA OBTIDA	HA	858.252
0062	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE:	37.000
2106	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA -	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE:	1
2107	DISCRIMINAÇÃO DE ÁREAS DEVOLUTAS E TERRAS IRREGULARMENTE OCUPADAS -	ÁREA DISCRIMINADA	HA	215.889
2108	ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS -	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE:	45.000
2109	ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS -	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE:	45.000
2111	TITULAÇÃO DE TERRAS -	IMÓVEL TITULADO	UNIDADE:	50.000
2116	IDENTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS PASSÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO -	IMÓVEL IDENTIFICADO	UNIDADE:	2.188
2908	PERÍCIA JUDICIAL EM AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS -	PERÍCIA REALIZADA	UNIDADE:	750
5527	TOPOGRAFIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL -	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE:	37.000
5608	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL -	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE:	37.000
5611	OBTENÇÃO DE TERRAS -	ÁREA OBTIDA	HA	1.214.147
5613	VETADO			
PROGRAMA: 0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS				
0060	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE:	20.800
1545	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - COMBATE À POBREZA RURAL -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE:	12.200

4143 4 01



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
3667	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	37.000
4576	ACOMPANHAMENTO DA INSTALAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS -	PROJETO VISTORIADO	UNIDADE	829
5613	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR -	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	52.902
PROGRAMA: 0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL				
3312	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM (RJ) (ACRÉSCIMO DE 128.000 BOE/DIA) -	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	4
3317	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM SUL (RJ) (ACRÉSCIMO DE 108.000 BOE/DIA) -	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
PROGRAMA: 0498 PANTANAL				
3003	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	SUB-BACIA MANEJADA	UNIDADE	1
3004	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	8.399
3005	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	16.799
3007	DIFUSÃO DE TECNOLOGIA E REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES MINERADORAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	MINERADORA CONTROLADA	UNIDADE	5
3008	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS PARA O ORDENAMENTO E PROMOÇÃO DO ECOTURISMO NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI- PANTANAL -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16
3009	GERENCIAMENTO DE RECURSOS FAUNÍSTICOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	PLANO IMPLANTADO	UNIDADE	7
3010	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI- PANTANAL -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16
3011	IMPLANTAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL - PANTANAL -	RESERVA IMPLANTADA	HA	3.360.000
3012	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI- PANTANAL -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
3013	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	12.600
3014	IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	AMOSTRA PROTEGIDA	HA	45.359
3016	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	SISTEMA IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18
3017	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRADAS-PARQUE NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	ESTRADA PARQUE IMPLANTADA	KM	73
3018	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA POR SUB-BACIAS CRÍTICAS DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	UNIDADE IMPLANTADA	UNIDADE	3
3019	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO E MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18
3020	AÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS EM TERRAS INDÍGENAS NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	COMUNIDADE ASSISTIDA	UNIDADE	1

SENADO FEDERAL

4144 4 101



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
6269	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES RURAIS DA PLANÍCIE PANTANEIRA - PANTANAL -	PRODUTOR ASSISTIDO	UNIDADE	120
7329	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL -	UNIDADE IMPLANTADA	UNIDADE	3
PROGRAMA: 0499 PARQUES DO BRASIL				
0655	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS -	ÁREA REGULARIZADA	M²	22.500.000
1956	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS -	ÁREA PROTEGIDA AMPLIADA	HA	16.000
1962	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS -	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	200
1972	ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL PARA ÁREAS PROTEGIDAS -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	6
1975	ESTUDOS PARA VALORAÇÃO ECONÔMICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	70
1985	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ECOTURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO -	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	90
2969	GESTÃO, MANEJO E FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO -	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	81
2969 0026	GESTÃO, MANEJO E FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO PARQUE DAS ÁGUAS QUENTES DE CALDAS NOVAS - GO	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	1
3665	DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICAS DE MANEJO DE ECOSISTEMAS BRASILEIROS -	TÉCNICA DESENVOLVIDA	UNIDADE	3
7509	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS -	ÁREA IMPLANTADA	HA	85.360
PROGRAMA: 0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS				
2986	PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS- PREVFOGO -	ÁREA DE RISCO PROTEGIDA	HA	35.000
3021	PLANO DE AÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS, QUEIMADAS E DESMATAMENTOS -	PLANO ELABORADO	UNIDADE	1
3029	PREVENÇÃO DE QUEIMADAS E INCÊNDIOS NO ARCO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA - PROARCO -	ÁREA MONITORADA	KM²	5.900.000
6307	FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS FLORESTAIS -	ÁREA FISCALIZADA	1000 HA	100
6329	CONTROLE DE DESMATAMENTOS E QUEIMADAS -	ÁREA CONTROLADA	HA	27.000
PROGRAMA: 0495 PROÁGUA - GESTÃO				
1967 0026	DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO	100
3042 9028	PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA - RECUPERAÇÃO E MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E RIOS (VERTENTE ATLÂNTICA/LITORAL DE SANTA CATARINA)	IMPLANTAÇÃO DO PLANO	PERCENTUAL	30
XXX 0002 X	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS - BACIA DO RIO DOCE	ÁREA RECUPERADA	HA	2.000
PROGRAMA: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA				
1279	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SANITÁRIO E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ESCOLAS PÚBLICAS -	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	6.927
1836 0082	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - CONSTRUÇÃO DE OBRA DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE (PROJETO CANAL DE XINGÓ)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
1845 9029	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES - IMPLANTAÇÃO DO PLANO GLOBAL E INTEGRADO DE DEFESA CONTRA AS ENCHENTES NA BACIA DO RIO ITAJAÍ-AÇU-SC	PLANO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25

4145 4 01



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
1851	0081	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM SANTA CRUZ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 1
1851	0099	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - NO ESTADO DA BAHIA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 10
1851	0103	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - AÇUDE JENIPAPO NO ESTADO DO PIAUÍ	AÇUDE CONSTRUÍDO	UNIDADE: 1
1851	0109	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - AÇUDE ALGODÃO II NO ESTADO DO PIAUÍ	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 1
1851	0115	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM DO CASTANHÃO NO ESTADO DO CEARÁ	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 1
1851	0121	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - ADUTORA JUCAZINHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 1
1851	0123	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - ADUTORA DO OESTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA: 8
1851	0125	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM BERIZAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 1
1851	0127	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM CONGONHAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 1
1851	0129	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM DE ACAUÁ NO ESTADO DA PARAÍBA	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 1
1851	0131	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - ADUTORA DO AGRESTE ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 1
1851	0828	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - MACRO E MICRO DRENAGEM NO TABULEIRO DOS MARTINS - MACEIÓ - AL	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 10
1851	0844	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM NO RIO POTI - CASTELO DO PIAUÍ - PI	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 1
1851	0909	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - PROJETO PROPERTINS NO ESTADO DE TOCANTINS	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 8
1851	1320	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM SÃO BENTO - SANTA CATARINA - SC	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 30
1851	1328	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM E ADUTORA NO RIO POXIM - SERGIPE - SE	OBRA EXECUTADA	UNIDADE: 2
1851	1336	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM POÇO DO MARRUÁ - PATOS DO PIAUÍ - PI	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 1
1851	9011	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM NO RIO DO SALTO - SC	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 1
1851	9013	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM NO RIO ABUNÃ - AC	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE: 1
1851	9016	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - DUPLICAÇÃO DA ADUTORA DO ITALUIS NO ESTADO DO MARANHÃO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	HABITANTES: 820.000



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade de Medida	Meta
1851	9017	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - ADUTORA DO GARRINCHO - PI	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1
1851	9020	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM POÇO DO MAGRO - BA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
1851	9032	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO ESTADO DE GOIÁS	POÇOS ARTESIANOS	UNIDADE	50
1851	9033	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - REGULARIZAÇÃO DO LEITO DE RIOS NO ESTADO DE GOIÁS	RIQ REGULARIZADO	UNIDADE	5
1851	9037	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO PRATAGY - AL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	1.368
3642	0005	PROÁGUA - SEMI-ÁRIDO - NA REGIÃO NORDESTE	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	23
PROGRAMA: 0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR					
0867		CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL -	PRODUTOR BENEFICIADO	UNIDADE	20.000
PROGRAMA: 0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA					
1391		INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM SÍTIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM -	SÍTIO IMPLANTADO	UNIDADE	4
5525		OBRAS CIVIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM -	ÁREA CONSTRUÍDA	M²	8.000
6323		MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM -	SISTEMA MANTIDO	MEDIDA	1
PROGRAMA: 0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR					
1281		QUALIFICAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES -	POLICIAL QUALIFICADO	UNIDADE	18.000
5405		QUALIFICAÇÃO PARA PEQUENOS E MICROEMPREENDEDORES -	EMPREENDEDOR QUALIFICADO	UNIDADE	880.000
5420		QUALIFICAÇÃO DE AGENTES DE TURISMO NOS MUNICÍPIOS -	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	111.000
5421		QUALIFICAÇÃO DE CUIDADORES DE IDOSOS -	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	60.000
5422		QUALIFICAÇÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL -	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	100.000
5423		QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ATENDENTES DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA -	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	80.000
5424		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS/ AUTOGESTIONADOS -	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	380.000
5425		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DA ÁREA DA CULTURA -	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	100.000
5426		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DESOCUPADOS -	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	680.000
5427		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES SOB RISCO DE DESOCUPAÇÃO -	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	540.000
PROGRAMA: 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA					
3113		AQUISIÇÃO DE AERONAVES -	AERONAVE MILITAR ADQUIRIDA	UNIDADE	18
3128		MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES -	AERONAVE MODERNIZADA/REVITALIZADA	UNIDADE	26



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO				
1701	REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS -	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	153
1718	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELA CUSTÓDIA DO PRESO -	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	4.463
1844	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS -	VAGA CRIADA	UNIDADE	6.868
1846	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS - INFOPEN -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	23
2698	ASSISTÊNCIA AO PRESO, À VÍTIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO -	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	1.579
2719	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL -	PRESO ASSISTIDO	UNIDADE	38.712
2727	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PRESO -	PRESO PROFISSIONALIZADO	UNIDADE	1.379
2730	SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS -	APENADO BENEFICIADO	UNIDADE	3.302
5448	PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR DETENTOS - PINTANDO A LIBERDADE -	MATERIAL PRODUZIDO	UNIDADE	1.915.000
PROGRAMA: 0152 REINserÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI				
1724	ASSISTÊNCIA SOCIOEDUCATIVA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI -	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	47
PROGRAMA: 0119 SANEAMENTO BÁSICO				
3859	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	453.301
3860	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	786.315
3861	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	801.364
PROGRAMA: 0122 SANEAMENTO É VIDA				
3975	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ILHA DE SÃO LUÍS -	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	11.694
PROGRAMA: 0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO				
5602	MULTIVACINAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE -	CRIANÇA VACINADA	MILHAR	15.800
PROGRAMA: 0001 SAÚDE DA FAMÍLIA				
0587	ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO REFERENTE À PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, NOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA -	PESSOA BENEFICIADA	MILHAR	169.163
0589	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA -	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA	UNIDADE	20.000
PROGRAMA: 0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO				
7795	TREINAMENTO DE INSTRUTORES PARA POLÍCIA COMUNITÁRIA E TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES -	INSTRUTOR TREINADO	UNIDADE	6.000
7797	REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS -	POLICIA ESTADUAL REAPARELHADA	UNIDADE	27
7799	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍCIAS -	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	27
7801	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE CIDADANIA -	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	8



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
7805	INTENSIFICAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO EM ÁREAS CRÍTICAS -	ÁREA CRÍTICA ATENDIDA	UNIDADE	27
7807	IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA -	POLICIA COMUNITARIA IMPLANTADA	UNIDADE	27
PROGRAMA: 0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
2120	ANÁLISE DE PERIGOS FÍSICOS, QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS E CONTROLE DE PONTOS CRÍTICOS NA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL -	ESTABELECIMENTO QUALIFICADO	UNIDADE	100
2131	INSPEÇÃO DE BEBIDAS, VINAGRES E OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL -	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	UNIDADE	5.698
2132	OPERAÇÃO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO ANIMAL -	LABORATÓRIO MANTIDO	UNIDADE	5
2136	OPERAÇÃO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO VEGETAL -	LABORATÓRIO MANTIDO	UNIDADE	6
2145	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL -	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	UNIDADE	4.170
2146	TIPIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL -	PRODUTO TIPIFICADO	UNIDADE	64.728
2148	PADRONIZAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO -	PRODUTO PADRONIZADO	UNIDADE	11
2150	FISCALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO -	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO	UNIDADE	7.000
2163	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS -	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	2
2164	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS -	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	23
4239	CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO -	PRODUTO CLASSIFICADO	TON	630.500
PROGRAMA: 0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II				
2199	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA DE INTERESSE DA ÁREA DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO -	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	287
3491	REDE NACIONAL DE PESQUISA - INTERNET II -	NÓS DE REDE INSTALADO	GIGAPOP	4
4138	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EM INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO AVANÇADA -	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA	UNIDADE	17
4141	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE SOFTWARE -	EMPRESA ATENDIDA	UNIDADE	31
4166	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES DE PROCESSAMENTO DE ALTO DESEMPENHO - PAD -	PROJETO APOIADO	UNIDADE	32
4172	MANUTENÇÃO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA -	PONTO DE REDE MANTIDO	UNIDADE	27
4178	DESENVOLVIMENTO DE PADRÕES PARA BIBLIOTECAS DIGITAIS -	BIBLIOTECA ATENDIDA	UNIDADE	10
4185	FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -	PROJETO APOIADO	UNIDADE	74
4186	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE INFORMÁTICA -	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	13
4202	APOIO AO FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS DE SOFTWARE PARA EXPORTAÇÃO -	VALOR EXPORTADO	REAIS	99.000.000
4212	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E DE MICROESTRUTURAS -	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	18
PROGRAMA: 0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL				



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
3122 DESENVOLVIMENTO DO AM-X -	AERONAVE DESENVOLVIDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
PROGRAMA: 0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL			
1421 CONSTRUÇÃO DO PROTÓTIPO DE REATOR NUCLEAR -	PROTÓTIPO CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO FÍSICA	5
PROGRAMA: 0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS			
4390 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS -	REGULARIZAÇÃO EFETIVADA	HA	681.090
PROGRAMA: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA			
0615 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533) -	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	5.707.204
3693 FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA II -	ESCOLA BENEFICIADA	UNIDADE	3.985
3699 VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR -	VEICULO ADQUIRIDO	UNIDADE	1.121
4037 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -	ALUNO BENEFICIADO	MILHAR	36.800
4042 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (SAÚDE DO ESCOLAR) -	ALUNO ASSISTIDO	MILHAR	3.500
4045 DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -	MÓDULO DISTRIBUÍDO	UNIDADE	12.850
4046 DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL -	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	MILHAR	73.190
4085 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL -	PROJETO APOIADO	UNIDADE	180
6121 DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA -	ESCOLA BENEFICIADA	UNIDADE	95.850
6125 DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL -	ESCOLA BENEFICIADA	UNIDADE	42.370
PROGRAMA: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS			
1030 0002 CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE NO ESPÍRITO SANTO - TRECHO VIANA - CARIACICA - VILA VELHA - VITÓRIA - SERRA	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	17
1044 0002 IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANÁ	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS	KM	13
1046 0002 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	TRECHO IMPLANTADO	KM	7
1048 0002 IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE GOIÂNIA - NO ESTADO DE GOIÁS	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18
2843 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS -	PASSEIRO TRANSPORTADO MÉDIA/DIA UTIL	UNIDADE	425.982
5319 0001 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA - LINHA 1 - TRECHO CAUCAIA - VILA DAS FLORES	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	31
5366 0001 IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - DO METRÔ - TRECHO LAPA-PIRAJÁ	TRECHO IMPLANTADO	KM	8
5752 0005 EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRECHO SÃO LEOPOLDO - NOVO HAMBURGO	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	9
5753 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - DA LINHA 1 DO METRÔ - TRECHO SÃO GABRIEL - VIA NORTE	TRECHO IMPLANTADO	KM	1
5753 0003 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - TRECHO CALAFATE - BARREIRO	TRECHO IMPLANTADO	KM	10

Emissão: 27/06/01 17:23:51

Elaboração: COFF/CD - CONOR/SF

999 Rel Substitutivo -FINAL

SEÇÃO LEGISLATIVA

Pré-Orçamento

Fls. 4150

Página

19 de 20



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2002

Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade de Medida	Meta
5754	0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - DO METRO - TRECHO RECIFE - CAJUEIRO SECO COM MELHORAMENTOS NA LINHA SUL	TRECHO IMPLANTADO	KM	9
7335	CONSTRUÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM -	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	5
7625	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR -	SISTEMA RECUPERADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14
PROGRAMA: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO				
3690	CONSTRUÇÃO DE ADUTORES -	ADUTOR CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5
3691	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE BOMBEAMENTO -	UNIDADE DE BOMBEAMENTO CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13
5414	ESTUDOS PARA A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO -	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	4
PROGRAMA: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES				
1319	IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA -	ACESSO EM SERVIÇO	UNIDADE	20.000
1321	IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS -	ACESSO EM SERVIÇO	UNIDADE	8.500
1323	0001 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O CUSTO DOS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL - NACIONAL	ACESSO EM SERVIÇO	UNIDADE	18.000
PROGRAMA: 0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO				
0561	PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE -	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	235.000
0573	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA - LOAS -	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	554.000
5600	VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS -	IDOSO IMUNIZADO	MILHAR	13.900

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002

Metas e Projeções Fiscais
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

R\$ milhões correntes

Discriminação	2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	308.296,8	23,63	328.807,2	23,47	352.128,6	23,47
II. DESPESA TOTAL	279.083,8	21,39	297.438,3	21,23	318.534,7	21,23
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	29.213,0	2,24	31.368,9	2,24	33.593,8	2,24
IV. RESULTADO NOMINAL	-42.886,6	-3,26	-39.335,1	-2,76	-23.297,2	-1,52
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL (*)	456.001,4	33,75	505.226,6	34,82	539.704,9	34,72

(*) A preços de dezembro

R\$ milhões médios de 2001

Discriminação	2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	290.963,1	23,63	297.789,8	23,47	308.535,2	23,47
II. DESPESA TOTAL	263.392,6	21,39	269.380,0	21,23	279.100,3	21,23
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	27.570,5	2,24	28.409,8	2,24	29.434,9	2,24
IV. RESULTADO NOMINAL	-40.475,3	-3,26	-35.624,5	-2,76	-20.413,0	-1,52
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL (*)	432.639,0	33,75	464.253,9	34,82	481.491,4	34,72

(*) A preços de dezembro de 2001

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Metas e Projeções Fiscais
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº-101, de 2000)

Discriminação	R\$ milhões correntes											
	Lei 99		Realizado 99		Lei 2000		Realizado 2000		PLO 2001		LEI 2001	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	200.934,6	20,9	211.025,5	22,0	229.215,7	21,0	237.102,9	21,8	268.893,2	22,1	280.234,1	23,0
II. DESPESA TOTAL	186.161,2	19,4	190.768,6	19,9	200.331,8	18,4	215.949,7	19,8	240.772,3	19,8	252.017,7	20,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	14.773,4	1,5	20.256,9	2,1	28.883,9	2,7	21.153,2	1,9	28.120,9	2,3	28.216,4	2,3
IV. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA			2.415,2	0,3			-691,7	-0,1				
V. RESULTADO PRIMÁRIO (III+IV)	14.773,4	1,5	22.672,1	2,4	28.883,9	2,7	20.461,5	1,9	28.120,9	2,3	28.216,4	2,3
VI. RESULTADO NOMINAL			-66.209,0	-6,9			-34.496,0	-3,2				
VII. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL(*)			316.222,0	30,2			352.967,0	31,0				

(*) A preços de dezembro

Discriminação	R\$ milhões médios de 2001											
	Lei 99		Realizado 99		Lei 2000		Realizado 2000		PLO 2001		LEI 2001	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	246.230,1	20,9	258.595,8	22,0	246.911,2	21,0	255.407,3	21,8	268.893,2	22,1	280.234,1	23,0
II. DESPESA TOTAL	228.126,4	19,4	233.772,5	19,9	215.797,5	18,4	232.621,1	19,8	240.772,3	19,8	252.017,7	20,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	18.103,7	1,5	24.823,3	2,1	31.113,7	2,7	22.786,2	1,9	28.120,9	2,3	28.216,4	2,3
IV. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA			2.959,6	0,3			-745,1	-0,1				
V. RESULTADO PRIMÁRIO (III+IV)	18.103,7	1,5	27.782,9	2,4	31.113,7	2,7	22.041,1	1,9	28.120,9	2,3	28.216,4	2,3
VI. RESULTADO NOMINAL			-81.134,1	-6,9			-37.159,1	-3,2				
VII. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL (*)			365.950,1	30,2			372.013,6	31,0				

(*) A preços de dezembro de 2001

258.595,8
246.911,2
215.797,5
31.113,7
31.113,7
365.950,1
4153 401

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior
(Art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

A Lei nº 9.811, de 1999, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000, determinou, em seu art. 18, que a elaboração, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2000 contemplasse um superávit primário de, no mínimo, 2,70% do PIB, dos quais os orçamentos fiscal e da seguridade social responderiam pelo equivalente a 2,60% do PIB.

A Lei Orçamentária Anual (Lei nº 9.969, de 2000) fixou um superávit primário no âmbito do Governo Central equivalente a 2,65% do PIB em 2000, valor ligeiramente superior ao piso estabelecido pela LDO. À época, tal meta implicava um superávit de R\$ 28,5 bilhões, com base nas estimativas disponíveis para o PIB de 2000.

A meta em valores nominais foi afetada ao longo dos meses seguintes por revisões na estimativa do PIB de 2000, decorrentes de alterações na estimativa do deflator do PIB de 1999. A forte variação do câmbio em 1999 comprometeu a previsão do deflator do PIB para aquele ano, por causa da mudança nos preços relativos. O deflator do PIB para 1999 só foi conhecido com detalhe em meados do segundo semestre de 2000. Como resultado, houve sucessivas revisões do valor nominal do PIB de 1999, sobre o qual, o PIB de 2000, era estimado. Na ausência de grandes flutuações cambiais como as observadas em 1999, este fenômeno não deve se repetir.

Em meados do ano de 2000, o Governo alterou o art. 18 da LDO, por meio da Medida Provisória nº 2.030-30, de 20 de junho de 2000, e estabeleceu um valor nominal para o superávit primário, com objetivo de reduzir eventuais incertezas quanto às metas fiscais para aquele exercício. Na ocasião ampliou-se também o escopo das metas fiscais estabelecidas pela legislação federal. A meta de superávit primário passou a abranger os orçamentos fiscal, da seguridade social e das empresas estatais federais. A meta conjunta estabelecida pela Medida Provisória em questão fixou o superávit do Governo Central e das Empresas Estatais Federais em, no mínimo, R\$ 30,5 bilhões. A razão de se estabelecer uma meta conjunta decorre da relação entre a receita do governo central através da Conta Petróleo e o resultado da Petrobrás. O preço internacional do petróleo acima do esperado implicaria uma diminuição da arrecadação da Conta Petróleo e um aumento do resultado da Petrobrás. Desta forma, uma meta conjunta evitaria a geração de um excesso de superávit no Setor Público Consolidado às custas de cortes adicionais de despesa no Governo Central.

De acordo com a apuração do Banco Central, pelo critério de Necessidades de Financiamento - Conceito Primário, o superávit para o Governo Central e Empresas Estatais em 2000 alcançou R\$ 30,6 bilhões, equivalente a 2,81% do PIB, cumprindo o estabelecido na LDO. Ressalte-se que esta meta foi alcançada com menor participação de receitas extraordinárias, notadamente receita de concessões, que foram compensadas por um incremento nas receitas de caráter permanente. Por seu lado, as despesas como proporção do PIB mantiveram-se praticamente estáveis. Algumas rubricas orçamentárias cresceram de forma moderada em termos nominais, enquanto os gastos sociais, por exemplo, refletiram um aumento nominal de quase quinze por cento.

SELO GERAL

4154 4 101
CO

Em uma conjuntura de estabilidade cambial e redução das taxas de juros da economia, este superávit primário permitiu que o déficit nominal do Governo Central e das Empresas Estatais Federais fosse substancialmente reduzido, declinando de 6,50% do PIB em 1999 para 2,31% do PIB em 2000. Em decorrência, a dívida líquida do Governo Central e das Empresas Estatais Federais se manteve no mesmo patamar em dezembro de 2000 (30,9%) quando comparado a dezembro de 1999 (30,2% do PIB).

O cumprimento das metas pelo segundo ano consecutivo atestou mais uma vez o comprometimento do Governo com o Programa de Estabilidade Fiscal proposto à Nação em outubro de 1998, o que permitiu reverter a trajetória de crescente endividamento público, propiciando as bases para a recuperação da economia.

A responsabilidade fiscal refletida no continuado cumprimento de metas complementa e é reforçada pelas transformações estruturais e institucionais implementadas nos últimos anos (Reformas da Previdência e Administrativa, Privatizações, Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras). O equilíbrio das contas públicas constitui um instrumento fundamental para a consecução das prioridades sociais do Governo e para garantir um crescimento econômico não inflacionário e duradouro.

4155 4 01

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Demonstrativo das metas anuais
(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

As metas de superávit primário apresentadas no presente Anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002 foram fixadas com objetivo de consolidar os resultados obtidos com o Programa de Estabilidade Fiscal. Mantêm-se, para o triênio 2002-2004, os objetivos básicos da política econômica, quais sejam, a estabilidade de preços e a confiança na saúde financeira do Estado, de forma a promover um ambiente propício ao investimento e à continuidade do crescimento da economia e do nível de emprego.

A variável mais importante no longo prazo para conferir credibilidade à política macroeconômica é a relação dívida/Produto Interno Bruto - PIB. Uma trajetória estável desta relação proporciona a folga necessária à gestão de eventuais desajustes de curto prazo e reduz o risco financeiro de qualquer empreendimento ou investimento no país.

O instrumento fundamental para a consecução dos objetivos propostos do ponto de vista da política fiscal é o estabelecimento de metas para o resultado primário e o controle dos gastos e das receitas em consonância com as metas fixadas.

Essa transição do objetivo último - controlar a relação entre dívida e PIB - para a meta de superávit primário é uma etapa necessária, pois os instrumentos básicos da política fiscal residem, essencialmente, na elaboração e no controle do orçamento de receitas e despesas, e não no universo mais amplo de variáveis representado pela relação entre dívida e PIB propriamente dita.

Propõe-se para o ano de 2002 um superávit primário do Governo Central de R\$ 29,2 bilhões, equivalente a 2,24% do PIB, dado o valor estimado para o PIB de R\$ 1.305,0 bilhões. O superávit primário resulta da diferença entre receitas líquidas estimadas em R\$ 308,3 bilhões e despesas de R\$ 279,1 bilhões.

Para os anos de 2003 e 2004, prevê-se a manutenção do esforço fiscal consubstanciado em metas de 2,24% do PIB para cada ano. Estas metas, cujo caráter neste momento é meramente indicativo, são de resultados primários positivos da ordem de, respectivamente, R\$ 31,4 bilhões e R\$ 33,6 bilhões. Esses números revelam uma mudança no perfil temporal dos resultados primários em relação ao divulgado no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2001.

Uma questão crucial para a política fiscal nos próximos anos é o futuro da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras - CPMF, que já se tornou a quarta fonte de arrecadação por ordem de grandeza. A importância relativa dessa contribuição para a saúde das contas públicas impõe que seja encontrada uma solução adequada para evitar a perda de receita. Para os anos seguintes, está prevista uma nova redução moderada (0,16% do PIB) por conta do fim da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda pessoa física.

Para as Empresas Estatais Federais está sendo previsto um superávit primário de R\$ 7,5 bilhões (0,57% do PIB). Cumpre lembrar que o art. 17 desta Lei permite a compensação entre o resultado primário daquelas Empresas e o do Governo Central. A razão de se estabelecer uma meta conjunta decorre da relação entre a receita do Governo Central através da Conta Petróleo e o resultado da Petrobrás. Variações no preço internacional do petróleo provocam mudanças em direções opostas na arrecadação da Conta Petróleo e no resultado das Estatais Federais. Desta forma, uma meta conjunta pode evitar - como de fato, o fez no ano 2000 - a geração de um excesso de superávit no Setor Público Consolidado às custas de um maior corte de despesa no Governo Central.

Em função do mecanismo de compensação previsto para o resultado primário, a meta de resultado nominal para o Governo Central também ficará alterada no mesmo montante da compensação efetuada.

A meta de superávit primário para o Governo Central mais Empresas Estatais Federais de R\$ 36,7 bilhões, equivalente a 2,81% do PIB e as projeções de resultados para Estados e Municípios apontam para a realização de um superávit primário de 3,5% do PIB para o setor público consolidado em 2002.

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS			
	2002	2003	2004
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez.)	2,40	2,43	2,45
Taxa de juros nominal (% a.a.)	16,5	13,0	11,8
Crescimento real do PIB (%a.a.)	3,5	4,0	4,0
Inflação (% a.a.)	3,5	3,25	3,00
Esqueletos-Privatização (R\$ bilhões)	5,82	8,52	10,03

Tomou-se como ponto de partida para projetar o comportamento da economia brasileira o quadro traçado pelos seus fundamentos. A situação atual permite antever a continuidade do processo de crescimento do PIB com redução gradual da taxa de inflação e da taxa de juros real. Nesse ambiente, estima-se um resultado nominal do Governo Central de 3,26% do PIB em 2002, 2,76% em 2003 e 1,52% em 2004. Em relação à dívida líquida do Governo Central, a previsão é que essa alcance 33,75%, 34,82% e 34,72% do PIB em 2002, 2003 e 2004 respectivamente.

Há que se ressaltar que tanto os valores de déficit nominal quanto os de dívida dependem diretamente das hipóteses macroeconômicas consideradas. Uma variável crítica para a determinação do estoque da dívida é a taxa de câmbio, dado que parcela significativa da dívida bruta do setor público depende diretamente da mesma. Num regime de câmbio flutuante uma deterioração do ambiente externo pode levar a uma desvalorização cambial, o que implica elevação do nível da dívida. Cumpre lembrar, no entanto, que choques externos adversos muitas vezes têm efeitos maiores no curto prazo que no longo prazo, de forma que as projeções aqui apresentadas não consideram a hipótese de novos choques externos. Na verdade, apenas choques permanentes, com impacto na solvência do setor no longo prazo, devem resultar em mudanças na política fiscal. Cabe também ressaltar que os diversos passivos contingentes apresentados no Anexo de Riscos Fiscais podem contribuir adicionalmente para um aumento do estoque de dívida.

Estima-se, assim, que o nível de esforço fiscal determinado pelas metas de resultado primário aqui fixadas seja compatível com a manutenção ou até ligeira queda da relação entre a dívida pública líquida e o PIB. Essas estimativas supõem a evolução da economia brasileira em conformidade com os sólidos fundamentos econômicos atuais, com a redução relativa da vulnerabilidade a abalos de origem externa e com os demais fatores de risco remanescentes.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Patrimônio Líquido da União
(Art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ Milhões					
	2000		1999		1998	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	152.634	53,5	67.918	40,4	139.996	65,4
Reservas	7.082	2,5	5.844	3,5	3.608	1,7
Resultado Acumulado	125.847	44,1	94.258	56,1	70.575	33,0
TOTAL	285.563	100,0	168.021	100,0	214.179	100,0

FONTE: SIAFI / Secretaria do Tesouro Nacional

SENAR
4158 4 01
4158 @

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº-101, de 2000)

Posição: 31.12.98

FONTE		Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO	R\$ mil
		548.315		Saldo de Exercícios Anteriores	
		1.335.461		TESOURO NACIONAL	
		2.705.710		Primeiras parcelas da Banda B (Áreas 3,4,5 e 6)	
		2.353		Antecipações de financiamentos-Banda B (Áreas 1,7,9 e 10); 1ª parcela da Área 2	
		5.280		Malha Paulista	
		40.832		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas	
		4.089.636		Outras receitas	
				Sub-total Ingressos - Tesouro Nacional	
		24.483		ANATEL/FISTEL	
		24.483		Valor ingressado para a ANATEL, conforme determinado pela Portaria Interministerial dos	
				Ministérios da Fazenda e das Comunicações nº 209, de 13/8/98.	
				Sub-total Ingressos - ANATEL/FISTEL	
		4.114.119		Total ingressos	
				TESOURO NACIONAL	
		1.984.058		Amortização da Dívida Interna	
		55.249		ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97)	
		1.480.370		Minist. Previd. e Assist. Social (Lei nº 9.751, de 16.12.98 e MP nº 1.785, de 29.12.98)	
		431.483		Minist. Educação e Desporto-MEC (Lei nº 9.598, de 30.12.97 e Decreto de 24.6.98)	
		102.000		Justiça do Trabalho (Lei nº 9.723, de 30.11.980)	
		3.654		Ministério dos Transportes (Lei nº 9.747, de 16.12.98 e Decreto de 21.12.98)	
		70		Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.598, de 30.12.97)	
		581.066		Reclassificado p/Fonte 197 - Apropriação de Superávit	
		4.637.951		Sub-total utilizado - Tesouro Nacional	
		24.483		ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Portaria Intermin.MF/MC nº 209, de 13.8.98)	
		24.483		Sub-total utilizado - ANATEL/FISTEL	
		4.662.434		Total utilizado	
		0		Saldo para o Exercício Seguinte	
		76.177		Saldo de Exercícios Anteriores	
		8.800.000		Sistema Telebrás	
		860.399		Gerasul	
		4.489		Banco Meridional alienado em 1997	
		2.694		Outras receitas	
		9.667.582		Total ingressos	
		9.649.731		Amortização da Dívida Interna	
		9.649.731		Total utilizado	
		94.028		Saldo para o Exercício Seguinte	
		624.492		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
		13.781.701		TOTAL DE INGRESSOS	
		14.312.165		UTILIZADO NO PERÍODO	
		94.028		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/CODIP.

* Desestatizações ocorridas em 1998 e outros exercícios

SENADI - 10/10/98
 Proposta nº 4
 PLAN nº 101
 Pág. 4159

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

			R\$ mil
Posição: 31.12.99			
FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	0		Saldo de Exercícios Anteriores
	2.401.702		Sistema Telebrás - Remanejado da Fonte 163
	8.188		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	933.745		Banda B (Áreas 2,3,4 e 6)
	1.077.559		Outras receitas
F	4.421.194		Total ingressos
O		3.587.043	Amortização da Dívida Interna
N		2.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.789, de 23.2.99)
T		5.234	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.789/99)
E		44.954	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.789/99)
1		638.841	Ministério da Saúde (Lei nº 9.789/99)
2		5.948	Minist. Educação (Lei nº 9.789/99) - Cota Liberada pela Fonte 329
9		12.246	ANATEL (Lei nº 9.789/99, Lei nº 9.472, de 16.7.97) - Disponibilidade da ANATEL
		4.296.266	Total utilizado
	124.928		Saldo para o Exercício Seguinte
<hr/>			
	94.028		Saldo de Exercícios Anteriores
	1.665.910		Sistema Telebrás - Leilão/98
F	317.658		Sistema Telebrás -Ofertas aos Empregados
O	82.930		Gerasul - Ações remanescentes
N	1.058		Gerasul - Oferta aos Empregados
T	13.511		Participações minoritárias - Decreto 1.068/94
E	11.966		Banco Meridional alienado em 1997
	56.599		Outras receitas
1	2.149.632		Total ingressos
6		2.214.477	Amortização da Dívida Interna
3		2.214.477	Total utilizado
	29.183		Saldo para o Exercício Seguinte
<hr/>			
T	94.028		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
O	6.570.826		TOTAL DE INGRESSOS
T	6.510.743		TOTAL UTILIZADO
A	154.111		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
I			
S			

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/CODIP.

* Desestatizações ocorridas em 1999 e outros exercícios

4.101
4160

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.00			R\$ mil
FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	124.928		Saldo de Exercícios Anteriores
	1.692.271		ANATEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Lei nº 9.969, de 11.5.00)
	3.073.622		Sistema Telebrás - Leilão/98
F	9.807		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
O	476.154		Outras receitas
N			
T	5.251.854		Total ingressos
E			
		5.137.886	Amortização da Dívida Interna
1		12.045	Agência Nacional de Petróleo - ANP (Lei nº 9.969, de 11.5.00)
2		42.090	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.969, de 11.5.00)
9		2.218	Outros
		5.194.239	Total utilizado
	182.543		Saldo para o Exercício Seguinte
	29.183		Saldo de Exercícios Anteriores
	2.165.345		Sistema Telebrás - Leilão/98
	4.841		Sistema Telebrás - Oferta aos Empregados
F	5.602.556		Petrobras - Oferta Pública
O	293		Gerasul - Oferta aos Empregados
N	7.020.123		Banco do Estado de São Paulo S.A - Banespa
T	6.002		Banco Meridional - Leilão/97
E	426.197		Outras receitas
	15.225.357		Total ingressos
1			
6		14.824.612	Amortização da Dívida Interna
3		14.824.612	Total utilizado
	429.928		Saldo para o Exercício Seguinte
T			
O	154.111		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
T	20.477.211		TOTAL DE INGRESSOS
A	20.018.851		TOTAL UTILIZADO
I	612.471		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
S			

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/CODIP.

* Desestatizações ocorridas em 2000 e outros exercícios

4261

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Demonstrativo de Benefícios Tributários e Beneficiários
(Art. 4º, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001 Valor Estimado	2002		
					Valor Estimado	Participação %	
						PIB	Total dos Benefício
Tributários (1)	17.279,5	15.530,1	18.043,2	20.554,5	23.601,4	1,79	72,0
Zona Franca de Manaus e Amazônia	3.352,1	2.718,1	2.262,6	3.294,3	3.612,3	0,27	11,0
Áreas de livre Comércio	48,3	48,1	29,5	25,8	27,9	0,00	0,1
Informática	480,2	534,0	1.080,3	1.230,0	1.237,3	0,09	3,8
Máquinas e Equipamentos	92,4	600,5	127,8	140,5	149,0	0,01	0,5
Componentes de Aeronaves e Embarcações	36,1	46,6	88,3	91,8	99,3	0,01	0,3
Lojas Francas	149,5	117,9	184,3	140,2	153,6	0,01	0,5
Bagagem	801,3	540,8	348,0	494,3	523,9	0,04	1,6
Mineração	0,3	2,3	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Objetos de Arte	0,0	0,0	0,0	30,7	31,2	0,00	0,1
Material Promocional	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,00	0,0
Itaipu Binacional	2,9	2,8	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Construção Naval	123,1	94,8	103,1	121,7	126,5	0,01	0,4
Setor Automotivo	920,2	1.106,7	180,0	237,7	320,8	0,02	1,0
Rendimentos Isentos e não tributáveis	4.249,9	4.398,1	6.856,6	6.046,7	6.972,6	0,53	21,3
Deduções do rendimento Tributável	2.894,1	3.154,0	3.500,9	4.403,8	5.078,2	0,38	15,5
Deduções do Imposto Devido	0,0	0,0	0,0	6,0	6,9	0,00	0,0
Desenvolvimento Regional	2.181,2	1.285,8	1.283,2	1.377,0	1.811,3	0,14	5,5
SUDENE	567,6	174,1	206,4	292,0	384,0	0,03	1,2
SUDAM	487,1	266,7	281,5	299,6	394,0	0,03	1,2
FINOR	658,2	498,1	468,9	387,1	509,2	0,04	1,6
FINAM	453,6	335,4	315,7	378,3	497,6	0,04	1,5
FUNRES	14,8	11,4	10,7	20,1	26,4	0,00	0,1
Benefícios ao Trabalhador	171,4	172,0	265,7	126,4	166,3	0,01	0,5
Cultura	53,3	48,7	209,8	188,4	247,8	0,02	0,8
Criança e Adolescente	5,4	6,7	12,0	6,4	8,5	0,00	0,0
Audiovisual	87,9	58,2	109,6	77,7	100,7	0,01	0,3
Micro e Pequenas Empresas	1.290,4	516,7	1.247,0	2.286,3	2.656,9	0,20	8,1
Ciência e Tecnologia	170,0	52,7	41,7	53,1	65,9	0,00	0,2
Doações a institutos de pesquisa	1,8	2,0	2,5	1,6	2,1	0,00	0,0
Doações a entidades s/ fins lucrativos	23,5	22,5	27,8	25,9	33,6	0,00	0,1
Operações de crédito p/ habitação	0,0	0,0	25,0	93,8	110,6	0,01	0,3
Operações de crédito p/ Fundos constitucionais	0,0	0,0	28,0	31,3	36,8	0,00	0,1
Operações de crédito p/ aquisição de taxis	0,0	0,0	14,4	4,8	5,7	0,00	0,0
Propriedade Territorial Rural	0,0	0,0	15,0	18,0	15,4	0,00	0,0
Desporto	21,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Outros	122,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Previdenciários (2)	5.245,8	6.582,6	7.387,2	8.194,5	9.200,9	0,70	28,0
Segurado Especial	2.090,7	2.540,7	2.851,3	3.162,8	3.080,9	0,23	9,4
Produtor Rural Pessoa Física e Jurídica	376,6	608,7	683,0	757,7	898,0	0,07	2,7
Clubes de Futebol Profissional	35,1	48,1	54,0	59,9	50,1	0,00	0,2
SIMPLES	1.039,0	1.726,4	1.937,4	2.149,1	2.671,6	0,20	8,1
Empregados Domésticos	131,8	157,4	176,7	196,0	290,2	0,02	0,9
Entidades Filantrópicas	1.572,7	1.501,4	1.684,9	1.869,0	2.210,1	0,17	6,7
Total (3)	22.525,4	22.112,7	25.430,5	28.748,9	32.802,3	2,48	100,0

BRASIL, 1999

Data de impressão: 10/01/2001

4 101

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002

Demonstrativo da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

A estimativa de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 2º, V). O demonstrativo da utilização dessa margem, no projeto de lei orçamentária foi exigência da LDO de 2001. Esta LDO determina que tal demonstrativo conste do projeto de lei orçamentária e também autoriza a revisão dos cálculos da margem bruta de expansão, para o caso de reestimativa da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e de refinamento do conceito, de forma a considerar outros elementos que compõem a base de cálculo de impostos e contribuições, e deduções.

Apesar de não haver uma definição específica desse conceito na referida Lei, seu art. 17, ao tratar da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, traz elementos à compreensão da natureza do problema. Nesse artigo, exige-se como requisito, para a efetivação desse grupo de despesas, a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Entende-se como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota, para obter o montante tributário a ser arrecadado. Assim, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária.

O aumento na base de cálculo em 2002 é estimado preliminarmente em R\$ 6,5 bilhões, em virtude da expectativa de crescimento real do PIB de 4,5%. A metodologia de estimação utilizada buscou isolar o efeito de variação das quantidades sobre a receita administrada líquida prevista, deduzindo-se os efeitos da variação de preços e das alterações na legislação tributária. Foram excluídos os tributos baseados na propriedade e os benefícios previdenciários, além de terem sido deduzidas as transferências constitucionais vinculadas a esse aumento de receita.

Margem de Expansão em 2002	
	R\$ milhões
1. Aumento Real da Arrecadação	8.317
2. Transferências Constitucionais de Impostos	1.837
3. Margem Bruta	6.480

SENADO FEDERAL

Presidência

Rel. G. M.

Fls. 4163

4 101
e

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

O substancial avanço na implementação de um regime fiscal responsável foi uma marca da política econômica dos últimos anos, constituindo-se um importante pilar para o atual cenário de crescimento econômico acompanhado de estabilidade de preços. Além da melhora nos resultados fiscais, significando um maior comprometimento com o ajuste fiscal, várias foram as mudanças institucionais, com o objetivo não só de permitir a solvência do setor público no longo prazo, por meio da estabilização do endividamento público, mas também de aumentar a transparência fiscal.

Mesmo com o avanço na solidificação do ajuste fiscal, existem sempre riscos que podem representar alterações nos indicadores fiscais esperados. As alterações desses indicadores podem ter consequência nas decisões futuras de política fiscal, devendo ser analisadas cuidadosamente. Pode-se classificar dois tipos de riscos fiscais: os que afetam o cumprimento da meta de resultado primário e os que afetam o primário requerido para a trajetória da razão dívida/PIB desejada.

Os riscos que afetam o cumprimento de determinada meta de resultado primário têm efeito sobre fluxos de receitas e despesas de forma que estes sejam diferentes das previsões contidas nas propostas de execução orçamentária, sendo denominados riscos orçamentários. Com relação aos riscos orçamentários, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 9º prevê que, se ao final de um bimestre, a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultados estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Este mecanismo permite que desvios em relação às previsões sejam corrigidos ao longo do ano de forma a não afetar o cumprimento das metas de resultado primário. Dessa forma, os riscos orçamentários são compensados por meio da realocação e da redução de despesas.

O segundo conjunto de riscos tem impacto direto no estoque da dívida pública. O aumento desse estoque, por sua vez, deverá ser compensado por uma aceleração no processo de privatização ou por uma geração de resultados primários futuros maior que aqueles inicialmente estimados, de forma a manter a trajetória da razão dívida/PIB desejada. Assim, se o aumento do endividamento implicar risco para a solvência do setor público no longo prazo, haverá necessidade de maior esforço fiscal no médio prazo.

Alterações no cenário econômico previsto podem ter impacto importante na execução orçamentária, na medida em que afetam diretamente projeções de receitas e despesas. Uma variável econômica importante para a projeção das contas fiscais é o crescimento real da economia. Grande parte das receitas tributárias e previdenciárias depende do nível de atividade econômica. Os impostos sobre a produção, o faturamento, ou a renda, são bons exemplos. De modo geral, essas receitas podem variar mais ou menos proporcionalmente com o nível de atividade econômica, isto é, sua elasticidade em relação ao PIB pode ser maior ou menor do que 1. Algumas despesas também variam em função do nível de atividade econômica. As despesas com seguro desemprego, por exemplo, aumentam quando a economia desacelera. Por outro lado, despesas de pessoal do governo são basicamente determinadas por decisões associadas a planos de carreira, aumentos salariais, etc. Finalmente, as despesas chamadas discricionárias

4.01
4164

ajustam-se, em grande medida, à política do governo, e podem ter comportamento bastante distinto, dependendo dos objetivos da política fiscal e das circunstâncias econômicas.

Considerando-se o Governo Central, por exemplo, em 2002 um crescimento do PIB em 0,5% inferior (superior) ao projetado significa uma redução (aumento) da receita primária bruta de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Essa redução de receitas deverá ser compensada via redução de despesas suficiente para se atingir a meta de superávit primário. Por sua vez, para 2003 e 2004, um crescimento do PIB 0,5% inferior (superior) à estimativa atual implica diminuição (aumento) da arrecadação bruta em R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,6 bilhão respectivamente.

O cenário macroeconômico também tem impacto importante sobre a razão dívida/PIB e, por consequência, sobre o primário requerido. Estimativas do Banco Central do Brasil indicam que uma depreciação de 1% do Real aumenta em 0,21 ponto percentual a razão dívida/PIB, enquanto o aumento de 1% ao ano da taxa de juros SELIC pelo período de doze meses, aumenta em 0,26 ponto percentual a dívida/PIB. Quanto ao ritmo de crescimento da economia, além do efeito direto sobre o denominador, cumpre lembrar que uma taxa de crescimento maior, ao alterar as receitas primárias, torna possível a realização de resultados primários maiores que implicam redução mais rápida do estoque da dívida.

Parte substancial dos riscos fiscais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública é passivo contingente derivado em sua maioria de ações judiciais. É importante ressaltar que a listagem dos passivos a seguir não implica ou infere probabilidade de ocorrência, mas apenas aponta os passivos que, se reconhecidos, teriam maior impacto sobre a política fiscal. Cumpre lembrar, ainda, que a mensuração destes passivos muitas vezes é difícil e imprecisa.

Parte das ações contra a União se refere ao controle de preços ou à aplicabilidade de índices de correção no período anterior à vigência do Real. Deve-se mencionar aqui a correção dos cruzados bloqueados pelo Plano Collor, em março de 1990. A correção aplicada pelos bancos foi o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), de acordo com a Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990. Os correntistas alegam que deveria ter sido aplicado o Índice de Preços ao Consumidor, de acordo com a Lei nº 7.730, de 1989. De acordo com decisão do Superior Tribunal da Justiça, a correção deverá ser feita pelo BTNF, entretanto, a tese está hoje submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Uma eventual mudança no índice de correção deverá ser paga pelo Banco Central do Brasil, em consonância com decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Outra questão relevante reside no questionamento relativo à conversão em URV em março de 1994 do valor dos benefícios previdenciários mantidos no período. Tal conversão, nos termos do art. 20, inciso I, da Lei nº 8.880, de 1994, deveria ser efetivada "dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente, de acordo com o Anexo I da referida Lei". O Superior Tribunal de Justiça, em reiteradas decisões, entendeu legítima a forma de conversão aplicada. A questão hoje pende de exame junto ao Supremo Tribunal Federal no que toca à constitucionalidade da expressão "nominal" contida no dispositivo legal citado.

Há que se mencionar também um conjunto de ações relacionadas à responsabilidade civil do Estado. Ações movidas por companhias de aviação e por empresas do setor sucro-alcooleiro reivindicam supostas perdas derivadas dos reajustes de preços estipulados pelo setor público, assim como do controle da comercialização e distribuição do produto. No entanto, as decisões judiciais recentes têm

4 101
4165

sido favoráveis à União de forma que a probabilidade destes passivos virem a se efetivar se afigura bastante reduzida.

No que se refere às ações de natureza trabalhista e tributária, há aqui um amplo conjunto de demandas, muitas delas já julgadas, entre as quais vale fazer referência, dentro do critério anteriormente estabelecido, à ação que questiona a constitucionalidade do uso da taxa SELIC na correção dos impostos atrasados. Uma decisão desfavorável ao governo, poderia representar uma despesa adicional estimada em R\$ 4,5 bilhões, considerando o período compreendido entre o ano de 1996 até o mês de agosto de 2000. Cumpre lembrar que passivos desta natureza já com sentença definitivas foram tratados como precatórios.

A Lei nº 9.703, de 1998, determina que os depósitos judiciais sejam recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, enquanto suas devoluções são computadas como restituições. Entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2001 foram recolhidos R\$ 7,4 bilhões em depósitos judiciais. Esses valores são considerados passivos contingentes, no sentido de que decisões judiciais desfavoráveis à União podem representar diminuição da receita líquida. Como essa alteração na legislação é recente, torna-se difícil mensurar o volume de restituições a título de devolução desses depósitos. Em 1999 e 2000, esse valor totalizou R\$ 691 milhões, sendo que R\$ 446 milhões estão concentrados no mês de agosto de 2000, ou seja, nos outros meses a restituição média mensal foi de R\$ 11 milhões. Em relação aos depósitos judiciais, há de se mencionar ainda que o estoque depositado junto à Caixa Econômica Federal até dezembro de 2000 tem sido recolhido à Conta Única do Tesouro à medida que ações judiciais são ganhas. Esse seria um exemplo de um ativo contingente da União.

Outro passivo contingente a ser mencionado é o empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis e aquisição de veículos, criado pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23/07/86 e recolhido até 1989. O saldo desses empréstimos em dezembro de 2000 era de R\$ 12,6 bilhões, dos quais R\$ 10,2 bilhões referem-se ao consumo de combustíveis e R\$ 2,4 bilhões à aquisição de veículos. Decisões judiciais acerca destes empréstimos têm tido impactos tanto positivos quanto negativos no fluxo financeiro da União. A União perdeu algumas ações que têm sido pagas na forma de precatórios. Ao mesmo tempo, como houve contestações jurídicas na época da cobrança, com recolhimento via depósitos judiciais na Caixa Econômica Federal, as ações ganhas pela União referente a estes depósitos têm significado receitas adicionais para a União.

A explicitação dos passivos contingentes neste Anexo representa um avanço no sentido de maior dar transparência fiscal. No entanto, é importante ressaltar que as ações aqui citadas representam apenas passivos contingentes. Ou seja, ainda estão em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela União. Ao contrário, a União vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade de seus atos. Além disso, caso a União perca algum destes julgamentos a política fiscal será acionada visando neutralizar eventuais perdas, de forma a garantir a solvência do setor público.

As garantias concedidas pela União em operações de crédito também constituem-se em passivos contingentes, ainda que de natureza diferente daqueles decorrentes de ações judiciais. Uma grande parte dessas garantias refere-se a fianças e avais concedidos a empréstimos contratados junto a organismos internacionais. Nesse caso, é importante lembrar que o valor pago tem sido muito pequeno em relação aos compromissos assumidos. Em 2000, por exemplo, a União foi obrigada a honrar apenas US\$ 8,2 milhões. Em 1999 e 1998 este montante foi igual a US\$ 74 milhões e US\$ 52 milhões respectivamente. Logo, apesar de estarem sendo consideradas neste Anexo, as garantias concedidas não representam um risco elevado para as contas fiscais, dado o histórico recente. Além disso, grande parte

4106 4 101
4106 0

destas garantias é acompanhada de contragarantias de forma que o efeito líquido para as contas públicas é ainda menor, na medida que devemos descontar do montante honrado pela União as contragarantias executadas. Cumpre lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 40, § 1º, condiciona a concessão de garantia dos entes da Federação ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.

Finalmente, além dos itens enumerados acima, deve-se considerar também os passivos da União ainda não contabilizados, mas que se inserem no cronograma de reconhecimento futuro de passivos. É importante ressaltar o esforço despendido nos últimos anos para o reconhecimento de dívidas antes não contabilizadas por parte do Governo Central, o que significou uma maior transparência nas contas públicas. Em 2002 espera-se reconhecer passivos no montante de R\$ 11,4 bilhões compostos de acordo com a tabela abaixo:

Perspectivas de Emissões do Tesouro Nacional
Decorrentes de Assunção e Reestruturação de Passivos da União

DÍVIDA		
CREDOR	ORIGEM	PREVISTO ¹ (a preços de 28/02/01)
2002		
1) Dívidas originárias da extinção de entidades/órgãos da administração pública		1.191.279.688,23
2) Dívidas originárias da criação/extinção de Unidades da Federação		223.415.935,11
3) Dívidas diretas da União		15.683.290,44
4) Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS		10.000.000.000,00
TOTAL EXERCÍCIO DE 2002		11.430.378.913,78

4167 4.01

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu artigo 4º estabelece que, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais contendo, entre outros, a avaliação da situação financeira e atuarial dos Regimes Geral de Previdência Social (RGPS) e Próprio dos Servidores Públicos, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

Dando cumprimento ao diploma legal, encaminhamos as referidas projeções atuariais da seguinte forma:

- Projeção Atuarial do RGPS, até o ano de 2020, elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), tomando por base modelo demográfico-atuarial, levando em conta a estrutura previdenciária existente, o comportamento demográfico, a trajetória do mercado de trabalho e transições da condição de contribuinte para inatividade para determinação dos montantes de Receita e de Despesa.
- Projeção Atuarial dos Servidores Públicos do Executivo Civil, até o ano de 2075, elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e pelo MPAS. Para efeito desta avaliação não foram incluídos dados dos servidores do Banco Central, do Ministério Público da União e dos servidores do Ministério das Relações Exteriores lotados no exterior, face à ausência ou incompatibilidade das bases de dados. Considerou-se as recentes alterações na legislação, particularmente as concernentes ao regime previdenciário, às regras de contratação de servidores, mudança no leque de beneficiários e as modificações na atual estrutura de pessoal do governo federal. Nesta projeção não estão inclusas as avaliações dos Poderes Legislativo e Judiciário em função de dificuldades para a obtenção das informações. Para os anos seguintes, espera-se que as dificuldades cadastrais, de sistema, e de base de dados sejam superadas e que as projeções atuariais possam ser feitas levando em consideração o conjunto dos servidores públicos, abrangendo os três poderes da república.
- Projeção Atuarial dos Servidores Militares, até o ano de 2075, elaborada pelo Ministério da Defesa e pelo MPAS. Considerou-se o conjunto dos servidores militares das três forças armadas, levando-se em consideração as alterações referentes às regras de concessão de benefícios, de contribuição e de leque de beneficiários.
- Projeção Atuarial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), até o ano de 2020, levando em conta o modelo de concessão de benefícios, sua tendência expansionista dada a recente implantação deste benefício, a trajetória do mercado de trabalho e o comportamento demográfico. A avaliação da LOAS nesse anexo ocorre já que a mesma é considerada um programa de natureza atuarial. Não foram identificados outros fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial, além dos aqui listados.

SEARCHED _____ INDEXED _____
SERIALIZED _____ FILED _____
APR 11 1968
FBI - MEMPHIS
4168 C 101

- Análise financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), levando em conta aspectos demográficos, de mercado de trabalho, e referentes à estrutura do programa.

Hipóteses acerca destes programas e do comportamento da economia em nível micro e macro são fundamentais na determinação dos resultados, de forma que a alteração das mesmas provoca importantes alterações nas conclusões aqui obtidas.

Diversas dificuldades foram encontradas para a realização das projeções atuariais. Dentre elas podemos destacar algumas de caráter geral como a precariedade das bases de dados, a inexistência de informações em outras e mesmo incompatibilidades entre os diversos sistemas informacionais dos órgãos envolvidos. Dada a necessidade legal de realização das avaliações, o desenvolvimento de sistemas que levem em conta as questões acima apontadas é de grande relevância para que as projeções atuariais sejam representativas do conjunto das populações avaliadas.

4169 4 01
©

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Avaliação da situação financeira e atuarial dos amparos assistenciais da Lei Orgânica
de Assistência Social (LOAS)
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea b da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento tem como objetivo apresentar projeções de longo prazo para os benefícios de amparos assistenciais ao idoso e ao portador de deficiência física previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993), atendendo ao disposto no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no. 101 de 4 de maio de 2000).

Os amparos assistenciais são pagos aos idosos com idade igual ou superior a 67 anos, que possuam uma renda familiar mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo e às pessoas portadoras de deficiência que atendam as mesmas condições de renda familiar. O benefício é equivalente a 1 (um) salário mínimo.

Este documento está dividido em três partes, além destas considerações iniciais. Na primeira apresenta-se a metodologia utilizada nas projeções, na segunda são definidas as hipóteses básicas do modelo e na terceira são apresentados os resultados.

2. METODOLOGIA

Para projeção da quantidade de beneficiários foi utilizado o denominado “método do estoque”, que funciona por meio da construção de probabilidades dinâmicas dos indivíduos estarem recebendo os amparos assistenciais para determinada coorte de sexo e idade. As projeções apresentadas resultam da combinação das probabilidades dinâmicas em conjunto com a projeção demográfica do IBGE.

As projeções dos amparos assistenciais são condicionadas pela evolução demográfica e pela evolução do nível de renda da população mais pobre (com renda per capita domiciliar inferior a ¼ do salário mínimo). Além disso, é importante frisar que se trata de um benefício, cujo número de concessões está em fase de transição em direção à maturidade, pois começou a ser concedido em janeiro de 1996.

Neste estudo foi usada a mesma metodologia tanto para o amparo assistencial ao idoso quanto ao portador de deficiência.

Primeiramente, observou-se a evolução do quantitativo total de LOAS desde o início da concessão do benefício para analisar o seu comportamento. Depois foram construídas as probabilidades dinâmicas de recebimento do benefício para coortes de sexo e

4 01
4.70

idade e para cada tipo de benefício a partir dos dados de estoque dos anos 1998 e 1999. Finalmente, aplicaram-se as probabilidades construídas para cada coorte de sexo e idade e para cada benefício à projeção populacional do IBGE até o ano de 2020.

Para se construir a probabilidade de recebimento do benefício para determinada coorte, observaram-se os dados de 1997 a 1999, e usou-se a seguinte equação:

$$P_{x,t,g,b} = \frac{QL_{x,t,g,b}}{QT_{x,t,g}}; \text{ onde, nesse caso, estabeleceu-se } t=1999.$$

$P_{x,t,g,b}$ = probabilidade de uma pessoa na idade x , gênero g , no tempo t e para o benefício b estar recebendo o benefício;

$b = 1$ para o benefício de amparo assistencial ao idoso; 2 para o benefício de amparo assistencial ao portador de deficiência;

$QL_{x,t,g,b}$ = quantidade de pessoas que recebem LOAS na idade x , no ano t , gênero g e para o benefício b ;

$QT_{x,t,g}$ = quantidade total de pessoas na idade x , no ano t e gênero g .

O tratamento de dinâmica de transição de acordo com o método do estoque estabelece probabilidades variáveis ao longo do tempo, aqui denominadas de $P'_{x,g,t}$, onde:

$$P'_{x,g,t,b} = \begin{cases} P_{x,g,t,b}, & \text{se } P_{x,g,t,b} \geq P_{x-1,g,t-1,b} \\ P_{x-1,g,t-1,b}, & \text{caso contrário.} \end{cases}$$

A equação utilizada para se encontrar a quantidade de benefícios na idade x e no ano t está a seguir:

$$QL_{x,t,g,b} = QT_{x,t,g} * P'_{x,g,t,b}$$

$QL_{x,t,g,b}$ = quantidade de pessoas que recebem LOAS na idade x , no ano t , gênero g e para o benefício b ;

$QT_{x,t,g}$ = quantidade total de pessoas na idade x , no ano t e gênero g determinada pela projeção demográfica do IBGE.

3. HIPÓTESES UTILIZADAS

As projeções utilizadas são extremamente sensíveis às hipóteses de reajuste dos benefícios, dinâmica demográfica, nível de renda dos mais pobres e evolução do PIB.

Adotou-se a hipótese de que os amparos assistenciais deverão manter o valor real de R\$ 180, sendo concedidos reajustes anuais correspondentes à variação da inflação do período. As projeções demográficas foram feitas pelo IBGE e estão apresentadas no Anexo

4171 4171 01²

1. Observa-se nesse anexo que, em 2000, 4,27% da população encontrava-se na faixa etária acima de 67 anos, chegando a 7,16% em 2020, ou seja, no ano 2000 havia 7,1 milhões de pessoas que preenchiam o primeiro requisito para a obtenção de LOAS idoso. Em 2020 esse número estará próximo a 14,9 milhões.

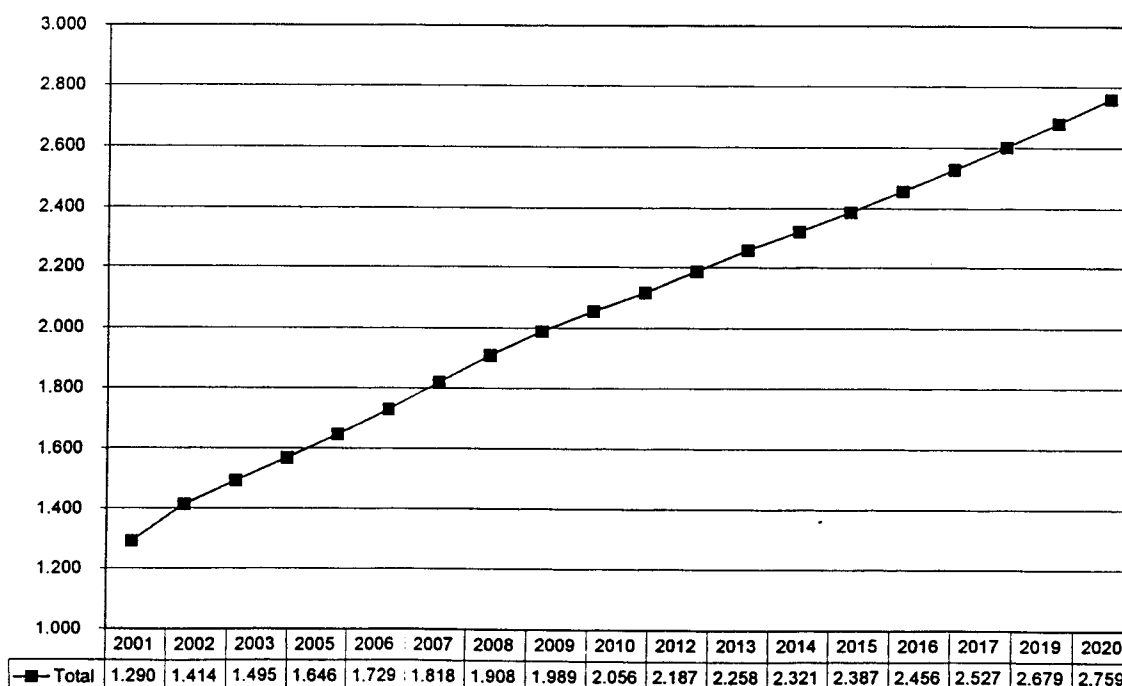
Em relação ao nível de renda, optou-se pela hipótese conservadora de se manter fixa a relação entre o número de pessoas cuja renda per capita domiciliar é menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e o total da população existente em 2000 para os próximos anos até 2020.

Para a análise da despesa total com benefícios em relação ao PIB, considerou-se a evolução do PIB real de 4,5% até 2004, seguindo parâmetros do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2002 (PLDO 2002), e 3,5% para os demais anos.

4. RESULTADOS

Analisando os resultados obtidos pelo método do estoque, observa-se uma trajetória de crescimento para os benefícios ao longo do tempo. A projeção inicia no ano 2001 com 1,29 milhões de benefícios de amparo assistencial ao idoso e ao portador de deficiência, chegando a 2,76 milhões de benefícios em 2020, como pode ser observado no Gráfico 1. A tendência de aumento da quantidade de benefícios concedidos é consistente com a realidade social da cobertura previdenciária. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD de 1999, somente 40% da população ocupada está protegida pelo Seguro Social. Os demais, correspondentes a 40,2 milhões de trabalhadores, caso não se filiem à previdência, são potenciais clientes da política de assistência social e, portanto, dos benefícios da LOAS.

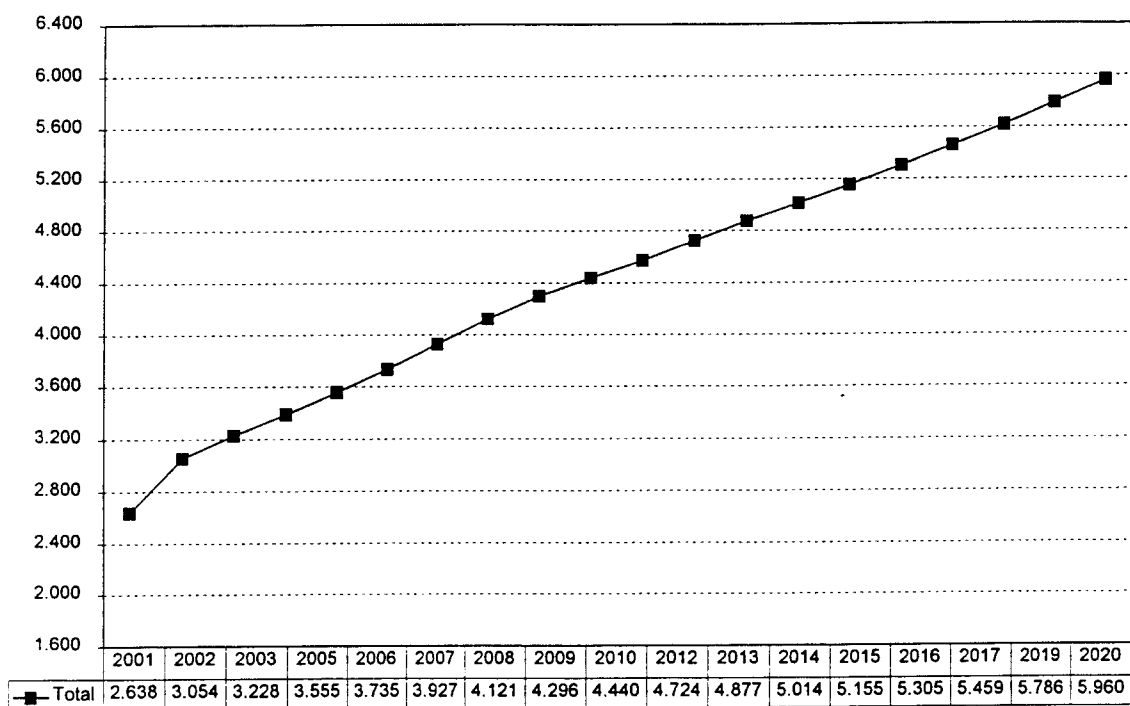
GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS EMITIDOS DE AMPARO
ASSISTENCIAL AO IDOSO E AO DEFICIENTE
QUANTIDADE EM MILHARES
- 2001 A 2020 -



Fonte: SPS/MPAS

A evolução do gasto total com benefício de amparo assistencial ao idoso e ao deficiente apresenta a mesma trajetória da quantidade total. Isso ocorre devido ao fato de a despesa evoluir em uma relação direta com a quantidade, pois o valor de cada benefício é igual ao valor do salário mínimo. Conforme assinalado, estas projeções consideram que o valor de R\$ 180,00 do salário mínimo será mantido em termos reais de 2001 em diante. Observa-se que, já no ano 2001, o gasto com o benefício estará na casa dos R\$ 2.638 milhões (Gráfico 2), chegando a mais de R\$ 5.960 milhões no ano 2020.

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL COM BENEFÍCIO DE AMPARO ASSISTENCIAL AO
IDOSO E AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
- Valores em R\$ milhões de 2001 -
- 2001 A 2020 -



Fonte: SPS/MPAS

A relação Despesa/PIB passa de 0,23% em 2001 para 0,26% em 2002, em razão do impacto do reajuste real dado ao salário mínimo em 2001. No entanto, essa relação não apresenta grandes variações para os demais anos, oscilando entre os valores de 0,26% e 0,28% (Gráfico 3).

SENADO FEDERAL

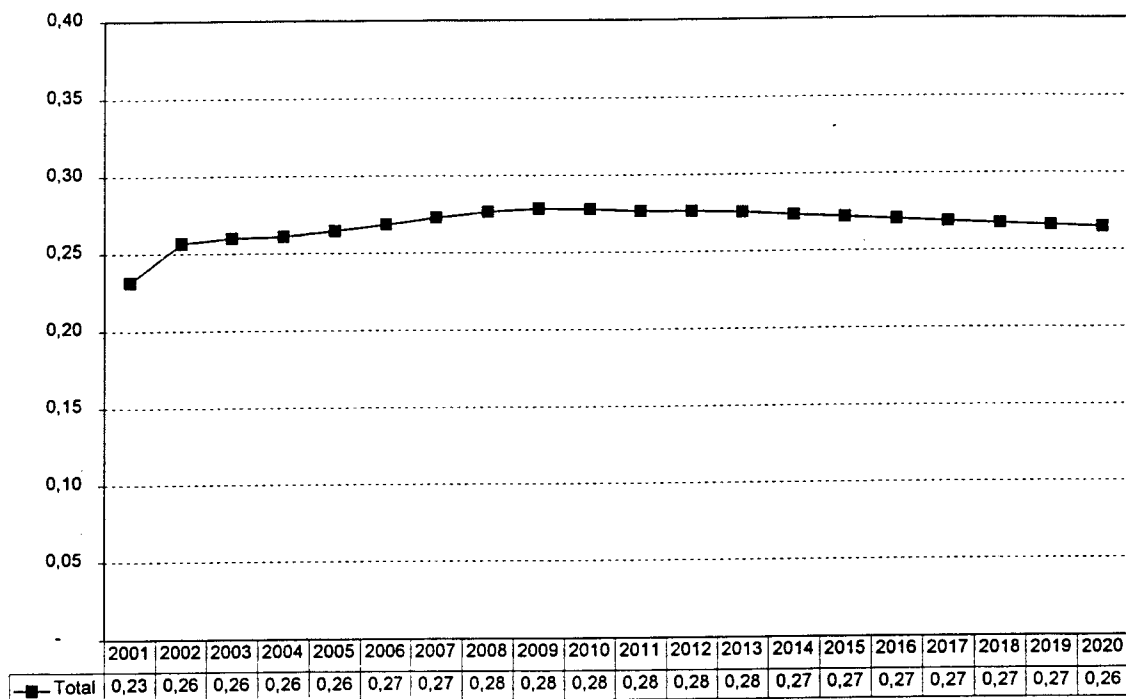
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

4/173

4.01

4

GRÁFICO 3



Fonte: SPS/MPAS

SENADO FEDERAL

11/17/77

4

1174 (6)


194119

•

4

01

4174



5

ANEXO 1 – PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 2000 – 2020

Período	População Total A	População Acima de 67 anos B	% C = B/A
2000	166.112.518	7.097.272	4,27
2001	168.288.748	7.333.531	4,36
2002	170.472.971	7.592.253	4,45
2003	172.660.461	7.877.282	4,56
2004	174.850.798	8.185.447	4,68
2005	177.043.039	8.508.224	4,81
2006	179.231.290	8.833.763	4,93
2007	181.409.923	9.154.360	5,05
2008	183.579.662	9.469.190	5,16
2009	185.734.517	9.784.098	5,27
2010	187.862.137	10.106.546	5,38
2011	189.964.445	10.446.859	5,50
2012	192.044.884	10.813.040	5,63
2013	194.094.332	11.208.188	5,77
2014	196.112.097	11.632.550	5,93
2015	198.105.420	12.087.746	6,10
2016	200.075.147	12.574.838	6,29
2017	202.014.758	13.094.963	6,48
2018	203.925.784	13.649.587	6,69
2019	205.818.683	14.240.914	6,92
2020	207.696.505	14.871.512	7,16

Fonte: IBGE.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4.175

4.175

4.175

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Avaliação da situação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea a da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

De acordo com o que estabelece a alínea “a” do inciso IV do § 2º do art.4º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, apresenta-se a avaliação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O trabalho está dividido em duas partes:

I - Desempenho Econômico-Financeiro do FAT – Esta parte analisa o desempenho econômico-financeiro do FAT durante os últimos anos. São apresentados os comportamentos da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP; das Receitas e Despesas do Fundo (e consequentemente, do resultado primário); bem como da evolução patrimonial. Todas essas grandezas são tratadas em termos reais, a preços de dezembro de 2000, utilizando-se o IGP-DI/FGV como indexador.

II – Projeções para os exercícios financeiros de 2001 a 2003 – Nesta parte foram realizadas as estimativas das receitas e das despesas do fundo para os exercícios de 2001 a 2003, seguindo em anexo os quadros demonstrativos e a metodologia utilizada para a elaboração das estimativas.

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE está estudando, em conjunto com o BNDES e outras instituições, a possibilidade da realização da avaliação atuarial do Fundo. Os especialistas no assunto têm apresentado dúvidas quanto a aplicabilidade desse tipo de avaliação para o FAT, por tratar-se de fundo diverso daqueles de natureza previdenciária.

I - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT

1. Introdução

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, instituído por meio da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, por ocasião da regulamentação do artigo 239 da Constituição Federal.

Os recursos do FAT são provenientes, basicamente, das contribuições para o PIS e para o PASEP. Também fazem parte da composição dos recursos do FAT os juros pagos semestralmente pelo BNDES, como remuneração dos repasses de recursos para financiamentos de projetos de desenvolvimento econômico, bem como as receitas financeiras provenientes da alocação das disponibilidades financeiras do Fundo em depósitos especiais e no extramercado. Adicione-se a essas fontes a arrecadação da cota-parte

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

4176 4 101 e

da contribuição sindical, algumas multas trabalhistas, remuneração sobre saldo disponível nas instituições financeiras pagadoras dos benefícios e outros recursos que sejam destinados ao Fundo.

Os recursos do FAT são direcionados para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, nos termos do que determina o artigo da Constituição acima citado.

Pelo alcance social que possui, o Programa do Seguro-Desemprego é de fundamental importância para o trabalhador brasileiro. Esse Programa desenvolve diversas atividades de apoio ao trabalhador, destacando-se:

- pagamento de benefício financeiro temporário ao trabalhador demitido sem justa-causa;
- qualificação profissional;
- intermediação de mão-de-obra;
- geração de informações sobre o mercado de trabalho (RAIS, CAGED e PED);
- apoio operacional ao PROGER;
- identificação profissional (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS); e
- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

As disponibilidades financeiras do Fundo são aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, no Fundo BB-Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE, por intermédio do Banco, ou em depósitos especiais, em instituições financeiras oficiais federais, conforme determina a Lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

Os depósitos especiais são aplicações financeiras realizadas pelo FAT nas instituições financeiras oficiais federais, com o objetivo de conceder financiamentos no âmbito de programas de geração de emprego e renda, tais como o PROGER – Setor Rural e Urbano – o PRONAF, o PROEMPREGO e o PROTRABALHO, constituindo-se em importante fonte de recursos para o financiamento às micro, pequenas e médias empresas.

2. Arrecadação das Contribuições para o PIS e para o PASEP.

As receitas provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP são a principal fonte de recursos do FAT.

Vale lembrar que parte da arrecadação tem sido direcionada para o Tesouro Nacional, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica.

SENADO FEDERAL
Poder Legislativo
PL 4177
4177 4101
4177

QUADRO I
ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS E PARA O PASEP E
DIRECIONAMENTO DE RECURSOS PARA O TESOIRO NACIONAL
(R\$ MILHÕES)/1

ANO	ARRECADAÇÃO	FSE/FEF/DRU	%	FAT
	(A)	(B)	(C=B./A)*100	(D = A - B)
1.994	8.119,9	2.005,0	24,7	6.114,9
1.995	9.777,4	2.544,7	26,0	7.232,7
1.996	10.636,1	2.642,8	24,8	7.993,3
1.997	10.015,1	2.590,8	25,9	7.424,3
1.998	9.451,3	2.520,0	26,7	6.931,4
1.999	11.342,9	4.110,0	36,2	7.233,0
2.000	10.121,0	1.549,9	15,3	8.571,1
TOTAL	61.343,8	15.958,1	26,0	45.385,7

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 – Preços de dezembro de 2000 – IGP-DI

O direcionamento de recursos para o Tesouro Nacional iniciou-se em 1994, com a instituição do Fundo Social de Emergência – FSE (Emenda Constitucional de Revisão nº 01, de 01 de março de 1994), posteriormente alterado para Fundo de Estabilização Fiscal - FEF (Emenda Constitucional nº 10, de 04 de março de 1996 e Emenda Constitucional nº 17 de 22 de novembro de 1977). Foram direcionados 100% das contribuições das instituições financeira e 20% das demais contribuições para esses Fundos, que vigoraram até 31 de dezembro de 1999.

Atualmente, são direcionados 20% da arrecadação das contribuições para o Tesouro Nacional, nos termos da desvinculação (Desvinculação de Recursos da União – DRU) autorizada pela Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000. A DRU vigera até o ano de 2003.

3. Receitas, Despesas e Resultado primário do FAT

As receitas do FAT são originárias das contribuições para o PIS e para o PASEP, após deduzidos os repasses para o Tesouro Nacional pela Desvinculação das Receitas da União – DRU (antes FSE e FEF). Em 2000, as receitas alcançaram a importância de R\$ 8,28 bilhões, com crescimento de 13,8% sobre os R\$ 7,27 bilhões observados no ano anterior.

Pelo menos 40% dessas receitas são transferidas para o BNDES, para aplicação em financiamentos de programas de desenvolvimento econômico, nos termos do que determina o artigo 239 da Constituição Federal. Por tratar-se de uma proporção das receitas provenientes das contribuições, essa rubrica tem comportamento idêntico ao da referida receita.

SENAI, 11/10/01
 4198 4 101
 (e)

QUADRO II
RECEITAS E DESPESAS DO FAT
R\$ MILHÕES

ANO	RECEITA PIS/PASEP	DESPESAS						TOTAL DAS DESPESAS	SALDO
		EMPRESTIMOS AO BNDES	SEGURO- DESEMPREGO	ABONO SALARIAL	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	OUTRAS		
	(A)	(B)=0,4(A)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)=(A-H)
1995	7.310,88	2.885,52	4.711,48	797,79	27,43	132,40	8,48	8.563,10	(1.252,22)
1996	7.156,25	3.189,80	5.063,49	807,55	380,20	39,34	100,40	9.580,78	(2.424,53)
1997	6.450,76	2.960,89	4.901,58	736,22	483,66	46,28	168,31	9.296,95	(2.846,19)
1998	6.879,08	2.776,11	5.552,27	768,36	524,41	63,59	238,70	9.923,44	(3.044,37)
1999	7.272,41	2.915,63	4.914,92	713,96	422,72	61,31	202,76	9.231,31	(1.958,89)
2000	8.275,89	3.373,84	4.472,45	729,92	465,96	84,74	203,83	9.330,74	(1.054,85)

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 – Preços de dezembro de 2000 – IGP-DI

As despesas do Fundo são constituídas pelo pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial bem como o custeio das atividades de qualificação profissional e de intermediação de mão-de-obra, além de outras despesas, tais como a manutenção dos programas (ações de apoio ao pagamento dos benefícios do seguro e do abono), apoio ao CODEFAT, manutenção das DRTs, etc.

Dentre as rubricas de despesas do FAT o destaque recai sobre o Programa do Seguro-Desemprego, que consumiu R\$ 4,47 bilhões durante o exercício de 2000, o que corresponde a 75,1% do total das despesas do Fundo.

Por outro lado, essas despesas têm decrescido, em termos reais (IGP-DI), sistematicamente. No exercício de 2000, as despesas com o pagamento do benefício caiu 9,0% relativamente ao ano anterior.

As despesas com o abono alcançaram a cifra de R\$ 729,92 milhões, superando em 2,2% as despesas do ano anterior. Essa rubrica correspondeu a 12,3% do total das despesas do FAT no exercício de 2000.

A Qualificação Profissional absorveu R\$ 465,95 milhões durante o exercício de 2000. Esse valor correspondeu a 7,8% do total das despesas do FAT e um crescimento real da ordem de 10,2% sobre o ano anterior.

A Intermediação de Mão-de-Obra foi a rubrica que mais cresceu durante o exercício de 2000 (+38,2%), aumentando sua participação no total das despesas do Fundo de 1,0% em 1999 para 1,4% no exercício seguinte.

Desde a criação dos fundos que destinam parte dos recursos das contribuições para o PIS e para o PASEP para o Tesouro Nacional, o FAT vem apresentando déficits primários (receitas PIS/PASEP menores que as despesas)¹. Nem mesmo o excelente desempenho das receitas observado em 2000

¹ Inclusive os empréstimos realizados ao BNDES em virtude do que determina o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Brasileira (pelo menos 40% do total das receitas das contribuições para o PIS e para o PASEP).

BRASIL, 2001

401
409

(crescimento real de 13,8%) foi suficiente para anular o déficit primário estrutural do FAT, embora este último tenha regredido 46,2% durante o ano de 2000.

Esse déficit vem sendo financiado pelas receitas financeiras provenientes das aplicações das disponibilidades financeiras do Fundo e dos juros pagos pelo BNDES, como remuneração dos empréstimos constitucionais direcionados àquele banco.

4 - O Patrimônio do FAT

O patrimônio do FAT é composto, basicamente, dos recursos financeiros aplicados nas instituições financeiras oficiais federais. Esses recursos estão alocados nas seguintes modalidades:

- Empréstimos Constitucionais – Recursos destinados ao BNDES, por força do que determina o artigo 239 de Constituição Federal, para financiar programas de desenvolvimento econômico. Pelo menos quarenta por cento das receitas provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP são destinados ao Banco com essa finalidade.
- Depósitos Especiais – Disponibilidades financeiras do FAT aplicadas nas instituições financeiras oficiais federais nos termos do que determina a Lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991. São recursos destinados ao financiamento de projetos com alto potencial de geração de emprego e renda, como por exemplo o PROGER, o PRONAF, o PROEMPREGO, dentre outros.
- Extramercado – Disponibilidades de caixa aplicadas em fundo composto de títulos públicos federais gerido pelo Banco do Brasil (Fundo BB-Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE).
- Bens - existe uma pequena parcela alocada em bens e direitos (linhas telefônicas, carros, computadores etc) do FAT administrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelos Estados. Os ativos que se encontram nos estados foram adquiridos no âmbito dos convênios celebrados para a execução das ações do Sistema Nacional de Emprego – SINE.
- Recursos em Caixa ou em Trânsito - também pode acontecer de, transitoriamente, existir algum recurso na conta caixa ou em trânsito (p.ex.: recursos destinados às instituições financeiras mas que ainda não foram recebidos por elas, em razão do prazo de compensação das ordens bancárias, que é D + 2).

No final do ano 2000 o patrimônio do FAT alcançou os R\$ 53,6 bilhões, com crescimento real de 7,2% sobre o ano anterior.

4180 4.01

QUADRO III
PATRIMÔNIO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT

ANO	R\$ MILHÕES	VAR (%)
1.990	5.342,87	-
1.991	11.644,76	117,9
1.992	17.592,13	51,1
1.993	21.414,23	21,7
1.994	28.073,94	31,1
1.995	34.028,66	21,2
1.996	38.595,95	13,4
1.997	42.127,21	9,1
1.998	49.285,22	17,0
1.999	49.966,74	1,4
2.000	53.573,11	7,2

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 – Preços de dezembro de 2000 – IGP-DI

Desde a instituição do FAT, em 1990, até o ano de 2000, seu patrimônio tem crescido a uma taxa média real (IGP-DI) de 27,1% ao ano.

O BNDES é a instituição financeira que detém a maior participação dos recursos que compõem o patrimônio do FAT. A participação das transferências constitucionais para financiamento de programas de desenvolvimento econômico alcançaram 62,1% do total do patrimônio do Fundo. Se se acrescenta os depósitos especiais realizados pelo FAT no Banco esta participação sobe para 76,0%, ou seja, mais de ¾ do patrimônio do FAT está alocado no BNDES

QUADRO IV

PROGRAMA \ ANO	1999	2000
I - FUNDO BB-EXTRAMERCADO	4.572,90	6.044,7
II - BNDES-Prog. Desenvolv. Econômico	31.175,85	33.287,8
III - DEPÓSITOS ESPECIAIS	13.734,7	14.157,9
III.1 - Banco do Nordeste	2.442,92	2.485,4
III.2 - Banco do Brasil	4.082,49	3.650,6
III.3 - BNDES	6.808,46	7.415,0
III.4 - FINEP	221,30	194,8
III.5 - CAIXA	179,47	412,0
IV - IMOBILIZADO	38,94	57,6
V - VALORES EM CAIXA	273,20	4,0
VI - VALORES EM TRANSITO	188,06	21,1
TOTAL	49.983,6	53.573,1

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FAT/1

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 – R\$ milhões de dezembro de 2000 – IGP-DI

4
4081

Também importante tem sido o direcionamento de recursos do FAT para os depósitos especiais. Já são R\$ 14,2% do patrimônio do Fundo aplicados nessa modalidade. Os depósitos especiais são importante na medida em que são aplicações cujo principal objetivo é a geração de empregos e de renda para o trabalhador.

Nos depósitos especiais, também o BNDES é a principal instituição no direcionamento de recursos do FAT, principalmente em razão da existência de dois depósitos especiais significativos (PROEMPREGO I E PROEMPREGO II) naquela instituição.

O Banco do Brasil vem a seguir, com um montante de R\$ 3,7 bilhões aplicados em depósitos especiais, dos quais R\$ 2,8 bilhões (76,1%) estão aplicados na área rural. Estão também aplicadas no Banco do Brasil as disponibilidades financeiras do FAT que, em 31 de dezembro de 2000, alcançaram a importância de R\$ 6,0 bilhões.

O Banco do Nordeste participa no patrimônio do FAT com R\$ 2,5 bilhões em depósitos especiais. Esse banco opera principalmente na área urbana e, mais recentemente, em projetos estruturantes das cadeias produtivas, por meio do PROTRABALHO.

Menos expressivas são as participações da Caixa Econômica Federal – CAIXA (R\$ 412,0 milhões – ou 0,8% do patrimônio do FAT) e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (R\$ 194,8 milhões – ou 0,4% do total do patrimônio do FAT).

As outras rubricas que compõem o patrimônio do FAT (Imobilizado, Valores em Caixa e Valores em Trânsito) são pouco expressivas, tendo representado, no ano de 2000, apenas 0,15% do patrimônio do Fundo.

II – ESTIMATIVA DAS RECEITAS E DESPESAS DO FAT PARA OS EXERCÍCIOS DE 2001 A 2003

Os recursos do FAT originam-se das contribuições para o PIS e para o PASEP (como fonte primária), da Contribuição Sindical e das remunerações das aplicações financeiras do FAT nas instituições oficiais federais de crédito. Esses recursos são destinados ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento de Abono Salarial, ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, e às ações na geração de emprego e renda.

1. Receitas do FAT

Para o custeio e o financiamento dos programas estabelecidos pelo art. 239 da Constituição Federal de 1988, o FAT conta com as seguintes fontes de recursos (vide Anexo II):

1.1. Arrecadação da Contribuição PIS/PASEP.

4182 4 01
e

A receita da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, fonte primária do FAT, é repassada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN após a dedução de parcela de 20% por desvinculação de receita (Desvinculação de Receita da União - DRU).

Essa arrecadação está diretamente relacionada ao desempenho da atividade da economia formal do país. Para os exercícios de 2001 a 2003 estima-se crescimento sucessivos na arrecadação projetando-se taxas de crescimento de 2,79% para os exercício de 2001, e de 2,0% para os demais exercícios, com taxas de inflação de 5,4%, 4,0% e 3,5% para os exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.2. Contribuição Sindical

A receita proveniente da arrecadação da Contribuição Sindical está relacionada a contribuição daqueles que integram as categorias reunidas no quadro de atividades e profissões de que trata o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pela Lei n.º 5452, de 1º de maio de 1943, no que respeita à Contribuição Sindical Urbana, e no Decreto-lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, e na Lei n.º 18.847, de 28 de janeiro de 1994, quanto à Contribuição Sindical Rural.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.3. Juros de Títulos e Renda

Disponibilidades financeiras do FAT que estão aplicadas no Fundo Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE, administrado pela BB Administradora de Títulos e Valores Mobiliários S/A – BBDTV, do Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 9º da Lei n.º 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pela Lei n.º 8.352, de 28 de dezembro de 1991 e Medida Provisória 1948-62, de 14.12.2000, e suas reedições. Essas aplicações são remuneradas tendo como base a taxa que remuneram os Títulos Público Federais.

A receita proveniente dessas aplicações se realizam conforme estoque de recursos aplicados no Fundo Extramercado, variando conforme projeção de caixa do FAT. Estima-se que as taxas que remunerarão essas disponibilidades são de 14,4%, 13,14% e 12,25%aa para os exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.4. Remuneração de Depósitos Especiais.

Receita baseada na estimativa do saldo médio mensal dos recursos do FAT aplicados em depósitos especiais nas instituições financeiras oficiais federais que operam os programas de geração de emprego e renda, conforme facultado pela Lei n.º 8.019/90, com a redação dada pela Lei n.º 8.352/91. Os recursos são remunerados pela TJLP, quando desembolsados para os tomadores dos financiamentos, e pela Taxa SELIC, enquanto disponíveis nas instituições financeiras.

4,01
4182 C

Estima-se que as taxas que remunerarão essas aplicações serão de 14,4%, 13,14% e 12,25% para os exercícios de 2001 a 2003, respectivamente, quando os recursos se encontrarem em caixa da instituição financeira, e taxas de remuneração de 8,5%, 8,0% e 7,5%aa, respectivamente para os exercícios de 2001 a 2003, quando se encontrarem com os beneficiários finais dos recursos do FAT.

1.5. Remuneração de Saldos não desembolsados

Receita baseada na estimativa do saldo médio mensal dos recursos do FAT depositados nas contas suprimidos para pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Esses recursos são remunerados pela Taxa Extramercado do Banco Central do Brasil.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.6. Remuneração sobre repasse de recursos para programas de desenvolvimento econômico através do BNDES.

Receita baseada no saldo médio dos recursos do FAT emprestados ao BNDES, nos termos do art. 2º da Lei n.º 8.019/90, relativos aos 40% da Contribuição PIS/PASEP, destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico. Os recursos são remunerados pela Taxa de Juros para Empréstimo e Financiamento do Mercado Interbancário de Londres - Libor, quando aplicados em financiamento de empreendimentos e projetos destinados à produção e à comercialização de bens de reconhecida inserção no mercado internacional, e pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, quando para aplicação nos diversos programas de financiamento do BNDES, exceto aqueles financiamentos para o mercado internacional.

A estimativa de receita é baseada no cálculo dos juros sobre o montante de recursos emprestados ao BNDES, sendo os juros limitados a 6%aa quando os recursos do FAT são remunerados pela TJLP e a Libor quando os recursos forem indexados pelo Dólar. Para os exercícios de 2001 a 2003 projeta-se crescimento da receita de 19%aa, tomando por base a receita do exercício de 2000.

1.7. Multas e Juros Devidos ao FAT

A receita de multas e juros devidos ao FAT são provenientes de aplicação de penalidades por infrações relativas à Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ao Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial, ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, ao Vale-Pedágio, quando aplicadas pelo MTE e às Multas e/ou Indenizações imputadas pelo Poder Judiciário em favor do FAT.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

4189 4 01
6

1.8. Restituição de Convênios

A receita de restituição de convênios são provenientes da devolução de recursos não utilizados pelos parceiros dos convênios firmados com o MTE para a realização de ações na área de políticas de emprego.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.9. Restituição de Benefícios não Desembolsados

A receita de restituição de benefícios não desembolsados são provenientes da devolução de recursos depositados nas instituições financeiras que pagam o benefício do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial e não utilizados em cada exercício financeiro.

Para o cálculo dessa receita tomou-se por base a expectativa de devolução para o exercício de 2001, e para os exercícios de 2002 e 2003 a projeção fica, ano a ano, acrescida de 4,0% e 3,5%, respectivamente.

2. Despesas do FAT

As despesas do FAT projetadas para os exercícios de 2001 a 2003 foram calculadas com base nas despesas do exercício de 2000 e na expectativa de gastos para os próximos exercícios (vide Anexo II).

2.1. Empréstimo ao BNDES para aplicação em Programas de Desenvolvimento Econômico.

Em cada o exercício é repassado ao BNDES 40% da receita da arrecadação PIS/PASEP, conforme disposto no artigo.239 da CF. Estima-se um crescimento dessa despesa de capital para os próximos exercícios, na razão direta do crescimento da receita da arrecadação PIS/PASEP.

2.2. Seguro-Desemprego

Para o cálculo das despesas com pagamento do benefício do Seguro-Desemprego para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base o número de documentos do Seguro-Desemprego pagos no exercício de 2000, o valor médio em salários mínimos por documento de pagamento e o valor do salário mínimo por período.

Estima-se que o número de documentos do Seguro-Desemprego - DSD, crescerá para os exercício de 2001 a 2003, ano base 2000, conforme demonstrado no quadro abaixo, sendo o valor do salário

4185 4 01
2

mínimo de R\$ 151,00 até março/2001, R\$ 180,00 até março/2002, R\$ 186,30 até março/2003, e de R\$ 192,82 de abril a dezembro/2003, conforme planilha de cálculo (Anexo III).

QUADRO V
QUANTIDADE DE DOCUMENTOS DE SEGURO-DESEMPREGO
PROJEÇÃO PARA 2001 A 2003

Ano / DSD	Seguro Conv.	Pesc. Artesanal	Bolsa Qualif.	Emp. Doméstico
2000	18.270.668	200.804	39.090	-
2001	18.478.770	230.786	39.888	467.355
2002	19.021.266	276.944	41.884	801.180
2003	19.401.691	332.333	43.978	961.416

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

2.3. Abono Salarial

Para o cálculo das despesas com pagamento do Abono Salarial para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base a meta orçamentária de 2001, número de beneficiários identificados, projetado-se a realização de 89,35% dessa meta para o exercício de 2001 e 90% para os exercícios de 2002 e 2003, sendo, estes últimos, crescidos de 5%aa no número de beneficiários a serem atendidos.

Estima-se que o número de beneficiários do Abono Salarial no exercício de 2001 será de 5.550.383, ampliando essa meta para os exercícios de 2002 e 2003, para 5.870.259 e 6.163.772, respectivamente. Como o calendário de pagamento do Abono não segue o calendário do ano civil, considerou-se que 15% dos trabalhadores receberão seus benefícios com o salário vigente no ano anterior, até a vigência do salário mínimo a ser divulgado em cada exercício. Foi considerado na estimativa o valor do salário mínimo de R\$ 151,00 até março/2001, R\$ 180,00 até março/2002, R\$ 186,30 até março/2003, e de R\$ 192,82 de abril a dezembro/2003, conforme planilha de cálculo (anexo III).

2.4. Despesas operacionais para pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial.

Para o cálculo das despesas operacionais para os exercícios de 2001 a 2003 quanto ao pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego, tomou-se por base o gasto de 3,4% sobre a estimativa do pagamento do benefício do Seguro-Desemprego, e quanto do Abono Salarial, 3,1% sobre a estimativa do pagamento do benefício do Abono.

2.5. Qualificação Profissional (PLANFOR/PROEP/PROFAE)

Para o cálculo das despesas com o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR, para os exercícios de 2001 a 2003, tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para 2002 e 2003 o valor fica, ano a ano, acrescido de 10%.

4186 4 01
C

As despesas com repasse para o PROEP e o PROFAE seguem cronograma de desembolso estabelecido com os parceiros de convênios.

2.6. Intermediação de Emprego

Para o cálculo das despesas com intermediação de emprego para os exercícios de 2001 a 2003, tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para os demais exercícios o valor fica, ano a ano, acrescido de 20%.

2.7. Apoio Operacional ao PROGER

Para o cálculo das Despesas com apoio operacional ao PROGER para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para os demais exercícios o valor fica, ano a ano, acrescido de 10%.

2.8. Outros Projetos/Atividades

Para o cálculo dessas despesas para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para os demais exercícios o valor fica, ano a ano, acrescido de 10%.

As principais despesas relacionadas em outros projetos/atividades são: Pesquisa sobre emprego e desemprego, Campanhas educativas e divulgação, estudos e pesquisas, Implementação do sistema informatizado da emissão da Carteira do Trabalho e Previdência Social – CTPS, Confecção e distribuição da CTPS, Melhoria do atendimento ao trabalhador e orientações trabalhistas.

2.9. Considerações Finais

As Receitas e Despesas dos FAT projetadas para os exercícios de 2001 e 2003 registram déficit primário, como vem acontecendo desde 1994, quando da criação do FSE. Contudo, este déficit tem sido compensado por outras receitas, principalmente a receita financeira, gerando resultados operacionais positivos, conforme pode ser observado no anexo II.

O *superavit* gerado em cada exercício vem possibilitando ao FAT a realização de aplicações em depósitos especiais, possibilitando a continuidade dos programas de geração de emprego em renda, dentre eles, o PROEMPREGO, financiado pelo BNDES, o PROTRABALHO, financiado pelo Banco do Nordeste, e os Programas PROGER-URBANO, PROGER-RURAL e PRONAF, financiados pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, e pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

4187 4 01

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Geral de Previdência Social
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: DINÂMICA E LIMITAÇÕES DO MODELO

Este documento tem como objetivo apresentar as projeções atuariais do Regime Geral de Previdência Social - RGPS para os próximos 20 anos, atendendo ao disposto no Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000). As projeções foram realizadas com base em modelo demográfico-atuarial, organizado em quatro módulos: desenho do plano previdenciário, demografia, mercado de trabalho e transições da condição de contribuinte para inatividade. A dinâmica de interação entre os módulos e as limitações do modelo dependem da definição de uma série de hipóteses acerca do comportamento das variáveis, conforme explicado a seguir.

O módulo inicial consiste na definição da cobertura dos riscos associados à perda da capacidade laboral que a Previdência Social oferece ao trabalhador e a sua família. Entre as principais coberturas estão aquelas relacionadas à idade avançada, invalidez, maternidade recente, morte, doença e acidente de trabalho, as quais geram alguns dos benefícios do RGPS. A definição precisa da cobertura dos riscos ocorre por meio do desenho do plano de benefícios, o qual é determinado por três elementos: condições para habilitação, fórmula de cálculo e indexação dos benefícios.

Em primeiro lugar, é necessário ter o conhecimento das condições sob as quais os segurados passam a ter o direito aos benefícios. Por exemplo, para um homem se aposentar por tempo de contribuição, deve ter contribuído por 35 anos e uma mulher, por 30 anos. O conjunto de regras que determina as condições nas quais os segurados assumem a condição de beneficiários define as *condições para habilitação aos benefícios*. Um segundo ponto importante relaciona-se à *fórmula de cálculo dos benefícios*. Em outras palavras, trata-se do método de determinar o valor do benefício que o segurado passa a receber no momento de sua aposentadoria. Tal fórmula varia de acordo com o benefício requerido pelo segurado. O valor de alguns benefícios é equivalente ao salário mínimo; outros estão relacionados ao histórico de salários-de-contribuição, idade de aposentadoria e tempo de contribuição do segurado.

Por fim, após concedidos os benefícios, deve haver alguma regra para determinar como o valor desses variará ao longo do tempo, ou seja, a definição da forma da *indexação dos benefícios*. No caso do RGPS, os benefícios são reajustados conforme a variação da inflação, com exceção dos benefícios equivalentes ao piso previdenciário, que variam de acordo com o reajuste do salário mínimo. Neste modelo, considerou-se que os reajustes do salário mínimo e dos demais benefícios deverão ser correspondentes à inflação anual acumulada. A seção 2 deste texto apresenta maiores detalhes sobre o desenho do plano do RGPS, conforme a legislação vigente.

4 01
4188

Além do desenho do plano de benefícios, para a realização de projeções de longo prazo de um regime previdenciário é necessário o conhecimento do fluxo potencial de contribuintes e beneficiários do sistema. O RGPS cobre potencialmente qualquer indivíduo da população brasileira que não esteja filiado a um regime próprio de previdência social no setor público. Trata-se de um plano bastante distinto do de uma entidade fechada de previdência privada ou de um regime próprio de previdência social de servidores públicos, que cobre apenas as pessoas com algum vínculo empregatício com a patrocinadora ou com o ente estatal. Enquanto nestes a política de pessoal da empresa ou do ente federativo exerce um papel fundamental na evolução da razão entre contribuintes e beneficiários, a dinâmica demográfica do país é uma variável de grande relevância.

É nesse sentido que surge a necessidade de um módulo demográfico. Em primeiro lugar porque, à exceção dos benefícios caracterizados como de risco, é usual que o período contributivo ocorra em idades jovens, enquanto o de recebimento de benefícios em idades avançadas. Dessa forma, o conhecimento da distribuição etária da população se torna essencial. Em segundo lugar, a duração dos benefícios depende da probabilidade de sobrevivência da população coberta pela Previdência Social. Quanto maior a probabilidade de alguém que recebe um benefício sobreviver, maior será sua duração esperada. Como as probabilidades de sobrevivência se diferenciam em função da idade e do sexo, torna-se necessário o conhecimento da evolução populacional desagregada por gênero e idade simples. Além disso, o plano de benefício do RGPS apresenta condições de habilitação diferenciadas por clientela, o que demanda a desagregação dos dados entre a população urbana e rural. Em resumo, as projeções populacionais devem estar desagregadas por sexo, idade e clientela da previdência social. A seção 3 deste texto apresenta os principais indicadores obtidos a partir das projeções demográficas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Uma vez conhecida a dinâmica demográfica, para chegar ao número de contribuintes e beneficiários é necessário, respectivamente, estimar a parcela da população que está inserida no mercado formal de trabalho e calcular as probabilidades de entrada em benefícios da população coberta.

Por um lado, o número de contribuintes é fortemente correlacionado com o nível de emprego formal. Dessa forma é importante entender a dinâmica do mercado de trabalho, estimando a população ocupada em atividades formais, desagregada também por gênero, clientela e idade.

Os resultados das projeções são extremamente sensíveis às hipóteses demográficas e de mercado de trabalho utilizadas, sendo que, enquanto as mudanças na estrutura demográfica são mais lentas e previsíveis, as alterações na composição da força de trabalho estão cada vez mais aceleradas em razão dos avanços tecnológicos, da flexibilização das relações laborais e da reestruturação dos processos produtivos. Elementos como a taxa de atividade, grau de informalidade e taxa de desemprego, que são fundamentais para as projeções previdenciárias, são variáveis de difícil previsão, o que constitui uma séria limitação deste modelo em relação às estimativas do número de contribuintes. Neste estudo, em razão da ausência de informações sobre o comportamento futuro destas variáveis, adotou-se a hipótese de manutenção da atual estrutura de mercado de trabalho para os próximos 20 anos.

Por outro lado, a evolução do número de beneficiários deriva das probabilidades de transição do estado de contribuinte para o estado de beneficiário. Há duas grandes classes de benefícios: os de risco e os programáveis. Cada uma delas apresenta razões distintas de transição para uma situação de recebimento de benefício. Os benefícios programáveis têm como condição de habilitação limites etários ou de tempo de contribuição. Tais regras tornam possível ao segurado programar a data de início de recebimento do benefício. Exemplos típicos de benefícios programáveis são as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição. Por sua vez, os benefícios de risco surgem em caso de sinistro. Exemplos clássicos são os benefícios de pensão, que somente surgem após o falecimento de um segurado, e as aposentadorias por invalidez, que são concedidas quando, em função de doença ou acidente, o segurado perde sua capacidade de trabalho.

As probabilidades de entrada no sistema foram calculadas com base no comportamento recente dos fluxos de concessão de benefícios. No caso das probabilidades de transição dos benefícios programáveis, como o segurado escolhe a data de concessão após obedecidos os requisitos mínimos de idade ou tempo de contribuição, seu início depende do comportamento do segurado em relação ao momento em que ele julga mais conveniente começar a receber sua aposentadoria.

No RGPS, a fórmula de cálculo das aposentadorias programáveis traz mecanismos que fazem o valor do benefício variar em função da idade e tempo de contribuição no momento da concessão deste, sendo que o segurado pode optar por postergar seu início na expectativa de receber um valor mais elevado. Nesse caso, o regime previdenciário seria beneficiado pelo adiamento do início da concessão do benefício e pelo recebimento de contribuições durante um maior período. Entretanto, teria que pagar um benefício de valor superior. A probabilidade de entrada neste tipo de benefício depende das hipóteses de comportamento dos segurados em resposta aos incentivos para postergação da aposentadoria presentes na fórmula de cálculo do benefício. Nas projeções apresentadas nesse texto, adotou-se uma hipótese mais conservadora de que os indivíduos não postergarão as aposentadorias, solicitando-as no momento do preenchimento das condições de elegibilidade.

Com as variáveis descritas acima, é factível projetar o número de contribuintes e beneficiários. Entretanto, as informações ainda são insuficientes para a projeção da arrecadação e do gasto com benefícios. A maior parte da receita de contribuições varia como proporção dos salários percebidos pelos segurados, conforme a legislação vigente. Por sua vez, a fórmula de cálculo dos benefícios relaciona o valor da aposentadoria ao que o segurado contribuiu durante sua vida ativa, sendo que as contribuições estão relacionadas ao histórico salarial do segurado. Nesse sentido, informações relativas à evolução salarial, no mesmo nível de desagregação requisitado para variáveis demográficas e de mercado de trabalho, são a base para a projeção das receitas e despesas previdenciárias. A evolução salarial, por sua vez, depende da trajetória de ascensão salarial média, além das hipóteses de crescimento da produtividade do trabalho em relação às variações do Produto Interno Bruto – PIB. A seção 4 deste estudo consolida as projeções de mercado de trabalho e, na seção 5, são apresentadas as projeções atuariais de benefícios, receitas e despesas previdenciárias, assim como o resultados financeiros do RGPS.

4190 4 101 3

Conforme observado, as projeções dependem de uma série de hipóteses acerca da evolução demográfica, estrutura do mercado de trabalho e probabilidades de entrada em benefícios, assim como de suposições sobre as taxas de crescimento da inflação, produtividade, PIB e mesmo acerca do comportamento dos indivíduos em relação à decisão de se aposentar. Parcela das limitações deste estudo reside, justamente, no grau de segurança em relação à definição das hipóteses. Quaisquer modificações em relação ao quadro de hipóteses, pode alterar substancialmente os resultados. Além disso, os resultados de curto prazo modificam o ponto de partida das projeções deslocando as curvas de receita, despesa e déficit. Por isso, é fundamental que haja a atualização anual deste estudo, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprimorando-o em relação aos dados observados e aos cenários futuros.

Finalmente, é importante destacar as limitações impostas pela qualidade dos registros de informações sobre os contribuintes e beneficiários do RGPS. O uso de dados individualizados dos segurados, conforme feito nas avaliações atuariais tradicionais, poderia conferir maior precisão aos cálculos. Entretanto, a base de dados da Previdência Social não foi concebida com o objetivo de fornecer informações para tais projeções, mas sim para operacionalizar a concessão e manutenção dos benefícios e controlar a arrecadação. Em razão da ausência de informações com o grau de confiabilidade desejado, optou-se por trabalhar com dados agregados em coortes de sexo, idade e clientela, pois os dados podem estar contaminados com algumas inconsistências cadastrais. Nesse sentido, a melhora na base cadastral junto com novos métodos que permitam traçar melhores hipóteses em relação ao mercado de trabalho, à demografia e às probabilidades de transição permitirão o aperfeiçoamento e sofisticação das futuras projeções.

2. PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os benefícios oferecidos pelo RGPS têm por objetivo assegurar aos contribuintes e a suas famílias meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

A descrição do plano de benefícios aborda três aspectos. O primeiro dispõe sobre a fórmula de cálculo do valor do benefício, o segundo, sobre as condições necessárias para que o segurado se habilite ao benefício e o terceiro, sobre a duração do pagamento.

Inicialmente, convém destacar que o salário-de-benefício é a base para o cálculo dos benefícios de prestação continuada do RGPS, inclusive do regido por norma especial e do decorrente de acidente do trabalho, exceto do salário-família, da pensão por morte e do salário-maternidade, sendo indexado à inflação.

Para os benefícios de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, no caso dos segurados inscritos até 28/11/99, o salário-de-benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente, correspondentes a, no mínimo, 80% de todo período contributivo desde a competência 07/94 e multiplicado pelo fator previdenciário. Para os inscritos a partir de 29/11/99, o salário-de-benefício corresponde à média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente, correspondentes a 80% de todo o período contributivo e multiplicado pelo fator previdenciário.

É importante ressaltar que é garantido aos segurados aposentados por idade a opção pela não aplicação do fator previdenciário. Para o cálculo dos auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez e especial não se aplica tal fator.

Nos casos de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez em que o segurado conte com menos de cento e quarenta e quatro contribuições mensais no período contributivo, o salário-de-benefício corresponderá à soma dos salários-de-contribuição dividida pelo número de contribuições apurado.

O fator previdenciário leva em consideração a idade, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida (conforme tábua biométrica divulgada pelo IBGE) e a alíquota de contribuição, de acordo com a seguinte fórmula:

$$f = \frac{Tc * a}{Es} * \frac{[1 + (Id + Tc * a)]}{100}$$

Onde:

f = fator previdenciário;

4192 4 01
C

Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, atualizada anualmente pelo IBGE;

Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria;

Id = idade no momento da aposentadoria;

a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31.

Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado são adicionados:

- cinco anos, quando se tratar de mulher;
- cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
- dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Todos os benefícios do RGPS sujeitam-se ao limite mínimo de 1 (um) salário mínimo e ao limite máximo do salário-de-contribuição, à exceção do salário-maternidade, que não se sujeita a limite máximo, e ao salário-família e auxílio-acidente, que não se sujeitam ao limite mínimo.

2.1 Aposentadoria por Idade

Fórmula do benefício: 70% do salário-de-benefício, mais 1% deste por grupo de 12 contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário-de-benefício.

Para o segurado especial, o valor da aposentadoria é de um salário mínimo. Caso o segurado especial opte por contribuir facultativamente, o valor do benefício será calculado como o dos demais segurados.

Na aposentadoria por idade é facultado ao segurado a aplicação ou não do fator previdenciário.

Condições para habilitação: 60 anos de idade, se do sexo feminino, e 65 anos, se do masculino, reduzida em 5 anos para os trabalhadores rurais.

A aposentadoria por idade é compulsória aos 70 anos para o homem e 65 anos para a mulher, desde que requerida pela empresa e cumprido o prazo de carência.

Para os inscritos a partir de 24/07/91, a carência para habilitação ao benefício é de 180 contribuições mensais.

Os inscritos até 24/07/91 devem obedecer à tabela progressiva de carência a seguir:

4 1.01
4193

TABELA PROGRESSIVA DE CARÊNCIA

ano de implementação das condições	meses de contribuição exigidos
2001	120 meses
2002	126 meses
2003	132 meses
2004	138 meses
2005	144 meses
2006	150 meses
2007	156 meses
2008	162 meses
2009	168 meses
2010	174 meses
2011	180 meses

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.2 Aposentadoria por tempo de contribuição

Fórmula do benefício:

- Integral: 100% do salário-de-benefício.
- Proporcional: 70% do salário-de-benefício, acrescido de 5% por ano de contribuição contados a partir do momento em que o segurado cumprir os requisitos para se aposentar com proventos proporcionais.

Condições para habilitação:

- Integral: 30 anos de tempo de contribuição, se segurado do sexo feminino, e 35 anos se do sexo masculino.
- Proporcional: O segurado que, até 16/12/98, não havia completado o tempo mínimo exigido para a aposentadoria por tempo de contribuição, 30 anos se homem e 25 anos se mulher, tem direito à aposentadoria proporcional desde que cumprida a carência e os seguintes requisitos:
 - Idade: 53 anos para o homem e 48 anos para a mulher.
 - Tempo de contribuição: 30 anos de contribuição para o homem e 25 anos de contribuição para a mulher.
 - Tempo de contribuição adicional: o equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, em 16/12/98, faltava para atingir o limite do tempo de contribuição.

O segurado que, em 16/12/98, já contava com 30 ou 25 anos de serviço, homem e mulher respectivamente, tem o direito a requerer, a qualquer tempo, aposentadoria com renda mensal proporcional ao tempo de serviço computado até aquela data, calculada com base nos 36 salários-de-contribuição anteriores a 12/98 e reajustada até a data do requerimento.

Se, no entanto, o segurado, nas condições acima, optar pela inclusão de tempo de contribuição posterior àquela data, desde que tenha 53 anos de idade, se homem, e 48 anos, se mulher, a renda mensal será calculada com base nos 36 salários-de-contribuição anteriores ao

4194 4 101 7
fe

requerimento ou com base na regra descrita anteriormente (média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário), caso haja inclusão de tempo posterior a 28/11/99.

Quanto à carência, aplicam-se as mesmas regras destacadas no subitem 2.1.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.3 Aposentadoria Especial

Fórmula do benefício: 100% do salário-de-benefício.

Condições para habilitação: comprovar o segurado que trabalhou sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou integridade física, durante 15, 20 ou 25 anos, conforme a atividade.

Quanto à carência, aplicam-se as mesmas regras destacadas no subitem 2.1.

O segurado que tiver 60 anos, se do sexo feminino, e 65 anos, se do masculino, tem direito a se habilitar ao benefício de aposentadoria por idade, desde que cumprida a carência.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.4 Aposentadoria por Invalidez

Fórmula do benefício: 100% do salário-de-benefício. O segurado que necessitar de assistência permanente terá direito a um acréscimo de 25% no valor do seu benefício.

Para o segurado especial que não tenha optado por contribuir facultativamente, o valor será de um salário mínimo.

Condições para habilitação: o segurado que for considerado inválido e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência tem direito a este benefício.

A carência exigida é de 12 (doze) contribuições mensais.

Em caso de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho ou de qualquer natureza, não é exigida carência.

Independente de carência a concessão deste benefício ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante),

síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

Não é concedida aposentadoria por invalidez ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado, enquanto permanecer inválido, com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.5 Auxílio-doença

Fórmula do benefício: 91% do salário-de-benefício.

Condições para habilitação: o segurado que estiver incapacitado para seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos tem direito a perceber este benefício.

Para o segurado empregado, incumbe à empresa pagar ao segurado o seu salário durante os primeiros 15 dias, iniciando-se a responsabilidade do RGPS apenas após o 16º dia de afastamento. Nos demais casos, o auxílio-doença será devido a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

Quanto à carência, aplicam-se as mesmas regras descritas no subitem anterior.

Não é concedido auxílio-doença ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até que o segurado seja considerado hábil para o desempenho de uma atividade remunerada. Caso isso não ocorra, o segurado será aposentado por invalidez.

2.6 Salário-família

Este benefício será devido apenas ao segurado empregado, exceto o trabalhador doméstico, e ao trabalhador avulso que tenham salário-de-contribuição inferior ou igual a R\$398,48.

Fórmula do benefício: R\$ 9,58 por filho menor de 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade.

Condições para habilitação: além da comprovação da existência dos filhos ou equiparados (enteado e menor tutelado), este benefício será concedido e pago ao:

- segurado empregado, pela empresa, com o respectivo salário, e ao trabalhador avulso, pelo órgão gestor de mão-de-obra, mediante convênio;

4196 4 101 9

- segurado empregado e trabalhador avulso que esteja recebendo auxílio-doença, juntamente com o benefício;
- segurado empregado e trabalhador avulso de qualquer idade que esteja recebendo aposentadoria por invalidez, juntamente com o benefício;
- segurado trabalhador rural aposentado por idade aos 60 anos, se do sexo masculino, ou 55 anos, se do sexo feminino, juntamente com a aposentadoria;
- demais segurados empregado e trabalhadores avulsos aposentados aos 65 anos, se do sexo masculino, ou 60 anos, se do sexo feminino, juntamente com a aposentadoria.

Amplitude dos benefícios: renda mensal temporária paga até que todos os filhos completem 14 anos ou fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado no caso de filho inválido.

2.7 Salário-maternidade

Fórmula do benefício: No caso de segurada empregada e trabalhadora avulsa, 100% da remuneração integral que vinha percebendo. No caso de segurada doméstica, 100% do último salário-de-contribuição. No caso de segurada especial, 1 (um) salário mínimo. Para as demais seguradas, 1/12 da soma dos 12 últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses.

Para a empregada doméstica e as contribuintes individuais, o valor do salário-maternidade sujeita-se aos limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição.

Condições para habilitação: comprovação da gravidez, sendo a renda devida a partir do 28º dia antes do parto.

Em se tratando da contribuinte individual e da segurada facultativa, é exigida a carência de 10 (dez) contribuições mensais para concessão do benefício, reduzida no mesmo número de meses em que o parto tenha sido antecipado.

No caso de segurada especial, exige-se a comprovação de exercício de atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua.

É de cinco anos o prazo para a segurada requerer o benefício a partir da data do parto.

Amplitude dos benefícios: Renda mensal temporária por 120 dias.

2.8 Pensão por morte

Fórmula do benefício: 100% da aposentadoria que o segurado vinha percebendo ou daquela a que o participante teria direito caso se aposentasse por invalidez.

Condições para habilitação: será concedida aos dependentes do segurado falecido, aposentado ou não, estabelecidos na forma da lei.

Amplitude dos benefícios: Fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado ou temporária dependendo do tipo de dependente. Reverterá a favor dos demais dependentes a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

Classes de Dependentes:

- Classe I: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido;
- Classe II: os pais;
- Classe III: o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

A existência de dependente de qualquer das classes supracitadas exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

2.9 Auxílio-reclusão

Fórmula do benefício: 100% da aposentadoria a que o participante teria direito caso se aposentasse por invalidez, nos mesmos moldes da pensão por morte.

Condições para habilitação: será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão e desde que este não receba remuneração da empresa nem esteja em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria e cujo salário-de-contribuição seja igual ou inferior a R\$ 398,48.

Amplitude dos benefícios: renda mensal temporária paga pelo tempo que o segurado estiver recluso. Reverterá a favor dos demais dependentes a parte daquele cujo direito ao benefício cessar.

2.10 Auxílio-acidente

Fórmula do benefício: 50% do salário-de-benefício que deu origem ao auxílio-doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio acidente.

Condições para habilitação: será concedido, como indenização, ao segurado empregado, exceto o doméstico, ao trabalhador avulso, ao segurado especial e ao médico-residente quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüela definitiva que implique:

- redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade que exerciam à época do acidente;
- impossibilidade de desempenho da atividade que exerciam à época do acidente, porém permita o desempenho de outra, após processo de reabilitação profissional, nos casos indicados pela perícia do Instituto Nacional de Seguridade Social.

- redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam e se enquadrem nas situações discriminadas no Anexo III do Regulamento da Previdência Social (lesões do aparelho visual, traumas acústicos e outras).

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a concessão de uma aposentadoria ou falecimento do segurado.

2.11 Reabilitação Profissional

Consiste no tratamento para proporcionar aos segurados e dependentes incapacitados (parcial ou totalmente) os meios indicados para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social, de modo que possam voltar a participar do mercado de trabalho.

Fórmula do benefício: custo decorrente do tratamento.

Condições para habilitação: ser segurado, aposentado ou dependente incapacitado (total ou parcialmente) ou portador de deficiência.

Amplitude dos benefícios: atendimento feito por uma equipe multidisciplinar, que envolve médicos, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, fisioterapeutas, entre outros.

2.12 Abono Anual

Fórmula do benefício: corresponde ao valor da renda mensal do benefício no mês de dezembro, quando o benefício foi recebido no ano todo, ou seja, durante todos os 12 meses.

O recebimento de benefício por período inferior a 12 meses determina o cálculo do abono anual de forma proporcional, devendo ser considerado como mês integral o período igual ou superior a 15 dias, observando-se como base a última renda mensal.

Condições para habilitação: ter recebido, durante o ano, auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou salário maternidade.

Amplitude dos benefícios: pagamento único no mês de dezembro.

2.13 Renda Mensal Vitalícia

Fórmula do benefício: 1 (um salário mínimo).

Condições para habilitação: este benefício era devido aos maiores de 70 (setenta) anos de idade e aos inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exercessem atividade remunerada, não auferissem rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da sua renda mensal, não fossem mantidos por pessoa de quem dependiam obrigatoriamente e não tivessem outro meio de prover ao próprio sustento, desde que:

I - tivessem sido filiados à Previdência Social, em qualquer época, no mínimo por 12(doze) meses, consecutivos ou não;

II - tivessem exercido atividade remunerada abrangida pelo RGPS, no mínimo por 5 (cinco) anos, consecutivos ou não;

III – tivessem-se filiado à antiga Previdência Social Urbana após complementar 60 (sessenta) anos de idade, sem direito aos benefícios regulamentares.

Amplitude dos benefícios: este benefício foi extinto a partir de 1º de janeiro de 1996, sendo mantido apenas para aqueles que o requereram até 31 de dezembro de 1995, extinguindo-se com a morte do beneficiário.

SECRETARIA REGIONAL

4200

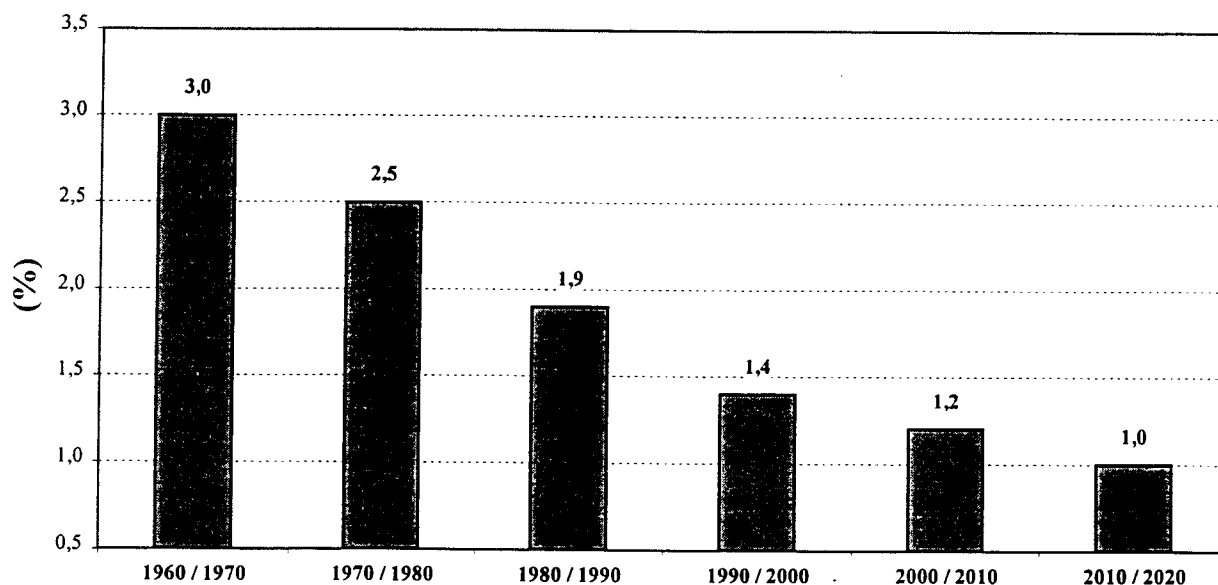
4 01
e

3. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

O RGPS funciona em regime de repartição simples, onde os trabalhadores em atividade financiam os inativos na expectativa de que, no futuro, outra geração de trabalhadores sustentará a sua inatividade. Neste sistema, a taxa de crescimento da população, a evolução de seu perfil etário e a taxa de urbanização são variáveis fundamentais para estimar a evolução dos contribuintes e beneficiários. Esta seção apresenta as projeções demográficas para os próximos 20 anos realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e por Rigotti et al. (2001), considerando-se as coortes por idade, sexo e clientela, que serviram de base para as projeções atuariais do RGPS, conforme disposto no Anexo 2.¹

De acordo com o IBGE, nos próximos 20 anos, deverá ser mantida a tendência observada nas últimas décadas de declínio da taxa de crescimento da população com aceleração do envelhecimento populacional. De fato, de acordo com o Gráfico 3.1, a taxa média anual de crescimento da população, que diminui de 3,0% na década de 60 para 1,4% na década de 90, deverá manter a tendência de queda nos próximos 20 anos, chegando a 1,0% entre 2010 e 2020.

Gráfico 3.1
Taxa de Crescimento Populacional - Média Anual por Década - 1960/2020 -



Fonte: IBGE.

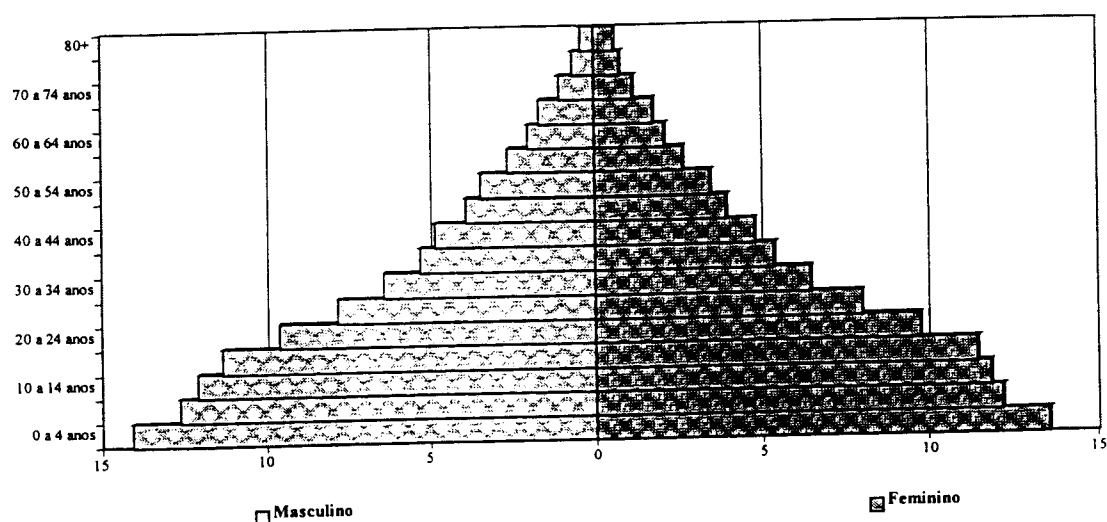
Elaboração: Secretaria de Previdência Social (SPS) / Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Por outro lado, as pirâmides populacionais brasileiras mostram as significativas modificações na estrutura etária com o progressivo envelhecimento populacional. Conforme

¹ As projeções foram realizadas com dados anteriores ao CENSO 2000, já que até a data de finalização deste trabalho, os dados desagregados do CENSO 2000 ainda não haviam sido disponibilizados.

as projeções do IBGE, apresentadas nos Gráficos 3.2, 3.3 e 3.4, observa-se claramente o estreitamento gradual da base da pirâmide demográfica e o alargamento de seu topo entre 1980 e 2020, refletindo os efeitos da redução da proporção da população jovem em relação ao total e aumento gradativo da população com idade avançada.

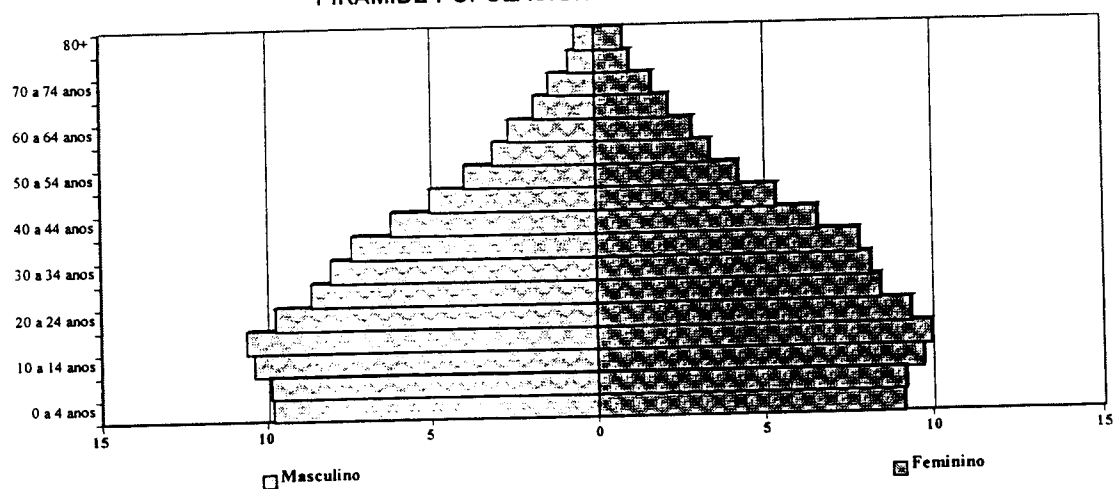
GRÁFICO 3.2
PIRÂMIDE POPULACIONAL BRASILEIRA - 1980



Fonte: IBGE.

Elaboração: Secretaria de Previdência Social (SPS) / Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

GRÁFICO 3.3
PIRÂMIDE POPULACIONAL BRASILEIRA - 2000



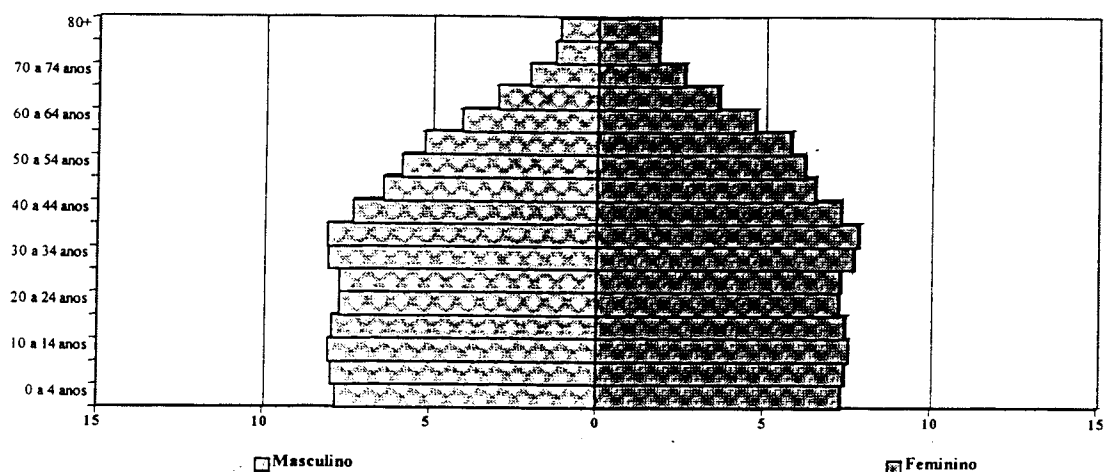
Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

4202

4,01
e

GRÁFICO 3.4
PIRÂMIDE POPULACIONAL BRASILEIRA - 2020



Fonte: IBGE
Elaboração: SPS/MPAS

O processo de envelhecimento populacional é explicado pela composição de dois fenômenos: o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade. O aumento da expectativa de vida e de sobrevivência em idades avançadas da população está relacionado aos avanços na área de saúde, assim como ao investimento em saneamento e educação. Nas décadas de 30 e 40, a expectativa de sobrevivência para uma pessoa de 40 anos era de 24 anos para homens e 26 anos para mulheres. Já em 1998 ela subiu para 31 e 36 anos para homens e mulheres, respectivamente. No caso de uma pessoa de 60 anos, a expectativa era de 13 anos para homens e 14 anos para mulheres em 1930 e 1940 e de 16 e 19 anos em 1998, como pode ser observado na Tabela 3.1.

TABELA 3.1
EVOLUÇÃO DA EXPECTATIVA DE SOBREVIVÊNCIA NO BRASIL - 1930/1998 -

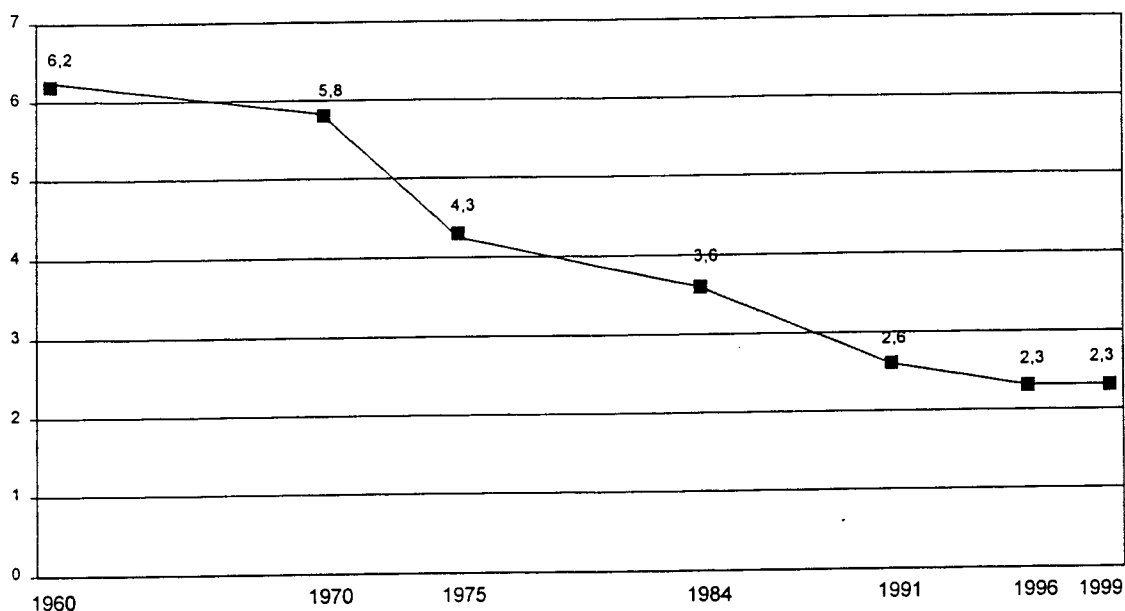
Idade	1930/40		1970/80		1998	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0	39	43	55	60	64	72
10	45	48	53	57	58	65
20	38	40	45	48	48	55
30	31	33	37	40	40	46
40	24	26	29	32	31	36
50	18	20	22	24	23	27
55	16	17	19	21	19	23
60	13	14	16	17	16	19
65	11	11	13	14	13	15
70	8	9	11	11	10	12

Fonte: 1930/1940: Previdência em Dados; 1970/1980: CEPAL; IBGE: 1998

4203 4 01 16

Além das pessoas estarem, em média, vivendo por mais tempo, o número de filhos por mulher em seu período fértil, mensurado pela taxa de fecundidade, têm declinado de maneira acelerada. Conforme o Gráfico 3.5, enquanto em 1960, cada mulher tinha em média 6,2 filhos, em 1999 esse indicador caiu para 2,3. A queda nas taxas de fecundidade está associada a aspectos socioculturais, como a revisão de valores sociais relacionados à família e aumento da escolaridade feminina; científicos, como o desenvolvimento de métodos contraceptivos; e econômicos, como o aumento da participação da mulher no mercado trabalho.

GRÁFICO 3.5
EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE
- 1960/1999 -



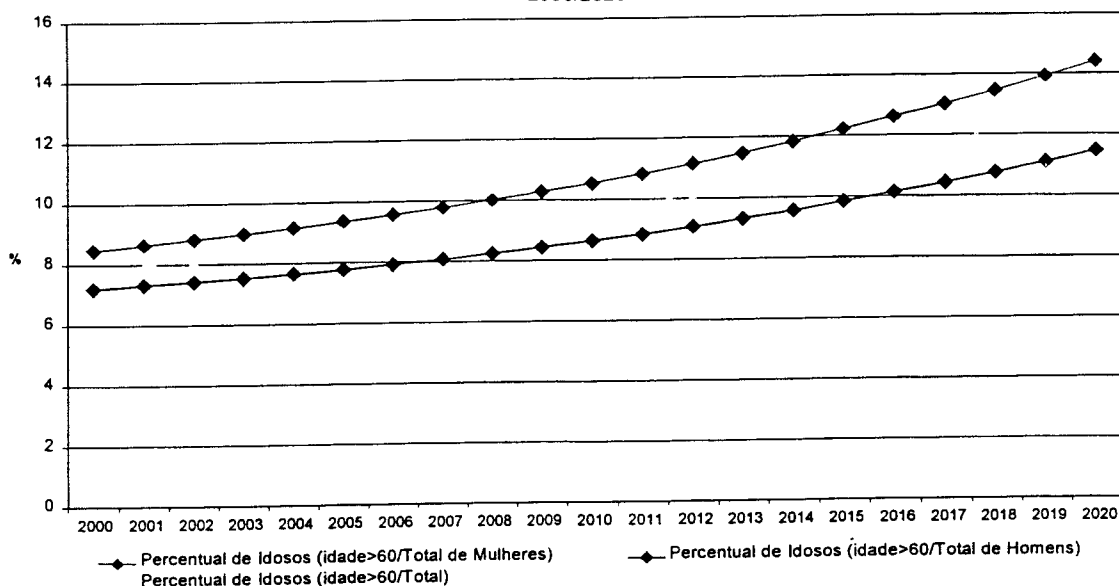
Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

O aumento da expectativa de sobrevida e a diminuição da taxa de fecundidade trazem o aumento da participação dos idosos na composição da população. Conforme se pode observar no gráfico 3.6, o percentual da população idosa, considerada neste documento com idade superior a 60 anos, deverá aumentar de 7,9% no ano 2000 para 13% no ano 2020. Esse processo deve ser mais intenso em relação às mulheres para as quais o percentual de idosos aumentará de 8,5% no ano 2000 para 14,5% em 2020, em razão da expectativa de vida feminina ser maior que a masculina.

4204 4,01

GRÁFICO 3.6
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS POR GÊNERO E TOTAL
- 2000/2020 -

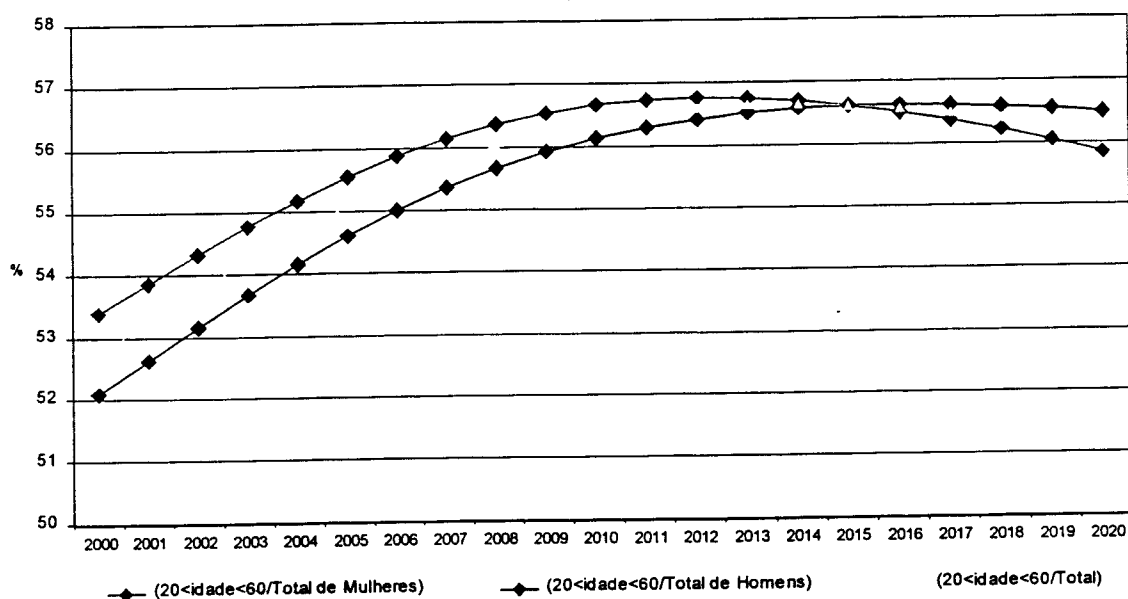


Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

Quando se analisa a evolução da parcela da população com idade entre 20 e 60 anos, observa-se que ainda haverá um crescimento de pouco mais de 4 pontos percentuais entre 2000 e 2012, com posterior estagnação e decréscimo após 2016. A queda é mais acelerada em relação aos homens mas, de qualquer forma, a participação desta parcela da população aumenta de 52,1% em 2000 para 56,5% em 2020 (Gráfico 3.7)

GRÁFICO 3.7
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 20 E 60 ANOS POR GÊNERO E TOTAL
- 2000/2020 -



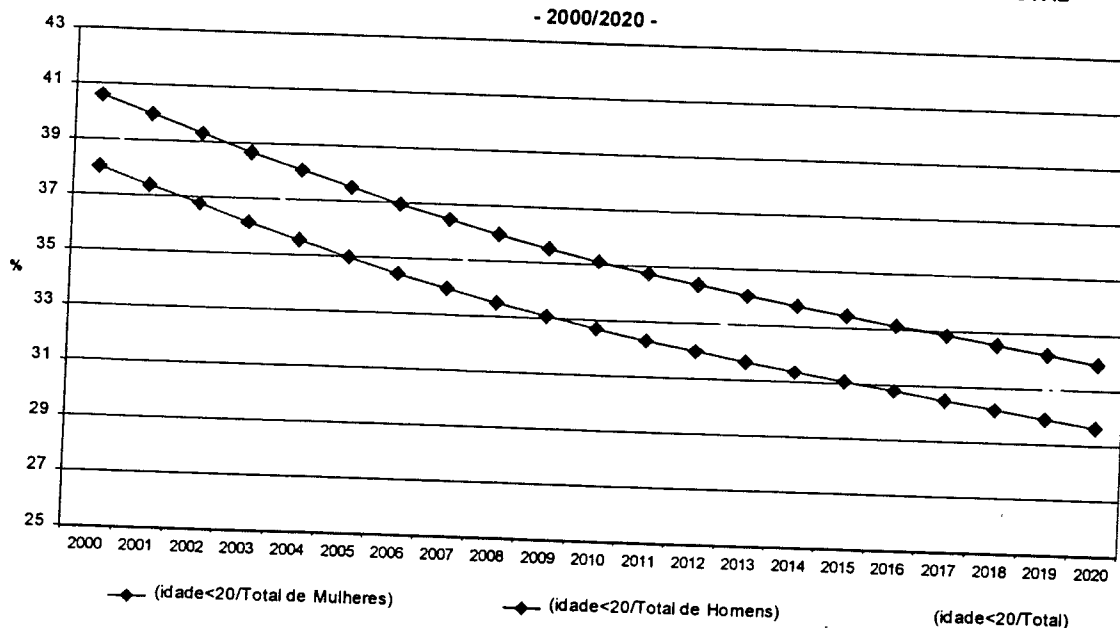
Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

4205 4 01 @

A faixa etária inferior a 20 anos apresenta o caminho inverso das faixas analisadas anteriormente, ou seja, observa-se uma trajetória decrescente ao longo do tempo desde o ano 2000 até 2020. No ano 2000, o percentual de pessoas com menos de 20 anos em relação ao total é de 39,3%, caindo para 30,8% em 2020. Para as mulheres o percentual cai de 38,7% em 2000 para 29,7% em 2020 e para os homens diminui de 40,6% para 32,0% no período (Gráfico 3.8)

GRÁFICO 3.8
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 20 ANOS POR GÊNERO E TOTAL
- 2000/2020 -

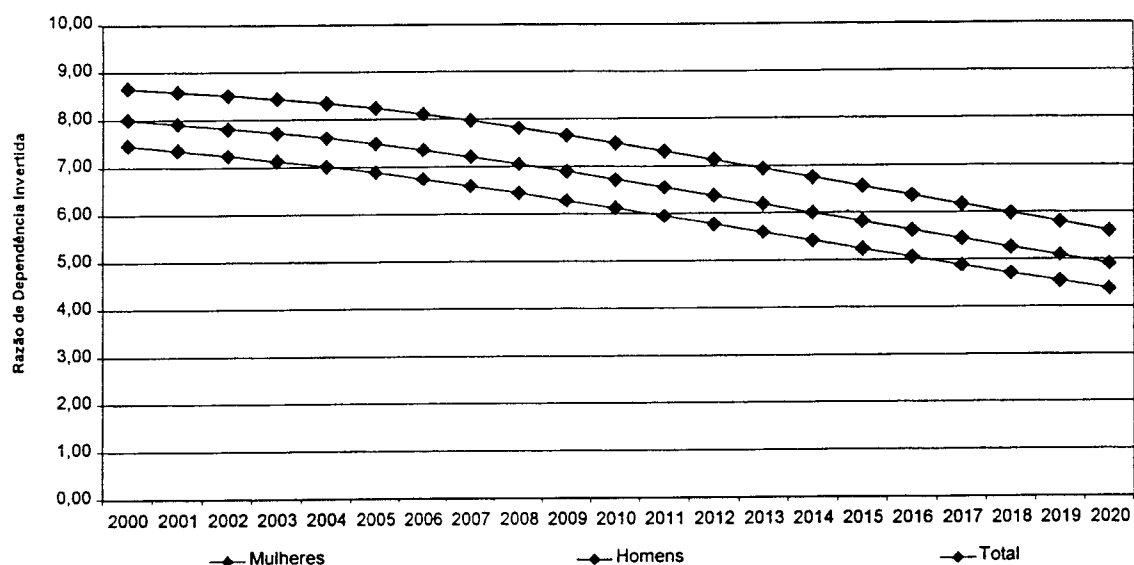


Fonte: IBGE
Elaboração: SPS/MPAS

Por meio da divisão entre o número de pessoas com idade entre 20 e 60 anos e o número de pessoas com mais de 60 anos obtém-se a *razão de dependência invertida*, que é um importante indicador para os sistemas previdenciários que funcionam em regime de repartição. As projeções do IBGE demonstram a deterioração desta relação nos próximos 20 anos. No ano 2000, para cada pessoa com mais de 60 anos, têm-se 8 pessoas com idade entre 20 e 60. No ano 2020 esta relação deverá diminuir para 4,9 (Gráfico 3.9).

4206 4 01

GRÁFICO 3.9
QUANTIDADE DE PESSOAS EM IDADE ATIVA PARA CADA
PESSOA EM IDADE INATIVA



Obs: A idade de inatividade considerada foi a partir de 60 anos.
A idade ativa se estende dos 15 aos 59 anos.

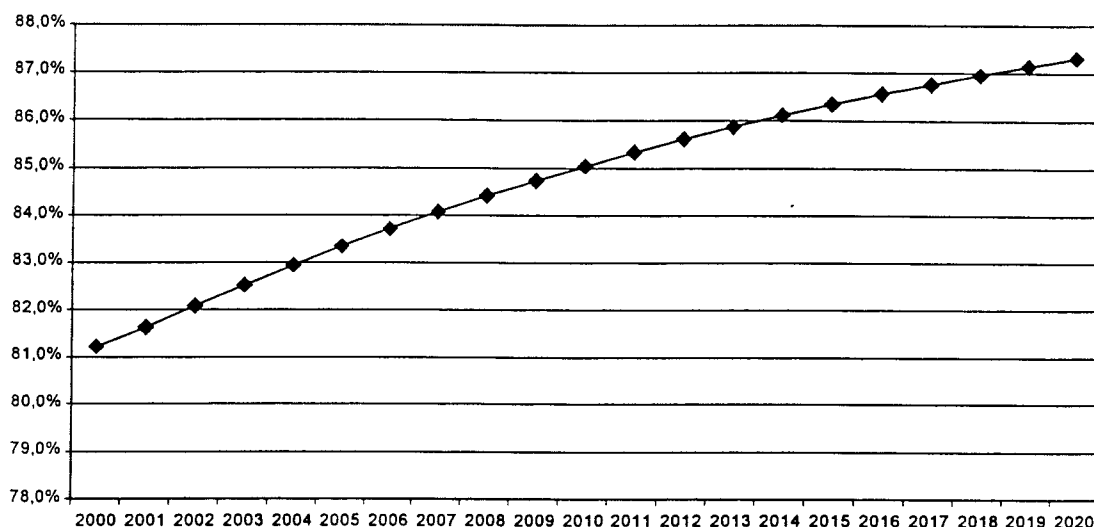
Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

Como as condições de elegibilidade para entrada nos benefícios previdenciários são distintas para os grupos urbano e rural, é necessário também projetar a taxa de urbanização. De acordo com Rigotti et al. (2001), nos próximos anos o número de pessoas residentes nas áreas urbanas deverá aumentar de 81,2% em 2000 para 87,3% em 2020 (Gráfico 3.10).

4 01
4207

GRÁFICO 3.10
TAXA DE URBANIZAÇÃO TOTAL
- 2000 A 2020 -



Em resumo, as projeções demográficas utilizadas neste estudo indicam o progressivo crescimento da participação dos idosos na população nos próximos 20 anos. Para a Previdência, o incremento do número de idosos é parcialmente compensado pelo fato de que a população com idade entre 20 e 60 anos também deverá crescer. Entretanto, o aumento relativo desta parcela da população deverá ocorrer somente até 2012 e a taxas menores do que a de incremento na participação dos idosos. Após 2012, a tendência é de declínio relativo da participação do contingente com idade entre 20 e 60 anos no total. Em 2020, para cada pessoa com mais de 60 anos, teremos 4,9 pessoas com idade entre 20 e 60 anos em 2020. Essa relação é substancialmente inferior à atual, que está ao redor de 8, mas ainda é superior à encontrada no países europeus, onde as razões de dependência invertidas situam-se já no ano 2000 abaixo de 4.

Apesar da tendência de envelhecimento, o Brasil ainda permanecerá durante as primeiras décadas deste século como um país relativamente jovem. Assim, os principais problemas atuais do sistema previdenciário estão relacionados à prodigalidade do plano de benefícios e à baixa cobertura, conforme analisado na próxima seção, que trata da dinâmica do mercado de trabalho.

4208 4,90

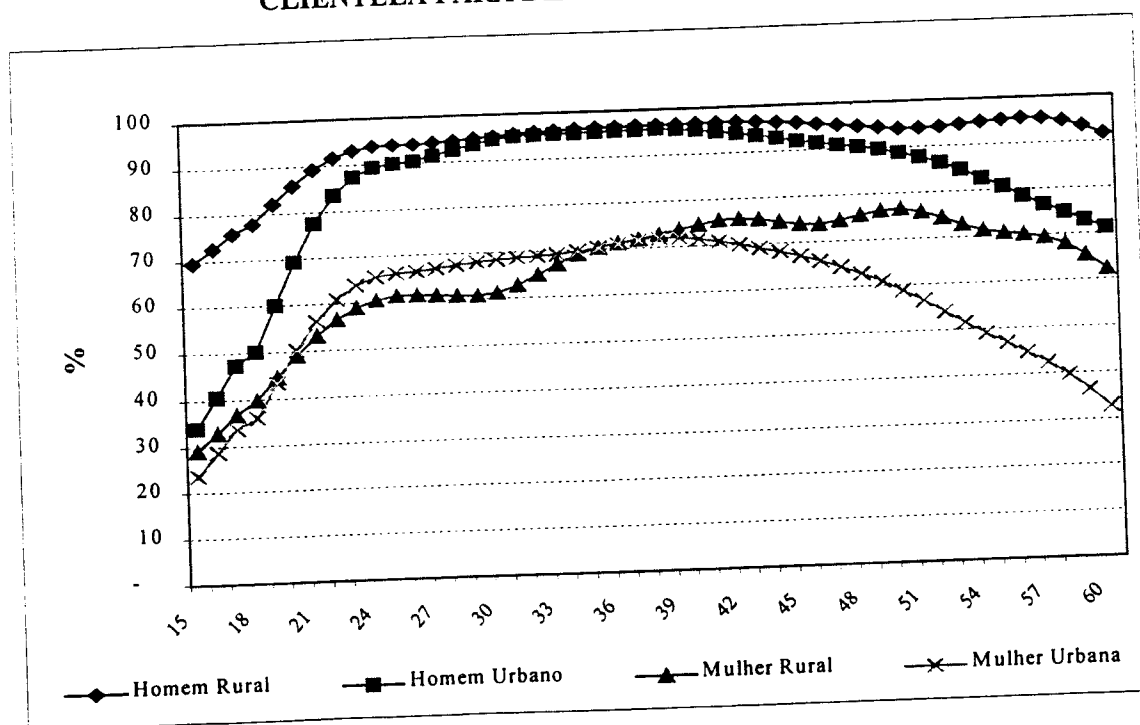
4. ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO

As projeções de contribuintes e beneficiários para 2020 foram elaboradas aplicando-se a dinâmica demográfica apresentada na seção anterior sobre a estrutura do mercado de trabalho estimada para 2000, com base no estudo de Picchetti (2001). Para o desenho da estrutura do mercado de trabalho, é necessário o estudo da taxa de participação na força de trabalho e taxa de desemprego por coorte de sexo, idade simples e situação de domicílio, conforme apresentado nos Anexos 3 e 4, além da análise da taxa de cobertura da população ocupada.

Entende-se por taxa de participação na força de trabalho a relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa. A taxa de desemprego é definida como a relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas. A referência para as projeções atuariais foram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD estimados para 2000.

Como pode ser observado no gráfico 4.1, os homens urbanos têm uma taxa de participação inferior aos rurais nas faixas etárias inferiores a 25 anos e superiores aos 50 anos, devido à maior escolaridade e a possibilidade de aposentadoria precoce na área urbana. Entre 25 e 50 anos as taxas de participação masculinas são praticamente as mesmas para as áreas urbanas e rurais. Por outro lado, as taxas de participação femininas são significativamente inferiores à masculinas tanto na área urbana como rural.

GRÁFICO 4.1
COMPOSIÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO E POR
CLIENTELA PARA DIFERENTES IDADES - 2000 -

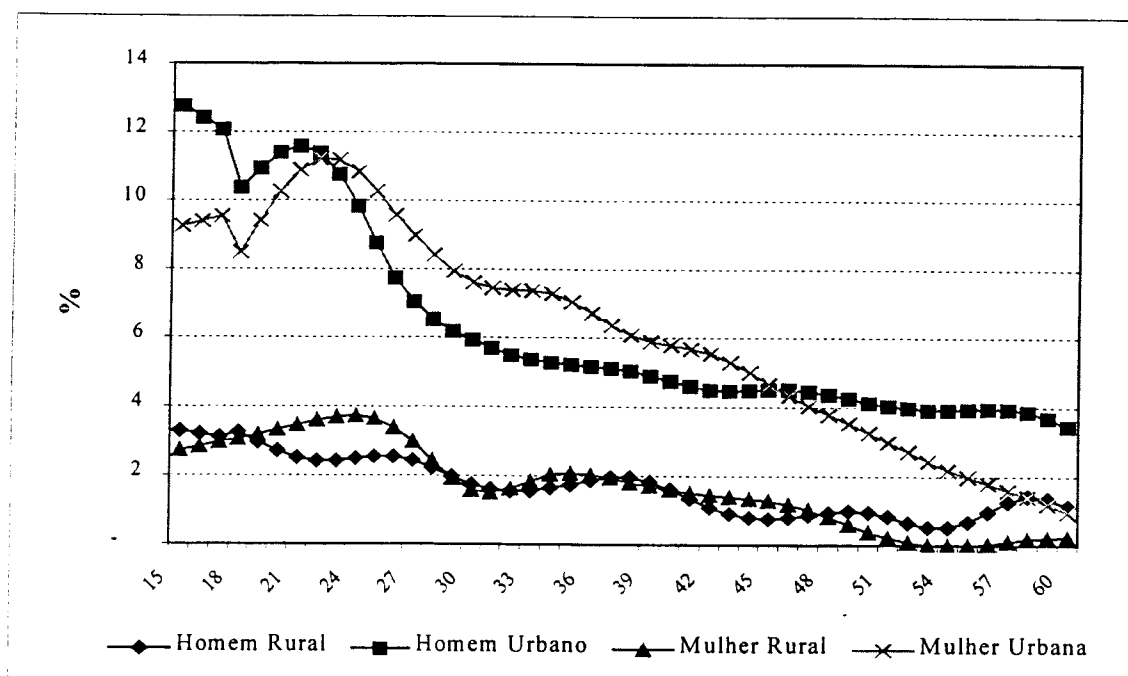


Fonte: Picchetti (2001).
Elaboração: SPS/MPAS

4209 4 01

Quanto às taxas de desemprego, conforme o Gráfico 4.2, ao se comparar a clientela rural e urbana, observa-se que aqueles residentes na área rural apresentam taxas menores que as observadas na área urbana, devido à intensidade do trabalho para o próprio consumo na área rural. Diferentemente, ao se comparar as taxas de desemprego dos gêneros por clientela, observa-se situações em que a mulher ou o homem ora apresenta taxas superiores, ora inferiores. No caso da clientela urbana, na faixa etária entre os 23 e 45 anos as taxas de desemprego feminino são superiores à masculina, enquanto que, nas demais faixas, as taxas são inferiores.

GRÁFICO 4.2
COMPOSIÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO
E CLIENTELA - 2000 -



Fonte: Picchett (2001).

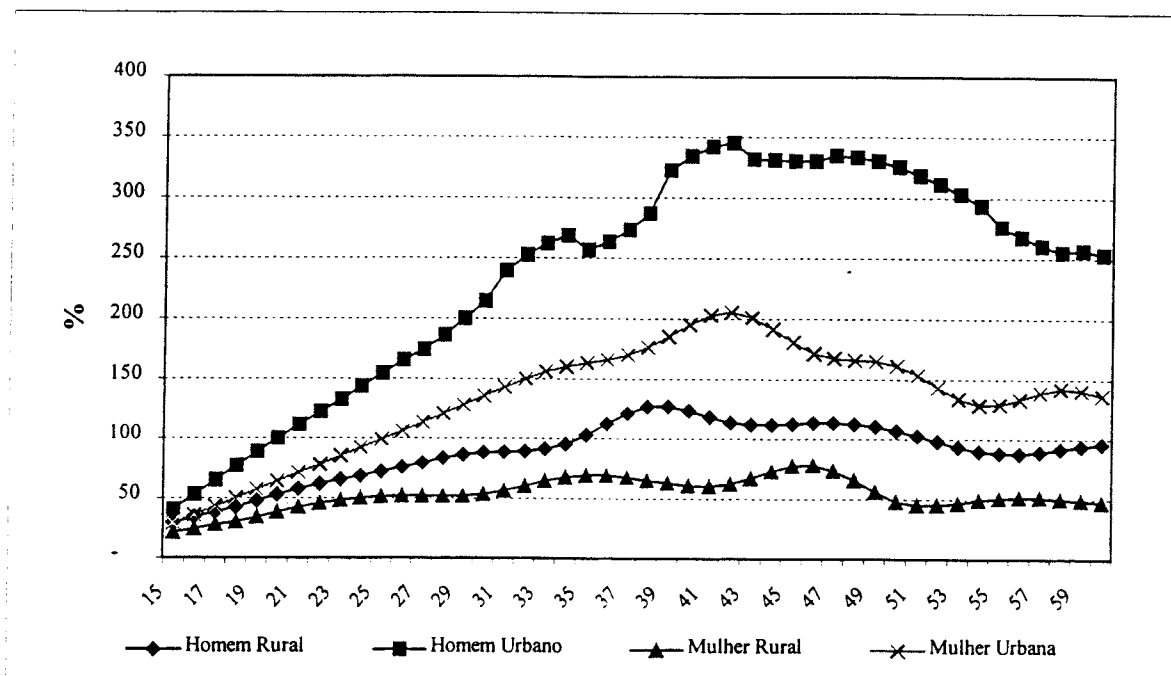
Elaboração: SPS/MPAS

Por último, quanto ao perfil salarial, percebe-se que, não importando a faixa etária, os homens auferem salários superiores ao das mulheres, enquanto que os residentes em área urbana percebem salários maiores do que os da área rural (Gráfico 4.3).

SENA 10-07-2001

4210 4 01

GRÁFICO 4.3
COMPOSIÇÃO DA FAIXA SALARIAL POR SEXO E POR CLIENTELA PARA
DIFERENTES IDADES - 2000 -
BASE HOMEM URBANO 20 ANOS = 100



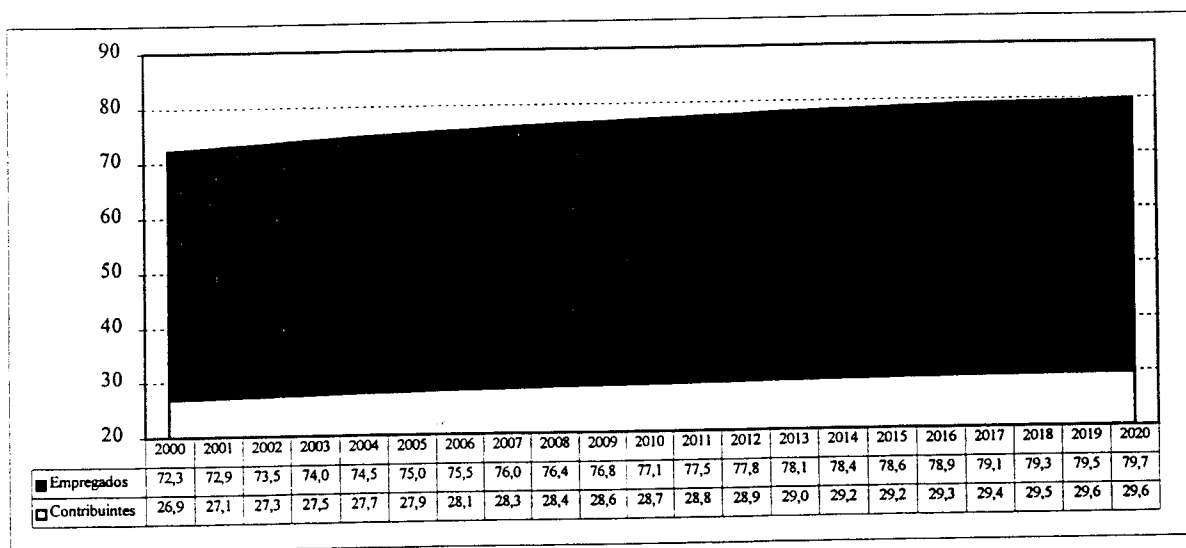
Fonte: Picchetti (2001).

Elaboração: SPS/MPAS

Com base na taxa de participação e taxa de desemprego para os diferentes sexos e clientela, foi elaborada uma série de quantidade de empregados ou pessoas ocupadas, considerando que as taxas de participação e de desemprego se mantêm constantes ao longo do período de 2000 a 2020. De acordo com o gráfico 4.4, a quantidade empregados aumentará de 72,3 milhões em 2000 para 79,7 milhões em 2020. Entretanto, somente 37,2% deste total está filiada ao RGPS, o que corresponde a uma quantidade de contribuintes de 26,9 milhões em 2000 e, 29,6 milhões em 2020.

420 4 0!
e

GRÁFICO 4.4
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS E DE CONTRIBUINTES
CONSIDERANDO AO LONGO DOS ANOS A TAXA DE PARTICIPAÇÃO E
DESEMPREGO DE 2000 - VALORES EM MILHÕES - 2000/2020 -



A baixa cobertura é o principal problema atual do sistema previdenciário. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD de 1999, dispostos na Tabela 4.1, das 71,7 milhões de pessoas ocupadas nesse ano, 31,5 milhões (43,9%) estão filiados ao RGPS e 4,7 milhões são estatutários ou militares filiados a regimes próprios de previdência social da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Mais de 40,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 56,1% da população ocupada total, não estão protegidos por qualquer tipo de seguro social. Deste total, cerca de 19,8 milhões estão à margem do sistema porque não têm capacidade contributiva, pois ganham menos que um salário mínimo ou não têm remuneração, o que significa que grande parte do problema da cobertura previdenciária é explicada por razões estruturais relacionadas com a insuficiência de renda.

Os demais 19,9 milhões de trabalhadores que ganham um salário mínimo ou mais e não estão filiados à previdência são majoritariamente trabalhadores sem carteira assinada, autônomos e domésticos inseridos em atividades informais nos setores de serviços, construção civil e agricultura.

42/2 4 01

TABELA 4.1
PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE
REFERÊNCIA, SEGUNDO A CONTRIBUIÇÃO PARA INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA EM QUALQUER TRABALHO – 1999

	Qtde.	%
POPULAÇÃO OCUPADA	71.676.219	100,0
<i>Contribuintes da Previdência Social</i>	31.453.839	43,9
Filiados ao RPPS (militares e estatutários)*	4.732.949	6,6
Filiados ao RGPS	26.720.890	37,3
<i>Não-contribuintes da Previdência Social</i>	40.216.026	56,1
Trab. c/ renda inferior 1 SM **	19.814.369	27,6
Trab. c/ renda maior ou igual a 1 SM	19.876.374	27,7
Sem Declaração	525.283	0,7
<i>Sem Declaração</i>	6.354	0,0

Fonte: PNAD 1999

* Inclui os militares não-contribuintes da PNAD 1999 (281.919), uma vez que estes serão beneficiários da Previdência Social.

** Inclui pessoas sem rendimento.

A combinação do perfil demográfico com uma população relativamente jovem, mas em processo acelerado de envelhecimento, com o perfil de mercado de trabalho caracterizado por uma baixa cobertura previdenciária é extremamente preocupante para a presente e para as próximas gerações. Tem ocorrido gradativamente a erosão da base contributiva, o que agrava a situação deficitária em que se encontra o sistema previdenciário de repartição. No futuro, os trabalhadores que hoje não estão filiados à Previdência provocarão forte pressão sobre o aumento dos gastos assistenciais, em especial sobre os benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e sobre a redução da renda média domiciliar.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Esta seção apresenta a evolução da quantidade de benefícios previdenciários, arrecadação, despesa e déficit do RGPS até o ano de 2020, de acordo com a dinâmica demográfica e estrutura de mercado de trabalho, apresentados nas seções 3 e 4, e com a série de parâmetros definidos a seguir.

5.1. Parâmetros Biométricos , Hipóteses Macroeconômicas e de Reajustes dos Benefícios

As projeções do quantitativo de benefícios de longa duração, como as aposentadorias e pensões, foram realizadas a partir da aplicação das probabilidades de entrada em benefício sobre os resultados encontrados na seção anterior, deduzidas as cessações dos mesmos, obtidas a partir das probabilidades de saída.

As probabilidades de entrada foram calculadas com base no fluxo de concessão de benefícios nos anos recentes e as probabilidades de saída foram calculadas com base na tábua de mortalidade do IBGE para a população brasileira. A escolha da tábua do IBGE ocorreu tendo em vista que esta é a tábua existente que mais se aproxima do perfil biométrico do segurado do RGPS que, potencialmente, pode ser qualquer pessoa residente no país. Além disso, a tábua é compatível com as projeções populacionais deste estudo e com o fator previdenciário utilizado na fórmula de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e idade. A tábua é dinâmica tanto para a população, como para o cálculo dos benefícios.

Para projeção dos benefícios temporários, como os auxílios, utilizou-se o método do estoque, calculando-se a probabilidade dos segurados estarem em gozo do benefício com base no período recente.

Em relação ao comportamento dos segurados sobre a escolha do momento da aposentadoria, adotou-se a hipótese conservadora de que não deverá haver postergação da aposentadoria ou seja, os segurados deverão se aposentar quando alcançarem as condições de elegibilidade.

Para se fazer a estimativa do déficit do RGPS, foram consideradas algumas hipóteses para a receita e despesa com benefícios previdenciários. Conforme apresentado na tabela 5.1, no lado da receita, entre os anos 2001 e 2004, consideraram-se as taxa de crescimento do PIB e da massa salarial de acordo com os parâmetros da Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002. A partir de 2004, a taxa de crescimento do PIB se iguala ao crescimento da massa salarial determinada pelos modelos demográfico e de mercado de trabalho, explicado nas seções anteriores. Além disso, também foi considerado um crescimento da produtividade média de 1,6% ao ano. No lado da despesa, para o ano de 2001, considerou-se o reajuste do salário mínimo de 19,2% (R\$ 151 para R\$ 180) e reposição da inflação para os demais benefícios. A partir de 2002, todos os benefícios foram reajustados de forma a preservar o seu valor real. Segue o quadro de hipóteses e os resultados encontrados.

TABELA 5.1
EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS PARA PROJEÇÃO DE
LONGO PRAZO – 2001/2020 –

	Massa Salarial	Crescimento Vegetativo	Variação Real Do PIB	Taxa de Inflação Anual (IGP-DI Média)	Reajuste do Salário Mínimo	Reajuste dos Demais Benefícios
2001	11,36%	4,23%	4,50	7,72	19,21	6,43
2002	9,83%	4,21%	4,50	4,51	3,50	3,50
2003	8,98%	4,20%	4,50	3,68	3,50	3,50
2004	8,74%	4,18%	4,50	3,50	3,50	3,50
2005	7,12%	3,39%	3,50	3,50	3,50	3,50
2006	7,12%	3,41%	3,50	3,50	3,50	3,50
2007	7,12%	3,42%	3,50	3,50	3,50	3,50
2008	7,12%	3,45%	3,50	3,50	3,50	3,50
2009	7,12%	3,48%	3,50	3,50	3,50	3,50
2010	7,12%	3,52%	3,50	3,50	3,50	3,50
2011	7,12%	3,56%	3,50	3,50	3,50	3,50
2012	7,12%	3,59%	3,50	3,50	3,50	3,50
2013	7,12%	3,62%	3,50	3,50	3,50	3,50
2014	7,12%	3,64%	3,50	3,50	3,50	3,50
2015	7,12%	3,65%	3,50	3,50	3,50	3,50
2016	7,12%	3,66%	3,50	3,50	3,50	3,50
2017	7,12%	3,65%	3,50	3,50	3,50	3,50
2018	7,12%	3,62%	3,50	3,50	3,50	3,50
2019	7,12%	3,60%	3,50	3,50	3,50	3,50
2020	7,12%	3,56%	3,50	3,50	3,50	3,50

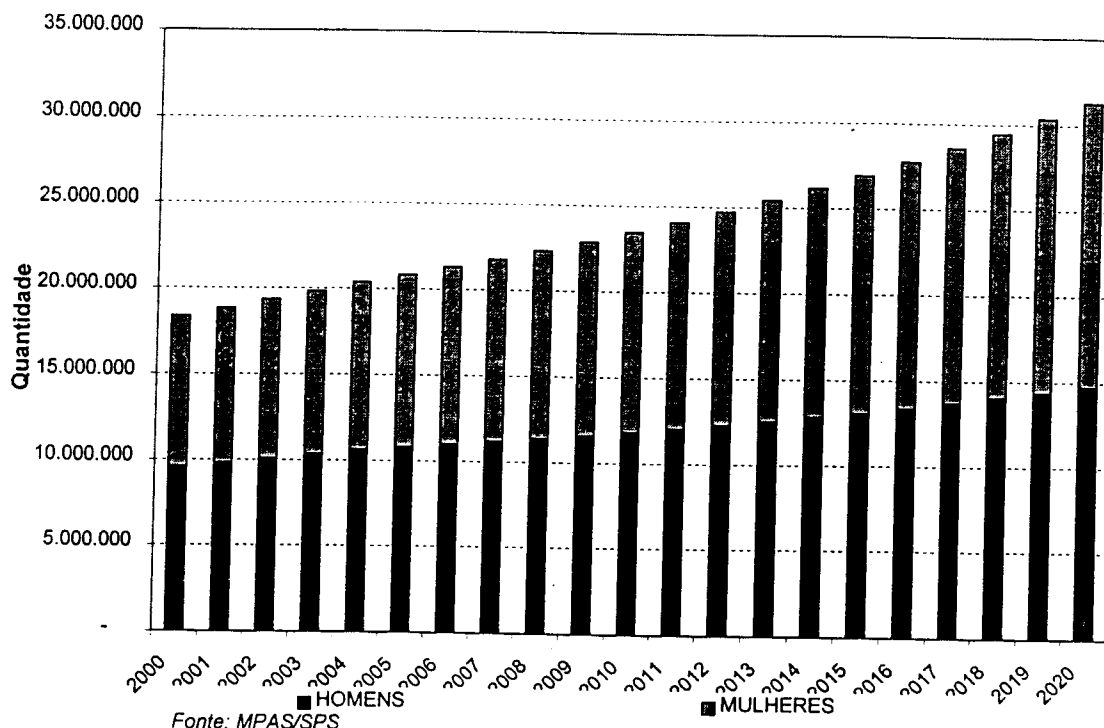
Fonte: MPAS / SPS e MF / SPE.

5.2. Resultados

De acordo com o Gráfico 5.1, entre 2000 e 2020, o número de beneficiários da previdência deverá aumentar em 70,5%, passando de 18,4 milhões para 31,3 milhões.

4215 4,01

GRÁFICO 5.1
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS E POR SEXO
- 2000 A 2020 -

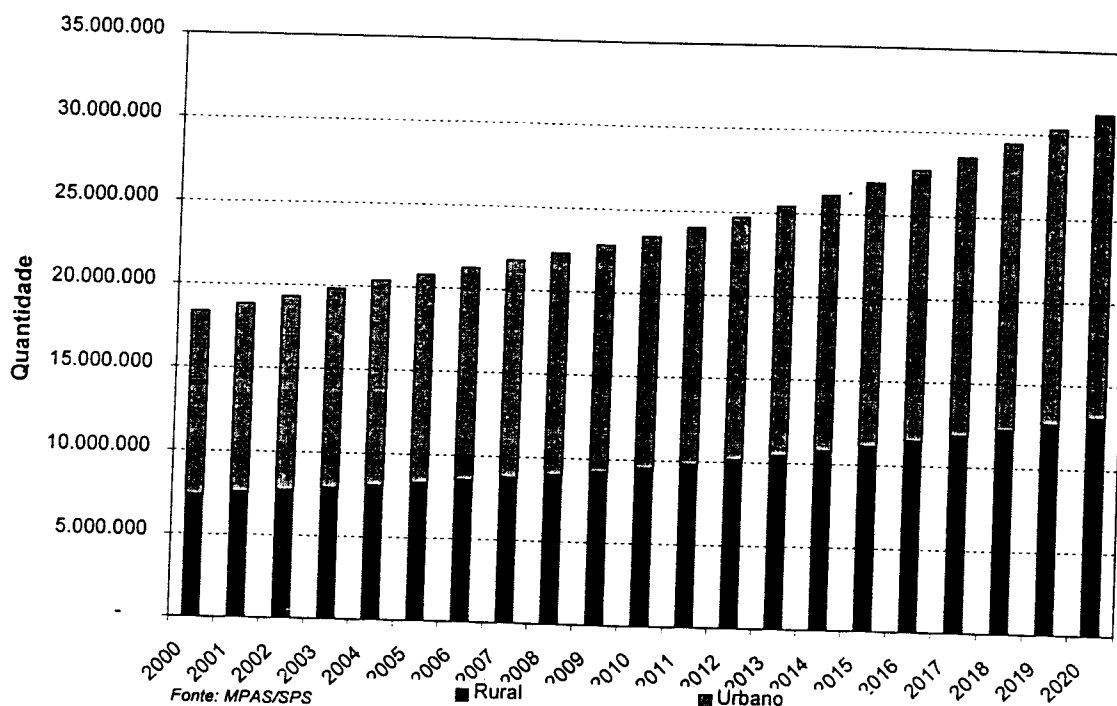


Observa-se que, apesar de ambos os sexos começarem o ano de 2000 no patamar entre 8,8 e 9,6 milhões de benefícios, há um crescimento mais acentuado de benefícios femininos ao longo do tempo. Enquanto que em 2020, haverá aproximadamente 16,6 milhões de mulheres recebendo esses benefícios, o número de homens será de 14,7 milhões, consequência da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, das regras de aposentadoria menos restritivas para as mulheres que para os homens e da maior longevidade feminina.

Quando se analisam os benefícios separando-os por clientela urbana e rural, observa-se, no Gráfico 5.2, que a quantidade de benefícios urbanos sempre se mantém superior à rural. Em 2020 haverá aproximadamente 18,2 milhões de benefícios urbanos e 13,1 milhões de benefícios rurais.

4 01
 4216

GRÁFICO 5.2
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS
URBANO E RURAL - 2000 A 2020 -



O crescimento mais acentuado dos benefícios urbanos deve-se, em parte, ao processo estimado de urbanização da sociedade brasileira.

Como pode-se observar na tabela 5.2, a arrecadação estimada em 2001 de R\$ 63,6 bilhões deverá chegar, em 2020, a R\$ 250 bilhões, mantendo-se no patamar de 5,37% do PIB. Por sua vez, a despesa estimada em 2000 de R\$ 76,0 bilhões deverá alcançar o valor de R\$ 298,0 bilhões, atingindo o patamar de 6,40% do PIB. Desta maneira, o déficit do RGPS que, em 2001 está previsto para R\$ 12,4 bilhões, deverá atingir, em 2020, a ordem de R\$ 47,9 bilhões, equivalente a uma proporção de 1,03% do PIB.

4217 4 01

TABELA 5.2
EVOLUÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO EM R\$ MILHÕES E
COMO PROPORÇÃO DO PIB – 2001/2020 -

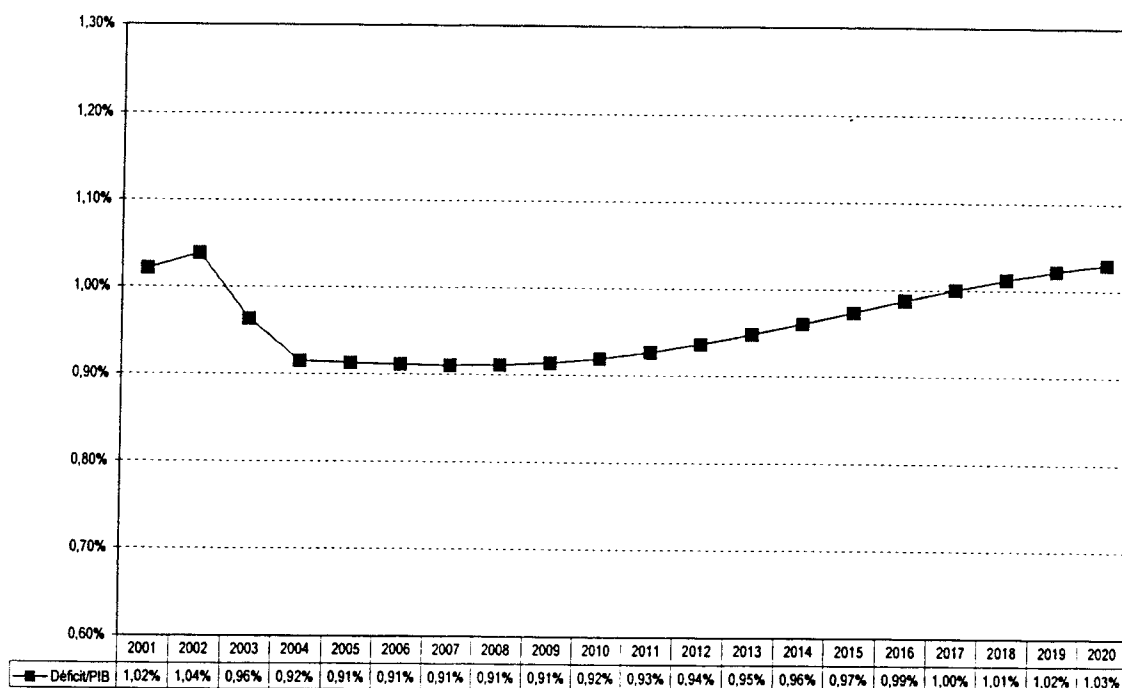
Período	Receita Previdenciária		Despesa Previdenciária		Déficit Previdenciário	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
2001	63.572	5,22%	76.011	6,24%	12.439	1,02%
2002	70.171	5,31%	83.888	6,35%	13.717	1,04%
2003	76.473	5,34%	90.262	6,31%	13.790	0,96%
2004	83.156	5,37%	97.330	6,29%	14.174	0,92%
2005	89.079	5,37%	104.223	6,28%	15.144	0,91%
2006	95.424	5,37%	111.616	6,28%	16.193	0,91%
2007	102.220	5,37%	119.552	6,28%	17.332	0,91%
2008	109.501	5,37%	128.082	6,28%	18.581	0,91%
2009	117.300	5,37%	137.266	6,28%	19.966	0,91%
2010	125.655	5,37%	147.165	6,29%	21.510	0,92%
2011	134.604	5,37%	157.841	6,30%	23.236	0,93%
2012	144.192	5,37%	169.337	6,31%	25.146	0,94%
2013	154.462	5,37%	181.724	6,32%	27.262	0,95%
2014	165.463	5,37%	195.049	6,33%	29.586	0,96%
2015	177.248	5,37%	209.385	6,34%	32.136	0,97%
2016	189.873	5,37%	224.785	6,36%	34.912	0,99%
2017	203.396	5,37%	241.288	6,37%	37.892	1,00%
2018	217.883	5,37%	258.948	6,38%	41.065	1,01%
2019	233.402	5,37%	277.826	6,39%	44.424	1,02%
2020	250.026	5,37%	297.983	6,40%	47.956	1,03%

Fonte/Elaboração: SPS/MPAS

Como se pode observar no Gráfico 5.3, a relação Déficit/PIB apresenta queda até 2004 em função das flutuações de curto prazo. A partir de 2005, este valor tende a flutuar em torno de 0,97%. Há uma forte tendência de estabilidade da relação Déficit/PIB nesse patamar, haja vista que, no ano de 2016, tal evolução apresenta um ponto de inflexão com a relação Déficit/PIB crescendo a taxas decrescentes.

408 4-01

GRÁFICO 5.3
EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO RGPS COMO PROPORÇÃO DO PIB CONSIDERANDO
UMA TAXA DE CRESCIMENTO DE 3,5% DO PIB – 2001/2020 –



Fonte/Elaboração: SPS/MPAS

A estabilização do déficit da previdência está relacionada com as medidas de reforma da previdência implementadas desde dezembro de 1998 introduzidas pela Emenda Constitucional nº. 20 de dezembro de 1998, Lei 9.876/99 e demais leis que lograram aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação, adaptando o sistema às mudanças no mercado de trabalho, e reduziram a despesa com benefícios com a eliminação da aposentadoria proporcional em idade precoce, adequação das aposentadorias especiais e com a alteração da regra de cálculo dos benefícios, entre outros pontos.

Este resultado também é bastante influenciado pela hipótese de crescimento do PIB de 4,5% até 2004 e 3,5% de 2004 a 2020, o que determina aumentos na arrecadação.

Finalmente, é importante reiterar que os resultados apresentados neste documento são fortemente influenciados pelas hipóteses de curto e longo prazo relativas à dinâmica demográfica, laboral e macroeconômica, assim como às probabilidades de entrada e saída em benefícios e aos resultados verificados no curto prazo. Quaisquer revisões nestes parâmetros ou observação de resultados no curto prazo diferentes dos projetados implicam, necessariamente, revisão das projeções de longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

Picchetti, Paulo (2000) – Modelo de Previsão do Mercado de Trabalho, mimeo;

Rigotti, José; Castro, Márcia; Simões, Celso (2000) – Projeção da População por Sexo, Idade e Situação do Domicílio 2000 a 2050.

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MF – Ministério da Fazenda.

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social.

RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social de Estados e Municípios.

SPE – Secretaria de Política Econômica.

SPS – Secretaria de Previdência Social.

4221 4 101
e

EQUIPE TÉCNICA:

Vinícius C. Pinheiro	Secretário de Previdência Social
Marcelo Abi-Ramia Caetano	Coordenador-Geral de Estudos Atuariais - CGAET
Paulo Estevão T. Cavalcanti	Coordenador da CGAET
Krisjanis Figueirôa Bakuzis	Coordenador da CGAET
Roberta de Aguiar Costa	Assessora da CGAET
Jaqueline Rodrigues de Oliveira	Atuária – consultora da SPS/MPAS
Antônio Mário Ratts de Oliveira	Atuário – consultor da SPS/MPAS
Meire Sanda	Estatística – consultora da SPS/MPAS

Colaboradores Externos

Celso Cardoso da Silva Simões - DATAPREV
Márcia Caldas de Castro- DATAPREV
José Irineu Rangel Rigotti - DATAPREV
Paulo Picchetti – FEA/USP

4222 4.01
e

ANEXO 1 – METODOLOGIA DE CÁLCULO

Este anexo tem por objetivo apresentar a metodologia desenvolvida para o cálculo das projeções. Para melhor compreensão dos pontos abordados, dividiu-se o trabalho em cinco seções. Na primeira, são apresentados os quatro parâmetros de indexação e a exemplificação da notação geral adotada ao longo do nota. Na segunda, descrevem-se as equações dinâmicas do quantitativo de benefícios. A terceira mostra as equações da despesa com benefícios. A quarta seção expõe a metodologia do quantitativo de contribuintes. A última seção contém as fórmulas de cálculo para as receitas previdenciárias.

I. Parâmetros de Indexação e Notação Geral.

Nesta nota, as variáveis apresentam quatro indexadores. Os parâmetros de indexação seguem as seguintes definições e conjuntos domínio.

i – indexa a idade; $i = 0, 1, \dots, 80$;

t – indexa o tempo, $t = 2001, 2002, \dots, 2020$;

s – indexa o sexo, $s = 1$ para homens, $s = 2$ para mulheres;

c – indexa a clientela, $c = 1$ para clientela rural, $c = 2$ para clientela urbana;

k – indexa o tipo de benefício.

Ao longo do texto, a notação $X(i, t, s, c)$ representa o valor da variável quadrimensional X para uma idade i , no ano t , para o sexo s e clientela c . Por sua vez, a notação $X(i, t, s, c, k)$ representa o valor da variável pentadimensional para uma idade i , no ano t , para o sexo s , clientela c e tipo de benefício k .

II. Determinação do Quantitativo de Benefícios.

Os valores dos quantitativos de benefícios foram calculados pelo método dos fluxos, onde primeiro se determinam os fluxos para posteriormente se chegar aos valores dos estoques. Os fluxos de concessão de benefícios são determinados pela equação (1).

$$FB(i, t, s, c, k) = P(i, t, s, c) * PB(i, t, s, c, k); \quad (1)$$

4225 4 01 36
e

onde FB é o fluxo de entrada nos benefícios do tipo k com idade i , no ano t para o sexo s e clientela c ; P é a população e PB é a probabilidade de entrada no benefício.

Por sua vez, o estoque de benefícios é dado pela equação (2).

$$EB(i, t, s, c, k) = EB(i-1, t-1, s, c, k) * PS(i, t, s, c) + FB(i, t, s, c, k); \quad (2)$$

onde EB representa o estoque de benefícios do tipo k , $PS(i, t, s, c)$ a probabilidade de um indivíduo do sexo s e clientela c sobreviver da idade $i-1$ no ano $t-1$ a idade i no ano t .

Como corolário, obtém-se que o estoque total de benefícios no ano t é dado por:

$$\sum_i \sum_s \sum_c \sum_k EB(i, t, s, c, k) \quad (3)$$

III – Determinação da Despesa com Benefícios.

A despesa com benefícios é determinada a partir do conhecimento do estoque de benefícios e de seu valor médio, tal como pode ser observado nas equações abaixo.

$$DEB(i, t, s, c, k) = EB(i-1, t-1, s, c, k) * PS(i, t, s, c) * VEB(i, t, s, c, k) + FB(i, t, s, c, k) * VFB(i, t, s, c, k); \quad (4)$$

onde DEB é a despesa com estoque de benefícios e VEB é o valor médio anual do benefício pago ao estoque de benefícios e VFB é o valor médio anual do benefício pago ao fluxo de entrada dos benefícios.

IV – Determinação do Quantitativo de Contribuintes

A quantidade de contribuintes no ano t é determinada por:

$$\sum_i \sum_s \sum_c C(i, t, s, c) \equiv \sum_i \sum_s \sum_c P(i, t, s, c) * Part(i, t, s, c) * [1 - Desemp(i, t, s, c)] * d(i, t, s, c) \quad (5)$$

Onde C é o estoque de contribuintes; $Part$ é a taxa de participação; $Desemp$ é a taxa de desemprego e d é a densidade de contribuição.

V – Determinação do Valor da Receita

O valor da receita fica determinado por (6)

$$R_t \equiv \sum_i \sum_s \sum_c C(i, t, s, c) * [\tau_1 * \text{Min}(T, W(i, t, s, c)) + \tau_2 * W(i, t, s, c)] \quad (6)$$

τ_1 é a alíquota de contribuição previdenciária sobre o empregado;

τ_2 é a alíquota de contribuição previdenciária sobre o empregador;

T é o teto de contribuição para o INSS e,

W é o salário.

4225 4 01
©

**ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR SEXO E
CLIENTELA 2000 – 2020**

Período	TOTAL (urb. + rural)	Clientela					
		Urbana			Rural		
		Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2000	166.112.518	134.916.587	65.507.340	69.409.247	31.195.931	16.323.340	14.872.591
2001	168.288.748	137.369.337	66.698.498	70.670.838	30.919.411	16.185.244	14.734.168
2002	170.472.971	139.939.616	67.947.859	71.991.757	30.533.355	15.994.497	14.538.858
2003	172.660.461	142.494.385	69.190.848	73.303.537	30.166.076	15.813.320	14.352.756
2004	174.850.798	145.033.130	70.427.402	74.605.728	29.817.668	15.641.650	14.176.018
2005	177.043.039	147.554.984	71.657.176	75.897.808	29.488.055	15.479.457	14.008.598
2006	179.231.290	150.055.000	72.877.858	77.177.143	29.176.290	15.326.148	13.850.141
2007	181.409.923	152.528.448	74.086.942	78.441.505	28.881.475	15.181.446	13.700.030
2008	183.579.662	154.975.953	75.284.688	79.691.265	28.603.709	15.045.521	13.558.188
2009	185.734.517	157.392.535	76.468.450	80.924.085	28.341.982	14.917.965	13.424.017
2010	187.862.137	159.767.792	77.632.622	82.135.170	28.094.345	14.798.037	13.296.308
2011	189.964.445	162.103.422	78.777.593	83.325.829	27.861.023	14.685.933	13.175.090
2012	192.044.884	164.402.510	79.904.350	84.498.160	27.642.374	14.582.019	13.060.355
2013	194.094.332	166.657.445	81.008.778	85.648.667	27.436.887	14.485.697	12.951.190
2014	196.112.097	168.867.831	82.090.541	86.777.290	27.244.266	14.396.937	12.847.329
2015	198.105.420	171.040.163	83.152.920	87.887.243	27.065.257	14.316.173	12.749.084
2016	200.075.147	173.175.503	84.196.570	88.978.933	26.899.644	14.243.197	12.656.447
2017	202.014.758	175.268.559	85.218.554	90.050.004	26.746.199	14.177.615	12.568.585
2018	203.925.784	177.321.013	86.219.540	91.101.474	26.604.771	14.119.531	12.485.239
2019	205.818.683	179.342.363	87.204.138	92.138.225	26.476.320	14.069.647	12.406.673
2020	207.696.505	181.335.725	88.173.801	93.161.925	26.360.780	14.028.002	12.332.777

Fonte: IBGE.

4226 4 01
(9)

ANEXO 3 - COMPOSIÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO, TAXA DE DESEMPREGO E PERFIL SALARIAL DA CLIENTELA URBANA PARA DIFERENTES IDADES – 2000 –

Idade	Homens Urbanos			Mulheres Urbanas		
	Taxa de participação	Taxa de Desemprego	Perfil Salarial Base Homem de 20 anos urbano = 100	Taxa de Participação	Taxa de Desemprego	Perfil Salarial Base Homem de 20 anos urbano = 100
15	34,0%	12,8%	40,6	23,8%	9,3%	28,8
16	40,6%	12,4%	52,8	28,8%	9,4%	35,9
17	47,3%	12,1%	64,9	33,7%	9,5%	42,9
18	50,1%	10,4%	76,8	36,0%	8,5%	49,9
19	60,1%	10,9%	88,5	43,4%	9,4%	57,0
20	69,4%	11,4%	100,0	50,3%	10,2%	64,0
21	77,4%	11,6%	111,3	56,2%	10,9%	71,1
22	83,5%	11,4%	122,4	60,9%	11,2%	78,1
23	87,3%	10,8%	132,7	63,8%	11,2%	85,1
24	89,2%	9,8%	143,6	65,5%	10,8%	92,1
25	90,0%	8,8%	154,6	66,2%	10,3%	99,2
26	90,4%	7,7%	165,7	66,4%	9,6%	106,2
27	91,4%	7,0%	174,2	67,0%	9,0%	113,5
28	92,6%	6,5%	186,5	67,5%	8,4%	120,8
29	93,7%	6,2%	199,8	68,0%	7,9%	128,3
30	94,6%	5,9%	214,2	68,4%	7,6%	136,0
31	95,1%	5,7%	239,9	68,7%	7,4%	143,3
32	95,3%	5,5%	252,5	68,9%	7,4%	150,2
33	95,3%	5,4%	262,0	69,3%	7,4%	156,0
34	95,4%	5,3%	268,6	69,7%	7,3%	160,3
35	95,5%	5,2%	256,7	70,3%	7,0%	163,6
36	95,6%	5,2%	263,5	71,0%	6,7%	166,3
37	95,7%	5,1%	273,6	71,6%	6,4%	170,0
38	95,7%	5,0%	286,9	72,0%	6,1%	176,5
39	95,6%	4,9%	322,7	71,9%	5,9%	185,1
40	95,2%	4,8%	334,8	71,5%	5,8%	194,9
41	94,8%	4,6%	342,4	70,8%	5,7%	202,7
42	94,2%	4,5%	345,5	70,0%	5,5%	205,3
43	93,6%	4,5%	332,2	69,1%	5,3%	200,8
44	92,9%	4,5%	331,3	68,1%	5,0%	191,4
45	92,2%	4,5%	330,7	67,0%	4,7%	180,4
46	91,6%	4,5%	330,4	65,8%	4,3%	171,4
47	90,9%	4,5%	335,1	64,4%	4,0%	167,5
48	90,3%	4,4%	333,6	62,8%	3,8%	166,2
49	89,6%	4,3%	330,6	61,0%	3,5%	165,0
50	88,8%	4,1%	326,0	58,8%	3,3%	161,2
51	87,7%	4,0%	318,7	56,5%	3,0%	153,3
52	86,3%	4,0%	311,5	54,0%	2,7%	143,2
53	84,6%	3,9%	303,2	51,4%	2,4%	133,9
54	82,7%	3,9%	293,8	49,0%	2,2%	128,5
55	80,7%	3,9%	276,2	46,8%	2,0%	129,0
56	78,6%	4,0%	267,5	44,7%	1,8%	133,5
57	76,5%	4,0%	260,5	42,4%	1,6%	138,8
58	74,7%	3,9%	255,2	39,7%	1,4%	141,9
59	73,0%	3,7%	256,7	36,5%	1,2%	140,5
60	71,3%	3,5%	253,0	32,8%	1,0%	136,6

Fonte: Picchetti, Paulo (2001).

Obs.: Os salários para as diferentes idades, foram normalizados tendo, como base, o salário da coorte do sexo masculino urbano com idade de 20 anos.

ANEXO 4 - COMPOSIÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO, TAXA DE DESEMPREGO E PERFIL SALARIAL DA CLIENTELA RURAL PARA DIFERENTES IDADES – 2000 –

Idade	Homens Rurais			Mulheres Rurais		
	Taxa de participação	Taxa de desemprego	Perfil Salarial Base Homem de 20 anos urbano = 100	Taxa de participação	Taxa de Desemprego	Perfil Salarial Base Homem de 20 anos urbano = 100
15	69,5%	3,3%	29,5	29,1%	2,7%	21,2
16	72,6%	3,2%	34,1	32,9%	2,8%	24,6
17	75,7%	3,1%	38,6	36,8%	3,0%	27,9
18	77,8%	3,3%	42,6	39,8%	3,1%	30,3
19	82,0%	3,0%	47,7	44,6%	3,2%	34,5
20	85,8%	2,7%	52,7	49,1%	3,3%	38,5
21	89,1%	2,5%	57,4	53,2%	3,5%	42,3
22	91,6%	2,4%	61,5	56,5%	3,6%	45,6
23	93,1%	2,4%	65,3	58,9%	3,7%	48,2
24	93,8%	2,5%	68,7	60,4%	3,7%	50,1
25	94,0%	2,6%	72,1	61,2%	3,7%	51,3
26	94,0%	2,6%	75,8	61,2%	3,4%	51,7
27	94,3%	2,4%	79,6	61,1%	3,0%	51,8
28	94,6%	2,2%	83,3	60,8%	2,4%	51,7
29	95,0%	2,0%	86,4	60,8%	1,9%	52,0
30	95,3%	1,8%	88,0	61,3%	1,6%	53,4
31	95,6%	1,6%	88,9	62,8%	1,5%	56,3
32	95,9%	1,6%	89,4	64,8%	1,6%	60,2
33	96,1%	1,6%	91,1	67,1%	1,8%	64,3
34	96,3%	1,7%	95,6	69,1%	2,0%	67,6
35	96,4%	1,8%	103,1	70,4%	2,1%	69,0
36	96,5%	1,9%	112,5	71,3%	2,0%	68,9
37	96,6%	2,0%	121,3	72,0%	1,9%	67,6
38	96,6%	2,0%	126,9	72,7%	1,8%	65,1
39	96,7%	1,8%	127,1	73,7%	1,7%	62,9
40	96,7%	1,6%	123,7	74,7%	1,6%	60,8
41	96,7%	1,3%	118,5	75,4%	1,5%	60,3
42	96,7%	1,1%	113,8	75,7%	1,5%	62,4
43	96,6%	0,9%	112,1	75,3%	1,4%	66,7
44	96,4%	0,8%	112,0	74,7%	1,4%	72,5
45	96,1%	0,8%	112,8	74,0%	1,3%	77,1
46	95,7%	0,8%	113,9	73,9%	1,2%	77,9
47	95,3%	0,9%	113,6	74,5%	1,0%	73,4
48	94,8%	1,0%	112,5	75,5%	0,8%	65,1
49	94,4%	1,0%	110,4	76,3%	0,6%	55,8
50	94,1%	1,0%	107,1	76,6%	0,4%	48,0
51	94,0%	0,8%	102,9	75,8%	0,2%	45,0
52	94,2%	0,7%	98,1	74,4%	0,1%	45,0
53	94,5%	0,5%	93,4	72,7%	0,0%	46,8
54	95,0%	0,5%	89,6	71,5%	0,0%	49,5
55	95,3%	0,7%	88,0	70,7%	0,0%	50,7
56	95,5%	1,0%	87,8	70,3%	0,0%	51,4
57	95,4%	1,3%	89,1	69,6%	0,1%	51,2
58	94,8%	1,4%	91,6	68,0%	0,2%	50,0
59	93,5%	1,4%	93,9	65,5%	0,2%	48,5
60	91,7%	1,1%	96,2	62,3%	0,2%	47,0

Fonte: Picchetti, Paulo (2001).

Obs.: Os salários para as diferentes idades, foram normalizados tendo, como base, o salário da coorte do sexo masculino urbano com idade de 20 anos.

4228 4 01

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores
públicos
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea a da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

I – INTRODUÇÃO

Tem-se aqui o objetivo de avaliar, de acordo com a teoria e a prática atuariais correntes, os compromissos e direitos previdenciais atuais e futuros da União, relativos à concessão de benefícios previdenciais a servidores civis para atender ao disposto no Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2.000).

Este relatório apresenta uma avaliação atuarial da evolução futura das obrigações previdenciais do Poder Executivo dos servidores civis, excetuando-se os contingentes dos militares, que serão tratados em avaliação específica, e dos servidores do Banco Central - BACEN, do Ministério Público da União - MPU, dos servidores do Ministério das Relações Exteriores - MRE lotados no exterior, servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, face a ausência da correspondente base de dados. O grupo analisado equivale a 96,0% do total dos Servidores Civis do Governo Federal, apontados no Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na posição de novembro de 2000. A descentralização dos sistemas de pessoal desses órgãos e a limitação do tempo requerido para a coleta e realização deste trabalho são as razões principais para as deficiências dos dados utilizados.

A referida avaliação revela o fluxo prospectivo das variáveis salariais e previdenciais desses servidores, registrando-se ano a ano as Esperanças Estocásticas Monetárias de Salários, Contribuições e Benefícios, durante um período de 75 anos futuros. Evidencia-se, deste modo, toda a cronologia estimada das obrigações futuras da União com o pagamento dos correspondentes benefícios previdenciais durante esse período.

A inclusão posterior dos demais grupos de contingentes na avaliação atuarial a que se refere o presente relatório, servidores civis, militares e servidores do Banco Central - BACEN, Ministério Público da União - MPU, servidores do Ministério das Relações Exteriores - MRE lotados no exterior do Poder Executivo e servidores dos poderes Legislativo e Judiciário será implementada oportunamente, na dependência da disponibilidade das bases de dados correspondentes, do que resultará modificações importantes nos montantes finais do fluxo prospectivo consolidado.

Os resultados constantes deste Relatório estão influenciados por premissas e parâmetros, i) escolhidos pelo contratante, com destaque especial para as taxas de reposição de servidores e de crescimento real de salários, ii) determinados pelo Atuário e iii) de acordo com a legislação vigente para os Regimes Próprios de Previdência da União Estados e Municípios, destacando-se as tábuas biométricas de mortalidade, de entrada em invalidez e de retirada de servidores laborativos.

Essas hipóteses de trabalho estão registradas na subseção II.1 – Crítica e Ajustamento dos Dados e, também, na seção III – Bases Técnicas Atuariais, constantes

429 4 01

deste relatório.

Cumpra investigar os resultados que adviriam do emprego de outros valores para esses parâmetros e ajuizar cuidadosamente os cenários mais aderentes à realidade futura conseqüente das decisões hoje adotadas.

II – DESCRIÇÃO DA MASSA DE SERVIDORES

Muitos são os atributos que singularizam os indivíduos da extensa massa de servidores civis do Poder Executivo. Uma análise de todas as possíveis interseções de atributos dessa massa seria contraproducente, razão por que trabalhamos com um *breakdown* menos analítico, radiografando a massa através de um atributo por vez, conforme apresentado nos quadros dispostos ao longo desta seção e nos Apêndices deste estudo.

Os atributos aludidos e suas respectivas ramificações são aqueles presentes no conjunto de arquivos enviados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, extraídos do SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo, refletindo a posição de novembro de 2000.

II.1 – CRÍTICA E AJUSTAMENTO DOS DADOS

Registramos que os dados cadastrais fornecidos revelaram algumas inconsistências que nos forçaram a estimar dados viesados ou a abandonar registros. Os quadros mostrados nesta seção resultam de críticas e ajustes no cadastro, que vão destacados a seguir:

1. Registros zerados

- Por orientação da Secretaria de Previdência Social, foram excluídos os registros de participantes que apresentavam valores iguais a zero no campo *Valor da Remuneração*, tanto para aposentados como pensionistas;
- Igualmente, para os registros zerados no campo *Valor da Remuneração* de participantes ativos, considerou-se um valor médio dos registros válidos que leva em consideração a idade do participante, seu cargo e o órgão a que está vinculado.

2. Falta de especificação no cadastro

- Desconsideraram-se, por falta de especificação no cadastro, as regras específicas para aposentadorias especiais. Foram consideradas nestes casos as regras gerais para aposentadoria de servidores públicos.

3. Teto de benefício

- Estabeleceu-se um teto de benefício de R\$ 12.720,00 para os futuros aposentados e pensionistas; este teto de benefício não foi utilizado, portanto, para os atuais aposentados e pensionistas.

4. Idades

4230 4 10'

- Consideraram-se, para os atuais servidores, 100 anos como a idade atual máxima e 14 anos como a idade mínima de entrada no serviço público;
- Para as gerações futuras de servidores utilizou-se 18 anos como idade mínima de entrada no serviço público.

5. Dependentes

- Por falta de dados específicos, admitiu-se que, em média, o participante ativo ou inativo possui sempre um cônjuge válido de mesma idade e dois filhos, também válidos. Considera-se que esses dependentes serão aqueles existentes no momento do falecimento do participante, para o recebimento das futuras pensões.

6. Pensionistas

- Admitiu-se, por falta de dados específicos, que todos os pensionistas são válidos;
- Para o grupo familiar de um dado participante, pensionistas com 22 anos ou mais e pensionistas com 15 anos ou mais, se for o mais velho, são considerados vitalícios; os demais são temporários até a idade de 21 anos.

7. Tempo de serviço anterior à União

- Para estimar o tempo de serviço antes do ingresso como servidor da União, estabeleceu-se uma idade padrão de entrada no mercado de trabalho de 18 anos, utilizando-se 50% da diferença entre a idade de entrada na União e a idade padrão de entrada no mercado de trabalho, como tempo de serviço anterior à União; presume-se, desta forma, que no tempo restante desse período o servidor não possuía uma vinculação previdencial, permanecendo no mercado informal ou mesmo desempregado. O Quadro N.º 01, registra esses tempos estimados, segmentados por idade de entrada na União;

4231 4 01
C

Quadro N.º 01
Tempo Estimado de Serviço Anterior à União

IDADE DE ENTRADA NA UNIÃO	TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À UNIÃO	IDADE DE ENTRADA NA UNIÃO	TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À UNIÃO
até 16	0	34	8
17	0	35	9
18	0	36	9
19	1	37	10
20	1	38	10
21	2	39	11
22	2	40	11
23	3	41	12
24	3	42	12
25	4	43	13
26	4	44	13
27	5	45	14
28	5	46	14
29	6	47	15
30	6	48	15
31	7	49	16
32	7	50	16
33	8		

FONTE: Estimativas da PROBUS.

8. Dados salariais de participantes ativos

- Conforme orientação da Secretaria de Previdência Social, considerou-se que os campos *Valor da Remuneração* e *Valor da Função* compõem o salário-de-contribuição, enquanto que apenas o campo *Valor da Remuneração* é considerado no cálculo do salário-de-benefício;
- Nos casos em que a soma dos campos *Valor da Remuneração* e *Valor da Função* é inferior ao Salário Mínimo, o campo *Valor da Remuneração* foi substituído por um valor médio dos registros válidos que considera a idade do participante, seu cargo e o órgão a que está vinculado;
- Foram considerados também os pisos salariais de cada carreira como o valor mínimo da remuneração do servidor, conforme mostrado no Quadro N.º 03;
- Para os servidores ativos que possuem o campo *Valor da Função* diferente de zero, foi necessário estimar o percentual da função (entendida como o somatório das parcelas salariais que não se incorporam ao salário-de-benefício) em relação ao total de sua remuneração, ao longo de toda a sua carreira laboral. Desta forma, o percentual da função em relação à remuneração total foi estimado pelas médias dos valores observados no cadastro de servidores ativos, como mostra o Quadro N.º 02;

Quadro N.º 02
Valor da Função / Valor da Remuneração
Percentuais Médios

Tempo de Serviço na União	Percentual Médio
0	21,20%
1	20,90%
2	20,60%
3	20,40%
4	20,10%
5	19,90%
6	19,60%
7	19,30%
8	19,10%
9	18,80%
10	18,60%
11	18,30%
12	18,00%
13	17,80%
14	17,50%
15	17,30%
16	17,00%
17	16,70%
18	16,50%
19	16,20%
20	16,00%
21	15,70%
22	15,40%
23	15,20%
24	14,90%
25	14,70%

Tempo de Serviço na União	Percentual Médio
26	14,40%
27	14,10%
28	13,90%
29	13,60%
30	13,40%
31	13,10%
32	12,80%
33	12,60%
34	12,30%
35	12,10%
36	11,80%
37	11,50%
38	11,30%
39	11,00%
40	10,80%
41	10,50%
42	10,20%
43	10,00%
44	9,70%
45	9,50%
46	9,20%
47	8,90%
48	8,70%
49	8,40%
50 anos ou mais	7,90%

FONTE: Estimativas da PROBUS.

- O contingente de servidores ativos foi classificado de acordo com os cargos e carreiras da Administração Pública Federal constantes do Boletim Estatístico de Pessoal – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Recursos Humanos – Dezembro de 2000. Por orientação da Secretaria de Previdência Social, os servidores cujos cargos não puderam ser classificados nas carreiras existentes foram distribuídos na carreira PCC na proporção dos contingentes de seus cargos, informados no Boletim Estatístico de Pessoal, de

acordo com a lista decrescente de seus salários; o Apêndice N.º 01 registra esta classificação;

- O Boletim Estatístico de Pessoal registra um contingente de 30.727 servidores para as carreiras típicas de Estado. Identificamos nos arquivos enviados, extraídos do SIAPE, um contingente de apenas 25.532 servidores. A diferença encontrada fez necessário um ajuste para alcançar o contingente registrado no Boletim Estatístico.

9. Auxílios

- Os benefícios de Auxílio Enfermidade, Auxílio Reclusão e Auxílio Funeral não foram contemplados no escopo deste estudo devido a ausência de dados sobre os mesmos no cadastro.

II.2 – OS SERVIDORES ATIVOS

Em 30.11.00, de acordo com o cadastro analisado, o Poder Executivo Civil da União contava com 457.756 servidores civis na ativa, distribuídos em 203 órgãos, conforme mostra o Apêndice N.º 02.

Nesse cadastro, o atributo “Sexo” nos revela uma ligeira prevalência do quantitativo masculino em relação ao feminino, representando 55,9% do conjunto de servidores, como mostra o Quadro N.º 03.

Quadro N.º 03
Poder Executivo
Servidores Civis - Ativos
Subdivisão da Massa por Sexo

SEXO	TOTAIS	
	Conting.	%
1- Masculino	255.920	55,91%
2- Feminino	201.836	44,09%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: SIAPE.

O atributo “Remuneração Total”, ou salário-de-contribuição, é entendido como a soma do campo *Valor da Remuneração* com o campo *Valor da Função*. O Apêndice N.º 03, registra a partição da massa por intervalos de salários-de-contribuição e também o agregado de dispêndios mensais com salários nessas faixas. O salário-de-contribuição médio resultou em R\$ 2.047,35.

O Apêndice N.º 04 contém o atributo “Idade Atual” que revela a estrutura etária corrente dos servidores. Segundo os dados cadastrais, as idades variam dos 19 aos 100 anos e a idade média é de 44,4 anos. A menção a servidores com idades acima de

4234 4 01

70 anos, um contingente de apenas 189 pessoas, decorre do fato de constarem na base de dados utilizada, provavelmente devido a erros cadastrais.

O atributo "Idade de Entrada" investiga a idade do servidor por ocasião da vinculação laboral ao serviço público. Este atributo é analisado para os sexos masculino e feminino, isoladamente, bem como para o conjunto deles, como vai registrado no Apêndice N.º 05. A idade média de entrada observada foi de 28,5 anos.

O atributo "Anos de Serviço Anterior à União", isto é, o intervalo de tempo entre o primeiro emprego e a entrada em serviço na União, permite deduzir o tempo laboral anterior, dedicado a outros empregadores, que é recepcionado pela União para fins previdenciais. Esse intervalo médio foi estimado em 5,5 anos, e a distribuição de contingentes está registrada no Apêndice N.º 06.

Os "Anos de Serviço Público" já prestados à União trazem, em conjunto com "Anos de Serviço Anterior à União", a informação que permite estimar a data de início da fruição da aposentadoria programada, bem como comandar a dinâmica de reposição dos quadros da União, segundo a premissa adotada para esse fim. O Apêndice N.º 07, mostra o fracionamento da massa pelo tempo de serviço público correntemente acumulado pelos atuais servidores. O tempo médio calculado foi de 16,0 anos.

Os "Anos para a Aposentadoria" traduzem, por tempo faltante, os contingentes dos atuais laborativos que hoje estão na União percebendo proventos e pagando contribuições. Esse tempo faltante médio é de 15,9 anos para homens, de 11,8 anos para mulheres e de 14,0 anos para toda a massa. O Apêndice N.º 08 traz os resultados dessa análise.

Por fim, o atributo "Idades Projetadas de Aposentadoria" representa para os servidores ativos, as idades projetadas de aposentadoria e os correspondentes contingentes, desdobrados por sexo, o que vai grafado no Apêndice N.º 09. As idades anormais de aposentadorias ali encontradas, acima de 70 anos, decorrem do fato de estarem cadastrados no banco de dados servidores com essas idades, os quais estão sendo automaticamente aposentados neste estudo.

II.3 – OS ATUAIS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

O Quadro N.º 04 mostra a divisão do contingente de Inativos por sexo, observando-se a preponderância dos homens, 58,8%, nesse grupo. Os Apêndices N.ºs 10, 11 e 12 exibem, respectivamente, as partições dessa massa por i) Proventos Mensais, cuja média é de R\$ 1.953,40, ii) Idade Atual, com média de 65,2 anos e, iii) Tipo de Benefício, segundo codificação própria.

Quadro N.º 04
Poder Executivo
Servidores Civis - Inativos
Subdivisão da Massa por Sexo

4 01
4235 ©

SEXO	TOTAIS	
	Conting.	%
1- Masculino	221.333	58,80%
2- Feminino	155.108	41,20%
TOTAL	376.441	100,00%

FONTE: SIAPE.

O Quadro N.º 05 revela a composição dos Pensionistas por sexo, constatando-se aqui a ampla maioria de mulheres, 94,1%. Por seu turno, os Apêndices N.ºs 13, 14 e 15 apresentam, respectivamente as partições dessa massa por i) Benefícios Mensais, com valor médio de R\$ 1.497,48, ii) Idade Atual, com média de 60,0 anos e, iii) Tipo de Benefício, conforme a classificação pertinente.

Quadro N.º 05
Poder Executivo
Servidores Civis – Grupos Pensionistas (*)
Subdivisão da Massa por Sexo

SEXO	TOTAIS	
	Conting.	%
1- Masculino	12.037	5,86%
2- Feminino	193.526	94,14%
TOTAL	205.563	100,00%

FONTE: SIAPE.

(*) Em relação ao pensionista mais longo

III – BASES TÉCNICAS ATUARIAIS

A avaliação atuarial do cenário previdencial sob investigação foi feita utilizando-se critérios, premissas, hipóteses e métodos de cálculos inerentes a esse procedimento, refletindo os resultados, com as limitações próprias de um extenso estudo estocástico prospectivo, a estimativa dos compromissos previdenciais atuais e futuros com os servidores civis do Poder Executivo da União.

O modelo adotado incorpora, ao lado dos atuais servidores, a entrada de novos servidores até o horizonte de análise de 75 anos no futuro. A mecânica de reposição do grupo, que dá origem aos contingentes de novos entrados, foi aqui praticada com base nas seguintes taxas de crescimento:

- 1 – Para o conjunto das carreiras típicas de Estado, identificadas no Apêndice N.º 01:
 - i) 1% de crescimento até o ano 2010;
 - ii) 0,5% de crescimento de 2010 a 2020;
 - iii) 0% a partir de 2020.
- 2 – Para as demais carreiras, também enumeradas no Apêndice N.º 01: 0% de crescimento.

4
12/10/01

Os percentuais de crescimento e decrescimento do contingente das carreiras típicas de Estado foram estabelecidos em estudo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Substitui-se o servidor afastado, em decorrência de morte, retirada, invalidez ou de aposentadoria, por um novo servidor que preserva, no instante da reposição, a mesma situação laboral e previdencial vigente na data de entrada no serviço público do antigo servidor que lhe deu origem.

III.1 – TÁBUAS BIOMÉTRICAS

A Tábua de Serviço para análise da sobrevivência/mortalidade, da entrada em invalidez e da retirada dos servidores ativos, em ambiente tridecremental, foi calculada, com o método do Winklevoss/Bowers, a partir da tábua AT49-Homens, da tábua IAPB-57 Fraca, e da taxa de retirada de servidores ativos adiante comentada.

A tábua AT49-Homens foi utilizada também para mensurar a sobrevivência/mortalidade dos servidores inativos e pensionistas.

A tábua Experiência do IAPC, teve seu emprego na determinação da sobrevivência/mortalidade dos servidores inválidos.

A Taxa de Retirada dos Servidores Ativos, traduzindo o desligamento por vontade própria, a demissão com ou sem justa causa e a adesão a programa de demissão voluntária – PDV, utilizada neste estudo foi constante e de 1,00% (um por cento) ao ano, o que corresponde à taxa máxima admitida na Portaria MPAS N.º 4.992, de 5 de fevereiro de 1999, para os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios.

O Quadro N.º 06, mostra a estrutura geral da proteção previdencial do servidor, destacando suas mudanças de *status* e as tábuas que governam essas transições.

III.2 – VARIÁVEIS ECONÔMICAS E LABORAIS

Considerou-se uma evolução salarial real linear em 35 anos, entre o piso e o teto da carreira respectiva, consoante o Apêndice N.º 01, cessando essa evolução ao se atingir o teto da carreira.

Conforme a legislação vigente, considerou-se que os servidores ativos contribuem uniformemente com 11% sobre sua remuneração, não havendo contribuições para os grupos de inativos e pensionistas.

437 4 01
Ce

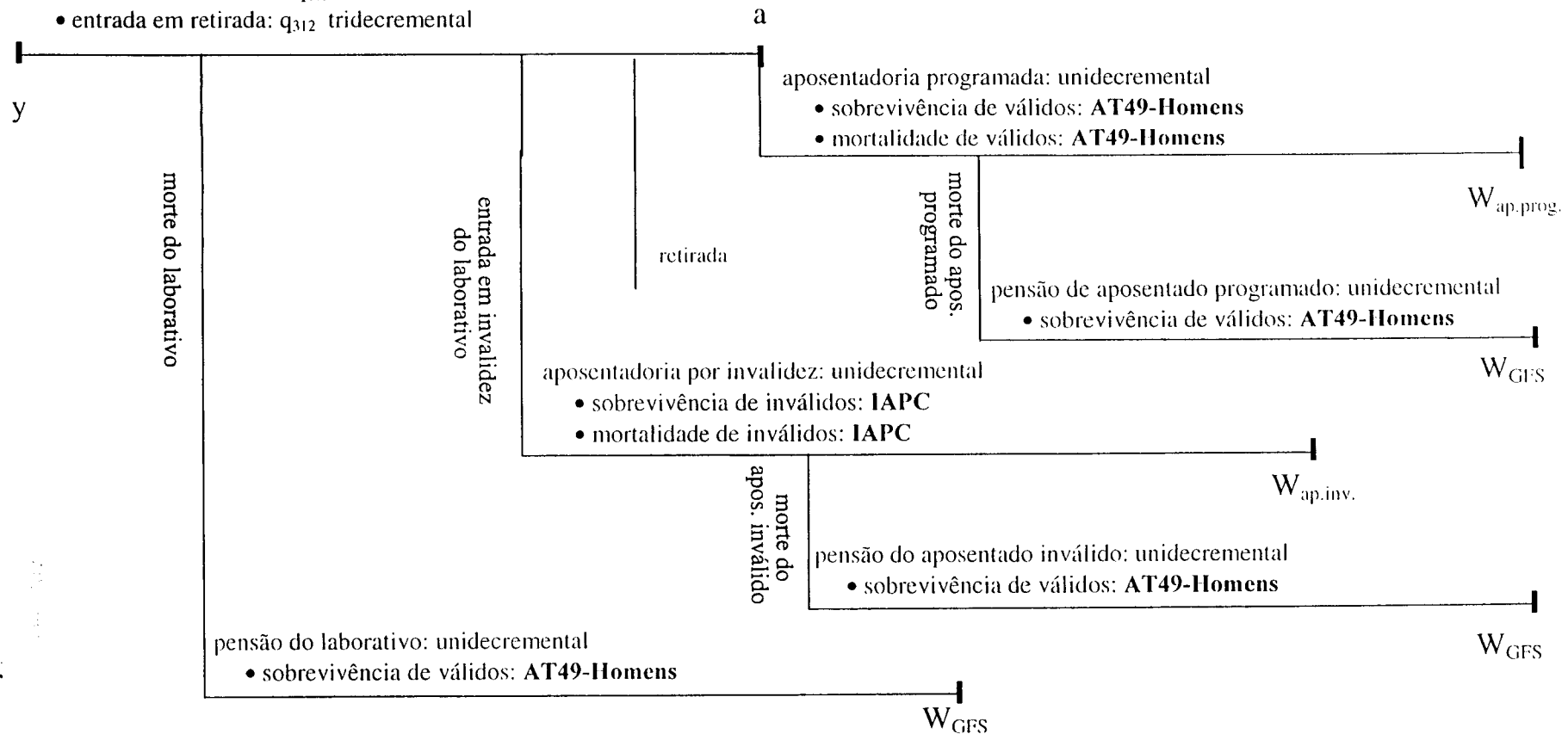
Quadro N.º 06

Poder Executivo - Civil

Trajétoria Previdencial

fase laborativa: tridimensional [AT49-Homens + IAPB-57 Fraca + Retirada]

- sobrevivência: p_{123} tridimensional
- entrada em morte: q_{123} tridimensional
- entrada em invalidez: q_{213} tridimensional
- entrada em retirada: q_{312} tridimensional



NOTAS: $W_{ap,prog.}$ = idade inatingível de aposentado programado; $W_{ap,inv.}$ = idade inatingível de aposentado inválido; W_{GFS} = idade inatingível de grupo familiar sobrevivente.

IV – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os Apêndices deste relatório contêm informações sobre, i) as carreiras da administração pública federal (Apêndice N.º 01), ii) as estatísticas dos atuais servidores ativos (Apêndices N.ºs 02 a 09), iii) as estatísticas dos servidores inativos e grupos de pensionistas (Apêndices N.ºs 10 a 15) e, por fim, iv) outros resultados da avaliação atuarial, desdobrados em carreiras típicas e carreiras não típicas de Estado e, também o agregado de todas as carreiras (Apêndices N.ºs 16 a 27).

Nesta seção do relatório estão agrupados tabelas e gráficos que sintetizam os principais resultados deste estudo.

Os Quadros N.ºs 07 e 08 revelam a evolução dos quantitativos dos servidores e beneficiários de todas as carreiras do Poder Executivo Civil, onde se vê, sob as premissas adotadas, que todos os contingentes, i) de servidores ativos, ii) de servidores aposentados programados, iii) de servidores aposentados por invalidez e, iv) de pensionistas convergem para um valor constante no horizonte de 75 anos aqui adotado.

É de ressaltar o rápido decrescimento dos servidores ativos e a predominância do contingente das outras categorias frente ao desses servidores ativos, antes de se atingir o regime estacionário.

Para esses mesmos quatro grupos, os Quadros N.ºs 09 e 10 retratam a evolução dos gastos da União, em moeda forte e com ganhos de produtividade. Vê-se no gráfico que o agregado dos salários cai inicialmente, pressionado pela não reposição das carreiras não típicas de Estado, mas cresce ao final pelo efeito cumulativo da produtividade sobre as carreiras típicas de Estado. Diferentemente se dá com os gastos das aposentadorias programadas e das pensões, crescendo em uma primeira fase, decrescendo em fase intermediária e voltando a crescer lentamente na fase final. Os gastos com invalidez são de pouca expressão.

Nos Quadros N.ºs 11 e 12 estão, para todas as carreiras, os vetores dos gastos com benefícios, das contribuições dos ativos e o do déficit previdencial resultantes deste estudo.

O Quadro N.º 12 mostra na sua base a área minúscula representada pelas Contribuições dos Ativos, imediatamente acima a grande área indicadora do Déficit Previdencial e, no conjunto das áreas, a representação dos Gastos Previdenciais.

Merece comentário o comportamento projetado do Déficit Previdencial, ascendente na primeira fase, descendente em uma segunda fase, e de novo ascendente ao final. Em qualquer dessas fases, todavia, a insuficiência de custeio sob o enfoque do regime de repartição simples é de grande expressão quantitativa.

Cumpr agora obter a relação percentual entre esse Déficit Previdencial e o

Produto Interno Bruto - PIB, projetado à taxa constante de 4,5% a.a. até 2003 e à 3,5% a.a. a partir de então, como mostrado nos Quadros N.ºs 13 e 14. Tanto o vetor de números como o gráfico que o representa exibem claramente uma tendência decrescente partindo de 1,14% em 2001 para 0,05% em 2075, se forem cumpridas todas as premissas aqui adotadas.

Vale sublinhar que esse grande progresso relativo entre o Déficit Previdencial e o PIB se deve a diversos fatores, com destaque para, i) a intensa redução do contingente e dos agregados de benefícios dos servidores que ficam a cargo do orçamento da União (carreiras típicas de Estado e o resíduo declinante das carreiras não típicas de Estado) e, ii) a visível diferença entre os parâmetros exponenciais da produtividade dos salários reais desses servidores, 1,5% ao ano, e do crescimento do PIB, 3,5% ao ano.

Por fim, devemos comentar os Valores Presentes Atuariais – VPA's calculados com taxa de juro real de 5% ao ano, mostrados no rodapé do Quadro N.º 11, para os vetores de Gastos Previdenciais, Contribuições de Ativos e de Déficit Previdencial.

Esses números se referem não ao grupo de servidores hoje vinculados à União, mas a esse grupo acrescido dos novos entrados dele decorrente, bem como dos novos entrados decorrentes de qualquer geração de novos entrados, até o horizonte de planejamento de 75 anos no futuro. Mas, esses VPA's não incorporam valores posicionados à frente desse horizonte, para qualquer das gerações envolvidas.

Assim, o VPA dos Gastos Previdenciais desse grande grupo, de R\$ 366,4 bilhões, significa que se essa importância fosse hoje aplicada a juros anuais de 5% ao ano, líquidos de toda e qualquer despesa ou custo de aplicação, seria suficiente, sem cobrar contribuições sobre salários, para pagar todas as obrigações previdenciais, mas não salários, desse grande grupo até o horizonte de análise citado.

Raciocínio em tudo semelhante pode ser feito com o VPA do Déficit Atuarial de R\$ 348,0 bilhões, montante este que aplicado em mercado, acrescido dos juros ganhos e das contribuições sobre salários cobradas, cobririam todas as obrigações previdenciais do grande grupo descrito.

Convém destacar que esses VPA's envolvem obrigações com servidores que ainda não estão vinculados à União, muitos deles ainda nem nascidos, o que lhes empobrece o significado.

O modelo de fundação mais precoce, sem qualquer interesse prático, considera o aporte integral do custeio da aposentadoria programada na data da contratação do funcionário, mas nenhum modelo ousa fundar esse benefício antes do efetivo início da fase laborativa do segurado.

Por prudência, elegeu-se a taxa de 5% ao ano considerando-se que deve representar um retorno real líquido e certo ao longo dos 75 anos do estudo, independentemente dos ciclos da economia e das flutuações da inflação, refletindo uma

4040 4 101
C

taxa livre de risco de mercado equivalente às taxas de títulos do Tesouro Federal em ambiente de perfeito equilíbrio fiscal, de baixo endividamento da União e, consequentemente, de completa normalidade do mercado de renda fixa.

Este é o nosso Relatório.

Fortaleza, 07 de abril de 2001

Probus Suporte Empresarial S/C Ltda.

Emílio Recamonde Capelo

Atuário

Membro do Instituto Brasileiro de Atuária – MIBA

Membro da Associação Internacional de Atuária - MIAA

4241 4.01

4241 4.01

Quadro N.º 7
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Número de Servidores e Beneficiários
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	
2000	457.756	337.410	39.031	205.561	1.039.758
2001	422.637	353.461	37.908	217.863	1.031.869
2002	407.422	349.033	36.601	229.062	1.022.118
2003	390.670	346.263	35.451	239.307	1.011.691
2004	371.982	345.500	34.425	248.672	1.000.580
2005	351.041	347.098	33.493	257.252	988.884
2006	337.837	340.684	32.619	265.097	976.237
2007	314.876	344.405	31.866	272.243	963.389
2008	291.555	348.646	31.117	278.436	949.754
2009	267.758	353.673	30.361	283.964	935.756
2010	244.180	358.621	29.582	288.836	921.219
2011	221.429	362.863	28.771	293.099	906.162
2012	210.040	355.603	27.929	296.775	890.347
2013	188.808	358.662	27.162	299.831	874.463
2014	168.092	361.510	26.350	302.345	858.297
2015	149.468	362.527	25.487	304.334	841.816
2016	132.116	362.583	24.585	305.801	825.085
2017	116.782	360.711	23.644	306.775	807.911
2018	109.542	350.697	22.671	307.263	790.174
2019	96.750	346.558	21.756	307.268	772.333
2020	85.139	341.318	20.811	306.817	754.084
2021	75.312	334.595	19.838	305.915	735.660
2022	67.273	326.341	18.846	304.577	717.038
2023	60.398	317.151	17.851	302.806	698.205
2024	56.547	305.154	16.856	300.613	679.171
2025	51.494	294.714	15.900	297.994	660.102
2026	47.333	283.476	14.951	294.957	640.716
2027	44.275	271.357	14.019	291.505	621.155
2028	41.807	258.874	13.116	287.635	601.432
2029	39.959	246.111	12.246	283.345	581.661
2030	38.783	232.880	11.411	278.630	561.704
2031	37.722	219.939	10.615	273.481	541.757
2032	36.880	206.977	9.857	267.892	521.606
2033	36.281	194.237	9.138	261.853	501.509
2034	35.776	181.675	8.458	255.361	481.271
2035	35.516	169.358	7.820	248.412	461.105
2036	35.428	157.145	7.224	241.007	440.804
2037	35.378	145.528	6.674	233.153	420.733
2038	35.349	134.224	6.168	224.865	400.605
2039	35.336	123.517	5.707	216.162	380.721
2040	35.331	113.251	5.287	207.076	360.945
2041	35.330	103.608	4.908	197.645	341.492
2042	35.330	94.447	4.569	187.917	322.262
2043	35.330	85.909	4.267	177.949	303.455
2044	35.330	77.922	4.000	167.807	285.059
2045	35.330	70.656	3.767	157.562	267.315
2046	35.330	63.865	3.563	147.291	250.050
2047	35.330	57.805	3.387	137.075	233.598
2048	35.330	52.201	3.236	126.995	217.762
2049	35.330	47.251	3.108	117.131	202.821
2050	35.330	42.801	2.999	107.560	188.690
2051	35.330	38.917	2.908	98.353	175.508
2052	35.330	35.453	2.832	89.574	163.189
2053	35.330	32.538	2.769	81.279	151.915
2054	35.330	29.918	2.716	73.513	141.477
2055	35.330	27.732	2.673	66.312	132.046
2056	35.330	25.873	2.638	59.698	123.538

Quadro N.º 7
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Número de Servidores e Beneficiários
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

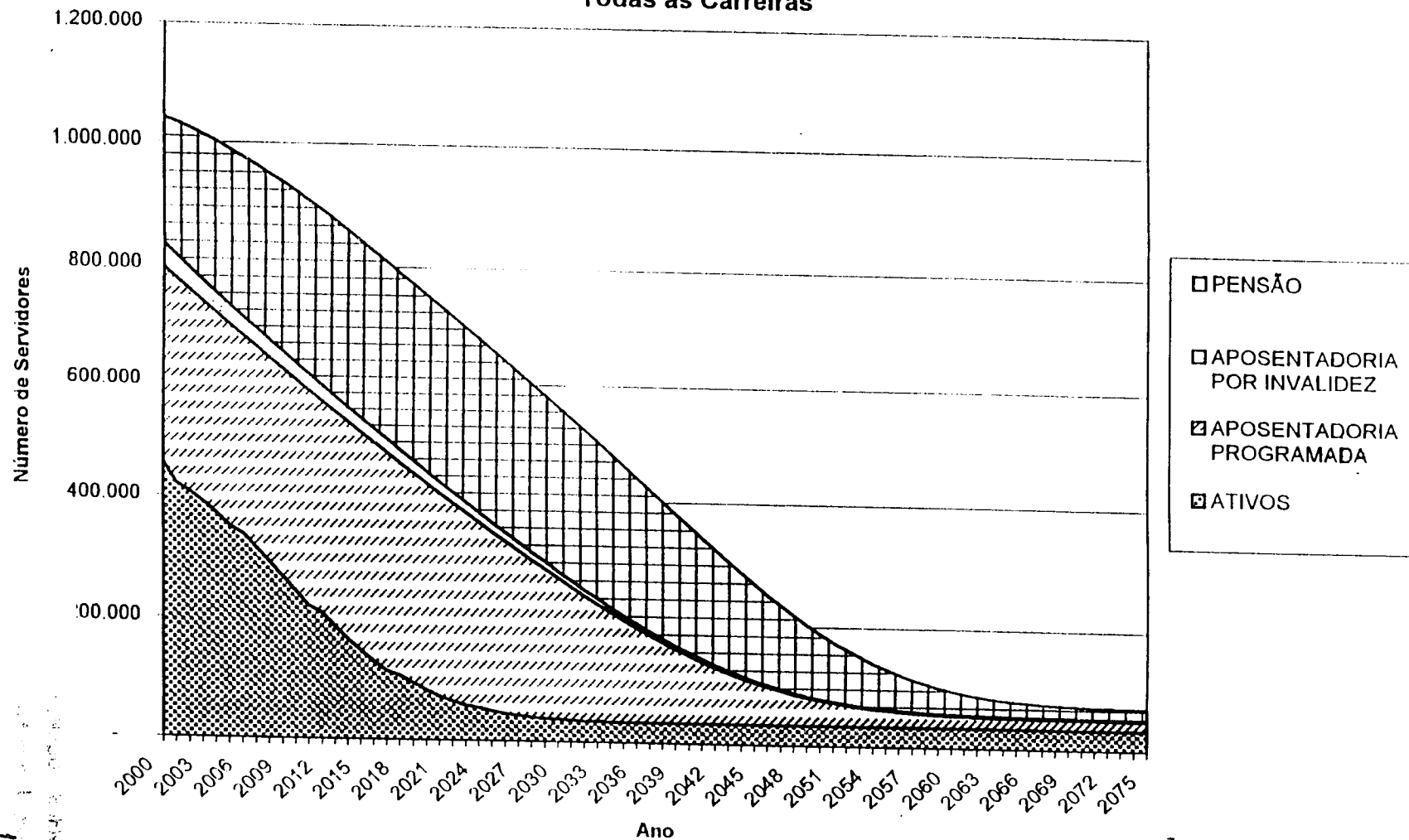
ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	
2057	35.330	24.311	2.609	53.684	115.935
2058	35.330	22.969	2.585	48.271	109.156
2059	35.330	21.901	2.566	43.450	103.248
2060	35.330	20.995	2.550	39.201	98.077
2061	35.330	20.285	2.538	35.497	93.650
2062	35.330	19.697	2.527	32.302	89.856
2063	35.330	19.237	2.518	29.576	86.661
2064	35.330	18.830	2.511	27.275	83.946
2065	35.330	18.590	2.505	25.353	81.778
2066	35.330	18.303	2.499	23.765	79.897
2067	35.330	18.127	2.494	22.465	78.416
2068	35.330	17.930	2.490	21.411	77.161
2069	35.330	17.828	2.488	20.563	76.209
2070	35.330	17.703	2.485	19.887	75.406
2071	35.330	17.648	2.484	19.352	74.815
2072	35.330	17.527	2.483	18.931	74.271
2073	35.330	17.504	2.483	18.599	73.917
2074	35.330	17.425	2.484	18.340	73.579
2075	35.330	17.403	2.485	18.135	73.354

Fonte: PROBUS

Nota: (*) Número de grupos familiares pensionistas.

SECRETARIA DE
 PROBES
 FOLHA Nº 4
 Nº 6243

Quadro N.º 8
 Governo Federal - Poder Executivo - Civil
 Evolução do Número de Servidores e Beneficiários
 Todas as Carreiras



10/11/2011
 4
 10/11/2011

Quadro N.º 9
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos com Ativos, Inativos e Beneficiários
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov/2000

RS 1,00

ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO	
2000	12.520.405.373,45	8.650.412.646,46	891.505.044,17	4.001.594.921,87	26.063.917.985,95
2001	11.760.532.065,84	9.091.173.098,70	853.381.683,57	4.321.672.609,84	26.026.759.457,96
2002	11.675.020.518,03	9.125.910.555,80	826.046.101,37	4.683.250.741,45	26.310.227.916,66
2003	11.524.077.580,10	9.214.183.780,79	804.306.809,29	5.030.679.381,23	26.573.247.551,41
2004	11.290.577.184,37	9.368.074.773,11	787.364.270,04	5.365.962.728,28	26.811.978.955,80
2005	10.961.180.530,73	9.602.525.138,40	774.385.518,96	5.691.232.789,44	27.029.323.977,53
2006	10.856.992.303,88	9.579.720.847,48	764.242.083,35	6.007.049.742,67	27.208.004.977,39
2007	10.429.111.388,23	9.885.841.245,60	759.180.536,86	6.314.395.141,97	27.388.528.312,66
2008	9.974.937.188,05	10.207.963.024,70	755.255.282,81	6.606.509.598,42	27.544.665.093,97
2009	9.484.802.734,45	10.567.995.647,57	751.982.942,14	6.889.970.918,65	27.694.752.242,81
2010	8.974.987.581,18	10.934.912.629,86	748.540.519,36	7.164.706.229,98	27.823.146.960,38
2011	8.479.050.031,66	11.276.074.495,58	744.399.256,07	7.432.296.783,05	27.931.820.566,36
2012	8.312.691.449,11	11.262.939.328,21	739.525.543,15	7.691.868.918,37	28.007.025.238,84
2013	7.836.027.202,67	11.571.912.153,71	737.348.430,30	7.942.196.774,32	28.087.484.561,00
2014	7.365.711.530,51	11.872.836.668,45	733.674.925,06	8.185.227.843,18	28.157.450.967,20
2015	6.950.062.535,68	12.113.622.163,48	728.178.085,68	8.421.184.361,59	28.213.047.146,43
2016	6.553.714.994,56	12.330.282.845,38	721.152.497,79	8.650.085.659,55	28.255.235.997,28
2017	6.214.434.700,06	12.474.586.401,60	712.281.678,18	8.871.578.425,41	28.272.881.205,24
2018	6.087.812.423,56	12.379.423.729,25	701.889.356,92	9.084.633.985,02	28.253.759.494,76
2019	5.802.767.199,84	12.446.623.017,17	692.488.591,13	9.289.193.491,32	28.231.072.299,46
2020	5.537.142.193,42	12.474.063.074,17	681.483.261,49	9.485.818.288,99	28.178.506.818,07
2021	5.316.205.419,13	12.452.360.926,51	668.853.329,11	9.672.999.571,66	28.110.419.246,41
2022	5.141.229.571,33	12.377.600.711,89	654.694.322,18	9.850.796.277,08	28.024.320.882,47
2023	4.990.269.907,49	12.272.261.028,83	639.348.537,90	10.018.098.236,59	27.919.977.710,81
2024	4.917.415.890,37	12.076.887.835,79	622.820.333,46	10.174.345.393,73	27.791.469.453,35
2025	4.809.332.923,37	11.921.464.618,41	606.090.637,56	10.318.143.050,42	27.655.031.229,77
2026	4.739.530.200,96	11.706.265.158,93	588.185.274,76	10.448.475.407,61	27.482.456.042,26
2027	4.702.558.393,26	11.447.607.783,21	569.816.161,33	10.564.022.978,20	27.284.005.316,00
2028	4.687.768.240,23	11.154.449.367,90	551.351.418,70	10.663.332.821,48	27.056.901.848,31
2029	4.687.936.705,72	10.848.412.924,41	533.098.471,18	10.744.808.544,46	26.814.256.645,77
2030	4.708.774.226,47	10.507.134.363,05	515.034.229,68	10.806.726.282,88	26.537.669.102,08
2031	4.731.327.248,30	10.169.882.848,29	497.500.241,11	10.847.249.241,55	26.245.959.579,25
2032	4.764.499.078,18	9.807.146.526,75	480.334.959,33	10.864.568.958,69	25.916.549.522,95
2033	4.804.606.622,92	9.449.689.243,79	463.829.661,49	10.856.856.565,58	25.574.982.093,79
2034	4.852.287.802,24	9.071.529.036,60	447.923.008,98	10.822.453.411,32	25.194.193.259,13
2035	4.906.075.232,57	8.703.441.484,08	432.956.349,67	10.759.851.703,06	24.802.324.769,37
2036	4.971.526.235,28	8.309.194.694,39	418.884.875,57	10.667.864.031,90	24.367.469.837,14
2037	5.030.089.113,88	7.950.029.896,02	406.245.449,96	10.545.647.430,78	23.932.011.890,64
2038	5.096.330.581,55	7.575.388.690,07	394.629.483,12	10.392.889.943,73	23.459.238.698,48
2039	5.158.771.673,86	7.229.996.121,81	384.329.529,61	10.209.727.125,90	22.982.824.451,18
2040	5.228.184.127,94	6.878.654.667,21	375.079.155,57	9.996.924.565,04	22.478.842.515,76
2041	5.295.940.449,95	6.558.173.708,47	367.180.498,22	9.755.838.428,71	21.977.133.085,36
2042	5.368.710.079,64	6.237.644.351,09	360.374.808,52	9.488.455.430,10	21.455.184.669,34
2043	5.441.808.075,39	5.943.390.977,06	354.910.276,61	9.197.341.327,30	20.937.450.656,35
2044	5.519.352.110,44	5.660.464.963,24	350.524.503,38	8.885.640.227,62	20.415.981.804,68
2045	5.592.424.308,49	5.420.086.997,50	347.371.862,41	8.556.936.927,49	19.916.820.095,90
2046	5.675.523.212,52	5.176.751.031,25	344.959.712,03	8.215.229.953,66	19.412.463.909,45
2047	5.751.601.174,57	4.983.235.220,15	343.656.152,00	7.864.742.435,11	18.943.234.981,83
2048	5.838.829.376,33	4.786.870.267,60	342.929.777,59	7.509.864.353,07	18.478.493.774,59
2049	5.922.749.982,51	4.628.924.707,67	343.064.315,39	7.154.976.371,65	18.049.715.377,21
2050	6.012.570.268,75	4.485.105.392,40	343.710.671,24	6.804.406.692,86	17.645.793.025,25
2051	6.100.587.497,04	4.371.699.502,26	344.984.743,99	6.462.230.688,84	17.279.502.432,12
2052	6.197.386.665,53	4.264.552.584,00	346.610.367,95	6.132.224.040,07	16.940.773.657,55
2053	6.287.662.281,42	4.195.928.698,42	348.727.798,60	5.817.781.529,57	16.650.100.308,01
2054	6.387.894.799,61	4.122.918.310,05	351.011.582,80	5.521.837.425,61	16.383.662.118,07

Quadro N.º 9
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos com Ativos, Inativos e Beneficiários
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov/2000

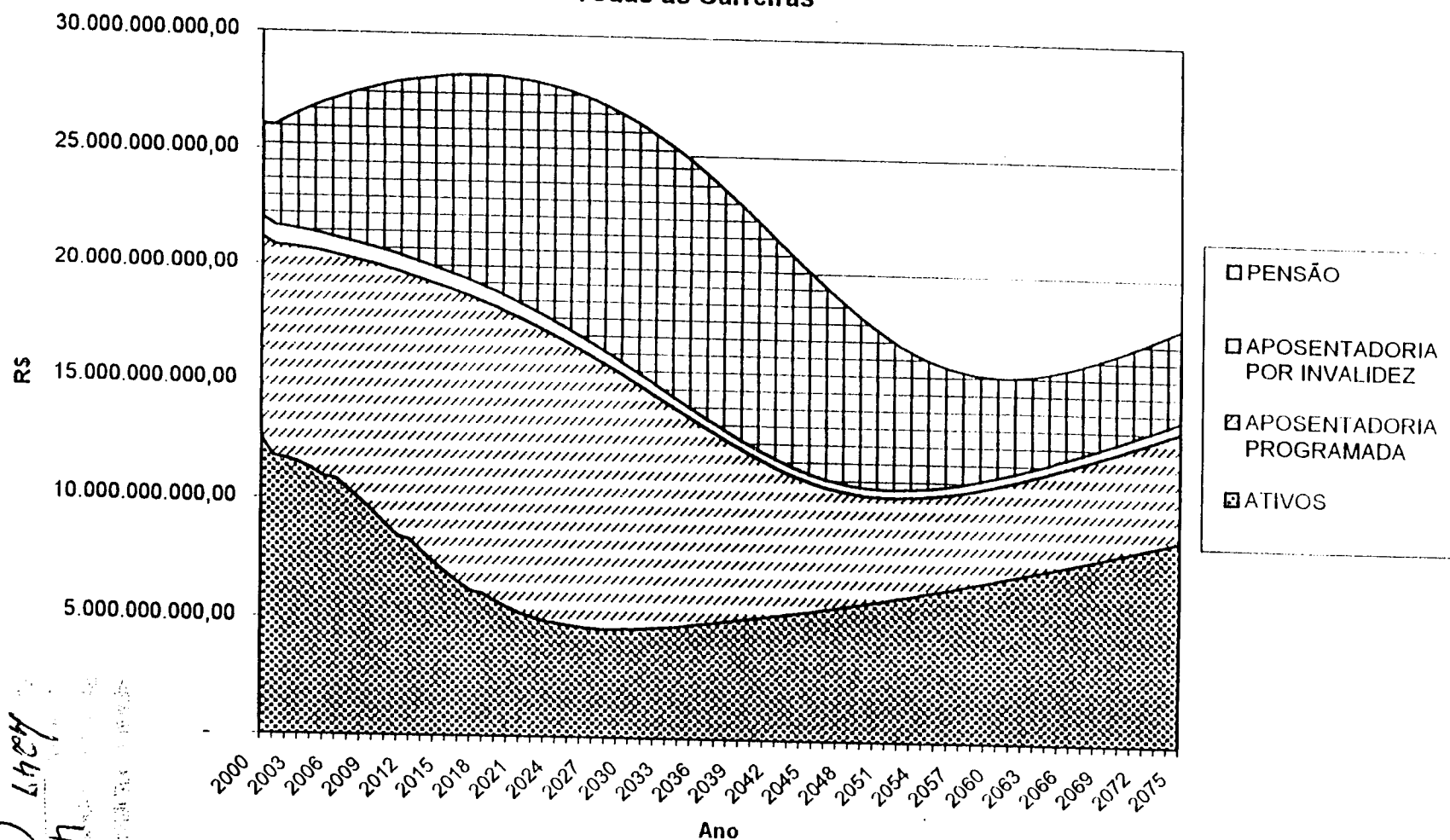
R\$ 1,00

ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO	
2055	6.487.355.748,05	4.073.162.274,42	353.725.795,40	5.246.793.958,79	16.161.037.776,67
2056	6.588.010.091,09	4.040.795.142,87	356.728.837,67	4.994.555.465,07	15.980.089.536,71
2057	6.690.708.757,06	4.018.901.165,84	359.946.984,23	4.766.464.654,91	15.836.021.562,04
2058	6.800.100.718,69	3.998.000.610,49	363.325.196,01	4.563.332.100,90	15.724.758.626,09
2059	6.904.857.624,52	4.000.119.360,90	367.022.500,45	4.385.432.500,66	15.657.431.986,54
2060	7.015.278.365,57	4.002.221.932,47	370.895.820,58	4.232.553.142,06	15.620.949.260,67
2061	7.124.756.430,97	4.016.785.860,84	374.983.236,29	4.104.039.893,78	15.620.565.421,87
2062	7.236.572.776,81	4.037.319.591,88	379.272.404,09	3.998.838.831,26	15.652.003.604,05
2063	7.346.986.364,58	4.064.502.870,94	383.731.245,07	3.915.567.175,80	15.710.787.656,38
2064	7.463.284.042,38	4.088.182.112,78	388.312.894,33	3.852.565.901,80	15.792.344.951,29
2065	7.573.734.237,28	4.138.039.951,12	393.189.039,49	3.808.006.019,10	15.912.969.246,98
2066	7.693.421.103,97	4.166.393.169,66	398.020.980,71	3.779.939.761,65	16.037.775.015,98
2067	7.809.784.898,93	4.211.094.573,57	403.203.715,95	3.766.360.191,35	16.190.443.379,80
2068	7.931.781.401,26	4.247.409.419,50	408.532.352,88	3.765.309.422,94	16.353.032.596,59
2069	8.049.921.339,05	4.300.446.593,92	414.210.668,48	3.774.893.171,10	16.539.471.772,55
2070	8.173.375.292,33	4.342.227.924,46	420.008.335,11	3.793.366.722,57	16.728.978.274,48
2071	8.294.425.142,77	4.401.237.359,19	426.178.452,65	3.819.115.650,68	16.940.956.605,28
2072	8.422.875.088,37	4.441.731.374,55	432.486.733,84	3.850.733.280,26	17.147.826.477,02
2073	8.543.920.930,48	4.506.557.298,23	439.278.049,59	3.886.978.622,96	17.376.734.901,26
2074	8.674.113.775,42	4.556.302.165,09	446.188.018,86	3.926.844.866,63	17.603.448.826,00
2075	8.799.837.960,90	4.621.652.804,67	453.524.547,34	3.969.469.512,27	17.844.484.825,18

Fonte: PROBUS

Nota: (*) Considera ganhos de produtividade de 1,5% ao ano a partir de 2002 em todas as variáveis laborais e previdenciais.

Quadro N.º 10
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos com Ativos, Inativos e Beneficiários
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade
Todas as Carreiras



101
 4
 1247

Quadro N.º 11
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos, Contribuições e Déficit Previdencial
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

R\$ 1,00

ANO	GASTOS PREVIDENCIAIS	CONTRIBUIÇÃO DE ATIVOS	DÉFICIT PREVIDENCIAL
2000	13.543.512.612,50	1.377.244.591,08	12.166.268.021,42
2001	14.266.227.392,11	1.293.658.527,24	12.972.568.864,87
2002	14.635.207.398,62	1.284.252.256,98	13.350.955.141,64
2003	15.049.169.971,31	1.267.648.533,81	13.781.521.437,50
2004	15.521.401.771,43	1.241.963.490,28	14.279.438.281,15
2005	16.068.143.446,80	1.205.729.858,38	14.862.413.588,42
2006	16.351.012.673,50	1.194.269.153,43	15.156.743.520,08
2007	16.959.416.924,43	1.147.202.252,70	15.812.214.671,73
2008	17.569.727.905,92	1.097.243.090,68	16.472.484.815,24
2009	18.209.949.508,36	1.043.328.300,79	17.166.621.207,57
2010	18.848.159.379,21	987.248.633,93	17.860.910.745,28
2011	19.452.770.534,70	932.695.503,48	18.520.075.031,21
2012	19.694.333.789,73	914.396.059,40	18.779.937.730,33
2013	20.251.457.358,33	861.962.992,29	19.389.494.366,03
2014	20.791.739.436,68	810.228.268,36	19.981.511.168,32
2015	21.262.984.610,75	764.506.878,92	20.498.477.731,82
2016	21.701.521.002,72	720.908.649,40	20.980.612.353,32
2017	22.058.446.505,19	683.587.817,01	21.374.858.688,18
2018	22.165.947.071,20	669.659.366,59	21.496.287.704,61
2019	22.428.305.099,62	638.304.391,98	21.790.000.707,64
2020	22.641.364.624,64	609.085.641,28	22.032.278.983,36
2021	22.794.213.827,28	584.782.596,10	22.209.431.231,18
2022	22.883.091.311,14	565.535.252,85	22.317.556.058,30
2023	22.929.707.803,32	548.929.689,82	22.380.778.113,50
2024	22.874.053.562,98	540.915.747,94	22.333.137.815,04
2025	22.845.698.306,40	529.026.621,57	22.316.671.684,83
2026	22.742.925.841,30	521.348.322,11	22.221.577.519,20
2027	22.581.446.922,75	517.281.423,26	22.064.165.499,49
2028	22.369.133.608,08	515.654.506,43	21.853.479.101,65
2029	22.126.319.940,05	515.673.037,63	21.610.646.902,42
2030	21.828.894.875,60	517.965.164,91	21.310.929.710,69
2031	21.514.632.330,95	520.445.997,31	20.994.186.333,64
2032	21.152.050.444,77	524.094.898,60	20.627.955.546,17
2033	20.770.375.470,87	528.506.728,52	20.241.868.742,34
2034	20.341.905.456,90	533.751.658,25	19.808.153.798,65
2035	19.896.249.536,80	539.668.275,58	19.356.581.261,22
2036	19.395.943.601,86	546.867.885,88	18.849.075.715,98
2037	18.901.922.776,76	553.309.802,53	18.348.612.974,23
2038	18.362.908.116,92	560.596.363,97	17.802.311.752,95
2039	17.824.052.777,32	567.464.884,12	17.256.587.893,20
2040	17.250.658.387,82	575.100.254,07	16.675.558.133,75
2041	16.681.192.635,40	582.553.449,49	16.098.639.185,91
2042	16.086.474.589,70	590.558.108,76	15.495.916.480,94
2043	15.495.642.580,97	598.598.888,29	14.897.043.692,67

Quadro N.º 11
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos, Contribuições e Déficit Previdencial
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

R\$ 1.00

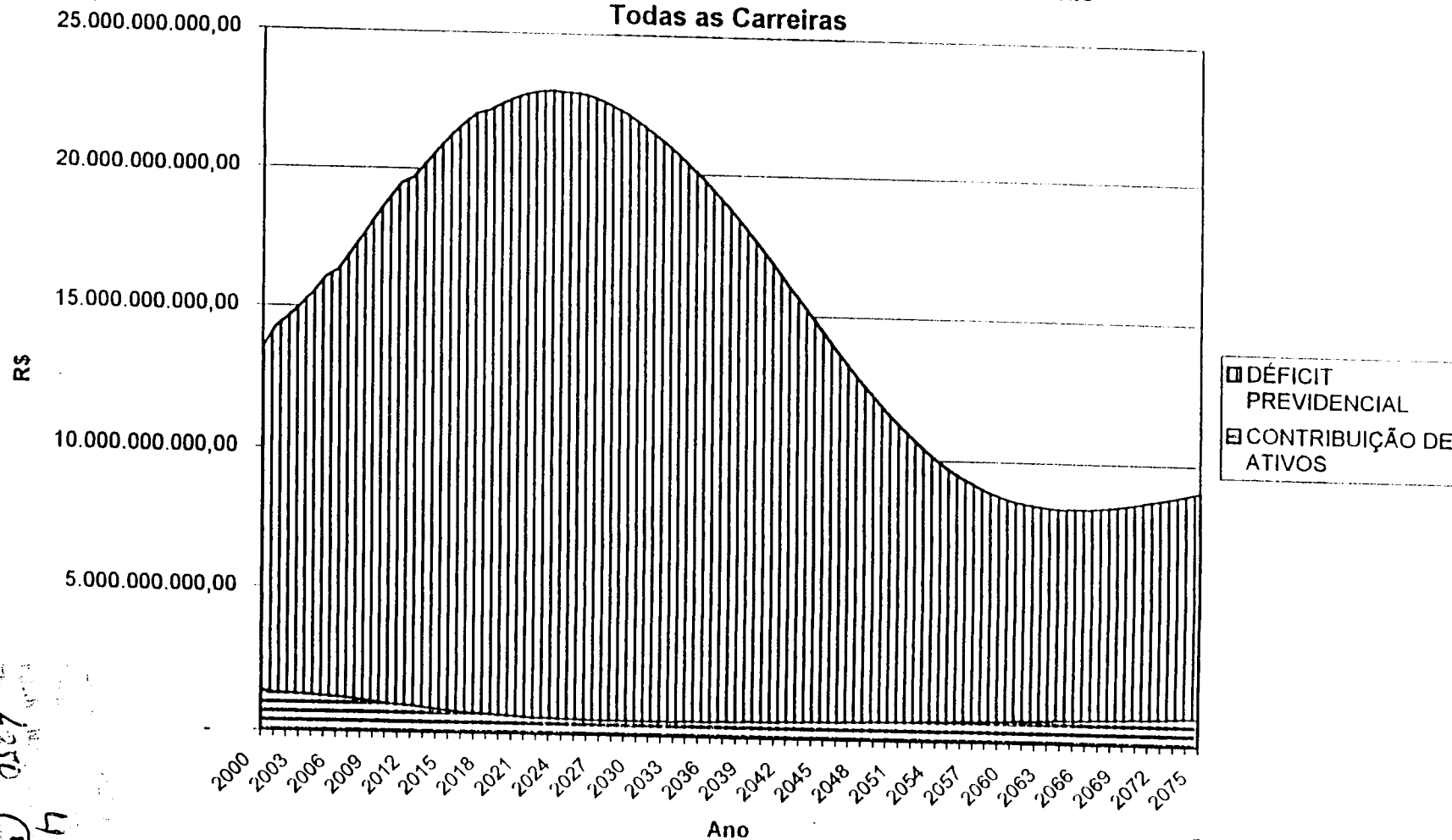
ANO	GASTOS PREVIDENCIAIS	CONTRIBUIÇÃO DE ATIVOS	DÉFICIT PREVIDENCIAL
2044	14.896.629.694,24	607.128.732,15	14.289.500.962,09
2045	14.324.395.787,40	615.166.673,93	13.709.229.113,47
2046	13.736.940.696,94	624.307.553,38	13.112.633.143,56
2047	13.191.633.807,26	632.676.129,20	12.558.957.678,06
2048	12.639.664.398,26	642.271.231,40	11.997.393.166,86
2049	12.126.965.394,70	651.502.498,08	11.475.462.896,63
2050	11.633.222.756,50	661.382.729,56	10.971.840.026,93
2051	11.178.914.935,09	671.064.624,67	10.507.850.310,41
2052	10.743.386.992,02	681.712.533,21	10.061.674.458,81
2053	10.362.438.026,60	691.642.850,96	9.670.795.175,64
2054	9.995.767.318,46	702.668.427,96	9.293.098.890,51
2055	9.673.682.028,61	713.609.132,29	8.960.072.896,33
2056	9.392.079.445,62	724.681.110,02	8.667.398.335,60
2057	9.145.312.804,98	735.977.963,28	8.409.334.841,70
2058	8.924.657.907,40	748.011.079,06	8.176.646.828,35
2059	8.752.574.362,02	759.534.338,70	7.993.040.023,32
2060	8.605.670.895,11	771.680.620,21	7.833.990.274,89
2061	8.495.808.990,90	783.723.207,41	7.712.085.783,50
2062	8.415.430.827,24	796.023.005,45	7.619.407.821,79
2063	8.363.801.291,81	808.168.500,10	7.555.632.791,71
2064	8.329.060.908,91	820.961.244,66	7.508.099.664,25
2065	8.339.235.009,70	833.110.766,10	7.506.124.243,60
2066	8.344.353.912,01	846.276.321,44	7.498.077.590,57
2067	8.380.658.480,87	859.076.338,88	7.521.582.141,99
2068	8.421.251.195,32	872.495.954,14	7.548.755.241,19
2069	8.489.550.433,50	885.491.347,30	7.604.059.086,21
2070	8.555.602.982,15	899.071.282,16	7.656.531.699,99
2071	8.646.531.462,52	912.386.765,70	7.734.144.696,81
2072	8.724.951.388,65	926.516.259,72	7.798.435.128,93
2073	8.832.813.970,78	939.831.302,35	7.892.982.668,43
2074	8.929.335.050,58	954.152.515,30	7.975.182.535,28
2075	9.044.646.864,28	967.982.175,70	8.076.664.688,59
VPA 5% a.a	R\$ 366.372.147.609,81	R\$ 18.415.571.525,85	R\$ 347.956.576.083,96

Fonte: PROBUS.

Nota: (*) Considera ganhos de produtividade de 1,5% ao ano a partir de 2002 em todas as variáveis laborais e previdenciais.

4.101
4249 @

Quadro N.º 12
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos Previdenciais
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade
Todas as Carreiras



10/1/01
 4,10
 0,00

Quadro N.º 13
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Déficit Previdencial em Função do PIB Projetado
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

R\$ 1,00

ANO	DÉFICIT PREVIDENCIAL	PIB PROJETADO	DÉFICIT EM % DO PIB
2000	12.166.268.021,42	1.089.688.140.000,00	1,12%
2001	12.972.568.864,87	1.133.275.665.600,00	1,14%
2002	13.350.955.141,64	1.184.273.070.552,00	1,13%
2003	13.781.521.437,50	1.237.565.358.726,84	1,11%
2004	14.279.438.281,15	1.293.255.799.869,55	1,10%
2005	14.862.413.588,42	1.338.519.752.864,98	1,11%
2006	15.156.743.520,08	1.385.367.944.215,26	1,09%
2007	15.812.214.671,73	1.433.855.822.262,79	1,10%
2008	16.472.484.815,24	1.484.040.776.041,99	1,11%
2009	17.166.621.207,57	1.535.982.203.203,46	1,12%
2010	17.860.910.745,28	1.589.741.580.315,58	1,12%
2011	18.520.075.031,21	1.645.382.535.626,62	1,13%
2012	18.779.937.730,33	1.702.970.924.373,55	1,10%
2013	19.389.494.366,03	1.762.574.906.726,63	1,10%
2014	19.981.511.168,32	1.824.265.028.462,06	1,10%
2015	20.498.477.731,82	1.888.114.304.458,23	1,09%
2016	20.980.612.353,32	1.954.198.305.114,27	1,07%
2017	21.374.858.688,18	2.022.595.245.793,27	1,06%
2018	21.496.287.704,61	2.093.386.079.396,03	1,03%
2019	21.790.000.707,64	2.166.654.592.174,89	1,01%
2020	22.032.278.983,36	2.242.487.502.901,02	0,98%
2021	22.209.431.231,18	2.320.974.565.502,55	0,96%
2022	22.317.556.058,30	2.402.208.675.295,14	0,93%
2023	22.380.778.113,50	2.486.285.978.930,47	0,90%
2024	22.333.137.815,04	2.573.305.988.193,04	0,87%
2025	22.316.671.684,83	2.663.371.697.779,79	0,84%
2026	22.221.577.519,20	2.756.589.707.202,08	0,81%
2027	22.064.165.499,49	2.853.070.346.954,16	0,77%
2028	21.853.479.101,65	2.952.927.809.097,55	0,74%
2029	21.610.646.902,42	3.056.280.282.415,97	0,71%
2030	21.310.929.710,69	3.163.250.092.300,53	0,67%
2031	20.994.186.333,64	3.273.963.845.531,04	0,64%
2032	20.627.955.546,17	3.388.552.580.124,63	0,61%
2033	20.241.868.742,34	3.507.151.920.428,99	0,58%
2034	19.808.153.798,65	3.629.902.237.644,01	0,55%
2035	19.356.581.261,22	3.756.948.815.961,55	0,52%
2036	18.849.075.715,98	3.888.442.024.520,20	0,48%
2037	18.348.612.974,23	4.024.537.495.378,41	0,46%
2038	17.802.311.752,95	4.165.396.307.716,65	0,43%
2039	17.256.587.893,20	4.311.185.178.486,73	0,40%
2040	16.675.558.133,75	4.462.076.659.733,77	0,37%
2041	16.098.639.185,91	4.618.249.342.824,45	0,35%
2042	15.495.916.480,94	4.779.888.069.823,30	0,32%
2043	14.897.043.692,67	4.947.184.152.267,12	0,30%


Quadro N.º 13
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Déficit Previdencial em Função do PIB Projetado
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

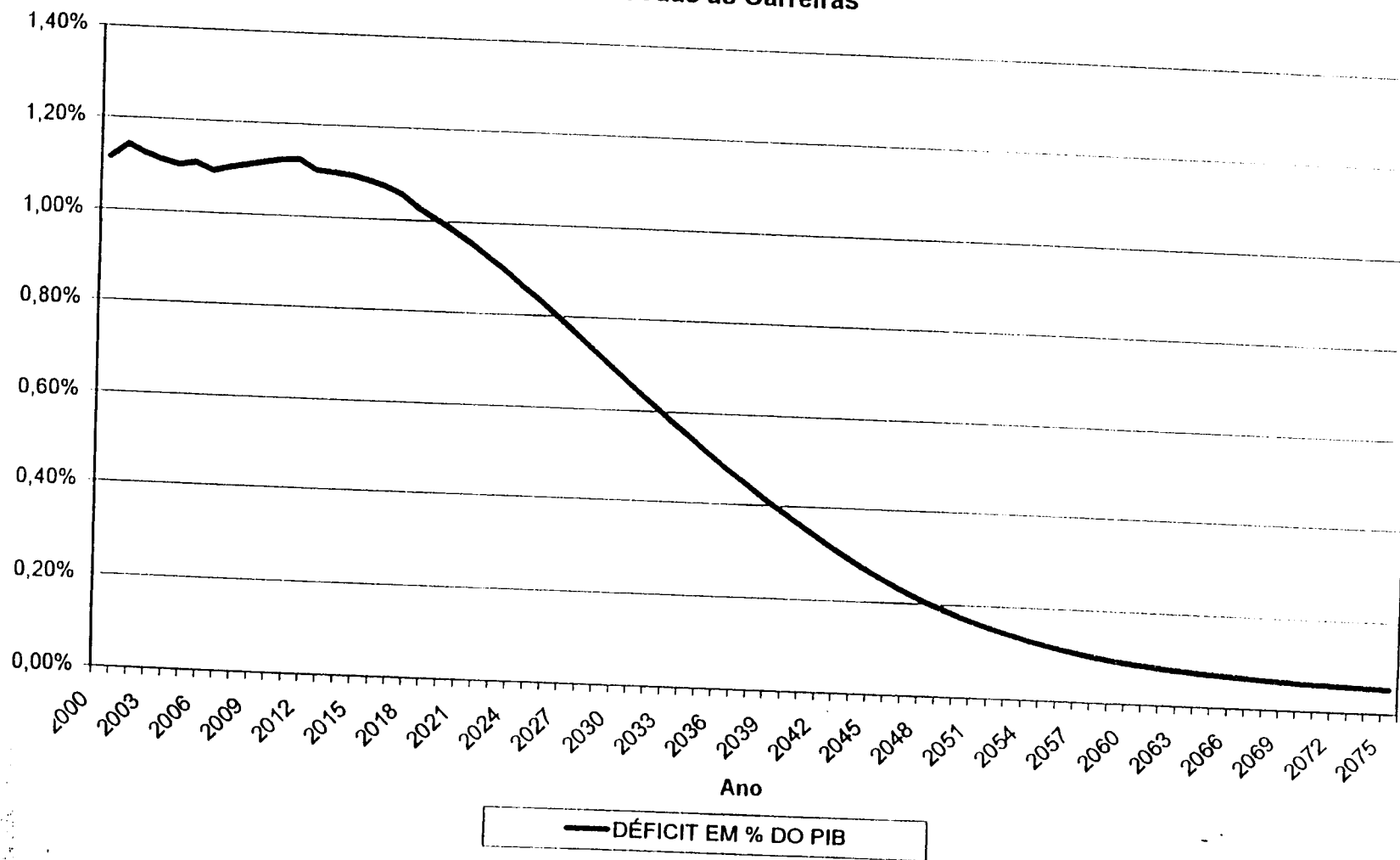
R\$ 1,00

ANO	DÉFICIT PREVIDENCIAL	PIB PROJETADO	DÉFICIT EM % DO PIB
2044	14.289.500.962,09	5.120.335.597.596,47	0,28%
2045	13.709.229.113,47	5.299.547.343.512,34	0,26%
2046	13.112.633.143,56	5.485.031.500.535,28	0,24%
2047	12.558.957.678,06	5.677.007.603.054,01	0,22%
2048	11.997.393.166,86	5.875.702.869.160,90	0,20%
2049	11.475.462.896,63	6.081.352.469.581,53	0,19%
2050	10.971.840.026,93	6.294.199.806.016,88	0,17%
2051	10.507.850.310,41	6.514.496.799.227,47	0,16%
2052	10.061.674.458,81	6.742.504.187.200,44	0,15%
2053	9.670.795.175,64	6.978.491.833.752,45	0,14%
2054	9.293.098.890,51	7.222.739.047.933,78	0,13%
2055	8.960.072.896,33	7.475.534.914.611,47	0,12%
2056	8.667.398.335,60	7.737.178.636.622,87	0,11%
2057	8.409.334.841,70	8.007.979.888.904,67	0,11%
2058	8.176.646.828,35	8.288.259.185.016,33	0,10%
2059	7.993.040.023,32	8.578.348.256.491,90	0,09%
2060	7.833.990.274,89	8.878.590.445.469,12	0,09%
2061	7.712.085.783,50	9.189.341.111.060,54	0,08%
2062	7.619.407.821,79	9.510.968.049.947,65	0,08%
2063	7.555.632.791,71	9.843.851.931.695,82	0,08%
2064	7.508.099.664,25	10.188.386.749.305,20	0,07%
2065	7.506.124.243,60	10.544.980.285.530,90	0,07%
2066	7.498.077.590,57	10.914.054.595.524,40	0,07%
2067	7.521.582.141,99	11.296.046.506.367,80	0,07%
2068	7.548.755.241,19	11.691.408.134.090,70	0,06%
2069	7.604.059.086,21	12.100.607.418.783,80	0,06%
2070	7.656.531.699,99	12.524.128.678.441,30	0,06%
2071	7.734.144.696,81	12.962.473.182.186,70	0,06%
2072	7.798.435.128,93	13.416.159.743.563,20	0,06%
2073	7.892.982.668,43	13.885.725.334.588,00	0,06%
2074	7.975.182.535,28	14.371.725.721.298,50	0,06%
2075	8.076.664.688,59	14.874.736.121.544,00	0,05%

Nota: (*) Considera ganhos de produtividade de 1,5% ao ano a partir de 2002 em todas as variáveis laborais e previdenciais.

4 01
Fls. 4252 

Quadro N.º 14
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Déficit em % do PIB
Todas as Carreiras



APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FÍSICA
VIA S. CARLOS, 95 - 01
CAIXA DE CORREIO 4254
01254-010

ESTATÍSTICAS DOS ATUAIS SERVIDORES ATIVOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

4255 4 101

Apêndice N.º 01
Poder Executivo - Civil
Servidores das Carreiras da Administração Pública Federal

Posição: Novembro 2000

CARREIRA	CARGO	QUANTITATIVO DO BOLETIM ESTATIS- TICO DE PESSOAL	QUANTITATIVO DOS ARQUIVOS ENVIADOS SIAPE	PISO	TETO	CARREIRA TÍPICA DE ESTADO
Gestão	Analista de Planejamento/Orcamento/Finanças e Controle - NS	1.243	1.094	2.869,59	6.735,32	SIM
	Analista de Comércio Exterior - NS	69	69	2.869,59	6.735,32	SIM
	Técnico de Planejamento - TP 1500 - NS	42	0	2.869,59	6.735,32	NÃO
	Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA - NS	216	148	2.869,59	6.735,32	NÃO
	Demais Cargos de Nível Superior do IPEA	64	358	2.869,59	6.735,32	NÃO
	Demais Cargos de Nível Intermediário do IPEA	266	175	1.177,50	2.201,70	NÃO
	Técnico de Planejamento/Orcamento/Finanças e Controle - NI	1.618	1.459	1.177,50	2.201,70	NÃO
Auditoria	Auditor-Fiscal da Receita Federal	7.409	7.386	3.132,56	7.080,24	SIM
	Técnico da Receita Federal	6.268	6.231	1.285,34	2.905,14	NÃO
Diplomacia	3º Secretário a Ministro 1ª Classe	1.044	967	3.538,11	5.427,52	SIM
	Oficial de Chancelaria - NS	708	878	1.450,02	2.999,92	SIM
	Assistente de Chancelaria - NI	630	618	392,60	1.112,78	SIM
Jurídica	Procurador Federal	2.442	11	3.446,15	7.080,24	SIM
	Procurador da Fazenda Nacional	817	780	5.193,57	5.452,72	SIM
	Advogado/Assistente Jurídico AGU	372	8	3.446,15	7.080,24	SIM
	Defensor Público da União	24	0	3.446,15	7.080,24	SIM
Polícia Federal	Delegado - NS	739	738	7.165,11	8.495,73	SIM
	Censor - NS	0	0	7.165,11	8.495,73	SIM
	Perito - NS	280	279	7.165,11	8.495,73	SIM
	Escrivão - NI	1.068	1.066	3.334,95	4.890,51	SIM
	Agente - NI	4.755	4.737	3.334,95	4.890,51	SIM
	Papiloscopista - NI	191	188	3.334,95	4.890,51	SIM
	Analista - NS	1.889	1.730	1.396,49	4.895,32	NÃO
Pesquisa em C & T	Tecnologista - NS	4.123	4.088	1.396,49	4.895,32	NÃO
	Pesquisador - NS	2.059	1.966	2.112,36	4.895,32	NÃO
	Assistente - NI	6.798	6.597	722,69	1.591,37	NÃO
	Técnico - NI	8.866	8.579	722,69	1.591,37	NÃO
	Auxiliar Técnico - NA	70	680	402,42	652,29	NÃO
	Auxiliar - NA	615	0	402,42	652,29	NÃO
	Analista	0	0	1.480,82	3.240,59	NÃO
Tecnologia Militar	Engenheiro	258	258	1.480,82	3.240,59	NÃO
	Nível Superior	0	0	2.313,48	3.855,26	NÃO
Grupo Informações	Nível Intermediário	0	0	991,58	1.758,33	NÃO
		0	0			

SENAO FEDERAL
 4-101
 1056
 101

Apêndice N.º 01 (Cont.)
Poder Executivo - Civil
Servidores das Carreiras da Administração Pública Federal

Posição: Novembro 2000

CARREIRA	CARGO	QUANTITATIVO DO BOLETIM ESTATÍS- TICO DE PESSOAL	QUANTITATIVO DOS ARQUIVOS ENVIADOS SIAPE	PISO	TETO	CARREIRA TÍPICA DE ESTADO
Reforma Agrária	Engenheiro Agrônomo - NS	468	0	2.072,31	3.307,20	NÃO
	Fiscal de Cadastro e Tributação Rural - NS	119	0	2.013,60	3.119,99	NÃO
	Orientador de Assentamentos - NS	84	0	2.013,60	3.119,99	NÃO
Auditoria - Fiscal	Auditor Fiscal da Previdência Social	3.818	3.798	3.132,58	7.080,24	SIM
	Fiscal do Trabalho - Legislação do Trabalho	2.439	2.432	3.132,56	7.080,24	SIM
	Fiscal do Trabalho - Medicina no Trabalho	290	282	3.132,56	7.080,24	SIM
	Fiscal do Trabalho - Segurança do Trabalho	392	393	3.132,56	7.080,24	SIM
Fiscalização	Médico do Trabalho - 40 horas - Mtb *	15	0	4.683,62	5.243,00	SIM
	Fiscal Federal Agropecuário	1.804	0	2.123,65	5.100,83	SIM
	Supervisor Médico Pericial - NS	180	0	2.237,65	3.498,74	SIM
Docente	Professor Superior (Auxiliar a Titular)	50.348	42.250	1.176,94	4.860,17	NÃO
	Professor de 1º e 2º graus (A a E)	22.284	20.382	907,28	3.377,39	NÃO
CVM	Inspetor e Analista - NS	141	0	2.869,59	6.735,32	NÃO
	Agente Executivo - NI	0	0	1.458,61	2.238,81	NÃO
SUSEP	Analista Técnico - NS	134	0	2.869,59	6.735,32	NÃO
	Cargos de Nível Intermediário	100	0	1.660,88	2.238,81	NÃO
Saúde	Médico	0	0	1.271,97	2.726,36	NÃO
	Médico de Saúde Pública	0	0	1.271,87	2.728,36	NÃO
	Fundação Nacional de Saúde	0	0	733,83	1.572,90	NÃO
PCO	Cargos de Nível Superior	68.671	70.000	835,99	1.363,18	NÃO
	Cargos de Nível Intermediário	226.941	230.000	392,60	933,30	NÃO
	Cargos de Nível Auxiliar	25.452	29.023	392,60	534,80	NÃO
DACTA	Cargos de Nível Superior	19	99	1.459,70	2.461,47	NÃO
	Cargos de Nível Intermediário	181	97	858,55	1.685,23	NÃO
Min. da Justiça	Policia Rodoviário Federal - NI	8.116	8.074	1.234,80	2.921,92	NÃO
Banco Central	Analista - NS	0	0	3.513,62	8.144,24	NÃO
	Procurador - NS	0	0	3.513,62	8.144,24	NÃO
	Técnico - NI	0	0	1.128,32	2.550,21	NÃO
Militares	Seg. Tenente a Almirante de Esquadra	0	0	2.102,91	5.893,25	NÃO
TOTAL		464.738	457.756	-	-	-

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal / Dezembro de 2000

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo

SRH - Secretaria de Recursos Humanos

1257
 4
 101

Apêndice N.º 02
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos - Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
40106 - ADVOCACIA - GERAL DA UNIÃO	2.233	0,4878%	2.977.537,78
21300 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA	51	0,0111%	46.702,59
32200 - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	83	0,0181%	151.139,81
36208 - AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	43	0,0094%	83.987,63
41231 - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	266	0,0581%	522.875,10
36207 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.120	0,2447%	1.891.470,70
32300 - AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	140	0,0306%	241.665,13
21201 - CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOB. AERONÁUTICA	2	0,0004%	3.338,16
26217 - CEFET DE QUÍMICA DE NILÓPOLIS - RJ	445	0,0972%	719.329,76
26202 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE ALAGOAS	571	0,1247%	1.078.611,76
26336 - CENTRO FED. DE ED. TEC. DE PETROLINA	79	0,0173%	113.985,77
26204 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DA BAHIA	794	0,1735%	1.279.627,58
26209 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO MARANHÃO	506	0,1105%	1.005.357,92
26258 - CENTRO FED. DE EDUCAÇÃO TECNOL. DO PARANÁ	1.629	0,3559%	2.885.251,17
26205 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE CAMPOS	647	0,1413%	1.162.121,38
26208 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE GOIÁS	555	0,1212%	908.420,37
26215 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE PERNAMBUCO	896	0,1957%	1.389.449,24
26216 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO PIAUÍ	371	0,0810%	580.798,53
26213 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DA PARAÍBA	580	0,1267%	1.143.509,40
26214 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE PELOTAS	566	0,1236%	971.770,39
26220 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE SÃO PAULO	447	0,0977%	749.991,49
26206 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO CEARÁ	505	0,1103%	883.577,87
26212 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO PARÁ	450	0,0983%	910.451,18
26207 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. ESPÍRITO SANTO	479	0,1046%	832.346,61
26257 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. MINAS GERAIS	936	0,2045%	1.623.670,37
26256 - CENTRO FED. EDUC. TECNOL. CELSO S. FONSECA	822	0,1796%	1.554.979,08
26218 - CENTRO FED. EDUC. TECNOL. DO R. G. DO NORTE	549	0,1199%	1.040.878,15
26201 - COLÉGIO PEDRO II	1.755	0,3834%	2.975.542,49
21000 - COMANDO DA AERONÁUTICA	7.716	1,6856%	10.978.383,40

EX. 120 FRENDA

Protocolo: 101/2011

4258 4 101

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Civis - Ativos
Órgãos – Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
70000 - COMANDO DA MARINHA	9.338	2,0400%	10.323.925,36
16000 - COMANDO DO EXERCITO	10.843	2,3687%	12.198.326,97
45203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	290	0,0634%	1.235.657,91
40301 - COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	2.590	0,5658%	8.357.131,81
99010 - COMPANHIA DE PESQUISA DE REC. MINERAIS	3	0,0007%	23.381,73
22203 - COMPANHIA DESENV. DO VALE SÃO FRANCISCO	1	0,0002%	839,30
22200 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	2	0,0004%	2.287,63
38000 - CONSELHO ADMINIST. DE DEFESA ECONÔMICA	41	0,0090%	136.724,18
40501 - CONSELHO NAC. DE DESEN. CIEN. E TECNOLÓGICO	573	0,1252%	1.654.816,37
37000 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO	48	0,0105%	198.532,58
20115 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	8.905	1,9454%	44.713.371,16
49201 - DEPARTAMENTO NAC. DE ESTRADAS DE RODAGEM	3.409	0,7447%	5.780.722,22
32100 - DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUÇÃO MINERAL	828	0,1809%	1.351.373,86
42204 - DEPTO. NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	2.203	0,4813%	3.377.628,72
29203 - EMPRESA BRAS. DE PLANEJ. DE TRANSPORTES	1	0,0002%	2.781,18
41200 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A.	5	0,0011%	7.458,55
26330 - ESCOLA AGROT. FED. DE S.J. EVANGELISTA	115	0,0251%	176.607,58
26338 - ESCOLA AGROT. FED. DE S. VICENTE DO SUL	106	0,0232%	163.738,92
26319 - ESCOLA AGROT. FED. DE VIT. DE S. ANTÃO	83	0,0181%	155.270,70
26339 - ESCOLA AGROT. FED. COLORADO DO OESTE	94	0,0205%	139.249,70
26340 - ESCOLA AGROT. FED. S. GABRIEL DA CACHOEIRA	75	0,0164%	114.533,28
26346 - ESCOLA AGROT. FEDERAL SENHOR DO BONFIM/BA	45	0,0098%	66.945,28
26344 - ESCOLA AGROTEC. FEDERAL DE SANTA INES/BA	53	0,0116%	89.161,93
26343 - ESCOLA AGROTEC. FED. ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA	74	0,0162%	104.752,52
26331 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE ARAGUATINS	96	0,0210%	136.423,17
26318 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE BELO JARDIM	100	0,0218%	176.764,97
26327 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE INCONFIDENTES	127	0,0277%	197.835,13
26320 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE SÃO CRISTÓVÃO	120	0,0262%	177.849,18
26335 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE STA. TERESA	127	0,0277%	200.411,54
26321 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. JUSC. KUBITSCHKE	112	0,0245%	173.811,87
26305 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE	145	0,0317%	247.659,76
26333 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRETE	71	0,0155%	117.934,17
26308 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BAMBUI	119	0,0260%	178.341,95
26309 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA	159	0,0347%	265.233,50
26317 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS	115	0,0251%	163.554,84
26332 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CACERES	98	0,0214%	154.166,66

4 01
 PLAN. R. 4259
 Fls. 4259

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos - Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26315 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL	117	0,0256%	180.089,47
26302 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CATU	102	0,0223%	158.332,94
26337 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CERES	87	0,0190%	118.873,57
26345 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODO/MA	50	0,0109%	70.274,46
26324 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA	114	0,0249%	188.928,79
26322 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CONCORDIA	75	0,0164%	122.630,57
26303 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CRATO	114	0,0249%	152.647,43
26326 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CUIABÁ	100	0,0218%	164.211,20
26304 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUAU	124	0,0271%	188.379,94
26310 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE JANUARIA	100	0,0218%	145.766,59
26328 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO	90	0,0197%	136.061,41
26301 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS	102	0,0223%	174.347,15
26311 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO	128	0,0280%	187.945,44
26342 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO DO SUL	85	0,0186%	143.703,92
26312 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA	125	0,0273%	186.935,64
26306 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO VERDE	117	0,0256%	162.489,65
26329 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SALINAS	112	0,0245%	157.824,33
26307 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO LUÍS	102	0,0223%	179.614,19
26300 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SATUBA	115	0,0251%	191.139,85
26323 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO	99	0,0216%	143.046,40
26341 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRI	107	0,0234%	164.744,73
26316 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA	112	0,0245%	158.970,41
26313 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERABA	142	0,0310%	242.845,99
26314 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA	108	0,0236%	173.163,14
26325 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAI	121	0,0264%	182.998,85
26260 - ESCOLA DE FARM. E ODONTOLOGIA DE ALFENAS	243	0,0531%	497.910,91
26261 - ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA	407	0,0889%	876.629,37
26264 - ESCOLA SUP. DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ	273	0,0596%	800.547,38
26210 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO	349	0,0762%	722.163,91
26211 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO	287	0,0627%	461.998,52
26222 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RORAIMA	227	0,0496%	360.422,44
26219 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA	596	0,1302%	1.082.734,24
26221 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE	336	0,0734%	512.843,50
26203 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAZONAS	404	0,0883%	703.747,65
26255 - FAC. FEDERAL DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA	113	0,0247%	189.518,59
26254 - FAC. DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO	1.301	0,2842%	2.324.403,45

SERVIDOR FEDERAL

4260

4260 4 101

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos – Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26253 - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIA DO PARA	557	0,1217%	1.054.100.92
26298 - FUND. COORD. APERF. PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	136	0,0297%	377.535,62
26285 - FUND. DE ENS. SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI	431	0,0942%	844.280,38
26284 - FUND. FAC. FED. CIENC. MED. PORTO ALEGRE	230	0,0502%	381.861,93
45205 - FUND. INST. BRASIL. GEOG. E ESTATÍSTICA	6.976	1,5240%	16.781.078,83
26268 - FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	575	0,1256%	1.310.442,52
57201 - FUND. JORGE DUPRAT FIG. SEG. MED. TRABALHO	288	0,0629%	831.886,20
35201 - FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO	38	0,0083%	47.830,89
24205 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	384	0,0839%	684.860,15
40403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	105	0,0229%	331.091,75
40408 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	21	0,0046%	36.182,10
40202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	114	0,0249%	172.943,37
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	396	0,0865%	1.057.515,87
24203 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	402	0,0878%	602.660,26
36205 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	32.290	7,0540%	48.511.462,86
30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO	2.231	0,4874%	3.389.908,19
16100 - FUNDAÇÃO OSÓRIO	92	0,0201%	102.230,28
36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	3.022	0,6602%	9.845.359,71
26277 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE OURO PRETO	1.027	0,2244%	2.042.524,05
26274 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE UBERLÂNDIA	4.039	0,8823%	7.760.388,29
26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	3.307	0,7224%	8.958.725,23
26273 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE	1.354	0,2958%	3.337.944,61
26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	2.177	0,4756%	3.937.293,35
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	1.992	0,4352%	3.887.492,09
26278 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1.933	0,4223%	3.708.292,99
26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	1.378	0,3010%	2.577.948,44
26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	291	0,0636%	445.688,69
26106 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV. DA EDUCAÇÃO	393	0,0859%	832.366,82
40803 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DE RONDÔNIA	7.310	1,5969%	11.788.020,57
40804 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DE RORAIMA	8.541	1,8658%	8.692.454,03
40802 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DO ACRE	24	0,0052%	27.847,30
40801 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DO AMAPÁ	7.637	1,6684%	10.779.255,07
99013 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	1	0,0002%	9.684,58
40701 - INST. BR. MEIO AMB. REC. NAT. RENOVÁVEIS	5.139	1,1227%	9.848.127,23
30203 - INST. NAC. METROLOGIA. NORM. E QUAL. INDL.	787	0,1719%	1.902.991,77
26107 - INST. NACIONAL DE EST. E PESQ. EDUCACIONAIS	93	0,0203%	188.742,60

Sua
 SUMÁRIO FEDERAL
 4
 101
 6261

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos - Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	188	0,0411%	309.214,36
40604 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	132	0,0288%	250.341,72
45206 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	340	0,0743%	1.477.685,94
24204 - INSTITUTO DO PATR. HIST. E ART. NACIONAL	1.207	0,2637%	1.936.015,78
30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	543	0,1186%	1.585.492,70
42201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZ. E REF. AGRÁRIA	5.441	1,1886%	10.985.122,10
26295 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENV. DO DESPORTO	94	0,0205%	151.185,19
26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	299	0,0653%	449.814,54
57202 - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	39.587	8,6481%	89.147.831,34
13000 - MINIST. DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	10.149	2,2171%	19.037.875,53
40103 - MINIST. DA ADM. FEDERAL E REF. DO ESTADO	1	0,0002%	151,00
23000 - MINIST. DA PREVIDÊNCIA E ASSIST. SOCIAL	891	0,1946%	1.411.598,69
28000 - MINIST. DO DESENV. INDUST. E COMER. EXTERIOR	446	0,0974%	803.718,23
40108 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.393	0,7412%	10.352.973,85
40107 - MINISTÉRIO DA CULTURA	267	0,0583%	483.743,39
40105 - MINISTÉRIO DA DEFESA	776	0,1695%	859.286,27
15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.140	0,2490%	1.858.741,88
17000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	24.218	5,2906%	95.358.485,25
40112 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	88	0,0192%	70.906,84
20000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	9.393	2,0520%	22.519.682,32
25000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	64.228	14,0311%	98.592.896,52
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	400	0,0874%	627.016,17
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.932	0,6405%	9.259.284,98
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	358	0,0782%	550.245,05
43000 - MINISTÉRIO DO BEM ESTAR SOCIAL	1	0,0002%	2.439,76
42000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	61	0,0133%	45.696,79
29000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO	40	0,0087%	34.162,11
40111 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	312	0,0682%	638.878,71
20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO	3.469	0,7578%	6.627.007,57
26000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	7.226	1,5786%	30.488.750,00
49000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	624	0,1363%	1.018.516,60
20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.896	0,4142%	5.479.633,68
25207 - SERVIÇO FED. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1	0,0002%	11.822,95
40601 - SUPERINT. DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	909	0,1986%	1.589.923,88
45208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	249	0,0544%	1.115.269,77
40602 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENV. DA AMAZÔNIA	504	0,1101%	809.168,71
40603 - SUPERINTENDÊNCIA ZONA FRANCA DE MANAUS	292	0,0638%	543.914,32
26283 - UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	2.574	0,5623%	5.513.406,79
26249 - UNIV. FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	1.701	0,3716%	3.498.461,01

Poder Executivo

Legislativo

4 101
1.161 0

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos – Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26269 - UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	1.486	0,3246%	2.581.662,92
26243 - UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO NORTE	4.919	1,0746%	8.595.795,27
26244 - UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO SUL	5.043	1,1017%	11.248.189,75
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	5.000	1,0923%	8.790.842,70
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	7.442	1,6258%	13.499.091,14
26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	2.189	0,4782%	4.490.442,37
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	3.004	0,6562%	5.768.882,13
26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	1.968	0,4299%	3.878.641,98
26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	697	0,1523%	1.887.922,46
26276 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	2.416	0,5278%	5.297.232,75
26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	6.642	1,4510%	12.938.433,67
26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	4.877	1,0654%	8.465.282,14
26250 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	451	0,0985%	861.969,51
26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	4.718	1,0307%	11.080.215,54
26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	3.559	0,7775%	7.205.612,17
26280 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	1.306	0,2853%	3.193.769,48
26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	3.571	0,7801%	5.999.789,46
26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	3.445	0,7526%	5.358.997,74
26275 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	869	0,1898%	1.881.848,39
26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	4.479	0,9785%	9.094.763,05
26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	3.049	0,6661%	5.547.234,35
26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	4.055	0,8858%	7.870.608,75
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	5.163	1,1279%	9.403.778,74
26279 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	1.988	0,4343%	3.884.024,12
26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	11.966	2,6141%	24.894.399,94
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	6.575	1,4364%	12.690.686,82
26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	1.213	0,2650%	2.274.702,29
20102 - VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	51	0,0111%	33.750,12
TOTAL	457.756	100,00%	937.184.814,54

FONTE: SIAPE.

SENADO FEDERAL
Comissão Legislativa
C. L. 4
Fls. 4203

Apêndice N.º 03
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Partição da Massa por Salário-de-Contribuição Mensal

FAIXA SALARIAL MENSAL	TOTAIS		
	Conting.	%	Soma Salários
0,00 – 1.000,00	84.094	18,3709%	63.677.366,23
1.000,00 – 2.000,00	239.171	52,2486%	329.409.111,42
2.000,00 – 3.000,00	53.812	11,7556%	130.470.119,62
3.000,00 – 4.000,00	28.073	6,1327%	96.533.930,08
4.000,00 – 5.000,00	18.015	3,9355%	79.887.295,90
5.000,00 – 6.000,00	11.430	2,4970%	62.481.623,46
6.000,00 – 7.000,00	9.809	2,1428%	62.357.048,83
7.000,00 – 8.000,00	5.761	1,2585%	43.404.823,25
8.000,00 – 9.000,00	5.004	1,0932%	42.065.016,12
9.000,00 – 10.000,00	1.413	0,3087%	13.308.042,32
10.000,00 – 11.000,00	701	0,1531%	7.336.146,25
11.000,00 – 12.000,00	217	0,0474%	2.473.806,14
12.000,00 – 13.000,00	109	0,0238%	1.360.434,86
13.000,00 – 14.000,00	42	0,0092%	562.472,59
14.000,00 – 15.000,00	30	0,0066%	435.077,39
15.000,00 – 16.000,00	22	0,0048%	339.046,77
16.000,00 – 17.000,00	5	0,0011%	82.776,44
17.000,00 – 18.000,00	7	0,0015%	121.872,42
18.000,00 – 19.000,00	12	0,0026%	222.090,24
19.000,00 – 20.000,00	5	0,0011%	97.350,94
20.000,00 – 21.000,00	6	0,0013%	122.676,04
21.000,00 – 22.000,00	3	0,0007%	64.982,07
22.000,00 – 23.000,00	4	0,0009%	89.973,17
23.000,00 – 24.000,00	6	0,0013%	140.891,78
24.000,00 – 25.000,00	3	0,0007%	74.478,12
acima de 25.000,00	2	0,0004%	66.362,09
TOTAL	457.756	100,00%	937.184.814,54

FONTE: SIAPE.

SENADO FEDERAL
 Comissão de Constituição e Justiça
 PL 4264
 4 101
 4264

Apêndice N.º 04
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
19	1	0.0002%
20	13	0.0028%
21	42	0.0092%
22	78	0.0170%
23	164	0.0358%
24	554	0.1210%
25	1.191	0.2602%
26	1.877	0.4100%
27	2.346	0.5125%
28	3.105	0.6783%
29	3.904	0.8529%
30	4.451	0.9724%
31	5.351	1.1690%
32	6.269	1.3695%
33	7.981	1.7435%
34	9.762	2.1326%
35	12.713	2.7772%
36	14.732	3.2183%
37	16.919	3.6961%
38	18.081	3.9499%
39	18.991	4.1487%
40	20.063	4.3829%
41	21.053	4.5992%
42	22.042	4.8152%
43	22.859	4.9937%
44	23.023	5.0295%
45	22.710	4.9612%

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
46	22.184	4.8462%
47	20.705	4.5232%
48	19.691	4.3016%
49	17.798	3.8881%
50	16.901	3.6921%
51	15.096	3.2978%
52	13.539	2.9577%
53	11.764	2.5699%
54	9.521	2.0799%
55	8.096	1.7686%
56	7.027	1.5351%
57	6.115	1.3359%
58	5.148	1.1246%
59	4.205	0.9186%
60	3.939	0.8605%
61	3.289	0.7185%
62	2.698	0.5894%
63	2.201	0.4808%
64	1.963	0.4288%
65	1.575	0.3441%
66	1.323	0.2890%
67	905	0.1977%
68	809	0.1767%
69	634	0.1385%
70	166	0.0363%
acima de 70	189	0.0413%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: SIAPE.

LEI Nº 4.265/64
 PLETO LEGISLATIVO
 Nº 4.265/64
 101
 4265

Apêndice N.º 05
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Subdivisão da Massa por Idade de Entrada como Servidor

IDADE DE ENTRADA	TOTAIS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
14	155	0.0606%	41	0.0203%	196	0.0428%
15	258	0.1008%	81	0.0401%	339	0.0741%
16	457	0.1786%	227	0.1125%	684	0.1494%
17	710	0.2774%	493	0.2443%	1.203	0.2628%
18	2.401	0.9382%	2.239	1.1093%	4.640	1.0136%
19	6.883	2.6895%	5.842	2.8944%	12.725	2.7799%
20	11.209	4.3799%	8.629	4.2753%	19.838	4.3337%
21	13.163	5.1434%	10.443	5.1740%	23.606	5.1569%
22	14.460	5.6502%	11.493	5.6942%	25.953	5.6696%
23	15.698	6.1339%	12.598	6.2417%	28.296	6.1815%
24	16.293	6.3664%	13.218	6.5489%	29.511	6.4469%
25	16.662	6.5106%	13.270	6.5746%	29.932	6.5389%
26	16.802	6.5653%	12.829	6.3562%	29.631	6.4731%
27	16.424	6.4176%	12.343	6.1154%	28.767	6.2844%
28	15.832	6.1863%	11.698	5.7958%	27.530	6.0141%
29	14.369	5.6146%	10.747	5.3246%	25.116	5.4868%
30	13.235	5.1715%	9.846	4.8782%	23.081	5.0422%
31	11.953	4.6706%	8.682	4.3015%	20.635	4.5079%
32	10.299	4.0243%	7.852	3.8903%	18.151	3.9652%
33	8.813	3.4437%	6.760	3.3493%	15.573	3.4020%
34	7.718	3.0158%	6.093	3.0188%	13.811	3.0171%
35	6.459	2.5238%	5.113	2.5332%	11.572	2.5280%
36	5.529	2.1604%	4.659	2.3083%	10.188	2.2256%
37	4.678	1.8279%	4.038	2.0006%	8.716	1.9041%
38	3.992	1.5599%	3.601	1.7841%	7.593	1.6587%
39	3.372	1.3176%	3.092	1.5319%	6.464	1.4121%
40	2.860	1.1175%	2.677	1.3263%	5.537	1.2096%
41	2.358	0.9214%	2.321	1.1499%	4.679	1.0222%
42	2.015	0.7874%	2.043	1.0122%	4.058	0.8865%
43	1.761	0.6881%	1.595	0.7902%	3.356	0.7331%

SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição e Controle de Legislação

PLN N.º

4266

Fis.

4.01
10

Apêndice N.º 05 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Subdivisão da Massa por Idade de Entrada como Servidor

IDADE DE ENTRADA	TOTAIS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
44	1.478	0,5775%	1.425	0,7060%	2.903	0,6342%
45	1.252	0,4892%	1.182	0,5856%	2.434	0,5317%
46	1.138	0,4447%	992	0,4915%	2.130	0,4653%
47	955	0,3732%	807	0,3998%	1.762	0,3849%
48	805	0,3146%	681	0,3374%	1.486	0,3246%
49	719	0,2809%	541	0,2680%	1.260	0,2753%
50	530	0,2071%	414	0,2051%	944	0,2062%
51	469	0,1833%	303	0,1501%	772	0,1686%
52	354	0,1383%	239	0,1184%	593	0,1295%
53	320	0,1250%	173	0,0857%	493	0,1077%
54	228	0,0891%	136	0,0674%	364	0,0795%
55	173	0,0676%	84	0,0416%	257	0,0561%
56	152	0,0594%	70	0,0347%	222	0,0485%
57	128	0,0500%	77	0,0381%	205	0,0448%
58	113	0,0442%	48	0,0238%	161	0,0352%
59	74	0,0289%	33	0,0163%	107	0,0234%
60	59	0,0231%	14	0,0069%	73	0,0159%
61	43	0,0168%	15	0,0074%	58	0,0127%
62	35	0,0137%	6	0,0030%	41	0,0090%
63	23	0,0090%	11	0,0054%	34	0,0074%
64	23	0,0090%	6	0,0030%	29	0,0063%
65	12	0,0047%	3	0,0015%	15	0,0033%
66	7	0,0027%	4	0,0020%	11	0,0024%
67	3	0,0012%	2	0,0010%	5	0,0011%
68	3	0,0012%	0	-	3	0,0007%
69	1	0,0004%	0	-	1	0,0002%
70	1	0,0004%	0	-	1	0,0002%
acima 70	4	0,0016%	7	0,0035%	11	0,0024%
TOTAL	255.920	100,00%	201.836	100,00%	457.756	100,00%

FONTE: SIAPE.

GOVERNADOR

Secretário de Estado

4267 4 101

Apêndice N.º 06
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Partição da Massa por Anos de Serviço Anterior à União

TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À UNIÃO	TOTAL	
	Conting.	%
0	7.062	1.54%
1	32.563	7.11%
2	49.559	10.83%
3	57.807	12.63%
4	59.563	13.01%
5	56.297	12.30%
6	48.197	10.53%
7	38.786	8.47%
8	29.384	6.42%
9	21.760	4.75%
10	16.309	3.56%
11	12.001	2.62%
12	8.737	1.91%
13	6.259	1.37%
14	4.564	1.00%
15	3.248	0.71%
16	5.660	1.24%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: Estimativas da PROBUS.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO LEGISLATIVA

PLANO II*

Fis. 4268

4 101
C

Apêndice N.º 07
Poder Executivo
Servidores Civis - Ativos
Fracionamento da Massa por Anos de Serviço Público

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	TOTAL	
	Conting.	%
0	1.941	0,4240%
1	3.037	0,6635%
2	8.297	1,8125%
3	7.895	1,7247%
4	9.745	2,1289%
5	21.511	4,6992%
6	17.303	3,7800%
7	9.263	2,0236%
8	5.860	1,2802%
9	4.376	0,9560%
10	6.704	1,4645%
11	5.598	1,2229%
12	14.780	3,2288%
13	23.275	5,0846%
14	16.706	3,6495%
15	33.897	7,4050%
16	32.725	7,1490%
17	28.712	6,2723%
18	37.584	8,2105%
19	26.661	5,8243%
20	28.523	6,2310%
21	24.639	5,3826%

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	TOTAL	
	Conting.	%
22	18.469	4,0347%
23	16.340	3,5696%
24	12.987	2,8371%
25	13.229	2,8900%
26	6.961	1,5207%
27	5.492	1,1998%
28	3.980	0,8695%
29	2.317	0,5062%
30	1.780	0,3889%
31	1.003	0,2191%
32	1.546	0,3377%
33	1.031	0,2252%
34	758	0,1656%
35	454	0,0992%
36	300	0,0655%
37	299	0,0653%
38	690	0,1507%
39	260	0,0568%
40	233	0,0509%
acima de 40	595	0,1300%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: SIAPE.

GOV. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO PESSOAL

4 101
Fls. 4269 (e)

Apêndice N.º 08
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Fracionamento da Massa por Anos para a Aposentadoria

TEMPO FALTANTE	ATIVOS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
1	8.993	3,51%	11.784	5,84%	20.777	4,54%
2	2.366	0,92%	3.622	1,79%	5.988	1,31%
3	2.912	1,14%	5.006	2,48%	7.918	1,73%
4	3.454	1,35%	7.018	3,48%	10.472	2,29%
5	4.933	1,93%	9.074	4,50%	14.007	3,06%
6	4.127	1,61%	5.986	2,97%	10.113	2,21%
7	7.013	2,74%	10.754	5,33%	17.767	3,88%
8	8.669	3,39%	12.682	6,28%	21.351	4,66%
9	10.017	3,91%	13.535	6,71%	23.552	5,15%
10	11.907	4,65%	14.100	6,99%	26.007	5,68%
11	12.301	4,81%	14.042	6,96%	26.343	5,75%
12	8.277	3,23%	6.575	3,26%	14.852	3,24%
13	13.293	5,19%	12.540	6,21%	25.833	5,64%
14	14.383	5,62%	11.502	5,70%	25.885	5,65%
15	14.884	5,82%	9.921	4,92%	24.805	5,42%
16	14.026	5,48%	8.779	4,35%	22.805	4,98%
17	13.640	5,33%	6.760	3,35%	20.400	4,46%
18	7.482	2,92%	3.283	1,63%	10.765	2,35%
19	12.044	4,71%	6.247	3,10%	18.291	4,00%
20	11.290	4,41%	6.707	3,32%	17.997	3,93%
21	9.991	3,90%	5.289	2,62%	15.280	3,34%
22	9.011	3,52%	3.648	1,81%	12.659	2,77%
23	7.725	3,02%	3.099	1,54%	10.824	2,36%

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
FUNDADO DE DESENVOLVIMENTO
P. L. N.º 101
1270 e

Apêndice N.º 08 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Fracionamento da Massa por Anos para a Aposentadoria

TEMPO FALTANTE	ATIVOS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
24	5.625	2,20%	2.348	1,16%	7.973	1,74%
25	8.105	3,17%	1.889	0,94%	9.994	2,18%
26	7.029	2,75%	1.694	0,84%	8.723	1,91%
27	4.925	1,92%	1.433	0,71%	6.358	1,39%
28	4.202	1,64%	1.358	0,67%	5.560	1,21%
29	3.548	1,39%	773	0,38%	4.321	0,94%
30	2.513	0,98%	183	0,09%	2.696	0,59%
31	2.153	0,84%	126	0,06%	2.279	0,50%
32	1.714	0,67%	46	0,02%	1.760	0,38%
33	1.293	0,51%	27	0,01%	1.320	0,29%
34	1.106	0,43%	6	0,00	1.112	0,24%
35	575	0,22%	0	-	575	0,13%
36	199	0,08%	0	-	199	0,04%
37	101	0,04%	0	-	101	0,02%
38	56	0,02%	0	-	56	0,01%
39	29	0,01%	0	-	29	0,01%
40	9	0,00%	0	-	9	0,00%
TOTAL	255.920	100,00%	201.836	100,00%	457.756	100,00%

FONTE: Estimativas da PROBUS.

SENADO FEDERAL

Processo Legislativo

PLS Nº

PLS Nº 4271

4 101
 4271 ©

Apêndice N.º 09
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Fracionamento da Massa por Idades Projetadas de Aposentadoria

IDADE	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
48	0	-	542	0,2685%	542	0,1184%
49	0	-	1.463	0,7248%	1463	0,3196%
50	0	-	4.388	2,1740%	4388	0,9586%
51	0	-	9.845	4,8777%	9845	2,1507%
52	0	-	15.322	7,5913%	15322	3,3472%
53	637	0,2489%	17.262	8,5525%	17.899	3,9102%
54	959	0,3747%	17.851	8,8443%	18.810	4,1092%
55	2.890	1,1293%	58.391	28,9299%	61.281	13,3873%
56	6.802	2,6579%	9.924	4,9169%	16.726	3,6539%
57	12.743	4,9793%	16.339	8,0952%	29.082	6,3532%
58	19.590	7,6547%	6.934	3,4355%	26.524	5,7944%
59	21.206	8,2862%	6.219	3,0812%	27.425	5,9912%
60	94.944	37,0991%	30.416	15,0697%	125.360	27,3858%
61	13.406	5,2384%	1.532	0,7590%	14.938	3,2633%
62	22.315	8,7195%	1.284	0,6362%	23.599	5,1554%
63	9.097	3,5546%	961	0,4761%	10.058	2,1972%
64	7.967	3,1131%	742	0,3676%	8.709	1,9025%
65	39.515	15,4404%	669	0,3315%	40.184	8,7785%
66	1.056	0,4126%	519	0,2571%	1.575	0,3441%
67	906	0,3540%	417	0,2066%	1.323	0,2890%
68	596	0,2329%	309	0,1531%	905	0,1977%
69	577	0,2255%	232	0,1149%	809	0,1767%
70	457	0,1786%	177	0,0877%	634	0,1385%
acima de 70	257	0,1004%	98	0,0486%	355	0,0776%
TOTAL	255.920	100,00%	201.836	100,00%	457.756	100,00%

FONTE: Projeções da PROBUS.

4-101
4272
C

ESTATÍSTICAS DOS ATUAIS SERVIDORES INATIVOS E GRUPOS PENSIONISTAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

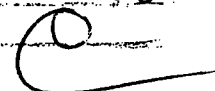
FL. Nº

4

121

Fls.

4273



Apêndice N.º 10
Poder Executivo
Servidores Cívis - Inativos
Partição da Massa por Proventos Mensais

FAIXA DE PROVENTO MENSAL	TOTAL		
	Conting.	%	Soma Benefícios
0,00 I-- 1.000,00	113.766	30,2215%	82.603.645,93
1.000,00 I-- 2.000,00	175.191	46,5388%	234.728.812,84
2.000,00 I-- 3.000,00	27.480	7,2999%	67.733.708,17
3.000,00 I-- 4.000,00	21.009	5,5810%	72.258.297,09
4.000,00 I-- 5.000,00	8.051	2,1387%	35.850.300,74
5.000,00 I-- 6.000,00	6.698	1,7793%	36.794.581,27
6.000,00 I-- 7.000,00	5.462	1,4510%	35.269.018,86
7.000,00 I-- 8.000,00	6.553	1,7408%	48.852.019,86
8.000,00 I-- 9.000,00	3.837	1,0193%	32.553.389,75
9.000,00 I-- 10.000,00	3.548	0,9425%	33.666.302,74
10.000,00 I-- 11.000,00	2.897	0,7696%	30.273.525,08
11.000,00 I-- 12.000,00	933	0,2478%	10.593.620,56
12.000,00 I-- 13.000,00	358	0,0951%	4.459.944,07
13.000,00 I-- 14.000,00	351	0,0932%	4.754.166,58
14.000,00 I-- 15.000,00	132	0,0351%	1.904.309,67
15.000,00 I-- 16.000,00	69	0,0183%	1.067.249,22
16.000,00 I-- 17.000,00	47	0,0125%	777.746,29
17.000,00 I-- 18.000,00	20	0,0053%	347.748,06
18.000,00 I-- 19.000,00	9	0,0024%	166.045,11
19.000,00 I-- 20.000,00	11	0,0029%	213.249,28
20.000,00 I-- 21.000,00	8	0,0021%	164.310,44
21.000,00 I-- 22.000,00	2	0,0005%	42.322,28
22.000,00 I-- 23.000,00	1	0,0003%	22.230,82
23.000,00 I-- 24.000,00	1	0,0003%	23.430,18
24.000,00 I-- 25.000,00	2	0,0005%	49.270,19
25.000,00 I-- 26.000,00	1	0,0003%	25.016,57
acima de 26.000	4	0,0011%	144.656,38
TOTAL	376.441	100,00%	735.338.918,01

FONTE: SIAPE.

4294 (e)

Apêndice N.º 11
Poder Executivo
Servidores Civis - Inativos
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
24	1	0,0003%
25	2	0,0005%
26	2	0,0005%
27	2	0,0005%
28	3	0,0008%
29	4	0,0011%
30	8	0,0021%
31	11	0,0029%
32	17	0,0045%
33	30	0,0080%
34	43	0,0114%
35	93	0,0247%
36	110	0,0292%
37	141	0,0375%
38	206	0,0547%
39	228	0,0606%
40	307	0,0816%
41	399	0,1060%
42	541	0,1437%
43	947	0,2516%
44	1.448	0,3847%
45	2.087	0,5544%
46	2.854	0,7582%
47	3.598	0,9558%
48	4.374	1,1619%
49	5.115	1,3588%
50	6.337	1,6834%
51	7.472	1,9849%
52	8.313	2,2083%
53	9.028	2,3983%
54	9.445	2,5090%
55	10.175	2,7029%
56	10.507	2,7911%
57	11.159	2,9643%
58	11.739	3,1184%
59	11.589	3,0786%
60	12.650	3,3604%
61	13.297	3,5323%
62	13.363	3,5498%

FONTE: SIAPE.

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
63	12.794	3,3987%
64	13.459	3,5753%
65	13.291	3,5307%
66	12.946	3,4391%
67	12.718	3,3785%
68	12.770	3,3923%
69	11.949	3,1742%
70	12.816	3,4045%
71	12.030	3,1957%
72	11.247	2,9877%
73	10.757	2,8576%
74	9.822	2,6092%
75	9.123	2,4235%
76	8.350	2,2181%
77	7.500	1,9923%
78	6.826	1,8133%
79	5.757	1,5293%
80	5.205	1,3827%
81	4.469	1,1872%
82	4.257	1,1309%
83	3.588	0,9531%
84	3.180	0,8448%
85	2.732	0,7257%
86	2.376	0,6312%
87	1.883	0,5002%
88	1.618	0,4298%
89	1.268	0,3368%
90	904	0,2401%
91	639	0,1697%
92	483	0,1283%
93	397	0,1055%
94	269	0,0715%
95	179	0,0476%
96	171	0,0454%
97	106	0,0282%
98	66	0,0175%
99	155	0,0412%
100 ou mais	696	0,1849%
TOTAL	376.441	100,00%

77 - SIAPE - SIAPE

4.01

Apêndice N.º 12
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Inativos
Partição da Massa por Tipo de Benefício

TIPO DE BENEFÍCIO	Conting.	%	Soma de Benefícios
5000 - APOSENTADORIA NORMAL	21	0,0056%	40.862.25
5001 - APOSENTADORIA P/INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS	7.395	1,9645%	8.207.701.25
5002 - APOSENTADORIA INVALIDEZ C/PROVENTOS PROPORCIONAIS	2.292	0,6089%	2.172.309.64
5003 - APOSENTADORIA COMPULSÓRIA C/PROVENTOS INTEGRAIS	1.155	0,3068%	2.964.465.72
5004 - APOSENTADORIA COMPULSÓRIA COM PROV. PROPORCIONAIS	1.968	0,5228%	1.826.588.72
5005 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS	70.395	18,7001%	137.515.822.48
5006 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA C/PROVENTOS PROPORCIONAIS	21.511	5,7143%	26.537.540.75
5007 - APOS. VOLUNT. C/PROV. INTEGRAIS E VANT. LEI 6732/79	3.834	1,0185%	13.858.052.34
5008 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART. 180, ITEM I LEI 1711/52	1.050	0,2789%	2.702.008.73
5009 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART.180 ITEM II LEI 1711/52	782	0,2077%	2.198.434.91
5010 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART.184 ITEM I LEI 1711/52	14.544	3,8636%	24.044.456.32
5011 - APOS. VOL. C/PROV. INTEG. E VANT.ART.184 ITEM II L.1711	39.304	10,4409%	99.891.172.17
5012 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART.184 ITEM III LEI 1711/52	875	0,2324%	2.834.499.23
5013 - DECISÃO JUDICIAL	144	0,0383%	207.189.32
5014 - DOENÇA ESPEC. EM LEI(ART.104 LEI-1711/52 E 1050/50)	5.980	1,5886%	11.918.205.20
5100 - AP. P/INVALIDEZ C/ PROV. INTEGRAIS (ART. 186,I)	19.280	5,1217%	41.909.061.37
5101 - APOSENT. P/INVALIDEZ C/PROV. PROPORC. (ART. 186,I)	3.632	0,9648%	3.278.124.82
5102 - APOSENT. COMPULSÓRIA C/PROV. PROP. (ART. 186,II)	3.148	0,8363%	3.741.255.30
5103 - AP. VOL. C/PROV. INTEG. (ITEM A, INC. III, ART.186)	33.401	8,8728%	70.611.871.22
5104 - AP. VOL. C/PROV. INT. (ITEM B, INC. III, ART. 186)	5.833	1,5495%	18.434.736.29
5105 - AP. VOL. C/PROV. PROPOR.(ITEM C, INC. III, ART.186)	73.468	19,5165%	116.012.242.47
5106 - AP. VOL. C/PROV. PROPOR.(ITEM D, INC. III, ART.186)	4.534	1,2044%	5.363.526.00
5107 - AP. VOL. C/VANT. ART.192, INC. I, LEI 8112/90	23.291	6,1872%	49.986.318.85
5108 - AP. VOL. C/VANT. ART.192, INC. II, LEI 8112/90	32.022	8,5065%	65.010.504.36
5109 - APOSENTADORIA C/ VANTAGENS ART. 193 LEI 8112/90	3.540	0,9404%	12.909.922.41
5200 - APS. INV. ART. 186 I PROV. PROP COMB. ART. 193 8112/90	1	0,0003%	4.293.03
5201 - APS. INV. ART. 186 I PROV. INT. COMB. ART. 193 8112/90	13	0,0035%	24.995.52
5202 - APS. INV. COM PROV. INT. 186 I CC ART. 192 I L 8112	69	0,0183%	277.157.26
5203 - APS. INV. ART. 186 I PROV. INT. COMB. ART. 192 II L 8112	5	0,0013%	12.070.42
5204 - APOS. POR INVALIDEZ PERM. PROV. INT.COMB.A.193 L8112	11	0,0029%	31.850.33
5205 - APOSENTADORIA COMPULSÓRIA II PROV. INTEG. L 8112	113	0,0300%	354.374.64
5206 - AP. COMP. ART. 186 II CC ART. 250 LEI 8112/90	63	0,0167%	399.434.18
5208 - AP VOL. PROV. PROP. ART. 186 III C CC ART. 193 8112/90	67	0,0178%	146.495.69
5209 - AP VOL. PROV. PROP. ART. 186 III D CC ART. 193 8112/90	8	0,0021%	9.182.46
5210 - APOS. COMP. ART. 186 II CC 192 I L 8112/90	22	0,0058%	56.943.19

4 101
 4276 ©

Apêndice N.º 12 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Inativos
Partição da Massa por Tipo de Benefício

TIPO DE BENEFÍCIO	Conting.	%	Soma de Benefícios
5211 - APOS. COMP. 186 II CC 192 II LEI 8112/90	38	0,0101%	114.344,54
5212 - APOS. COM PROV. INTEGRAIS 186 II CC 193 LEI 8112/90	6	0,0016%	17.902,73
5214 - APOS. COMP. COM PROV. PROPORC. ART. 186 II LEI 8112/90	44	0,0117%	52.493,39
5215 - L.8112,ART.186,INC.I CCART.2 L8911/94(INV. PROP)	1	0,0003%	425,48
5216 - L.8112,ART186,INC.I CC ART. 2E3 L8911/94(INV. PROP)	2	0,0005%	7.939,66
5217 - L.8112,ART.186,INC.I CC ART.3.L8911/94(INV. PROP)	13	0,0035%	31.372,17
5218 - L.8112,ART186,INC.I CCART.8,L8911/94(INV. PROP)	3	0,0008%	8.133,25
5219 - L.8112,ART.186,INC.I §1} CC ART.2.L.8911(INV. INTEG)	13	0,0035%	28.359,45
5220 - L.8112,ART186,INC.I §1}CC,ART.2E3.L8911(INV. INTEG	76	0,0202%	313.977,92
5221 - L.8112,,ART.186,INC.I §1},CC,ART3,L8911(INV. INTEG)	67	0,0178%	272.202,11
5222 - L.8112,ART186,INC.I §1}CC,ART.8},L8911(INV. INTEGR)	9	0,0024%	37.726,73
5223 - L.8112,ART.186,INC.II CC,ART.2},L8911(COMPUL. PROP)	2	0,0005%	7.401,21
5224 - L.8112,ART.186,INC.II CC ART.2E3.L8911(COMP. PROP)	9	0,0024%	32.029,01
5225 - L.8112,ART.186,INC.II CC,ART3},L8911(COMPUL. PROP)	12	0,0032%	27.276,06
5227 - L.8112,ART186,INCIII,ALI"A"CC AR2}L8911,PRO.INTEG	52	0,0138%	159.232,09
5228 - L.8112,ART186,INCIII,ALI"A"CC ART.2E3L8911,PRO.INT	456	0,1211%	2.774.332,30
5229 - L.8112,ART186,INC.III,ALI"A"CC ART3,L8911(PRO. INTE)	406	0,1079%	1.576.837,70
5230 - L.8112,ART186INCIII,ALI"A"CC ART8,L8911(PRO. INTEG)	70	0,0186%	281.166,89
5231 - L.8112,ART186INCIII,ALI"C"CC ART2L8911(PROV. PROP)	39	0,0104%	129.240,15
5232 - L.8112ART186INCIII,ALI"C"CC ART2E3L8911(PROV. PROP	163	0,0433%	814.788,05
5233 - L.8112,ART186INC.III,ALI"C"CC ART3}L8911(PROV. PROP)	420	0,1116%	1.379.179,53
5234 - L.8112,ART186INC.III,ALI"C"CC ART8}L8911(PROV. PROP	160	0,0425%	536.172,99
5235 - L.8112,ART186,INCIII,ALI"D"CC 2}L8911(PROV. PROP)	9	0,0024%	30.953,17
5236 - L8112,ART186INC.III,ALI"D"CC ART2E3L8911(PROV. PROP)	3	0,0008%	2.449,90
5237 - L8112ART186INC.III,ALI"D"CC ART3}L8911(PROV. PROP)	6	0,0016%	13.794,17
5238 - PROP.L.8112-ART.186,III,D C/ART.8 L.8.911	3	0,0008%	2.932,03
5239 - EX-COMBATENTE,ART195,LEI8112,CC O ART53ADCT/CF88	21	0,0056%	67.414,78
5250 - ART.186,ITIII,LTB,LEI8112,VT ART62 COM AT2E3 L8911	82	0,0218%	392.401,39
11001 - APOS. P/INV. PERM. C/PROV INT-EC/20/98. ART40,INC I §1}	107	0,0284%	161.888,09
11002 - APOS. P/INV. PER C/PROV PROP-EC/20/98. ART40 INC I §1}	62	0,0165%	54.589,57
11003 - AP. COMP. 70A C/PROV. PROP. TEM. CONT. EC/20/98 A40 § 1}	41	0,0109%	63.052,34
11004 - APOS. VONL. EC 20/98 ART. 40 § 1} INCISO III	40	0,0106%	73.781,96
11005 - APOS. C/PROV PROP., EC 20/98. ART40 §1} INC III AL B	69	0,0183%	75.467,57
11006 - APOS. VOL. C/PROV INT. MAG. EC 20/98 ART 40 §5}	15	0,0040%	39.085,94
12001 - APOSENTADORIA NORMAL	43	0,0114%	79.015,04
12002 - APOSENTADORIA NORMAL	85	0,0226%	110.926,74
12003 - APOSENTADORIA NORMAL	23	0,0061%	74.963,06
TOTAL	376.441	100,00%	735.338.918,01

FONTE: SIAPE.

UNION FEDERAL

4 10!
4271 @

Apêndice N.º 13
Poder Executivo
Servidores Cíveis – Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Benefícios Mensais

FAIXA DE BENEFÍCIO MENSAL	TOTAL		
	Conting.	%	Soma Benefícios
0,00 -- 1.000,00	110.581	53,7942%	75.778.035,99
1.000,00 -- 2.000,00	67.634	32,9018%	85.433.235,25
2.000,00 -- 3.000,00	5.727	2,7860%	14.046.248,98
3.000,00 -- 4.000,00	3.879	1,8870%	13.295.733,59
4.000,00 -- 5.000,00	3.823	1,8598%	17.611.305,49
5.000,00 -- 6.000,00	3.750	1,8243%	20.910.757,75
6.000,00 -- 7.000,00	3.769	1,8335%	23.971.264,59
7.000,00 -- 8.000,00	2.560	1,2454%	19.039.453,80
8.000,00 -- 9.000,00	1.848	0,8990%	15.744.923,40
9.000,00 -- 10.000,00	1.044	0,5079%	9.869.008,55
10.000,00 -- 11.000,00	487	0,2369%	5.093.559,98
11.000,00 -- 12.000,00	161	0,0783%	1.825.400,06
12.000,00 -- 13.000,00	86	0,0418%	1.071.158,20
13.000,00 -- 14.000,00	37	0,0180%	494.728,24
14.000,00 -- 15.000,00	31	0,0151%	449.918,49
15.000,00 -- 16.000,00	16	0,0078%	247.571,64
16.000,00 -- 17.000,00	14	0,0068%	230.238,84
17.000,00 -- 18.000,00	12	0,0058%	209.284,64
18.000,00 -- 19.000,00	26	0,0126%	481.196,44
19.000,00 -- 20.000,00	20	0,0097%	391.991,94
20.000,00 -- 21.000,00	15	0,0073%	306.226,00
21.000,00 -- 22.000,00	4	0,0019%	86.932,62
22.000,00 -- 23.000,00	7	0,0034%	156.457,33
23.000,00 -- 24.000,00	5	0,0024%	117.013,29
24.000,00 -- 25.000,00	3	0,0015%	72.775,27
25.000,00 -- 26.000,00	5	0,0024%	127.200,88
26.000,00 -- 27.000,00	2	0,0010%	52.409,52
acima de 27.000,00	17	0,0083%	711.997,91
TOTAL	205.563	100,00%	307.826.028,68

FONTE: SIAPE.

4 101
 4278


Apêndice N.º 14
Poder Executivo
Servidores Cívis - Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL		IDADE	TOTAL	
	Conting.	%		Conting.	%
0	9	0,0044%	56	2.992	1,4555%
1	18	0,0088%	57	3.202	1,5577%
2	32	0,0156%	58	3.049	1,4832%
3	50	0,0243%	59	3.393	1,6506%
4	88	0,0428%	60	3.579	1,7411%
5	97	0,0472%	61	3.939	1,9162%
6	133	0,0647%	62	3.802	1,8496%
7	171	0,0832%	63	4.072	1,9809%
8	204	0,0992%	64	4.185	2,0359%
9	230	0,1119%	65	4.209	2,0475%
10	271	0,1318%	66	4.112	2,0004%
11	260	0,1265%	67	4.515	2,1964%
12	276	0,1343%	68	4.464	2,1716%
13	296	0,1440%	69	4.987	2,4260%
14	285	0,1386%	70	4.983	2,4241%
15	282	0,1372%	71	4.988	2,4265%
16	465	0,2262%	72	5.107	2,4844%
17	555	0,2700%	73	4.908	2,3876%
18	686	0,3337%	74	4.996	2,4304%
19	760	0,3697%	75	4.788	2,3292%
20	183	0,0890%	76	4.460	2,1697%
21	202	0,0983%	77	4.332	2,1074%
22	631	0,3070%	78	3.933	1,9133%
23	644	0,3133%	79	3.824	1,8603%
24	754	0,3668%	80	3.437	1,6720%
25	845	0,4111%	81	3.480	1,6929%
26	949	0,4617%	82	3.202	1,5577%
27	1.076	0,5234%	83	2.862	1,3923%
28	1.151	0,5599%	84	2.564	1,2473%
29	1.268	0,6168%	85	2.291	1,1145%
30	1.377	0,6699%	86	2.157	1,0493%

Apêndice N.º 14 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL		IDADE	TOTAL	
	Conting.	%		Conting.	%
31	1.532	0,7453%	87	1.753	0,8528%
32	1.646	0,8007%	88	1.429	0,6952%
33	1.834	0,8922%	89	1.261	0,6134%
34	2.117	1,0299%	90	974	0,4738%
35	2.223	1,0814%	91	724	0,3522%
36	2.299	1,1184%	92	628	0,3055%
37	2.417	1,1758%	93	474	0,2306%
38	2.383	1,1593%	94	360	0,1751%
39	2.472	1,2026%	95	286	0,1391%
40	2.374	1,1549%	96	164	0,0798%
41	2.471	1,2021%	97	133	0,0647%
42	2.588	1,2590%	98	87	0,0423%
43	2.597	1,2634%	99	78	0,0379%
44	2.578	1,2541%	100	43	0,0209%
45	2.708	1,3174%	101	20	0,0097%
46	2.575	1,2527%	102	14	0,0068%
47	2.732	1,3290%	103	12	0,0058%
48	2.662	1,2950%	104	3	0,0015%
49	2.777	1,3509%	105	6	0,0029%
50	2.689	1,3081%	106	9	0,0044%
51	2.869	1,3957%	107	1	0,0005%
52	2.893	1,4074%	108	3	0,0015%
53	2.785	1,3548%	110	2	0,0010%
54	2.890	1,4059%			
55	2.928	1,4244%			
			TOTAL	205.563	100,00%

FONTE: SIAPE.

4-101
 Fls. 4290 

Apêndice N.º 15
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Tipo de Benefício

TIPO DE BENEFÍCIO	Conting.	%	Soma Benefícios
1000 - LEI 3373/58	48.817	23,7480%	50.650.029,98
2000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM LEI 3738/60	2.390	1,1627%	3.991.464,63
3000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM 6782/80	60.081	29,2275%	96.909.403,64
4000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM ART. 242 DA LEI 1711/52	1.493	0,7263%	1.855.160,11
5000 - MONTEPIO CIVIL	1.655	0,8051%	2.783.767,01
6000 - MONTEPIO CIVIL COMBINADA COM LEI 3738/60	30	0,0146%	126.187,42
7000 - MONTEPIO CIVIL COMBINADA COM LEI 6782/80	973	0,4733%	2.556.161,07
8000 - MONTEPIO CIVIL COMBINADA COM ART. 242 LEI 1711/52	94	0,0457%	197.346,32
9000 - LEI 6782/80	9.738	4,7372%	13.047.719,81
11000 - PROVISÓRIA ART. 221 DA LEI 8112/90	50	0,0243%	79.632,15
13000 - LEI 8112/90	80.000	38,9175%	134.941.187,17
19000 - LEI 8112/90 COMBINADA COM LEI 3738/60	5	0,0024%	49.645,09
20000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM 6782/80 PARECER TCU	55	0,0268%	262.183,05
21000 - MONTEPIO CIVIL COM LEI 6782/80 PARECER TCU	6	0,0029%	17.704,28
22000 - PENSÃO DA LEI NR 6683/79 - LEI DA ANISTIA	21	0,0102%	32.073,98
29000 - 8112/90 - DECISÃO JUDICIAL	89	0,0433%	183.194,28
30000 - 3.373/58 - DECISÃO JUDICIAL	61	0,0297%	132.330,59
33000 - PENSÃO CLT DECISÃO JUDICIAL INSS MS 93.0003962-8	5	0,0024%	10.838,11
TOTAL	205.563	100,00%	307.826.028,68

FONTE: SIAPE.

RECEBEMOS

em 10/04/2010

por

Fis. 4281

4 101

OUTROS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

4282 4.01 @

Apêndice N.º 16
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	TOTAL
2000	30.727	-	-	-	-	-	-
2001	31.037	1.581	152	126	-	-	-
2002	31.344	1.889	274	238	-	-	1.859
2003	31.654	2.319	394	355	28	10	2.438
2004	31.973	2.809	512	478	61	28	3.157
2005	32.288	3.381	629	606	100	53	3.953
2006	32.612	3.597	743	739	148	86	4.851
2007	32.939	4.251	857	878	206	126	5.410
2008	33.270	4.915	970	1.020	270	173	6.430
2009	33.607	5.710	1.080	1.164	347	227	7.478
2010	33.780	6.602	1.186	1.308	436	287	8.676
2011	33.953	7.387	1.286	1.451	540	354	9.990
2012	34.120	7.802	1.383	1.594	662	427	11.214
2013	34.291	8.645	1.478	1.738	801	505	12.084
2014	34.463	9.521	1.568	1.880	953	588	13.401
2015	34.638	10.364	1.651	2.018	1.123	676	14.768
2016	34.810	11.238	1.728	2.151	1.314	769	16.115
2017	34.981	11.914	1.798	2.280	1.524	865	17.507
2018	35.157	12.256	1.862	2.404	1.756	965	18.712
2019	35.333	12.780	1.924	2.528	2.006	1.068	19.596
2020	35.330	13.269	1.981	2.649	2.271	1.173	20.676
2021	35.330	13.758	2.034	2.767	2.552	1.280	21.732
2022	35.330	14.217	2.081	2.880	2.848	1.389	22.796
2023	35.330	14.627	2.124	2.990	3.159	1.499	23.836
2024	35.330	14.980	2.162	3.095	3.483	1.610	24.834
2025	35.330	15.457	2.198	3.196	3.820	1.720	25.776
2026	35.330	15.744	2.224	3.291	4.165	1.830	26.844
2027	35.330	15.965	2.250	3.383	4.521	1.940	27.720
2028	35.330	16.128	2.273	3.472	4.881	2.047	28.527
2029	35.330	16.334	2.295	3.557	5.244	2.153	29.270
2030	35.330	16.435	2.315	3.638	5.605	2.256	30.048
2031	35.330	16.621	2.333	3.716	5.964	2.357	30.709
2032	35.330	16.661	2.349	3.790	6.316	2.454	31.440
2033	35.330	16.798	2.364	3.860	6.660	2.547	32.006
2034	35.330	16.820	2.377	3.926	6.990	2.636	32.648
					7.306	2.721	33.150

Apêndice N.º 16
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2035	35.330	16.916	2.390	3.988	7.602	2.800	33.697
2036	35.330	16.853	2.401	4.047	7.877	2.875	34.053
2037	35.330	16.966	2.413	4.103	8.127	2.945	34.553
2038	35.330	16.928	2.424	4.154	8.350	3.010	34.866
2039	35.330	16.996	2.435	4.203	8.544	3.070	35.248
2040	35.330	16.983	2.445	4.248	8.709	3.124	35.510
2041	35.330	17.046	2.456	4.289	8.843	3.174	35.809
2042	35.330	17.024	2.466	4.327	8.947	3.220	35.984
2043	35.330	17.044	2.476	4.363	9.022	3.262	36.167
2044	35.330	17.026	2.486	4.396	9.069	3.300	36.276
2045	35.330	17.135	2.496	4.427	9.091	3.334	36.483
2046	35.330	17.128	2.504	4.454	9.092	3.366	36.544
2047	35.330	17.265	2.513	4.479	9.075	3.395	36.726
2048	35.330	17.282	2.520	4.501	9.044	3.422	36.769
2049	35.330	17.395	2.526	4.522	9.004	3.447	36.893
2050	35.330	17.469	2.531	4.539	8.959	3.470	36.968
2051	35.330	17.595	2.535	4.555	8.914	3.492	37.090
2052	35.330	17.657	2.537	4.568	8.871	3.512	37.145
2053	35.330	17.814	2.539	4.579	8.834	3.532	37.297
2054	35.330	17.846	2.538	4.588	8.806	3.550	37.328
2055	35.330	17.928	2.537	4.595	8.787	3.567	37.414
2056	35.330	17.989	2.535	4.601	8.779	3.583	37.487
2057	35.330	18.036	2.533	4.606	8.782	3.598	37.554
2058	35.330	18.027	2.529	4.609	8.796	3.611	37.572
2059	35.330	18.053	2.525	4.611	8.818	3.624	37.631
2060	35.330	18.033	2.521	4.612	8.849	3.635	37.651
2061	35.330	18.032	2.517	4.613	8.887	3.645	37.694
2062	35.330	18.005	2.513	4.612	8.929	3.654	37.714
2063	35.330	17.984	2.509	4.612	8.975	3.661	37.740
2064	35.330	17.915	2.504	4.610	9.023	3.667	37.720
2065	35.330	17.932	2.500	4.609	9.071	3.672	37.784
2066	35.330	17.838	2.496	4.606	9.119	3.675	37.734
2067	35.330	17.804	2.493	4.604	9.165	3.678	37.743
2068	35.330	17.710	2.489	4.601	9.207	3.679	37.687

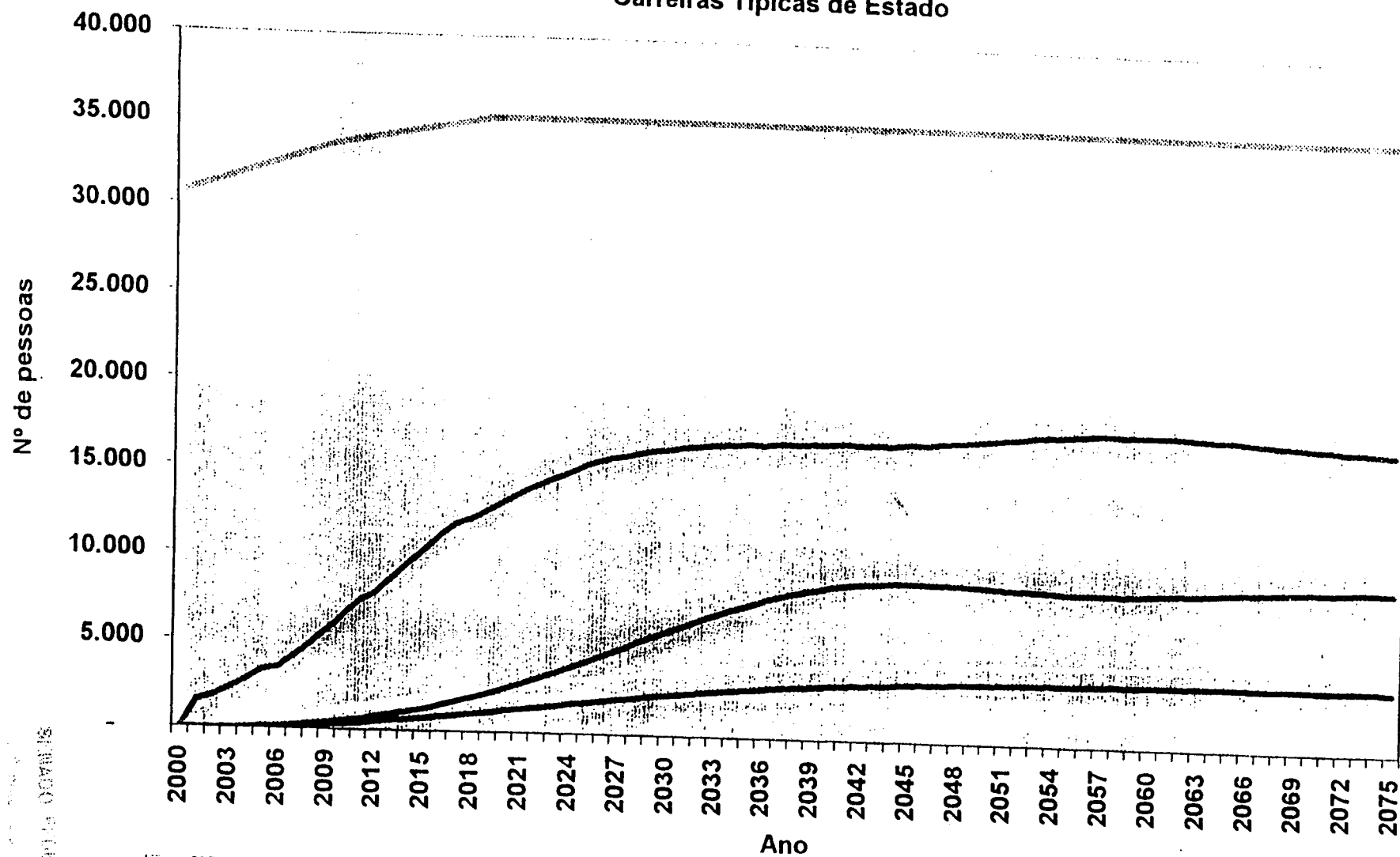
Apêndice N.º 16
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	TOTAL
2069	35.330	17.682	2.487	4.599	9.245	3.678	37.691
2070	35.330	17.608	2.485	4.597	9.278	3.677	37.645
2071	35.330	17.588	2.484	4.595	9.305	3.675	37.647
2072	35.330	17.490	2.483	4.593	9.326	3.671	37.563
2073	35.330	17.482	2.483	4.592	9.340	3.667	37.564
2074	35.330	17.412	2.484	4.590	9.347	3.662	37.496
2075	35.330	17.396	2.485	4.590	9.347	3.657	37.475

SENADO FEDERAL
 Comissão de Constituição e Justiça
 P.L.N. N.º 4285
 4285
 4101

Apêndice N.º 17
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado



Servidores Ativos
 Aposentadoria Por Invalidez
 Pensão do Aposentado Programado
 Aposentadoria Programada
 Pensão do Ativo
 Pensão do Aposentado Invalído

4286
 4
 01

Apêndice N.º 18
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Típicas de Estado

Posição: Nov./2000

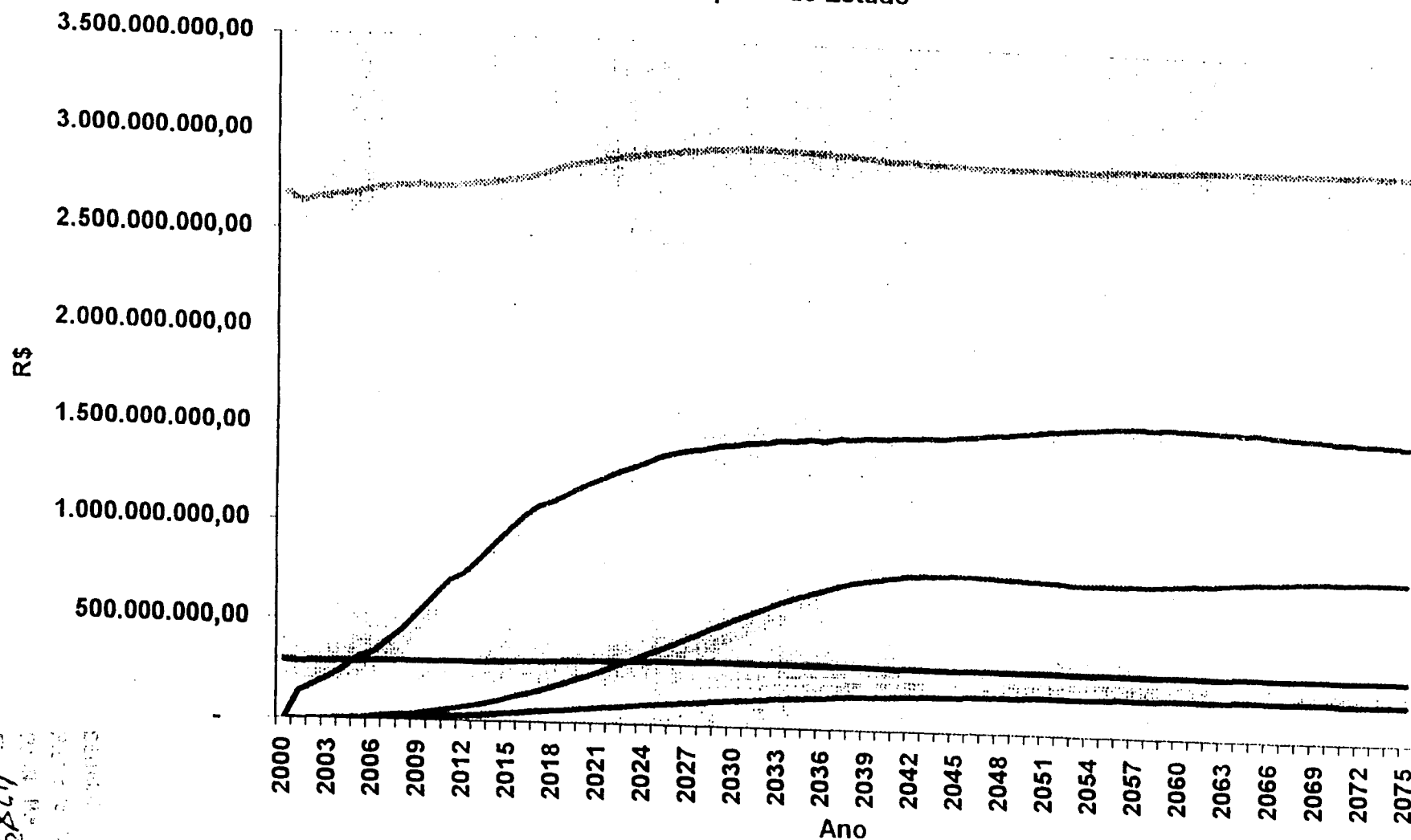
ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	BENEFÍCIOS					TOTAL
			APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2000	2.680.916.467,29	294.900.811,40						
2001	2.637.975.922,74	290.177.351,50	146.471.901,74	9.856.550,20	8.710.111,53			165.038.563,46
2002	2.654.719.602,55	292.019.156,28	176.588.218,21	16.897.202,56	15.789.666,64	2.605.725,81		212.510.253,91
2003	2.667.611.093,18	293.437.220,25	217.662.513,41	24.008.873,17	23.385.421,27	5.719.318,12	629.440,69	272.477.860,60
2004	2.679.881.570,48	294.786.972,75	264.571.162,10	31.115.193,47	31.407.729,09	9.503.374,42	1.701.734,83	339.811.629,41
2005	2.689.880.093,83	295.886.810,32	319.371.326,78	38.229.589,38	39.836.214,48	14.049.421,77	3.214.170,33	416.646.131,62
2006	2.712.384.666,03	298.362.313,26	340.093.204,50	45.296.698,73	48.585.107,29	19.500.145,11	5.159.579,21	461.006.736,60
2007	2.721.137.574,32	299.325.133,18	402.014.572,99	52.654.538,64	57.962.718,33	25.579.624,57	7.531.580,96	548.531.919,59
2008	2.728.365.358,44	300.120.189,43	466.172.085,26	59.885.133,51	67.536.515,06	32.783.686,46	10.320.465,06	639.914.159,11
2009	2.733.550.146,63	300.690.516,13	542.534.520,83	66.925.948,74	77.219.607,65	41.223.209,15	13.538.778,83	745.068.588,44
2010	2.726.799.673,52	299.947.964,09	627.170.571,67	73.623.422,28	86.828.092,64	51.121.308,45	17.165.304,07	859.930.168,84
2011	2.727.012.560,38	299.971.381,64	701.185.777,24	79.860.382,80	98.218.752,92	62.644.801,68	21.186.773,81	965.482.000,63
2012	2.740.580.972,84	301.463.907,01	740.873.071,92	85.779.820,39	105.468.270,84	75.718.798,24	25.572.285,99	1.038.125.684,80
2013	2.747.391.207,98	302.213.032,88	815.382.679,83	91.683.685,47	114.858.216,78	90.038.710,05	30.285.723,42	1.147.262.746,10
2014	2.754.957.967,87	303.045.376,47	893.502.615,06	97.138.003,98	123.952.273,33	106.061.309,76	35.299.453,97	1.261.258.717,98
2015	2.767.967.855,69	304.478.464,13	965.592.847,08	102.052.296,91	132.635.414,36	123.865.651,65	40.604.515,85	1.370.311.855,34
2016	2.780.191.742,96	305.821.091,73	1.038.410.740,95	106.475.614,52	140.927.788,32	143.418.395,53	46.165.845,34	1.481.173.995,84
2017	2.799.984.992,50	307.988.349,18	1.093.883.715,75	110.324.118,50	148.753.855,63	164.779.255,95	51.941.456,53	1.575.634.790,72
2018	2.826.725.589,92	310.939.814,89	1.121.057.218,91	113.757.752,89	156.251.949,61	187.755.870,07	57.893.844,90	1.642.802.734,31
2019	2.851.343.854,43	313.647.823,99	1.162.177.705,00	117.112.250,72	163.717.303,71	211.967.258,45	63.979.942,84	1.725.140.160,47
2020	2.865.281.688,50	315.180.985,74	1.200.533.172,02	120.224.627,33	170.974.180,80	237.530.853,21	70.165.842,58	1.805.698.786,30
2021	2.879.468.200,18	316.741.502,02	1.237.481.740,53	123.077.874,60	178.003.476,08	264.360.465,43	76.435.952,94	1.885.689.090,03
2022	2.892.998.522,58	318.229.837,48	1.271.786.385,05	125.641.756,80	184.775.485,98	292.392.122,50	82.765.533,40	1.963.722.964,64
2023	2.905.239.891,78	319.576.388,10	1.304.715.057,61	127.926.233,61	191.290.482,55	321.503.548,75	89.127.214,31	2.040.925.806,38
2024	2.916.828.894,54	320.851.178,40	1.331.377.653,10	129.956.700,81	197.538.887,14	351.545.469,69	95.490.483,86	2.112.242.848,70
2025	2.924.187.100,05	321.660.581,01	1.368.789.203,15	131.795.377,82	203.565.511,98	382.301.405,71	101.824.137,96	2.194.549.345,39
2026	2.934.247.277,00	322.767.200,47	1.389.564.390,41	133.285.787,43	209.208.895,36	413.766.514,72	108.097.846,81	2.260.108.516,45
2027	2.942.131.801,07	323.634.498,12	1.408.618.737,75	134.688.884,82	214.684.607,65	445.517.837,75	114.282.928,54	2.321.829.425,25
2028	2.949.744.914,95	324.471.940,64	1.417.106.974,44	136.008.574,36	219.929.352,72	477.329.157,00	120.339.357,28	2.376.612.971,66
2029	2.953.984.168,83	324.938.258,35	1.433.262.708,68	137.318.437,08	225.057.033,95	508.902.432,61	126.240.913,12	2.438.498.839,03
2030	2.958.822.077,49	325.448.428,52	1.439.688.683,01	138.527.854,63	229.948.836,88	540.077.409,20	131.960.226,73	2.485.716.560,68
2031	2.959.033.057,61	325.493.636,34	1.453.968.838,74	139.754.965,81	234.692.848,45	570.481.763,53	137.473.777,14	2.541.650.964,22
2032	2.959.878.877,09	325.586.676,48	1.457.403.801,39	140.865.211,94	239.168.595,72	599.972.841,51	142.752.549,69	2.585.185.199,75
2033	2.957.360.965,40	325.309.706,19	1.470.139.672,42	141.984.984,47	243.472.929,11	628.148.043,18	147.776.749,19	2.636.265.850,53
2034	2.956.508.695,90	325.215.958,55	1.470.600.049,30	142.970.320,25	247.477.969,10	654.873.215,17	152.520.221,36	2.672.889.038,90
2035	2.951.497.305,34	324.684.703,59	1.481.584.536,19	143.998.448,34	251.325.209,58	679.720.314,72	156.967.485,08	2.717.726.296,05
2036	2.949.599.115,57	324.455.902,71	1.478.504.369,27	144.918.513,05	254.868.164,71	702.579.176,79	161.097.787,21	2.743.775.430,72
2037	2.941.731.220,40	323.590.434,24	1.488.016.176,46	145.882.338,41	258.318.873,00	723.000.628,53	164.907.206,90	2.784.706.126,74
2038	2.937.197.391,51	323.091.713,07	1.487.526.219,18	146.824.397,30	261.445.255,84	741.045.080,92	168.388.112,33	2.808.495.851,71
2039	2.929.640.850,23	322.280.493,53	1.496.708.801,75	147.899.519,72	264.398.947,00	756.414.824,31	171.554.898,47	2.839.834.662,99
2040	2.925.329.010,09	321.786.191,11	1.495.319.783,92	148.750.880,59	267.048.365,52	769.176.104,05	174.412.770,20	2.857.275.951,97
2041	2.919.452.429,28	321.139.767,22	1.503.109.675,04	149.650.454,90	269.548.942,79	779.174.542,26	176.980.817,90	2.880.758.329,07
2042	2.915.830.132,33	320.741.314,56	1.501.925.311,88	150.461.074,07	271.793.699,00	786.595.736,90	179.274.714,08	2.892.099.751,30

Apêndice N.º 18
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Típicas de Estado

Posição: Nov./2000

ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	BENEFÍCIOS					TOTAL
			APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2043	2.911.852.998,30	320.303.829,81	1.505.511.955,47	151.332.071,30	273.923.532,73	791.441.309,11	183.153.603,67	2.905.362.472,28
2044	2.909.700.470,75	320.087.051,78	1.505.158.725,37	152.139.088,04	275.868.829,57	794.010.575,82	184.799.991,95	2.911.975.010,74
2045	2.904.652.988,83	319.511.828,77	1.516.752.659,44	152.985.250,18	277.715.639,25	794.487.741,97	186.292.212,13	2.928.233.502,97
2046	2.904.250.033,47	319.467.503,68	1.518.099.705,73	153.639.888,55	279.301.141,36	793.386.020,51	187.666.212,64	2.930.092.968,79
2047	2.899.684.988,61	318.965.348,75	1.530.088.049,29	154.322.787,58	280.823.363,93	790.880.510,21	188.940.913,32	2.945.055.624,33
2048	2.900.158.933,90	319.017.482,73	1.531.772.959,36	154.797.660,94	282.091.236,95	787.560.268,89	190.146.755,18	2.946.368.881,33
2049	2.898.366.972,37	318.820.366,96	1.541.865.843,64	155.242.324,07	283.277.897,80	783.651.442,81	191.296.251,20	2.955.333.759,53
2050	2.898.838.995,00	318.872.289,45	1.548.367.579,57	155.521.348,68	284.276.968,20	779.656.081,03	192.408.634,58	2.960.230.612,06
2051	2.897.807.605,11	318.768.836,56	1.559.352.638,84	155.729.010,30	285.168.058,25	775.851.445,31	193.489.456,48	2.969.588.609,16
2052	2.900.283.411,88	319.031.175,31	1.563.587.213,51	155.770.876,60	285.872.747,11	772.617.674,66	194.546.091,45	2.972.394.603,33
2053	2.899.045.357,08	318.894.989,28	1.576.588.987,77	155.749.674,57	286.492.535,08	770.111.459,38	195.575.697,84	2.984.518.354,63
2054	2.901.733.449,46	319.190.679,44	1.578.888.884,65	155.549.629,48	286.918.122,90	768.617.027,36	196.577.086,44	2.986.550.750,83
2055	2.903.363.632,73	319.369.999,60	1.583.789.869,75	155.324.424,38	287.281.836,82	768.104.002,90	197.538.734,17	2.992.038.868,00
2056	2.904.838.098,96	319.532.190,89	1.589.095.114,22	155.038.005,32	287.549.768,58	768.639.738,86	198.455.669,27	2.998.778.296,25
2057	2.908.522.971,55	319.717.528,87	1.592.312.379,57	154.684.230,46	287.712.132,91	770.204.329,34	199.318.834,57	3.004.231.906,85
2058	2.910.388.308,13	320.142.713,89	1.590.020.901,08	154.263.497,39	287.773.501,04	772.707.073,43	200.118.708,20	3.004.883.681,14
2059	2.911.550.167,12	320.270.518,38	1.592.299.604,01	153.864.419,84	287.808.684,76	775.948.174,06	200.844.771,87	3.010.763.654,54
2060	2.914.395.017,55	320.583.451,93	1.589.916.888,55	153.442.915,73	287.760.734,04	779.824.057,90	201.492.753,17	3.012.437.347,39
2061	2.918.134.071,06	320.774.747,82	1.588.703.496,96	153.029.537,72	287.672.341,44	784.132.580,46	202.056.525,26	3.015.594.481,84
2062	2.918.128.128,50	320.994.094,13	1.586.479.973,00	152.630.638,81	287.538.241,12	788.714.015,67	202.531.780,28	3.017.894.648,87
2063	2.918.869.088,98	321.075.597,59	1.584.012.902,51	152.242.402,50	287.361.070,87	793.407.128,61	202.916.719,05	3.019.940.223,54
2064	2.921.253.924,78	321.337.931,73	1.577.748.235,12	151.853.745,19	287.135.202,16	798.075.990,28	203.209.439,17	3.018.022.611,92
2065	2.920.675.836,78	321.274.342,04	1.579.664.399,43	151.537.034,70	286.922.800,54	802.536.194,99	203.409.496,84	3.024.069.926,51
2066	2.922.988.154,79	321.528.477,03	1.571.601.225,94	151.165.218,02	286.615.502,97	806.793.154,77	203.521.572,19	3.019.696.673,90
2067	2.923.346.428,20	321.568.107,10	1.568.437.793,94	150.892.239,38	286.351.548,90	810.621.661,92	203.544.094,46	3.019.847.336,61
2068	2.925.134.843,36	321.764.843,77	1.581.065.832,72	150.640.905,61	286.067.600,82	814.016.777,36	203.484.876,85	3.015.275.993,36
2069	2.924.830.909,40	321.731.400,03	1.558.982.786,47	150.488.224,28	285.832.989,26	816.853.458,07	203.348.645,48	3.010.182.445,11
2070	2.925.799.258,02	321.837.918,38	1.552.094.048,57	150.342.738,82	285.580.506,78	819.161.043,19	203.145.973,96	3.002.423.776,78
2071	2.925.252.334,07	321.777.768,75	1.550.778.911,98	150.299.938,13	285.388.811,52	820.832.822,50	202.881.860,88	3.002.220.805,81
2072	2.928.653.857,73	321.931.924,35	1.542.487.845,52	150.272.312,52	285.190.718,31	821.923.881,32	202.589.219,12	2.995.886.285,93
2073	2.924.640.438,43	321.732.448,23	1.542.209.077,88	150.377.282,57	285.091.888,84	822.327.527,59	202.215.029,12	2.994.033.845,16
2074	2.925.528.457,97	321.807.910,38	1.538.409.870,09	150.485.920,25	284.990.042,44	822.184.878,08	201.835.577,06	
2075	2.924.068.543,33	321.847.539,77	1.535.548.503,16	150.700.013,84	284.973.524,59	821.373.004,13	201.438.799,44	

Apêndice N.º 19
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Típicas de Estado



Salário de Contribuição
 Aposentadoria Por Invalidez
 Pensão do Aposentado Programado
 Contribuição
 Aposentadoria Programada
 Pensão do Ativo
 Pensão do Aposentado Invalido

4284
 101
 4

Apêndice N.º 20
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Não Típicas

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	TOTAL
2000	427.029	-	-	-	-	-	-
2001	391.600	26.679	2.401	2.101	-	-	-
2002	376.077	34.114	4.188	3.842	-	-	-
2003	359.016	43.076	5.862	5.606	490	154	31.181
2004	340.010	53.991	7.418	7.375	1.101	421	42.788
2005	318.753	67.189	8.848	9.126	1.858	792	56.067
2006	305.225	72.727	10.135	10.830	2.790	1.256	71.434
2007	281.937	87.942	11.357	12.552	3.930	1.805	89.209
2008	258.285	103.625	12.414	14.185	5.216	2.427	99.427
2009	234.150	119.899	13.308	15.713	6.758	3.118	119.494
2010	210.400	135.903	14.036	17.120	8.571	3.865	140.100
2011	187.475	151.190	14.601	18.398	10.672	4.658	161.356
2012	175.920	155.200	15.011	19.536	13.071	5.484	182.389
2013	154.517	168.923	15.378	20.642	15.767	6.333	202.742
2014	133.628	182.199	15.595	21.598	18.655	7.193	211.846
2015	114.830	193.444	15.664	22.398	21.839	8.061	230.791
2016	97.306	203.436	15.604	23.050	25.317	8.926	249.292
2017	81.801	211.410	15.423	23.554	29.069	9.779	265.750
2018	74.385	211.261	15.134	23.918	33.079	10.610	280.938
2019	61.416	216.465	14.829	24.223	37.322	11.410	294.075
2020	49.809	220.240	14.428	24.392	41.695	12.172	299.046
2021	39.981	222.148	13.940	24.433	46.250	12.895	309.385
2022	31.943	222.156	13.381	24.355	50.952	13.570	318.205
2023	25.068	220.857	12.770	24.174	55.762	14.190	325.043
2024	21.217	216.379	12.117	23.898	60.629	14.751	329.843
2025	16.164	212.892	11.464	23.561	65.510	15.247	333.181
2026	12.002	208.350	10.784	23.142	70.331	15.674	333.152
2027	8.944	202.541	10.090	22.649	75.071	16.031	333.922
2028	6.477	195.973	9.396	22.095	79.676	16.313	333.377
2029	4.629	188.630	8.709	21.488	84.089	16.518	331.269
2030	3.452	180.477	8.034	20.828	88.255	16.844	328.071
2031	2.392	172.088	7.379	20.128	92.119	16.691	323.725
2032	1.550	163.395	6.742	19.387	95.627	16.657	318.150
2033	951	154.408	6.128	18.610	98.728	16.543	311.879
2034	447	145.312	5.540	17.802	101.371	16.350	304.796
					103.508	16.079	296.867
							288.241

Apêndice N.º 20
 Governo Federal - Poder Executivo - Civil
 Atuais Ativos - com Gerações Futuras
 Contingentes de Servidores e Beneficiários
 Carreiras Não Típicas

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2035	188	136.000	4.978	16.966	105.096	15.732	278.773
2036	98	126.588	4.450	16.108	106.094	15.313	268.553
2037	48	117.251	3.955	15.236	106.471	14.825	257.737
2038	18	108.057	3.494	14.352	106.204	14.274	246.381
2039	5	99.059	3.089	13.461	105.279	13.666	234.535
2040	0	90.313	2.679	12.570	103.696	13.009	222.267
2041	-	81.869	2.323	11.682	101.465	12.308	209.648
2042	-	73.775	2.001	10.803	98.610	11.574	196.764
2043	-	66.069	1.712	9.939	95.166	10.815	183.700
2044	-	58.787	1.453	9.094	91.181	10.039	170.554
2045	-	51.955	1.224	8.274	86.717	9.256	157.425
2046	-	45.595	1.023	7.483	81.843	8.475	144.418
2047	-	39.722	848	6.726	76.637	7.704	131.636
2048	-	34.344	697	6.006	71.183	6.951	119.182
2049	-	29.460	568	5.328	65.570	6.224	107.150
2050	-	25.065	458	4.693	59.885	5.529	95.631
2051	-	21.145	366	4.104	54.214	4.872	84.702
2052	-	17.682	290	3.562	48.639	4.257	74.430
2053	-	14.652	227	3.088	43.234	3.687	64.868
2054	-	12.027	175	2.621	38.065	3.166	56.054
2055	-	9.777	134	2.220	33.187	2.693	48.011
2056	-	7.867	101	1.864	28.645	2.269	40.747
2057	-	6.265	76	1.552	24.471	1.893	34.256
2058	-	4.936	56	1.279	20.685	1.563	28.519
2059	-	3.845	40	1.045	17.297	1.278	23.504
2060	-	2.960	29	844	14.304	1.033	19.170
2061	-	2.252	20	675	11.696	825	15.469
2062	-	1.691	14	534	9.453	652	12.344
2063	-	1.253	9	418	7.551	508	9.739
2064	-	915	6	323	5.958	391	7.594
2065	-	658	4	247	4.643	297	5.848
2066	-	465	3	186	3.571	222	4.447
2067	-	323	2	138	2.709	164	3.335
2068	-	219	1	101	2.025	119	2.466

Secretaria de Administração
 Departamento de Pessoal
 101

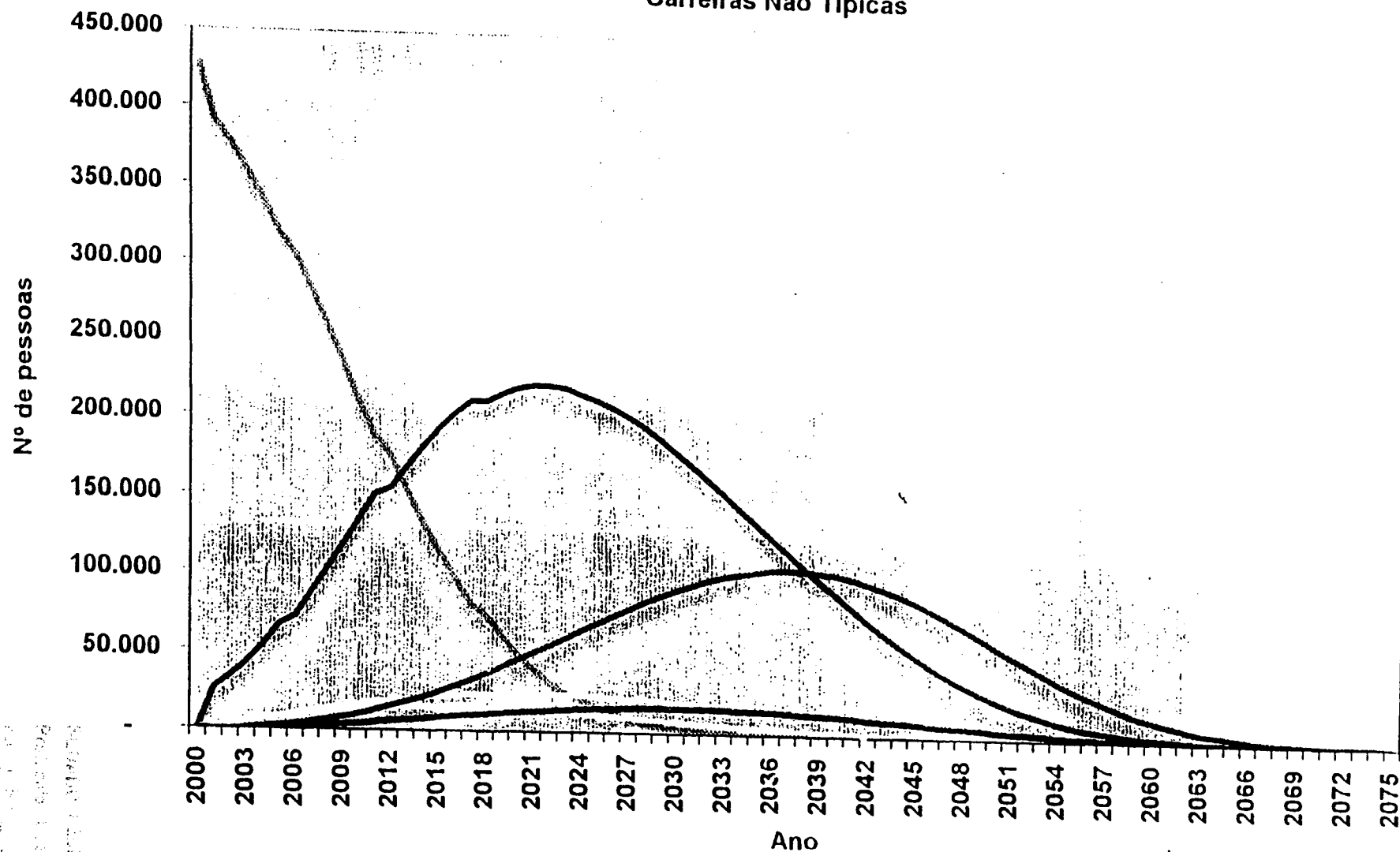
Apêndice N.º 20
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Não Típicas

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2069	-	146	1	73	1.491	85	1.795
2070	-	95	0	51	1.079	59	1.284
2071	-	60	0	36	766	40	902
2072	-	37	0	24	533	27	621
2073	-	22	0	16	363	18	419
2074	-	13	0	10	241	11	275
2075	-	7	0	7	156	7	176

4992
 2624
 101

Apêndice N.º 21
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - con. Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Não Típicas



— Servidores Ativos	— Aposentadoria Programada
— Aposentadoria Por Invalidez	— Pensão do Ativo
— Pensão do Aposentado Programado	— Pensão do Aposentado Invalidez
	— Pensão do Aposentado Invalido

2 6684
 10 4

Apêndice N.º 22
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Não Típicas

Posição: Nov./2000

ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	BENEFÍCIOS			TOTAL
					PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2000	9.839.488.908,18	1.082.343.779,68						
2001	9.122.556.143,10	1.003.481.175,74						
2002	8.847.763.666,45	973.254.003,31	600.868.723,44	42.667.177,86	38.872.865,76			682.408.867,06
2003	8.518.370.202,27	937.020.722,25	778.000.833,86	73.798.510,40	70.779.855,91			934.120.024,98
2004	8.117.489.260,07	892.923.818,61	992.822.107,61	104.311.665,30	104.148.149,38	10.837.221,59	2.703.803,22	1.233.096.669,44
2005	7.637.571.347,54	840.132.848,23	1.266.165.772,31	133.926.047,98	138.554.554,82	24.474.801,66	7.342.145,49	1.594.053.177,51
2006	7.365.730.542,89	810.230.359,72	1.605.388.145,68	162.190.409,57	173.383.072,92	41.562.268,39	13.844.534,02	2.025.989.786,95
2007	6.816.724.820,68	749.838.730,27	1.735.388.504,46	188.426.768,70	207.793.890,46	62.903.404,06	22.124.754,71	2.253.151.209,89
2008	6.259.320.283,12	688.525.231,14	2.127.287.069,21	214.671.933,72	243.631.905,09	89.472.399,71	32.069.646,56	2.748.628.364,62
2009	5.686.214.747,80	625.483.622,26	2.524.199.566,00	237.967.611,07	277.891.841,76	119.511.929,71	43.525.526,90	3.252.583.462,29
2010	5.122.654.820,85	563.492.030,29	2.934.537.543,46	258.250.432,10	310.256.087,05	156.060.568,98	56.463.874,48	3.773.175.406,07
2011	4.579.107.008,03	503.701.770,88	3.333.140.885,30	275.244.667,43	340.237.441,97	199.458.522,83	70.674.820,64	4.284.735.004,69
2012	4.316.339.055,84	474.797.296,14	3.710.044.657,92	288.908.268,49	367.577.775,12	250.167.134,09	85.944.875,89	4.776.970.222,87
2013	3.806.563.381,88	418.721.972,02	3.810.552.587,61	299.357.873,12	392.165.278,36	308.396.776,28	102.044.745,08	5.494.973.128,38
2014	3.314.587.330,10	364.604.606,31	4.144.080.357,03	309.440.013,29	416.550.790,98	374.153.587,89	118.743.801,40	5.450.600.196,39
2015	2.874.435.392,37	316.187.893,16	4.457.126.937,01	316.261.419,67	437.848.234,12	444.710.152,36	135.818.882,73	5.887.169.144,34
2016	2.461.807.058,19	270.798.776,40	4.716.801.438,60	319.916.752,80	455.926.232,00	522.711.245,01	153.221.308,54	6.271.391.593,49
2017	2.097.182.442,97	230.690.068,73	4.946.779.067,64	320.863.873,85	471.027.821,44	608.021.825,97	170.725.344,12	6.626.859.592,55
2018	1.899.762.243,90	208.973.846,83	5.127.417.589,74	319.179.419,93	483.091.755,19	700.075.115,52	188.113.714,10	6.933.430.774,88
2019	1.587.260.011,15	174.598.601,23	5.141.900.690,16	315.195.393,17	492.304.342,89	798.543.681,73	205.198.328,29	7.073.979.160,75
2020	1.307.550.055,82	143.830.506,14	5.263.017.550,39	310.717.732,29	600.246.381,61	902.783.344,17	221.795.390,36	7.322.389.442,11
2021	1.067.657.060,73	117.442.276,68	5.348.995.890,10	304.070.606,65	505.327.027,99	1.010.666.594,97	237.741.202,86	7.534.528.559,58
2022	867.800.364,13	95.458.040,05	5.392.306.018,92	295.453.011,86	507.647.803,74	1.123.155.100,27	252.979.934,56	7.702.213.297,06
2023	691.185.923,22	76.030.451,55	5.392.432.982,45	285.146.801,54	507.408.641,04	1.239.455.229,38	267.351.233,15	7.824.284.928,47
2024	574.718.717,03	63.219.058,87	5.365.553.472,39	273.558.096,50	504.906.039,37	1.358.592.833,97	280.703.669,48	7.916.327.722,28
2025	440.152.503,37	48.418.775,37	5.274.875.273,54	260.809.193,44	500.213.970,99	1.479.408.972,02	292.901.141,99	7.940.607.823,28
2026	332.264.578,55	36.549.103,64	5.196.746.975,95	247.657.278,84	493.953.502,48	1.600.881.238,87	303.828.146,43	7.973.082.231,02
2027	251.001.864,02	27.810.205,04	5.088.202.623,38	233.679.183,69	485.739.956,13	1.721.351.940,45	313.372.535,31	7.969.180.508,95
2028	186.305.181,24	20.493.569,94	4.948.935.012,79	219.208.888,61	475.822.705,38	1.840.093.035,59	321.465.710,17	7.927.659.516,55
2029	135.831.396,91	14.841.453,66	4.788.828.347,69	204.570.768,23	464.464.058,88	1.955.882.264,53	328.010.645,23	7.857.418.069,87
2030	99.062.216,14	10.896.843,78	4.610.709.834,38	189.950.225,88	451.817.435,07	2.066.623.107,78	332.931.789,29	7.760.132.730,13
2031	67.892.359,45	7.468.159,54	4.415.670.549,92	175.468.600,84	438.004.266,77	2.171.481.429,52	336.173.805,31	7.635.669.497,51
2032	43.222.115,56	4.754.432,71	4.212.170.401,14	161.269.275,73	423.188.328,80	2.268.826.684,80	337.699.395,08	7.491.291.273,80
2033	26.265.725,89	2.889.229,83	4.000.159.217,13	147.407.871,92	407.382.207,65	2.357.188.782,51	335.523.604,17	7.325.697.591,35
2034	12.197.083,22	1.341.679,15	3.778.352.891,95	133.863.579,19	390.748.443,65	2.435.224.890,49	331.827.843,82	7.137.442.065,72
2035	5.757.643,02	633.340,73	3.555.400.979,49	121.056.871,74	373.410.074,21	2.501.548.307,11	326.427.515,50	6.931.151.988,77
2036	2.821.688,19	310.385,70	3.324.813.081,53	108.727.869,27	355.456.501,16	2.554.856.747,83	319.376.158,73	6.455.509.701,71
2037	1.322.287,96	145.451,68	3.092.659.173,97	97.104.643,28	337.059.889,03	2.594.006.428,27	310.748.048,58	6.193.228.104,97
2038	547.151,49	80.186,66	2.882.149.393,52	86.243.268,92	318.348.142,65	2.617.937.946,85	300.645.774,91	5.917.192.486,16
2039	150.557,78	18.561,36	2.635.228.512,25	78.183.937,47	299.431.081,05	2.625.841.524,97	289.193.754,57	5.629.008.263,65
2040	3.425,62		2.413.497.092,33	66.889.743,85	280.417.144,28	2.617.175.220,81	276.537.623,76	5.330.341.367,31
2041			2.198.290.647,94	58.353.695,78	261.416.840,65	2.591.686.659,43	262.839.972,59	5.023.126.088,38
2042			1.990.866.408,02	50.601.179,51	242.543.963,05	2.549.440.210,35	248.278.760,64	4.709.590.225,57
			1.792.423.113,09	43.591.445,76	223.913.612,73	2.490.835.777,16	233.042.137,28	
						2.416.619.916,71		

R\$ 1,00

Apêndice N.º 22
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Não Típicas

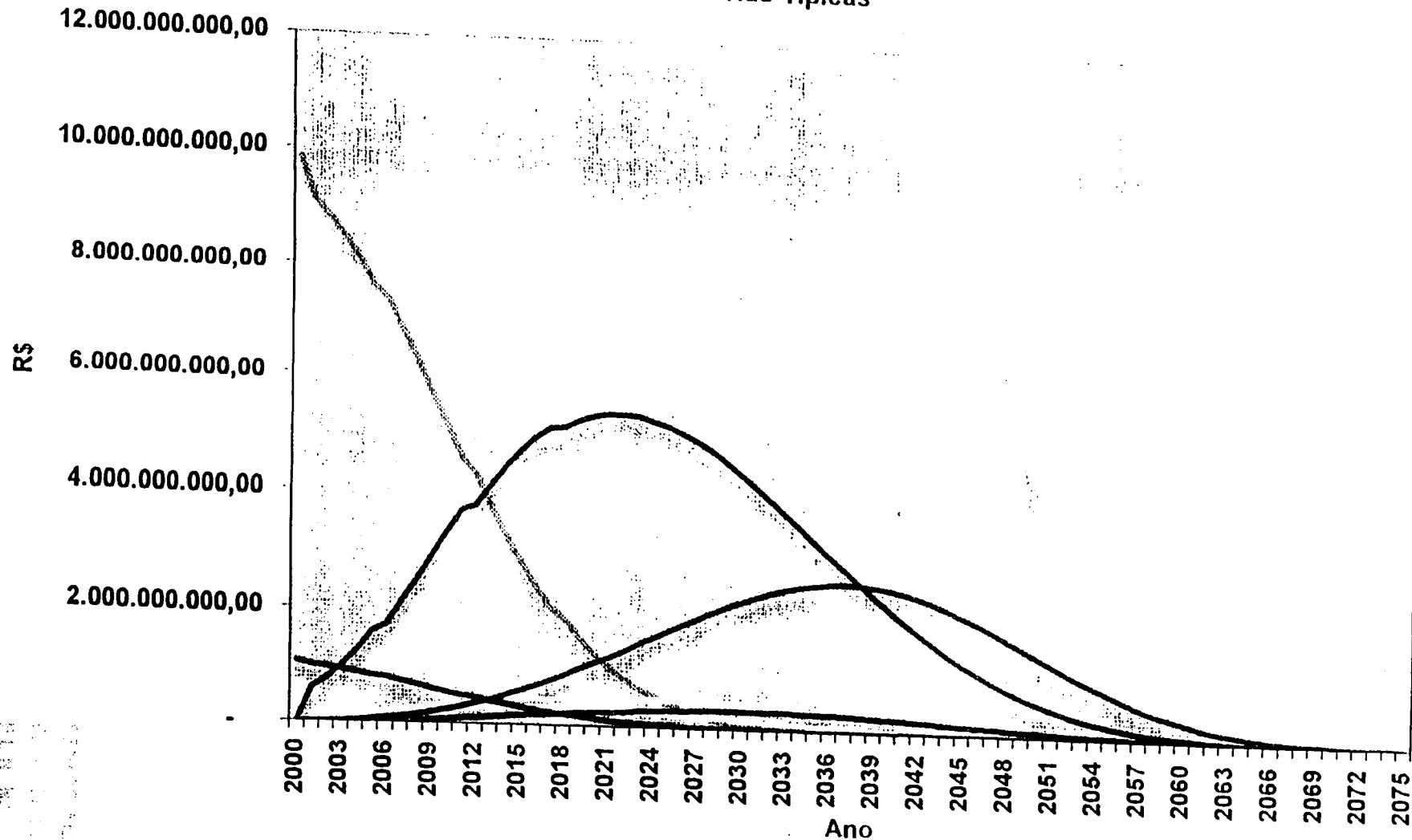
Posição: Nov./2000

ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	BENEFÍCIOS					TOTAL
			APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2043			1.603.905.319,84	37.295.905,91	205.639.092,07	2.327.878.184,33	217.325.476,79	4.392.043.958,95
2044			1.426.111.062,57	31.681.434,17	187.831.307,96	2.226.012.057,78	201.328.312,90	4.072.962.175,38
2045			1.259.677.657,80	26.711.210,20	170.596.211,46	2.112.704.788,28	185.239.418,28	3.754.929.286,01
2046			1.105.069.612,05	22.345.362,77	154.032.228,33	1.989.867.859,68	169.252.367,61	3.440.567.430,44
2047			962.572.501,50	18.541.841,20	138.227.918,23	1.859.581.854,29	153.541.431,07	3.132.465.144,29
2048			832.292.920,43	15.255.188,85	123.259.928,15	1.724.024.904,65	138.269.057,60	2.833.101.997,68
2049			714.164.284,51	12.440.822,97	109.191.378,35	1.585.403.617,90	123.579.079,25	2.544.779.180,99
2050			607.957.830,18	10.052.423,86	96.070.674,05	1.445.881.381,20	109.595.808,24	2.269.558.117,53
2051			513.297.981,07	8.044.426,07	83.930.894,02	1.307.514.138,25	98.421.663,34	2.009.209.102,75
2052			429.681.055,31	6.372.554,68	72.789.627,17	1.172.193.172,10	84.136.148,07	1.765.172.557,34
2053			358.496.265,21	4.994.555,34	62.649.380,07	1.041.603.104,10	72.795.769,89	1.538.539.074,62
2054			293.047.985,13	3.870.803,71	53.498.376,16	917.187.338,68	62.434.397,06	1.330.038.900,74
2055			238.578.354,61	2.964.484,49	45.311.751,56	800.127.514,31	53.064.857,69	1.140.046.962,66
2056			192.289.423,50	2.242.252,75	38.053.045,29	691.335.081,74	44.679.916,69	968.599.719,96
2057			153.364.219,71	1.673.899,87	31.675.894,64	591.450.006,34	37.255.382,90	815.419.403,46
2058			120.988.217,60	1.232.451,18	26.125.996,43	500.856.923,73	30.752.031,51	679.953.620,45
2059			94.356.797,51	894.266,32	21.342.882,72	419.692.569,92	25.118.272,00	561.404.788,47
2060			72.710.404,89	638.837,95	17.261.871,07	347.871.167,95	20.293.057,24	458.775.339,10
2061			55.327.139,10	448.727,78	13.815.976,29	285.113.580,57	16.208.319,07	370.913.742,82
2062			41.542.550,27	309.435,14	10.937.506,72	230.972.465,31	12.791.758,77	298.553.716,21
2063			30.754.514,29	209.126,00	8.559.762,83	184.870.728,61	9.969.194,28	234.363.326,03
2064			22.427.163,33	138.255,67	6.618.291,65	148.128.536,51	7.667.175,46	182.979.422,61
2065			18.091.986,39	89.240,96	5.052.190,40	114.008.911,54	5.814.515,53	141.056.844,83
2066			11.346.375,33	56.124,93	3.804.741,82	87.740.650,04	4.344.317,00	107.292.209,12
2067			7.850.123,10	34.318,37	2.824.300,75	66.557.530,28	3.194.631,33	80.460.903,81
2068			5.320.384,83	20.351,41	2.064.470,91	49.719.612,77	2.309.586,46	59.434.406,38
2069			3.525.752,27	11.657,53	1.484.373,64	36.535.542,80	1.839.552,18	43.196.878,40
2070			2.279.943,29	6.415,36	1.048.527,94	26.374.708,34	1.141.324,32	30.850.919,25
2071			1.435.548,95	3.365,20	726.860,39	18.675.505,11	777.954,67	21.619.034,33
2072			878.094,99	1.667,26	493.361,58	12.948.659,84	518.416,31	14.840.199,96
2073			520.553,07	771,08	327.641,05	8.774.976,47	337.194,52	9.961.136,18
2074			298.355,26	329,67	212.476,73	5.800.825,25	213.701,47	6.525.688,37
2075			164.923,87	131,80	134.327,00	3.733.235,18	131.782,47	4.164.400,32

Fonte: PROBUS

5160
4295
C
4
B1

Apêndice N.º 23
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Não Típicas



4296
4
101

Apêndice N.º 24
 Governo Federal - Poder Executivo - Civil
 Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
 Contingentes de Aposentados e Beneficiários
 Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

ANO	BENEFICIARIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2000	337.410	39.031	205.561	582.002
2001	325.202	35.356	215.635	576.193
2002	313.030	32.139	224.301	569.470
2003	300.867	29.195	231.735	561.797
2004	288.700	26.495	238.015	553.210
2005	276.528	24.017	243.239	543.783
2006	264.360	21.741	247.461	533.562
2007	252.212	19.652	250.726	522.589
2008	240.105	17.733	252.783	510.621
2009	228.065	15.973	253.928	497.966
2010	216.116	14.360	254.184	484.659
2011	204.286	12.884	253.609	470.778
2012	192.602	11.535	252.240	456.377
2013	181.094	10.305	250.063	441.463
2014	169.790	9.187	247.168	426.146
2015	158.719	8.172	243.592	410.483
2016	147.909	7.253	239.363	394.524
2017	137.387	6.423	234.531	378.341
2018	127.180	5.675	229.135	361.990
2019	117.313	5.004	223.206	345.522
2020	107.808	4.402	216.799	329.009
2021	98.687	3.864	209.957	312.508
2022	89.968	3.384	202.733	296.085
2023	81.667	2.957	195.169	279.793
2024	73.796	2.577	187.323	263.696
2025	66.365	2.241	179.236	247.842
2026	59.382	1.942	170.962	232.287
2027	52.851	1.679	162.555	217.085
2028	46.773	1.446	154.065	202.284
2029	41.147	1.241	145.542	187.930
2030	35.968	1.061	137.033	174.062
2031	31.229	904	128.583	160.716
2032	26.921	766	120.237	147.924
2033	23.031	645	112.037	135.713
2034	19.543	541	104.021	124.105
2035	16.441	451	96.228	113.119
2036	13.704	373	88.692	102.770
2037	11.311	307	81.447	93.065
2038	9.239	250	74.521	84.010
2039	7.462	202	67.939	75.603
2040	5.955	162	61.720	67.838
2041	4.693	129	55.882	60.704
2042	3.648	102	50.434	54.184
2043	2.795	79	45.383	48.258
2044	2.109	61	40.728	42.898

Apêndice N.º 24
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Contingentes de Aposentados e Beneficiários
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

ANO	BENEFICIARIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2045	1.566	47	36.463	38.076
2046	1.142	35	32.579	33.757
2047	818	26	29.061	29.905
2048	575	19	25.887	26.482
2049	396	14	23.037	23.447
2050	267	10	20.484	20.761
2051	176	7	18.202	18.386
2052	114	5	16.165	16.283
2053	72	3	14.345	14.420
2054	45	2	12.718	12.765
2055	27	2	11.262	11.291
2056	16	1	9.956	9.974
2057	10	1	8.783	8.794
2058	6	0	7.728	7.735
2059	4	0	6.778	6.782
2060	2	0	5.924	5.926
2061	2	0	5.156	5.157
2062	1	0	4.467	4.468
2063	1	0	3.851	3.851
2064	1	0	3.302	3.302
2065	0	0	2.815	2.815
2066	0	0	2.385	2.385
2067	0	0	2.008	2.008
2068	0	0	1.679	1.679
2069	0	0	1.393	1.393
2070	0	0	1.146	1.146
2071	0	0	935	935
2072	0	0	756	756
2073	0	0	604	604
2074	0	0	477	477
2075	0	0	372	372

Fonte: PROBUS

Nota: (*) Inclui grupos pensionistas futuros de atuais aposentados.

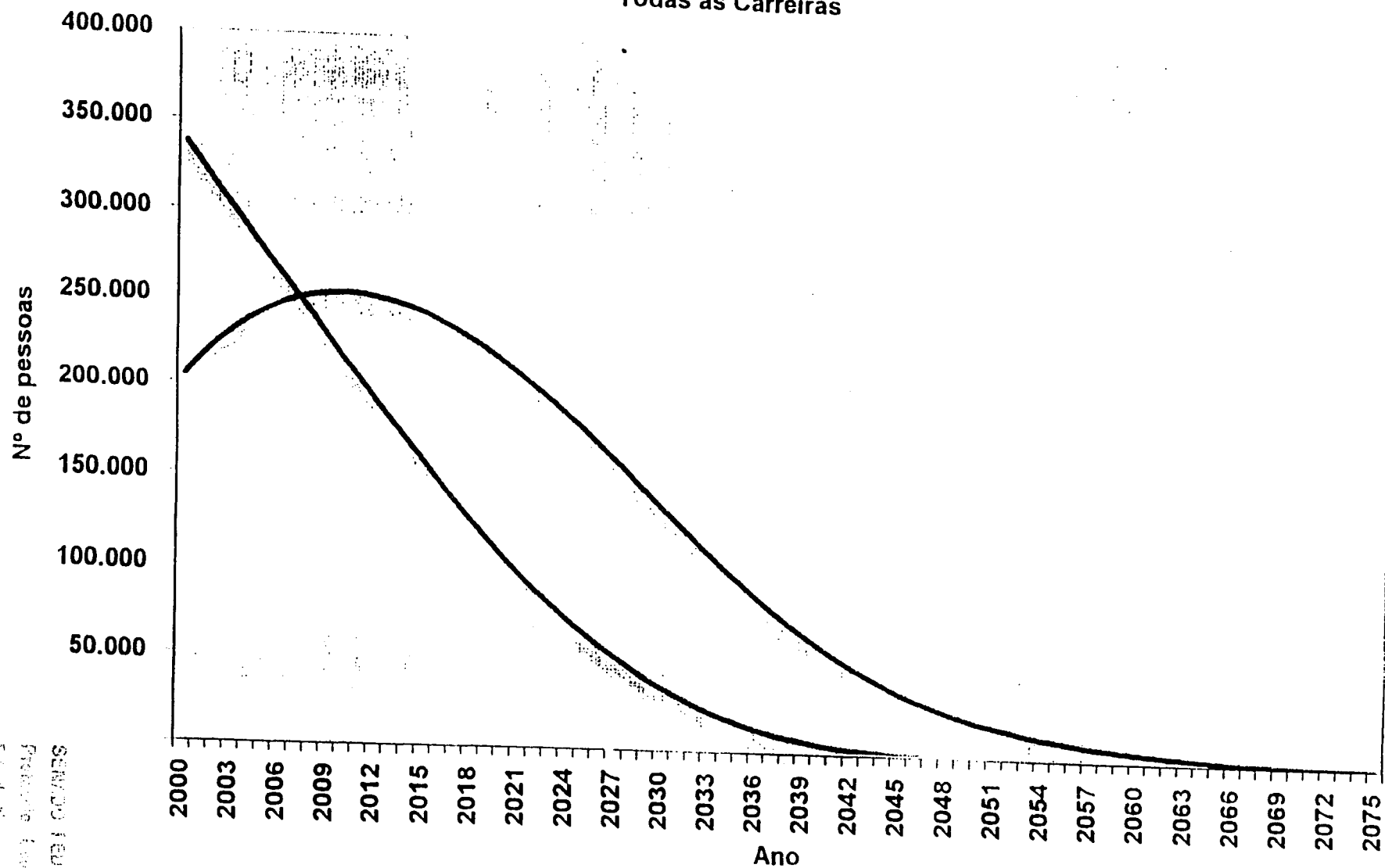
SENADO FEDERAL

Procedimento Legislativo

P.L.N. N.º

Fl. 6298

Apêndice N.º 25
 Governo Federal - Poder Executivo - Civil
 Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
 Todas as Carreiras



— Aposentadoria Programada

— Aposentadoria Por Invalidez

— Pensão

SENADO FEDERAL
 COMISSÃO DE TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL
 10.4.2014
 4299

Apêndice N.º 26
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Benefícios
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

RS 1.00

ANO	BENEFÍCIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2000	8.650.412.646,46	891.505.044,17	4.001.594.921,87	13.543.512.612,50
2001	8.343.832.473,53	800.857.955,50	4.274.089.532,55	13.418.779.961,59
2002	8.038.455.830,50	723.142.810,57	4.510.694.625,50	13.272.293.266,56
2003	7.733.371.120,00	652.389.315,48	4.716.318.674,52	13.102.079.110,00
2004	7.428.112.169,76	587.928.590,25	4.893.474.713,77	12.909.515.473,79
2005	7.122.588.283,87	529.193.825,18	5.044.733.337,95	12.696.515.446,99
2006	6.816.993.082,21	475.692.137,55	5.171.153.178,77	12.463.838.398,53
2007	6.511.717.285,44	426.976.160,34	5.274.248.607,90	12.212.942.053,69
2008	6.207.276.512,04	382.652.499,02	5.348.368.875,35	11.938.297.886,41
2009	5.904.255.228,34	342.367.243,81	5.400.308.275,77	11.646.930.747,91
2010	5.603.278.276,36	305.799.640,00	5.430.710.845,19	11.339.788.761,54
2011	5.304.993.460,14	272.657.794,98	5.441.711.457,33	11.019.362.712,46
2012	5.010.057.839,97	242.670.116,89	5.433.347.690,26	10.686.075.647,12
2013	4.719.138.735,78	215.585.253,90	5.405.477.277,39	10.340.201.267,07
2014	4.432.908.626,95	191.168.536,04	5.360.449.993,57	9.984.527.156,56
2015	4.152.041.115,44	169.201.803,03	5.299.392.326,07	9.620.635.244,54
2016	3.877.205.451,26	149.475.422,26	5.223.279.740,96	9.249.960.644,47
2017	3.609.059.981,65	131.796.532,72	5.132.818.445,30	8.873.674.959,67
2018	3.348.244.206,75	115.983.405,09	5.028.305.082,29	8.492.532.694,13
2019	3.095.370.904,67	101.862.563,95	4.910.907.367,64	8.108.140.836,25
2020	2.851.018.107,92	89.275.645,61	4.782.180.514,53	7.722.474.268,07
2021	2.615.721.865,52	78.072.924,54	4.642.332.296,27	7.336.127.086,33
2022	2.389.970.166,65	68.118.995,55	4.492.837.305,31	6.950.926.467,51
2023	2.174.198.240,49	59.286.255,28	4.334.418.851,49	6.567.903.347,25
2024	1.968.785.227,21	51.459.635,62	4.168.330.625,87	6.188.575.488,70
2025	1.774.051.906,30	44.534.365,42	3.995.351.488,96	5.813.937.760,67
2026	1.590.259.204,97	38.415.750,56	3.816.593.146,18	5.445.268.101,72
2027	1.417.606.886,82	33.019.095,12	3.633.151.002,08	5.083.776.984,02
2028	1.256.232.221,25	28.268.893,19	3.446.099.201,29	4.730.600.315,72
2029	1.106.208.272,07	24.098.139,26	3.256.502.882,89	4.386.809.294,22
2030	967.541.625,70	20.445.588,04	3.065.413.158,28	4.053.400.372,03
2031	840.169.723,01	17.257.721,59	2.873.883.775,98	3.731.311.220,57
2032	723.958.057,74	14.485.993,73	2.682.975.807,73	3.421.419.859,19
2033	618.697.542,13	12.086.371,72	2.493.764.260,86	3.124.548.174,71
2034	524.102.710,73	10.019.329,98	2.307.333.726,02	2.841.455.766,73
2035	439.811.251,16	8.248.544,53	2.124.777.231,82	2.572.837.027,51
2036	365.385.349,24	6.740.363,27	1.947.182.176,32	2.319.307.888,83
2037	300.315.317,80	5.464.435,47	1.775.607.009,84	2.081.386.763,11
2038	244.025.725,47	4.393.103,49	1.611.064.311,16	1.859.483.140,12
2039	195.884.054,61	3.500.786,91	1.454.483.602,77	1.653.868.444,30
2040	155.211.858,94	2.763.934,94	1.306.689.454,63	1.464.665.248,51
2041	121.297.983,14	2.161.139,61	1.168.369.444,67	1.291.828.567,43
2042	93.413.455,22	1.672.656,24	1.040.039.019,16	1.135.125.130,63
2043	70.827.341,34	1.280.696,29	922.037.288,37	994.145.326,01
2044	52.822.771,96	969.520,56	814.498.502,96	868.290.795,47

Apêndice N.º 26
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Benefícios
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

R\$ 1.00

ANO	BENEFÍCIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2045	38.712.280,77	725.242,75	717.357.162,45	756.794.685,97
2046	27.851.537,71	535.787,84	630.350.091,96	658.737.417,51
2047	19.650.703,77	390.731,82	553.034.971,29	573.076.406,87
2048	13.582.733,87	281.100,00	484.813.399,25	498.677.233,13
2049	9.188.314,28	199.387,93	424.971.701,87	434.359.404,08
2050	6.077.327,68	139.367,13	372.717.344,17	378.934.038,99
2051	3.927.098,39	95.931,17	327.216.157,67	331.239.187,24
2052	2.477.968,42	64.988,95	287.632.826,21	290.175.783,58
2053	1.526.859,97	43.302,91	253.170.022,38	254.740.185,26
2054	919.579,01	28.349,69	223.090.168,13	224.038.096,83
2055	542.631,32	18.211,97	196.731.533,02	197.292.376,31
2056	315.174,15	11.474,08	173.526.120,70	173.852.768,93
2057	181.572,56	7.094,36	152.992.007,37	153.180.674,30
2058	104.924,22	4.307,42	134.735.130,65	134.844.362,29
2059	61.678,28	2.567,53	118.438.536,02	118.502.781,83
2060	37.402,86	1.502,21	103.848.792,55	103.887.697,62
2061	23.615,96	860,70	90.767.652,69	90.792.129,34
2062	15.531,23	482,98	79.035.025,44	79.051.039,64
2063	10.550,92	266,90	68.523.008,13	68.533.825,95
2064	7.305,89	146,33	59.123.952,07	59.131.404,28
2065	5.086,41	80,76	50.745.649,33	50.750.816,50
2066	3.518,35	44,80	43.304.698,08	43.308.261,23
2067	2.395,66	24,49	36.724.271,00	36.726.691,16
2068	1.594,12	13,18	30.932.852,80	30.934.460,10
2069	1.030,28	6,95	25.862.223,02	25.863.260,25
2070	643,49	3,62	21.448.311,01	21.448.958,11
2071	386,53	1,83	17.630.239,55	17.630.627,91
2072	222,23	0,87	14.350.583,97	14.350.807,07
2073	121,72	0,36	11.555.128,39	11.555.250,47
2074	63,19	0,11	9.193.138,31	9.193.201,61
2075	30,92	0,02	7.216.993,59	7.217.024,53

Fonte: PROBUS

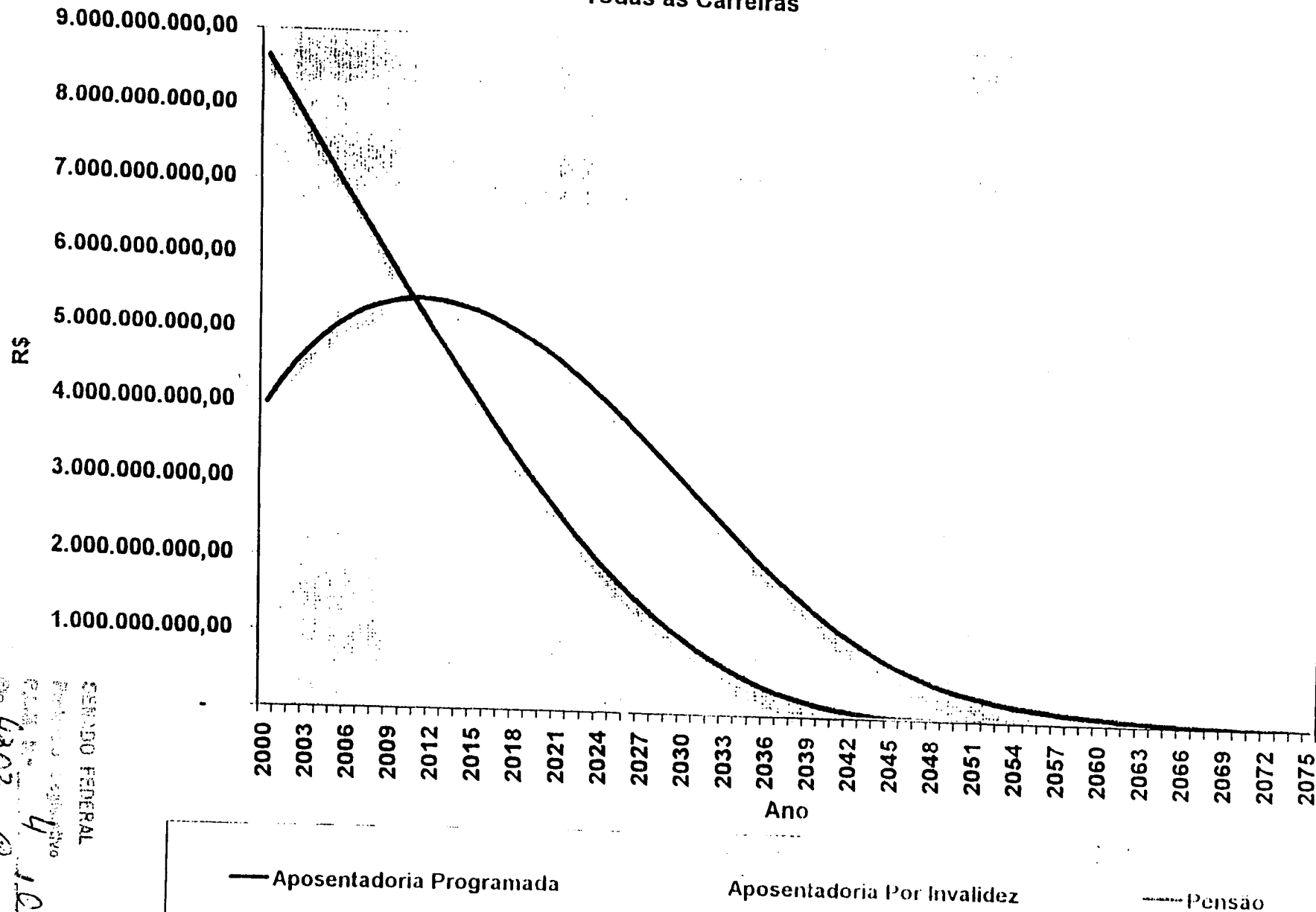
Nota: (*) Inclui grupos pensionistas futuros de atuais aposentados.

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

4301 4 101
 (e)

Apêndice N.º 27
 Governo Federal - Poder Executivo - Civil
 Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
 Todas as Carreiras



SENADO FEDERAL
 4303
 4
 101

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores militares
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea a da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

I – INTRODUÇÃO

Tem-se aqui o objetivo de avaliar, de acordo com a teoria e a prática atuariais correntes, os compromissos atuais e futuros da União, relativos à concessão de reservas remuneradas, reformas e pensões aos militares e seus beneficiários de pensão militar das três Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, distinguindo-se cada uma delas de acordo com suas respectivas particularidades.

A limitação do tempo requerido para uma ampla coleta de dados e para a própria realização do trabalho e, também, a indisponibilidade de atributos cadastrais necessários ao cálculo configuram as razões principais para a não implementação de um estudo mais detalhado.

Referida avaliação revela o fluxo prospectivo das variáveis salariais e previdenciais dos militares da União, registrando-se ano a ano as esperanças de Contingentes nos diferentes grupos, bem como, as esperanças Monetárias de Salários, de Contribuições para Pensões e as de Reservas Remuneradas e Reformas, durante um período de 75 anos futuros. Evidencia-se, deste modo, o cronograma para a União, i) das obrigações estimadas futuras com o pagamento dos correspondentes salários, pensões, reservas remuneradas e reformas e, ii) dos direitos a contribuições durante esse período.

Os resultados constantes deste Relatório estão influenciados por uma série de premissas e parâmetros escolhidos em comum acordo com os representantes das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. Por exemplo, i) a taxa adotada para a reposição anual de militares, 100% (cem por cento), retrata a decisão de se manter constante os contingentes atuais e futuros de militares de cada Força e, ii) as premissas, para todas as Forças, de entrada em Reserva Remunerada ou Reforma e de rotatividade de militares estão apoiadas na experiência Aeronáutica, em face da disponibilidade de dados, ao tempo do estudo, para a elaboração das respectivas tábuas decrementais a que se referem.

Outras hipóteses de trabalho, no entanto, tiveram origens diversas, por exemplo, as relativas ao crescimento real de salários, que foram extraídas da massa de dados cadastrais disponibilizada pelas respectivas Forças e as referentes às tábuas biométricas de mortalidade e de entrada em invalidez, que foram escolhidas do atuário, respeitando-se, contudo, os regramentos da legislação pertinente.

Essas premissas e hipóteses estão registradas na subseção II.1 – Críticas e

SENADO FEDERAL

PROCESO 4303

4 101
4303

Conviria empreender uma análise de sensibilidade dos resultados ao emprego de outros cenários para se identificar cuidadosamente as premissas críticas do modelo, visando a conhecê-las com mais profundidade para aprimorar futuros estudos da espécie.

4304 ©

II – DESCRIÇÃO ATUARIAL DOS INTEGRANTES DAS FORÇAS ARMADAS

Muitos são os atributos que singularizam os indivíduos da massa de militares das Forças Armadas Brasileiras, mas uma detalhada fragmentação dessa população por todos esses atributos não seria produtora. Por esta razão, utilizou-se um esquema menos analítico, preservando-se, contudo, os objetivos maiores a serem alcançados neste trabalho.

Os atributos aludidos, e seus respectivos desdobramentos, são aqueles presentes no conjunto de arquivos enviados por cada Força, Marinha, Exército e Aeronáutica, refletindo a posição de janeiro de 2001. Os resultados pertinentes às Forças estão registrados neste relatório.

II.1 – CRÍTICAS E AJUSTAMENTO DOS DADOS

Os dados fornecidos para este estudo, como é comum em grandes massas cadastrais, revelaram algumas dificuldades. Para solver essas dificuldades, i) estimaram-se valores mais consistentes, quando possível, para os dados visivelmente viesados e, ii) abandonaram-se alguns registros com problemas insanáveis.

Os ajustes no cadastro, resultantes das críticas realizadas, vão resumidos a seguir:

1. Registros com Campos Críticos Incompletos

Os registros com zeros em campos imprescindíveis à avaliação, por exemplo, o montante da remuneração e do benefício, e a data de nascimento, foram inicialmente excluídos do estudo. Ao final, realizou-se um ajustamento por ampliação proporcional dos resultados para reincorporar esses registros.

2. Falta de Especificação no Cadastro

Houve falta de especificação no cadastro de:

Informações do Comando do Exército:

- Identificação de ex-combatentes;
- Identificação de pensionistas de militares ex-combatentes;

Informações do Comando da Marinha:

4305 101 ©

- Identificação de ex-combatentes;
- Identificação de pensionistas de militares ex-combatentes;

Informações do Comando da Aeronáutica:

- Identificação do grau de parentesco de pensionistas;
- Identificação de ex-combatentes;
- Identificação de pensionistas de militares ex-combatentes;

3. Teto de Benefício

Estabeleceu-se um teto de benefício de R\$ 11.000,00 para os futuros militares da reserva remunerada e reformados, bem como para seus respectivos pensionistas e beneficiários.

4. Idades Máxima e Mínima

Consideraram-se, para os atuais e futuros militares ativos das três Forças, as idades de 70 anos como a idade máxima e de 13 anos como a idade mínima para entrada no serviço militar.

Relativamente aos atuais militares inativos, considerou-se a idade máxima de 110 anos e a idade mínima de 13 anos. Para os atuais pensionistas e beneficiários, por sua vez, admitiu-se a idade máxima de 110 anos e a idade mínima de 0 anos.

5. Pensionistas e Beneficiários de Pensão

Na ausência de uma precisa identificação do inter-relacionamento entre os dados do militar titular e os de seus pensionistas, estimou-se, com base nos dados disponíveis, um conjunto de famílias-padrão, representativas de cada uma das Forças, subdivididas de acordo com o sexo do militar titular.

A análise dos registros de beneficiários de pensão militar, permitiu considerar que, em média, referidas famílias são compostas por um cônjuge e dois filhos, um do sexo masculino, de caráter temporário, e outro do sexo feminino, de caráter vitalício ou temporário. Este constructo tem por objetivo retratar as regras atuais e também futuras relacionadas aos benefícios de pensão aqui estudados.

As especificações adotadas para cada família-padrão estão anotadas na seção III – Bases Técnicas Atuariais, deste relatório.

6. Dados de Remuneração de Militares

Os registros dos militares ativos que apresentaram campos de remunerações com

SENADO
Pelo
F. 4306 01
Fls. 4306

valores inferiores ao salário mínimo foram inicialmente excluídos do estudo. Ao final, realizou-se um ajustamento por ampliação proporcional dos resultados para resgatar esses registros. As informações relativas aos montantes dos benefícios de inativos passaram por igual procedimento.

Ressalte-se aqui o tratamento dado aos vetores de remuneração para incorporarem, *i*) o aumento do salário mínimo previsto para o ano de 2001 e, *ii*) o reajuste a ser praticado nos percentuais referentes ao adicional de serviço militar, esperado para o ano de 2002.

4 101
430Y 00

III – BASES TÉCNICAS ATUARIAIS

A avaliação atuarial dos grupos sob análise foi procedida utilizando-se critérios, premissas, hipóteses e métodos de cálculos inerentes a esse procedimento, refletindo os resultados, com as limitações próprias de um extenso estudo estocástico prospectivo, a estimativa dos compromissos e direitos atuais e futuros da União relativos aos militares das três Forças: Marinha, Exército e Aeronáutica,.

O Apêndice N.º 01 mostra a estrutura geral da trajetória previdencial dos militares, destacando-se as mudanças de *status* e as tábuas biométricas e laborais que traduzem essas transições.

III.1 – REPOSIÇÃO DOS CONTINGENTES DE MILITARES DA ATIVA

O modelo de análise adotado incorpora, em conjunto com os atuais militares, a entrada de novos militares até o horizonte de análise de 75 anos no futuro. A mecânica de reposição do grupo, que dá origem aos contingentes de novos entrados, foi aqui praticada com base na taxa de reposição de 1 para 1. Desta forma, o contingente de militares na ativa será mantido sempre constante durante todo o tempo futuro do estudo.

Para tanto, substitui-se o militar afastado, em decorrência da morte, da entrada em reserva remunerada ou reforma ou da retirada do serviço, por um novo militar que preserva, no instante da substituição, a mesma situação laboral e previdencial vigente na data de entrada em serviço do antigo militar que lhe deu origem.

III.2 – TÁBUAS BIOMÉTRICAS

A Tábua de Serviço para a análise, *i*) da sobrevivência/mortalidade, *ii*) da entrada em reserva remunerada ou reforma regulamentares, *iii*) da entrada em reforma por invalidez e, *iv*) da retirada dos militares da ativa, em ambiente tetradecremental, foi calculada com o método do Winklevoss/Bowers, a partir das tábuas AT49-Homens, de entrada em reserva remunerada ou reforma regulamentares, IAPB-57 Fraca e de desligamento por retirada do serviço militar, adiante comentadas.

A tábua Experiência do IAPC, teve seu emprego na determinação da sobrevivência/mortalidade dos militares inválidos.

4308 4 101

III.2.1 – TÁBUA DE ROTATIVIDADE DE MILITARES DA ATIVA

Com base na experiência disponível registrada pela Aeronáutica relativamente às saídas de serviço dos seus militares, construiu-se uma tabela decremental de retiradas, por idade do militar, para representar todas as Forças da União. Este procedimento, acordado com os representantes de todas as Forças e do Ministério da Defesa, resultou da completeza e da consistência desses dados.

As estatísticas utilizadas para o cálculo da retirada em cada idade foram estabelecidas de acordo com, *i*) as saídas voluntárias e, *ii*) os desligamentos efetivos do serviço militar, ambos da Aeronáutica. Com base no quantitativo de militares que no ano de 2000 se retiraram do serviço militar em determinada idade, de forma voluntária ou não, e no respectivo contingente de militares nessa idade, calcularam-se as taxas decrementais de retirada para cada idade da fase ativa do serviço militar, empregando-se as técnicas atuariais pertinentes.

Os dados considerados se referem, contudo, somente às informações do ano de 2000. Por isso, tornou-se necessário graduar a primeira tábua obtida para minimizar as flutuações irregulares encontradas. Esse procedimento de graduação foi efetuado em duas etapas distintas: *i*) por interpolação e *ii*) por médias móveis.

A interpolação foi utilizada para as idades que não apresentavam informações de retiradas de serviço. Desta maneira, preencheram-se referidas lacunas com valores condizentes com todo o vetor de dados em questão. A técnica de médias móveis, por sua vez, foi empregada para suavizar os dados com a remoção das variações irregulares verificadas. Utilizou-se, para isso, uma média móvel centrada em períodos de cinco anos de idade.

III.2.2 – TÁBUA DE ENTRADA EM RESERVA REMUNERADA OU REFORMA

Com base, mais uma vez, na experiência registrada pela Aeronáutica quanto à entrada de militares da ativa em reserva remunerada, calculou-se uma tábua para os decrementos de entrada em reserva remunerada ou reforma, por idade do militar, para representar todas as Forças da União. Este procedimento, também acordado com os representantes de todos os Comandos das Forças e do Ministério da Defesa, resultou, novamente, da inteireza e do grau de consistência dos dados disponibilizados da Aeronáutica.

Desta maneira, apoiados no quantitativo de militares que no ano de 2000 ingressou na reserva remunerada em determinada idade, e do correspondente contingente de militares nessa idade, calcularam-se as taxas decrementais de entrada

em reserva remunerada ou reforma, empregando-se novamente as técnicas atuariais pertinentes.

Os dados utilizados cobrem apenas o reduzido período referente ao ano de 2000. Deste modo, tornou-se necessário graduar a tábua obtida para minimizar as flutuações irregulares encontradas. Este tratamento foi procedido com a técnica das médias móveis de 9 períodos, centrada entre a primeira e a última idade. Esta técnica é costumeiramente utilizada para suavizar tábuas, removendo variações irregulares em seus vetores de dados.

III.3 – FAMÍLIA-PADRÃO

A premissa de um conjunto de famílias-padrão representativas de cada Força, compostas de acordo com o sexo do militar titular, está baseada na análise dos beneficiários de pensão militar constantes dos dados cadastrais. Esta análise procurou evidenciar a estrutura média das famílias dos militares da ativa.

Constituíram-se, portanto, quatro famílias-padrão para cada Força, distinguindo-se militares titulares de ambos os sexos e suas respectivas idades médias, sendo as estruturas familiares constantes de:

- i) uma esposa ou um marido válidos;
- ii) uma filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, e um filho, beneficiário de pensão militar temporário, ambos válidos; ou

uma filha, beneficiária de pensão militar temporária, e um filho, beneficiário de pensão militar temporário, ambos válidos.

Essas estruturas familiares procuram retratar também as modificações futuras a serem implementadas na concessão dos benefícios de pensão dos militares, quando da extinção futura da concessão de pensões vitalícias para beneficiário de pensão militar do sexo feminino.

As definições de cada família-padrão vão adiante relacionadas, considerando-se as respectivas idades médias de cada integrante da família, idades estas calculadas com base nos dados cadastrais:

Exército

Grupo Atual – Militar Homem - Exército:

4310 401

- Militar Titular Homem;
- Esposa, 1 ano mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando o titular contava com a idade de 23 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos;

Grupo Atual – Militar Mulher - Exército:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais jovem que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular contava com a idade de 24 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 25 anos;

Grupo Futuro – Militar Homem - Exército:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, 1 ano mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando o titular contava com a idade de 23 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos;

Grupo Futuro – Militar Mulher - Exército:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais jovem que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando a titular contava com a idade de 24 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 25 anos;

4311 01

Marinha

Grupo Atual – Militar Homem - Marinha:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, 3 anos mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando o titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 28 anos;

Grupo Atual – Militar Mulher - Marinha:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 27 anos;

Grupo Futuro – Militar Homem - Marinha:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, 3 anos mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando o titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 28 anos;

Grupo Futuro – Militar Mulher - Marinha:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando a titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular

4312 4 01

contava com a idade de 27 anos;

Aeronáutica

Grupo Atual – Militar Homem - Aeronáutica:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, da mesma idade do titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando o titular contava com a idade de 20 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos;

Grupo Atual – Militar Mulher - Aeronáutica:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 4 anos mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular contava com a idade de 27 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 28 anos;

Grupo Futuro – Militar Homem - Aeronáutica:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, da mesma idade do titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando o titular contava com a idade de 20 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos

Grupo Futuro – Militar Mulher - Aeronáutica:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 4 anos mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular

4313 4 101

contava com a idade de 27 anos;

- Filho, beneficiário de pensão militar temporária, nascido quando a titular contava com a idade de 28 anos;

As idades constantes dessas estruturas familiares serão usadas como referencial para se estabelecer as idades dos beneficiários de pensão militar no estudo de uma família observada através do registro cadastral do militar titular.

III.4 – EVOLUÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O cálculo das evoluções salariais de cada Força foi efetuado distintamente para os subconjuntos de militares, Oficiais e Praças, considerando-se ainda a exclusão futura do adicional por tempo de serviço do valor total de suas remunerações.

Com o objetivo de avaliar a influência da extinção do adicional por tempo de serviço sobre as evoluções das remunerações futuras, calcularam-se fatores de ajustamento das projeções salariais incidentes sobre os salários médios de contribuição sem essa extinção, referentes a cada ano de serviço militar.

A experiência obtida dos registros da Aeronáutica quanto às progressões salariais dos seus militares foi utilizada para o cálculo desses fatores de ajustamento salarial, que foram aplicados na projeção dos vetores de remuneração das demais Forças, procedimento este acordado com os representantes de todas as Forças e do Ministério da Defesa.

Calculou-se, então, para toda a extensão do tempo de serviço, a remuneração integral média dos militares com e sem a extinção do adicional de tempo de serviço militar. Em seguida, dividiu-se a remuneração média sem o adicional pela remuneração média com o adicional, para cada ano de tempo de serviço, encontrando-se, ao final, os fatores de ajustamento salarial buscados, para todos os anos de serviço futuro da vida ativa dos militares em questão.

A aplicação destes fatores sobre os salários médios de contribuição resultou, assim, nos vetores de remunerações futuras a serem adotados como base para o cálculo das projeções salariais dos militares das três Forças, subdivididos ainda em Oficiais e Praças.

Referidos vetores de remunerações balizaram o ajustamento de equações de regressão, lineares, quadráticas ou exponenciais, que melhor representassem a evolução remuneratória particular de cada carreira, Oficiais e Praças, e de cada Força, Marinha, Exército e Aeronáutica.

4314 4 101
e

III.5 – CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO MILITAR E SUAS MODIFICAÇÕES

Conforme legislação em vigor, os militares ativos e na reserva remunerada ou reforma contribuem uniformemente com 7,5% sobre sua remuneração. No entanto, considerou-se que todos os atuais militares, ativos ou não, contribuiriam com mais 1,5% para manter a pensão vitalícia referente aos beneficiários de pensão militar do sexo feminino e a lista de tipos de beneficiários anterior à edição da Medida Provisória nº 2131/2001. Deste modo, a contribuição total para pensão considerada neste estudo para os atuais militares, ativos ou não, foi de 9% sobre suas remunerações, premissa esta proveniente dos representantes do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças em questão.

A geração futura de militares, seguindo as modificações legislativas, contribuirá somente com 7,5% sobre sua remuneração, tendo em vista a extinção da pensão vitalícia referente aos beneficiários de pensão militar do sexo feminino e a alteração da lista de tipos de beneficiários prevista na MP nº 2131/2001.

4315 4 01
©

IV – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os quadros postos em Apêndice trazem os resultados da avaliação atuarial dos militares da União.

A estrutura desses quadros mostra as seguintes tabelas e correspondentes gráficos:

Atuais Militares da Ativa, com Gerações Futuras, Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas Atuais e Futuros:

- Contingentes de Militares da Ativa e da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas;
- Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas / Reformas, Pensões e Contribuições para Pensão.

Os pares tabela-gráfico falam por si mesmo e apenas teceremos considerações gerais sobre os comportamentos das variáveis envolvidas, que estão fortemente dependentes das premissas adotadas para cada subconjunto do grupo total e das regras de interligação entre esses subconjuntos.

A cadeia de interligações entre esses subconjuntos pode ser assim resumida:

- os Militares na Ativa são incrementados a partir da população do país, e são decrementados pela morte, pelo desligamento, pela entrada em reserva remunerada / reforma antes do fim da carreira e pela reforma ao fim da carreira;
- os Militares na Reserva Remunerada / Reforma são incrementados pela entrada nessas duas condições e são decrementados apenas pela morte;
- os Militares na Reforma por Invalidez são incrementados pelos eventos da entrada em invalidez por doença ou por acidente e são decrementados somente pela morte;
- os Pensionistas são incrementados pela morte dos militares integrantes das três categorias acima e são decrementados pela morte e pelo alcançamento da idade limite para a dependência temporária.

Semelhantemente a um grupo humano, que se incrementa a partir dos filhos gerados pelo próprio grupo e se decrementa pela morte, o subconjunto dos Militares na Ativa se incrementa a partir dos decrementos ocorridos nele próprio, em respeito à reposição integral dos que se afastam por qualquer razão da vida ativa.

Diferentemente, os demais subconjuntos se incrementam a partir de eventos ocorridos em outros grupos, tornando mais complexa a previsão do comportamento de seus

contingentes. Contudo, o alcançamento do regime estacionário nos subconjuntos a montante de um dado subconjunto o leva também ao *steady state*, algum tempo depois.

Quando se fala em constância das forças incrementais e decrementais pretende-se dizer que essa estabilidade deve ser observada na estratificação por idades ou tempo de serviço, condição esta nem sempre obedecida em sistemas governados por regras institucionais que não guardam a necessária consistência com a força natural da morte, uma integrante importante do modelo analisado. Assim sendo, seria melhor falar em regime quase estacionário, oscilando em torno de um ponto de equilíbrio.

O primeiro par tabela-gráfico retrata a evolução dos subconjuntos que a compõem, inclusive o de pensionistas, destacando-se o fato, oriundo da premissa básica, de que o subconjunto dos Militares na Ativa deve permanecer constante praticando-se uma taxa de substituição de um para um, o que já lhe assegura o regime estacionário desde o início.

A constância, mas não a igualdade, da dinâmica de entradas e saídas nos subconjuntos de, i) Militares na Reserva Remunerada / Reforma e, ii) Militares na Reforma por Invalidez, faz com que demorem ao alcançar o regime estacionário, a partir de seus contingentes iniciais, o que é de se esperar pela Teoria Demográfica, sempre que forças incrementais e decrementais constantes por idade incidem sobre uma população.

Diferentemente, o subconjunto dos Pensionistas cresce inicialmente, para depois decrescer progressivamente, sem atingir o *steady state*, até horizonte de planejamento deste estudo, devido à inconstância da força de eliminação introduzida pela mudança nas regras de permanência das filhas beneficiárias de pensão militar que deixam de ser vitalícias e se tornam beneficiárias temporárias.

Mantida constante esta nova regra e também as que governam o comportamento dos três subconjuntos de militares que alimentam o subconjunto dos Pensionistas, este também atingirá o regime quase estacionário, o que somente vai acontecer além o horizonte de 75 anos desta análise.

O comportamento das curvas dos Militares na Reserva Remunerada / Reforma traz a lume um outro aspecto correlato desta mesma questão de interligação entre os subconjuntos, qual seja, a escolha das premissas sobre o fluxo na interface entre dois subconjuntos em contato.

Como a premissa de entrada em Reserva Remunerada foi extraída da experiência da Aeronáutica, somente para o ano de 2000, e foi aplicada a todas as Forças, fosse essa uma perfeita premissa e estivessem os subconjunto de Reserva Remunerada / Reforma já em seu estado estacionário nas Forças, seus respectivos contingentes não deveriam se alterar significativamente. Alterações observadas significam que as duas condições acima não foram simultânea e perfeitamente cumpridas destacando-se a premissa que se apoia em um só ano e em uma só Força.

Se a curva do contingente de Reserva Remunerada / Reforma saiu de um patamar

4317 4 01
②

menor e se estabilizou em patamar maior, conclui-se que a premissa está produzindo mais entradas em Reservas Remuneradas do que anteriormente, afirmando-se o contrário se inversa é a movimentação dessa curva. Raciocínio idêntico pode ser feito com relação a qualquer outro par de subconjuntos em contato.

Os modelos são sempre simplificações da realidade e o desta análise não é uma exceção. Daí porque suas projeções terão menor qualidade à medida que se caminha para o futuro, tendo em vista a potencialização de pequenas discrepâncias entre o realizado e o idealizado. Projeções com mais de cinco anos já devem ser vistas com cautela.

Entende-se agora porque o atuário é tão demandante por dados estatísticos do passado recente para deles extrair procuradores de comportamentos futuros das variáveis relevantes de seus modelos.

A segunda variável analisada, as Esperanças Monetárias dos diversos agregados econômicos presentes na análise, como os salários e os diferentes benefícios, são o objeto de outro par tabela-gráfico.

Há aqui, também, um encadeamento de variáveis, começando com salários e se desdobrando em contribuições e diversos benefícios, razão por que o estudo da progressão salarial é outro componente crítico neste estudo.

Montar as equações simbólicas algébricas de todas as muitas possibilidades dessas progressões salariais nas três Forças, com base nos regulamentos que as governam é, em termos práticos, uma tarefa inviável. Um procedimento indireto, de satisfatória qualidade, consiste em reunir os dados de determinada massa de assalariados de uma mesma categoria num espaço salário X tempo de serviço, calcular suas médias por tempo de labor, regressionar essas médias com diversas equações de regressão e selecionar aquela que melhor aderir à nuvem de pontos médios.

Esses resultados serão tanto melhores quanto maior for a massa, mais próximas forem as idades de entrada e mais regulares forem as promoções entre níveis salariais consecutivos, condições estas presentes em boa medida nas Forças Armadas. Entre as melhores regressões escolhidas há equações exponenciais, lineares e quadrática, todas com R^2 maiores que 87,5%.

Essas regressões não serão usadas para se determinar o salário de cada indivíduo presente na base cadastral, mas apenas para determinar a tendência de seu salário futuro, a partir do salário presente em seu registro individual, no processo de projetar seu salário para todos os anos no futuro e, em cada ano, se for o caso, para determinar os proventos de Reserva Remunerada / Reforma Antecipada, de Reforma Final e de Pensão.

As esperanças matemáticas das consequências econômicas de cada um desses cursos de eventos, calculados para o todo do grupo a partir da projeção dos contingentes e da projeção dos salários individuais estão mostradas nesta seção.

Enfadonho seria comentar, e perigoso seria tentar explicar, aqui o comportamento de tantos vetores de variáveis tão complexas em sua constituição. Os números e as curvas, contudo, permitem ao leitor, desvendar suas magnitudes e evoluções, debaixo do jugo do modelo de análise, dos dados primários fornecidos e das premissas adotadas.

Este é o nosso Relatório.

Fortaleza, 07 de abril de 2001

Probus Suporte Empresarial S/C Ltda.

Emílio Recamonde Capelo

Atuário

Membro do Instituto Brasileiro de Atuária – MIBA

Membro da Associação Internacional de Atuária - MIAA

4319 4 10!
e

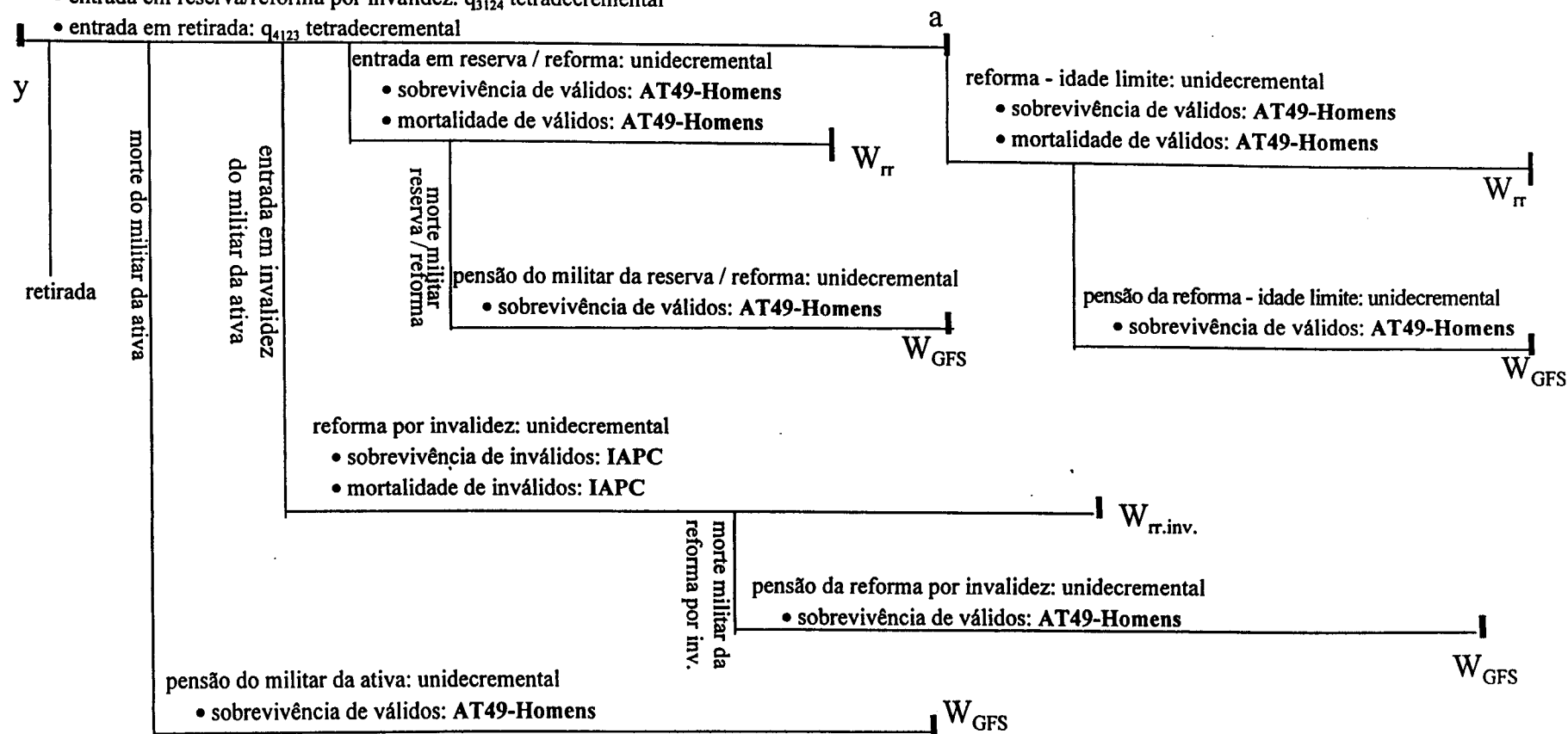
V – APÊNDICES

4320 H 01
©

APÊNDICE N.º 01 **Militares das Forças Armadas Brasileiras** **Trajetória Previdencial**

fase militar ativo: tetradecremental [AT49-Homens + Reserva/Reforma + IAPB-57 Fraca + Retirada]

- sobrevivência: p_{1234} tetradecremental
- entrada em morte: q_{1234} tetradecremental
- entrada em reserva/reforma: q_{2134} tetradecremental
- entrada em reserva/reforma por invalidez: q_{3124} tetradecremental
- entrada em retirada: q_{4123} tetradecremental



NOTAS: W_{rr} = idade inatingível de reserva / reforma ; $W_{rr.inv.}$ = idade inatingível de reserva / reforma por invalidez; W_{GFS} = idade inatingível de grupo familiar sobrevivente.

4321
4
01

Quadro N.º 1
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Pensionistas

Posição: Jan./2001

ANO	MILITARES NA ATIVA	MILITARES NA RESERVA REMUNERADA / REFORMA	MILITARES NA REFORMA POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS
2001	259.362	111.863		
2002	259.362	110.354	15.613	168.374
2003	259.362	110.223		170.655
2004	259.362	109.257	14.060	173.010
2005	259.362	110.514		175.309
2006	259.362	110.935	12.765	177.546
2007	259.362	111.615	11.728	179.718
2008	259.362	112.486		181.828
2009	259.362	113.528	10.897	185.838
2010	259.362	114.186		187.750
2011	259.362	116.262	10.225	189.542
2012	259.362	117.634	9.958	191.245
2013	259.362	119.760	9.680	192.906
2014	259.362	121.792	9.246	194.247
2015	259.362	123.753	9.234	195.885
2016	259.362	125.684	9.042	197.242
2017	259.362	127.589	8.868	198.424
2018	259.362	129.569	8.711	199.514
2019	259.362	131.518	8.570	200.479
2020	259.362	133.439	8.427	201.391
2021	259.362	135.586	8.325	202.007
2022	259.362	137.244	8.218	202.564
2023	259.362	138.903	8.121	202.969
2024	259.362	140.203	8.035	203.284
2025	259.362	141.392	7.957	203.354
2026	259.362	142.462	7.883	203.392
2027	259.362	143.473	7.825	203.157
2028	259.362	144.316	7.787	202.852
2029	259.362	144.442	7.717	202.426
2030	259.362	144.316	7.624	201.915

4322
4
101

Quadro N.º 1
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Pensionistas

Posição: Jan./2001

ANO	MILITARES NA ATIVA	MILITARES NA RESERVA REMUNERADA / REFORMA	MILITARES NA REFORMA POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS
2001	259.362	144.808	13.830	208.370
2002	259.362	143.871	7.585	200.489
2003	259.362	142.997	7.565	199.668
2004	259.362	142.069	7.542	198.782
2005	259.362	141.566	7.524	197.845
2006	259.362	141.109	7.510	196.866
2007	259.362	140.606	7.498	195.854
2008	259.362	140.109	7.489	194.819
2009	259.362	139.614	7.481	193.767
2010	259.362	139.151	7.476	192.706
2011	259.362	138.715	7.472	191.639
2012	259.362	138.222	7.469	190.571
2013	259.362	137.956	7.467	189.502
2014	259.362	137.620	7.465	188.485
2015	259.362	137.298	7.464	187.368
2016	259.362	137.007	7.462	186.298
2017	259.362	136.734	7.461	185.221
2018	259.362	136.460	7.459	184.139
2019	259.362	136.193	7.458	183.019
2020	259.362	135.928	7.456	181.872
2021	259.362	135.652	7.454	180.686
2022	259.362	135.377	7.453	179.448
2023	259.362	135.168	7.452	178.124
2024	259.362	134.920	7.450	176.792
2025	259.362	134.704	7.449	175.219
2026	259.362	134.476	7.448	173.602
2027	259.362	134.253	7.448	171.859
2028	259.362	134.055	7.448	169.977
2029	259.362	133.871	7.448	167.947
2030	259.362	133.724	7.449	165.760

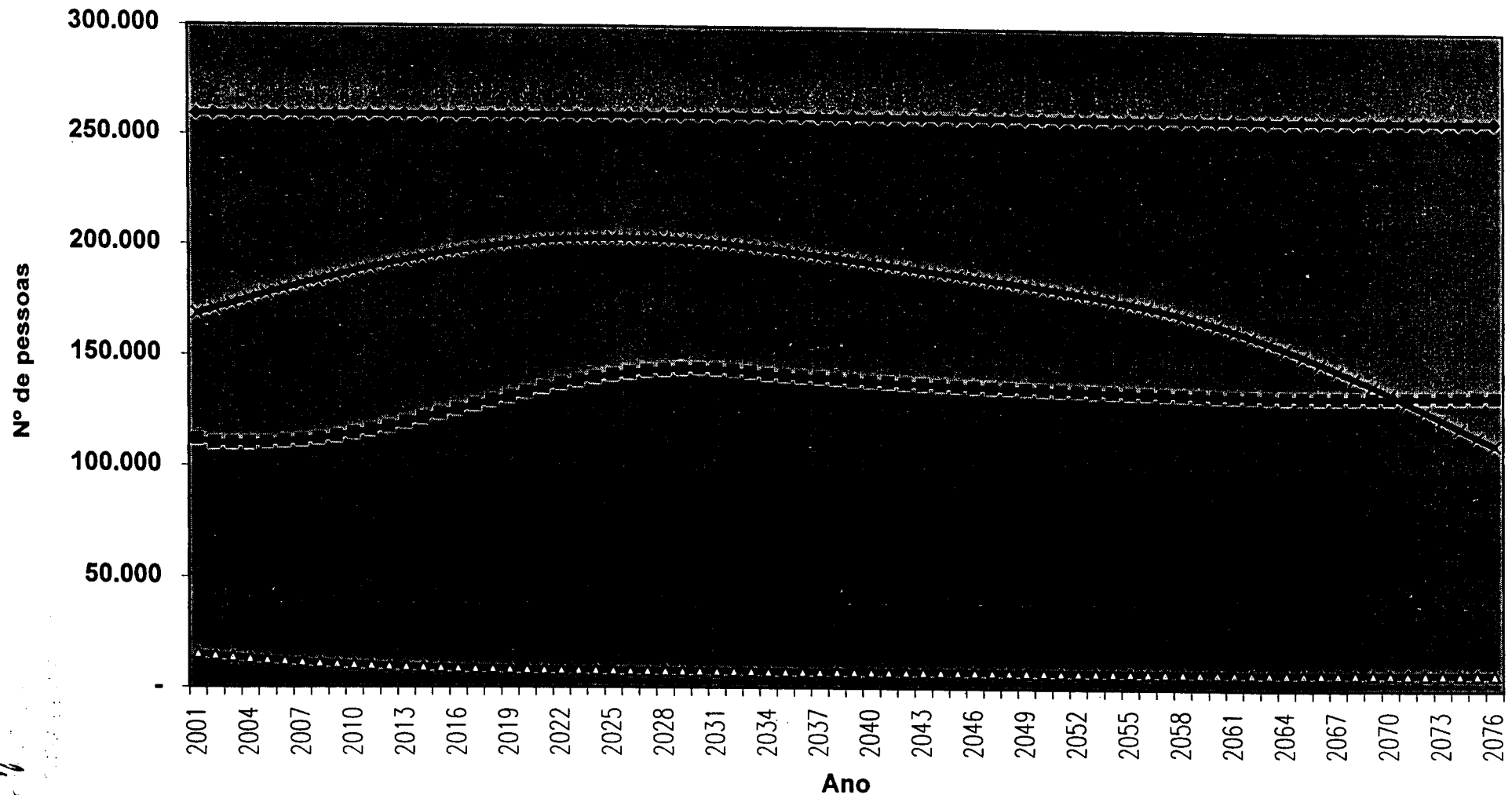
Quadro N.º 1
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Pensionistas

Posição: Jan./2001

ANO	MILITARES NA ATIVA	MILITARES NA RESERVA REMUNERADA / REFORMA	MILITARES NA REFORMA POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS
2081	259.362	133.868	13.849	169.374
2082	259.362	133.868	7.450	160.696
2063	259.362	133.352	7.452	158.213
2064	259.362	133.352	7.455	152.349
2065	259.362	133.224	7.455	145.859
2066	259.362	133.208	7.458	138.824
2067	259.362	133.208	7.461	131.380
2068	259.362	133.318	7.461	123.711
2069	259.362	133.318	7.465	116.042
2070	259.362	133.481	7.465	109.426
2071	259.362	133.481	7.466	102.415
2072	259.362	133.675	7.466	95.221
2073	259.362	133.675	7.466	87.961
2074	259.362	133.865	7.466	80.631
2075	259.362	133.865	7.466	73.245
2076	259.362	133.865	7.466	65.804

4324
4
101

Quadro N.º 2
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Beneficiários



—●— Militares na Ativa

—■— Militares na Reserva Remunerada / Reforma

—▲— Militares na Reforma por Invalidez

—×— Pensionistas

4325
H
01-10

Quadro N° 3
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas,
Pensões e Contribuições para Pensão

Posição: Jan./2001

R\$ 1,00

ANO	ATIVOS		RESERVA REMUNERADA / REFORMA	REFORMA POR INVALIDEZ	PENSÕES	CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO
	REMUNERAÇÃO TOTAL	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO				
2001	6.769.161.566,25	5.280.477.796,36	4.581.284.118,91	599.629.235,59	4.419.675.102,73	941.525.203,58
2002	7.154.208.610,24	5.669.480.285,19	4.826.186.850,34	582.319.275,48	4.769.801.105,23	1.007.026.551,15
2003	7.203.273.285,99	5.563.619.750,59	4.833.887.861,08	539.811.227,80	4.895.492.484,99	1.004.677.659,38
2004	7.254.194.028,24	5.634.563.085,77	4.846.219.916,56	500.755.626,09	5.017.199.502,58	1.016.882.296,79
2005	7.303.603.156,59	5.689.030.538,15	4.864.462.466,70	467.995.278,43	5.135.024.261,97	1.029.081.725,40
2006	7.343.256.726,24	5.730.066.802,78	4.888.647.524,16	438.104.095,66	5.249.004.762,65	1.042.492.119,82
2007	7.386.123.325,50	5.760.401.443,29	4.918.457.224,10	411.707.260,47	5.359.163.315,44	1.056.773.240,10
2008	7.416.998.475,47	5.779.654.962,86	4.952.661.203,87	388.395.866,10	5.485.698.125,15	1.074.658.152,26
2009	7.434.991.697,08	5.783.614.859,10	4.996.266.529,25	367.833.174,28	5.567.590.832,02	1.087.068.161,85
2010	7.446.051.732,58	5.775.908.475,85	5.037.269.391,24	349.664.224,79	5.665.558.388,78	1.106.420.174,80
2011	7.443.576.292,88	5.771.044.523,85	5.101.740.177,93	333.663.844,79	5.759.135.653,42	1.120.311.666,02
2012	7.434.891.302,36	5.753.800.982,50	5.165.240.834,16	318.348.996,10	5.843.177.742,36	1.137.656.384,40
2013	7.404.898.279,14	5.720.445.401,48	5.239.066.164,75	307.099.185,36	5.932.390.997,98	1.156.194.944,48
2014	7.368.913.799,97	5.689.822.085,10	5.313.700.582,70	286.871.061,34	6.011.593.816,68	1.174.748.160,72
2015	7.325.841.382,33	5.638.775.979,18	5.400.619.203,11	286.269.472,65	6.085.461.033,49	1.193.502.454,21
2016	7.276.661.906,88	5.592.667.748,69	5.482.389.322,39	277.550.267,87	6.155.768.998,69	1.211.952.760,02
2017	7.225.642.308,59	5.548.220.514,64	5.563.573.212,39	269.778.958,09	6.216.266.106,76	1.229.985.660,78
2018	7.167.445.397,84	5.498.192.401,78	5.647.798.482,25	262.889.505,22	6.272.742.835,62	1.248.802.404,55
2019	7.107.426.519,50	5.441.337.198,40	5.729.307.594,73	256.608.075,34	6.323.001.890,78	1.264.921.937,64
2020	7.046.084.158,48	5.387.575.487,46	5.808.871.459,49	250.994.482,78	6.388.088.882,21	1.281.406.489,88
2021	6.979.950.374,09	5.328.829.099,39	5.888.550.487,50	245.901.080,36	6.404.172.244,26	1.297.357.628,43
2022	6.920.152.388,16	5.271.489.850,82	5.957.812.103,84	241.051.308,68	6.422.127.288,82	1.311.682.480,02
2023	6.871.602.424,89	5.239.562.974,56	6.010.886.741,99	236.940.274,53	6.458.665.574,21	1.324.535.837,41
2024	6.831.418.074,61	5.203.222.872,08	6.052.089.410,98	233.014.208,62	6.475.862.884,57	1.336.808.308,06
2025	6.798.729.724,28	5.181.427.265,55	6.081.838.775,30	229.471.405,60	6.486.381.243,92	1.344.660.871,76
2026	6.773.188.274,34	5.160.362.579,12	6.100.986.742,06	226.226.715,48	6.489.992.470,48	1.352.135.718,13
2027	6.752.965.627,18	5.143.536.266,25	6.111.573.697,66	223.271.551,68	6.488.139.856,10	1.358.301.560,63
2028	6.739.650.210,10	5.130.889.884,44	6.119.915.029,88	220.559.576,16	6.488.992.872,62	1.362.133.402,80
2029	6.745.251.279,27	5.142.974.815,64	6.092.025.770,20	218.134.287,60	6.466.196.340,48	1.365.398.772,36
2030	6.757.006.152,10	5.152.485.408,12	6.064.191.145,60	215.913.285,15	6.447.946.880,35	1.368.887.405,66
2031	6.778.898.151,65	5.179.268.404,74	6.024.887.517,69	213.952.815,96	6.423.907.759,37	1.366.122.367,65

Quadro Nº 3
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas,
Pensões e Contribuições para Pensão

Posição: Jan./2001

R\$ 1,00

ANO	ATIVOS		RESERVA REMUNERADA / REFORMA	REFORMA POR INVALIDEZ	PENSÕES	CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO
	REMUNERAÇÃO TOTAL	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO				
2002	6.869.853.336,24	5.269.627.189,92	5.689.888.230,93	210.480.885,49	6.499.385.066,42	1.369.468.269,58
2033	6.835.052.395,73	5.233.400.748,26	5.931.681.287,12	210.805.724,21	6.365.653.170,63	1.362.344.597,27
2034	6.879.859.142,18	5.268.526.357,37	5.975.749.221,18	209.606.988,80	6.381.988.912,25	1.358.952.477,32
2035	6.892.919.405,10	5.287.180.325,41	5.835.767.842,58	208.680.996,21	6.296.073.777,87	1.356.305.853,00
2036	6.913.859.852,24	5.306.389.713,59	5.797.762.267,24	207.934.851,19	6.253.932.775,82	1.353.927.076,74
2037	6.935.479.982,40	5.320.996.511,55	5.759.603.663,49	207.276.869,17	6.219.202.349,31	1.349.977.558,05
2038	6.956.931.976,72	5.339.735.769,91	5.722.891.925,42	206.748.866,71	6.185.981.223,21	1.346.950.753,55
2039	6.975.409.735,85	5.356.427.104,72	5.686.864.412,33	206.367.817,73	6.138.266.425,41	1.342.577.586,52
2040	6.992.355.453,59	5.374.670.921,92	5.651.408.922,25	206.067.976,59	6.097.197.184,45	1.338.462.659,34
2041	7.006.773.305,38	5.382.348.204,14	5.622.189.730,87	205.847.883,93	6.055.748.417,27	1.334.126.787,24
2042	7.018.104.870,95	5.389.079.857,73	5.598.699.005,74	205.695.139,80	6.014.415.592,76	1.329.684.959,72
2043	7.026.746.513,91	5.397.430.929,68	5.567.495.580,16	205.595.013,35	5.973.282.537,74	1.325.020.135,39
2044	7.032.245.870,76	5.406.405.683,67	5.545.625.173,27	205.539.122,67	5.932.372.361,83	1.320.245.719,29
2045	7.035.725.205,88	5.403.262.415,32	5.521.561.704,90	205.494.393,82	5.891.747.432,71	1.315.447.393,75
2046	7.035.960.110,81	5.402.586.743,77	5.501.814.952,83	205.459.065,31	5.851.380.221,88	1.310.553.699,09
2047	7.033.850.053,59	5.399.804.862,91	5.483.799.662,66	205.463.744,51	5.811.179.237,49	1.305.611.667,63
2048	7.030.901.300,99	5.395.617.766,62	5.465.902.705,12	205.455.794,25	5.770.951.070,92	1.300.654.856,46
2049	7.024.397.064,76	5.390.478.299,65	5.451.261.980,59	205.448.967,23	5.730.548.564,78	1.295.627.587,32
2050	7.017.565.585,92	5.384.128.021,49	5.435.575.579,84	205.443.507,18	5.689.565.364,25	1.290.626.895,40
2051	7.010.399.334,77	5.377.687.206,21	5.422.118.124,12	205.440.395,06	5.647.637.226,86	1.285.686.713,35
2052	7.001.292.452,27	5.369.567.218,29	5.409.718.462,29	205.434.819,26	5.604.925.869,78	1.280.914.860,10
2053	6.992.683.359,04	5.361.688.209,85	5.397.498.834,57	205.448.905,65	5.559.124.424,11	1.276.227.684,84
2054	6.983.450.072,71	5.353.769.869,76	5.386.697.749,08	205.458.065,04	5.514.505.450,05	1.271.795.698,75
2055	6.975.346.671,11	5.346.731.480,24	5.375.885.866,92	205.469.053,88	5.460.927.843,57	1.267.529.877,61
2056	6.967.745.639,07	5.340.195.302,21	5.365.985.651,85	205.487.122,88	5.405.845.495,86	1.263.341.610,75
2057	6.961.272.429,67	5.335.067.409,30	5.356.788.287,63	205.511.862,87	5.348.826.993,87	1.259.828.947,56
2058	6.955.619.858,18	5.339.279.822,10	5.348.275.228,51	205.542.397,16	5.283.616.768,92	1.256.492.688,68
2059	6.950.990.778,51	5.326.527.448,07	5.341.955.493,30	205.582.517,87	5.219.112.418,72	1.253.472.748,63
2060	6.947.149.676,48	5.325.642.816,25	5.335.788.189,09	205.629.877,62	5.145.745.826,86	1.250.865.801,97
2061	6.945.155.165,16	5.321.964.793,12	5.332.008.598,95	205.670.069,84	5.069.094.576,34	1.248.672.629,63
2062	6.943.686.674,02	5.320.166.472,88	5.328.285.184,77	205.719.891,06	4.985.893.250,76	1.246.911.567,10

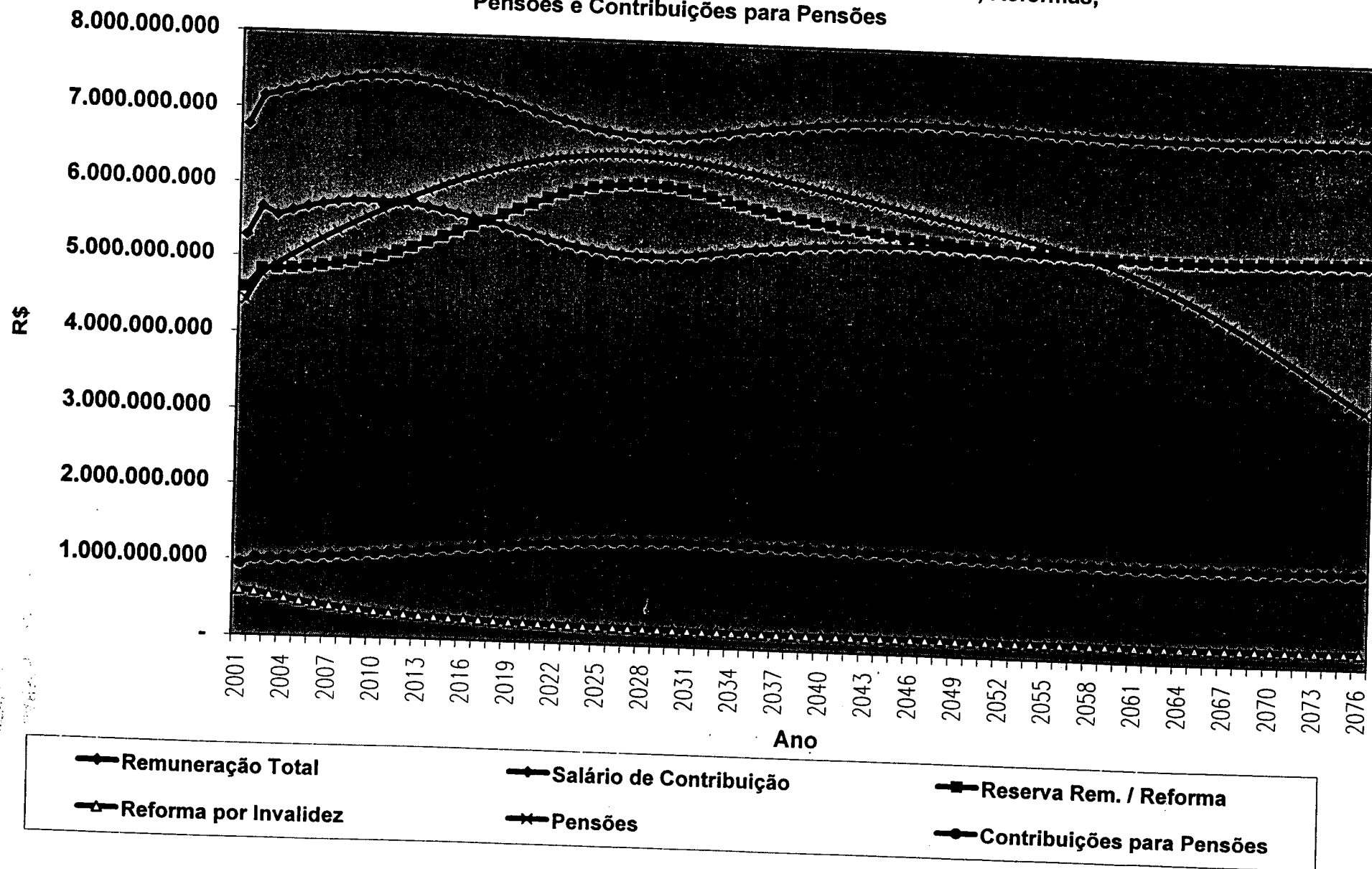
Quadro Nº 3
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas,
Pensões e Contribuições para Pensão

Posição: Jan./2001

R\$ 1,00

ANO	ATIVOS		RESERVA REMUNERADA / REFORMA	REFORMA POR INVALIDEZ	PENSÕES	CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO
	REMUNERAÇÃO TOTAL	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO				
2063	6.849.464.502,04	5.320.957.898,38	5.527.826.890,96	206.868.833,58	4.699.836.708,42	1.945.503.893,58
2064	6.945.585.512,01	5.323.320.199,94	5.327.980.329,38	205.865.405,97	4.704.267.016,11	1.243.858.919,66
2065	6.949.711.884,63	5.327.134.799,34	5.333.481.226,98	205.950.886,14	4.491.226.494,17	1.243.569.571,48
2066	6.954.151.804,17	5.330.868.806,83	5.343.432.296,14	206.016.849,64	4.261.494.397,06	1.244.366.712,98
2067	6.959.275.051,53	5.335.437.472,18	5.354.626.589,97	206.052.318,47	4.019.789.509,56	1.245.752.698,25
2068	6.964.042.965,23	5.339.484.271,28	5.365.536.239,98	206.061.700,14	3.772.281.269,42	1.247.311.238,89
2069	6.967.907.510,63	5.342.712.667,30	5.374.721.065,83	206.048.186,67	3.526.251.325,75	1.248.722.740,95

Quadro N.º 4
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas,
Pensões e Contribuições para Pensões



4329 6264
 4101

ANEXO

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002

I - Critérios utilizados para a discriminação na programação de trabalho do código identificador de resultado primário previsto no art. 14 desta Lei;

II - recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

III - detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

IV - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados;

VI - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos dois anos, a execução provável em 2001 e o programado para 2002, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo;

VII - memória de cálculo das estimativas:

a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas e o crescimento vegetativo das despesas com benefícios, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;

c) das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao público, e externa em 2002, indicando os prazos médios de vencimento, considerados para cada tipo e série de títulos e, separadamente, as despesas com juros, e respectivas taxas, com deságios e com outros encargos;

d) da reserva de contingência e das transferências constitucionais para Estados, Distrito Federal e Municípios;

e) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, discriminando os recursos por unidade da Federação;

f) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e do montante de recursos para aplicação

na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 do ADCT;

g) do impacto orçamentário das renegociações das dívidas com o setor rural, no período 1997-2000, com estimativas para 2001 e 2002, especificando o impacto de cada ano;

h) das receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, destacando os efeitos da variação do índice de preços, das alterações da legislação e dos demais fatores que contribuam para as estimativas;

i) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, líquida de restituições, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior; e

j) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

VIII - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição observado o disposto no § 10 do art. 8º desta Lei; os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social são aqueles relativos à contribuição:

a) dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

b) do segurado especial;

c) do empregador doméstico;

d) do empregador rural – pessoa física e jurídica;

e) das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional; e

f) das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma Lei e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido;

IX - demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:

a) impostos;

b) contribuições sociais;

c) taxas;

d) concessões e permissões; e

e) privatizações;

X - evolução das receitas diretamente arrecadadas nos dois últimos anos, por órgão e unidade orçamentária, a execução provável para 2001 e a estimada para 2002, separando-se, para estes dois últimos anos, as de origem financeira das de origem não-financeira utilizadas no cálculo das necessidades de financiamento do setor público federal a que se refere o inciso III do § 2º do art. 8º desta Lei;

XI - custo médio por beneficiário, por unidade orçamentária, por órgão e por Poder, dos gastos com:

a) assistência médica e odontológica;

- b) auxílio-alimentação/refeição; e
- c) assistência pré-escolar;

XII - impacto em 1998, 1999 e 2000, e as estimativas para 2001 e 2002, no âmbito do orçamento fiscal, das dívidas de Estados e Municípios assumidas pela União, discriminando por Estado e conjunto de Municípios;

XIII - estoque da dívida pública federal, interna e externa junto ao mercado, distinguindo a de responsabilidade do Tesouro Nacional daquela do Banco Central do Brasil, bem como a do Tesouro Nacional junto àquela Instituição em 31 de dezembro dos três últimos anos e em 30 de junho de 2001, e as previsões do estoque para 31 de dezembro de 2001 e 2002, especificando-se para cada uma delas:

- a) mobiliária ou contratual;
- b) tipo e série de título, no caso da mobiliária; e
- c) prazos de emissão e vencimento;

XIV - impacto do programa de privatização na receita e na despesa da União de 1997 até 2000, por empresa, e com estimativas para 2001 e 2002, discriminando, os custos de reestruturação prévia das empresas privatizadas e os empréstimos realizados diretamente pela União ou por meio de instituição financeira pública federal;

XV - resultado do Banco Central do Brasil realizado no exercício de 2000 e o realizado nos dois primeiros trimestres de 2001, especificando os principais elementos que contribuíram para esse resultado;

XVI - das despesas do Sistema Único de Saúde – SUS, por Estado e Distrito Federal, indicando os critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e as respectivas parcelas;

XVII - subtítulos de projeto em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2001, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total, para fins do que estabelece o art. 24 desta Lei;

XVIII - orçamento de investimento, indicando, por empresa, as fontes de financiamento, distinguindo os recursos originários da empresa controladora e do Tesouro Nacional;

XIX - impacto da assunção das obrigações decorrentes dos empréstimos compulsórios instituídos pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, conforme determinação da Medida Provisória nº 2.101-30, de 27 de março de 2001;

XX - situação atual dos créditos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER, contendo os recursos utilizados com os respectivos encargos e pagamentos efetuados, por instituição devedora;

XXI - dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano de que trata o § 1º do art. 2º desta Lei, indicando, dentre outros, a instituição responsável e a abrangência da apuração, bem como os critérios utilizados para a escolha das áreas prioritizadas;

XXII - valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2001 e as estimativas para 2002, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, ainda, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores;

XXIII - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais serão destinados recursos de contribuições, informando a respectiva legislação autorizativa da concessão e valor previsto;

XXIV - contratações por organismos internacionais, para desenvolver projetos junto ao governo, informando, relativamente a cada órgão e por objeto de contrato, em 2000 e 2001 (até junho):

a) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração e por período de contratação;

b) valor dos contratos e forma de reajuste; e

c) valor a ser despendido mensalmente no exercício de 2002;

XXV - (VETADO)

XXVI - a evolução do estoque e da arrecadação da Dívida Ativa da União, nos exercícios de 1997 a 2000, e as estimativas para os exercícios de 2001 e 2002, segregando-se por item de receita;

XXVII - demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito das Unidades Orçamentária 71101 - Encargos Financeiros da União, 74101 - Operações Oficiais de Créditos e 75101 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI;

XXVIII - discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Brasil e Ação", "Rede de Proteção Social" e "Projeto Alvorada";

XXIX - relação de subtítulos, detalhados por elemento de despesa, das dotações destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições, identificando, em cumprimento ao art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

a) para cada dotação específica, o fundamento legal que a ampara;

b) para cada dotação global, o fundamento legal de cada parcela de recurso alocada; e

c) para cada parcela de dotação sem amparo de lei especial ou específica, a finalidade e a importância para o setor público de tal alocação;

XXX - evolução dos resultados primários das empresas estatais federais nos dois últimos anos, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2001 e a estimada para 2002, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos.

ANEXO PREVISTO NO ART. 2º, § 2º

I - DAS PESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

1. Alimentação Escolar (Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998);

2. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

3. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

4. Atendimento Assistencial Básico com o Piso de Atenção Básica - PAB, Referente à Parte Fixa nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

5. Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 12/8/1997);

6. Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais (Lei nº 9.445, de 15/3/1997);

7. Contribuição à Previdência Privada;
8. Dinheiro Direto na Escola – FUNDESCOLA – (Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998);
9. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF Complementação (art. 212 da Constituição);
10. Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Emenda Constitucional nº 14, de 1996);
11. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
12. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica - Farmácia Básica – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
13. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as Ações de Vigilância Sanitária – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
14. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
15. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Ações de Combate às Carências Nutricionais – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
16. Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, incidentes a partir da vigência da Lei nº 8.171/91;
17. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa;
18. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência;
19. Pagamento do Benefício Abono Salarial;
20. Pagamento do Seguro-Desemprego;
21. Produção, Aquisição e Distribuição de Medicamentos para Tratamento dos Portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);
22. Pessoal e Encargos Sociais.

II - DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL DA UNIÃO

1. Sentenças judiciais transitadas em julgado;
2. Transferências constitucionais por repartição de receita;
3. Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (Lei Complementar nº 61/89).

III – DEMAIS DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÃO LEGAL DA UNIÃO

1. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Lei Complementar nº 87/96);
2. Transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9.615/98 – Lei Pelé);
3. Transferências a Estados e Distrito Federal da Cota-Parte do Salário Educação.